Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4
2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7
3.2 - Medições Não Contábeis 8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 13
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 14
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 15
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 16
3.7 - Nível de Endividamento 17
3.8 - Obrigações 18
3.9 - Outras Informações Relevantes 19

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 20
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 33
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 35
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 41
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 42
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 43
4.7 - Outras Contingências Relevantes 44
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 45

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 46

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 50

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 52

5.4 - Programa de Integridade 56

5.5 - Alterações significativas 62

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 63

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 64

6.3 - Breve Histórico 65

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 67

6.6 - Outras Informações Relevantes 68

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 69

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 76

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 77

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 85

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 95

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 96

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 97

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 98

7.8 - Políticas Socioambientais 99

7.9 - Outras Informações Relevantes 102

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 103

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 104

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 105

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 106

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 107

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 108

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 109

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 113

9.2 - Outras Informações Relevantes 119

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 121

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 136

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 140

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 142

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 143

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 145

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 146

10.8 - Plano de Negócios 147

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 149

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 150

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 151

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 152

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 160

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 163

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 165

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 166

12.7/8 - Composição Dos Comitês 172

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 176

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 177

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 182

12.12 - Outras informações relevantes 183

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 184

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 189

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 193

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 195

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 203

13.6 - Opções em Aberto 207

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 208

13.8 - Precificação Das Ações/opções 210

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 212

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 213

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 214

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 215

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 216

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 217

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 218

13.16 - Outras Informações Relevantes 219

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 222

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 223

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 224

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 225

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 226

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 227

15.3 - Distribuição de Capital 231

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 232

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 233

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 234

15.7 - Principais Operações Societárias 235

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 241

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 243

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 245

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 248

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 249

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 250

17.2 - Aumentos do Capital Social 252

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 253

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 254

17.5 - Outras Informações Relevantes 255

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 256

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 257

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 263

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 264

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 265

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 267

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 268

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 269

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 270

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 271

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 275

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 277

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 278

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 284

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 285

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 287

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 288

20.2 - Outras Informações Relevantes 290

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 291

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 292

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 294

21.4 - Outras Informações Relevantes 295

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Gilsomar Maia Sebastião**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Dennis Herszkowicz**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

TOTVS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 53.113.791/0001-22
NIRE 35.300.153.171

Eu, Dennis Herszkowicz, brasileiro, casado, com formação em propaganda e marketing, portador de Cédula de Identidade 20.310.061- SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 165.783.068-38, na qualidade de Diretor-Presidente da Totvs S.A., declaro que:

a. revisei o Formulário de Referência;

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

DENNIS HERSZKOWICZ

Diretor-Presidente

TOTVS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 53.113.791/0001-22
NIRE 35.300.153.171

Eu, **Gilsomar Maia Sebastião**, brasileiro, casado, contador, portador de Cédula de Identidade 24.733.092, e inscrito no CPF sob o nº 174.189.288-07, na qualidade de Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Totvs S.A, declaro que:

a. revisei o Formulário de Referência;

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

GILSOMAR MAIA SEBASTIÃO

Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	07/12/2016
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços: (i) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018,; (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017 e 2018 e de 31 de março de 2019; (iii) ISAE - Revisão do ambiente de controle do desenvolvimento de software; e (iv) treinamento de normas contábeis.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	2018: Auditoria das demonstrações financeiras: R$1.206.820,00; ISAE - Revisão do ambiente de controle do desenvolvimento de software: R$218.968,00; Outros: R$1.600- Total: R$1.427.388,00; e adicionais de Honorários de Auditoria R$268.302,00
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Luiz Carlos Marques	01/01/2017	043.982.278-57	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 7° andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25733473, Fax (11) 25735880, e-mail: luizcarlos.marques@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	07/12/2016
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços: (i) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019; (iii) ISAE - Revisão do ambiente de controle do desenvolvimento de software; e (iv) Due Diligence em processo de aquisição de empresa e (v) Emissão de carta conforto relacionado ao Follow-on realizado em maio de 2019.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	2019: Os serviços do período se dividem entre: (a) Serviços de Auditoria e despesas adicionais relacionadas aos itens de auditoria financeira das (i) demonstrações financeiras e (ii) ITRs, que perfazem um montante de R$1.533.898,00 e equivalem a 48% do total de recursos empenhados pela Companhia; e (b) Serviços Extra-Auditoria Financeira, que contemplam outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, tais como o (iii) ISAE (R$231.011,00), (iv) Due Diligence (R$429.908,00) e, principalmente, aqueles ligados à (v) emissão subsequente de ações (Follow-on) em maio de 2019, que perfaz um montante de R$1.000.000,00, e somam 52% do total de recursos investidos. Individualmente, o Follow-on, evento extraordinário no período, representou 31% dos recursos destinados para serviços de auditoria.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Luiz Carlos Marques	01/01/2017	043.982.278-57	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 7° andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25733473, Fax (11) 25735880, e-mail: luizcarlos.marques@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

A Companhia mantém uma política a fim de suportar o processo de contratação de serviços de auditoria independente e eventuais serviços extra auditoria, prestadas pela Auditoria Independente ou por Parte Relacionada do Auditor Independente.

A contratação dos auditores independentes para serviços extra auditoria fundamenta-se nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nas seguintes condições: (i) os serviços não impactem a sua independência; (ii) sejam previamente avaliados e recomendados pelo Comitê de Auditoria e aprovados pelo Conselho de Administração; e (iii) os serviços estejam dentro do escopo de sua competência profissional.

Procedimentos adotados pela Companhia, conforme inciso III, art. 2º Instrução CVM nº381/03: Previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

A Política de Contratação de Auditoria Independente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de setembro de 2018 e está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, em https://ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos.

Importante destacar o processo de avaliação anual da auditoria independente realizado pelo Comitê de Auditoria, com o objetivo de aprimoramento e evolução contínua do processo. Durante a vigência do contrato, o Comitê de Auditoria mantém reuniões periódicas com os Auditores Independentes, com o objetivo de definir o plano de trabalho e monitorar o desenvolvimento do mesmo ao longo do ano, de acordo com o calendário anual das reuniões estabelecido conforme Regimento Interno do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento. Anualmente, o Comitê de Auditoria e Administração da Empresa, realiza uma avaliação formal dos trabalhos dos auditores independentes. O resultado desta avaliação determinará a necessidade de realização de um novo processo de seleção com outras empresas (Auditor Pessoa Jurídica) ou Auditores Pessoa Física, ou apenas de trâmites para renovação do contrato para o próximo exercício fiscal, respeitando o limite máximo de 5 anos fiscais auditados pela mesma empresa ou pessoa física. O Comitê de Auditoria deverá receber, anualmente, dos Auditores Independentes declaração formal confirmando a sua independência durante toda a execução dos trabalhos. Não obstante, o monitoramento dos aspectos de independência deve ser permanente, assim como sua estrutura e governança, adequação dos processos de controles internos de qualidade, capacitação e dedicação da equipe designada para os trabalhos, honorários compatíveis com o porte e a complexidade da TOTVS.

Em abril de 2020, o Comitê de Auditoria submeteu ao Conselho de Administração sua avaliação dos trabalhos dos auditores independentes, recomendando a continuidade dos serviços no ano de 2020 – o que obteve a anuência do Colegiado.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	2.478.408.276,83	1.288.220.000,00	1.261.577.000,00
Ativo Total	3.535.927.332,47	2.391.277.000,00	2.493.625.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.282.124.821,41	2.320.269.000,00	2.227.330.000,00
Resultado Bruto	1.538.269.205,88	1.435.700.000,00	1.363.854.000,00
Resultado Líquido	209.796.262,05	60.643.000,00	93.258.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	190.685.608	163.451.636	163.405.760
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	12,997354	7,881353	7,720517
Resultado Básico por Ação	1,160500	0,364400	0,569100
Resultado Diluído por Ação	1,15	0,36	0,56

3.2 - Medições Não Contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA, (*Earning Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução da CVM n° 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido do exercício ou do período, acrescido das receitas e despesas financeiras, pelo imposto de renda e contribuição social e pelo custo e despesa de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de serviços e vendas.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada por nós que corresponde ao EBITDA ajustado pelo resultado de equivalência patrimonial, pela provisão para perda de valor recuperável de ativos, pelas provisões adicionais para contingências, pela perda (ganho) na baixa de ativo permanente, pelo ganho com a venda de controladas e pelo prejuízo líquido de operações descontinuadas que, na nossa visão, não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do nosso desempenho. Os ajustes à nossa operação são classificados conforme abaixo:

i. **Resultado de Equivalência Patrimonial:** a equivalência patrimonial contida no resultado consolidado da Companhia reflete o resultado auferido pela coligada, calculado de acordo com seu percentual de participação no investimento;

ii. **Lucro (Prejuízo) Líquido de Operações Descontinuadas:** Foco estratégico da Companhia em software como resultado da venda das operações de hardware.

iii. Provisões – Não Caixa:

a. A TOTVS Large impetrou em 2006 mandado de segurança junto ao Delegado da Receita Federal em Curitiba, visando obter o reconhecimento da ilegalidade/inconstitucionalidade da inclusão dos valores pertinentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 2017, baseada na conclusão do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na sistemática de repercussão geral, que decidiu pela exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, e baseada na opinião de seus consultores jurídicos, reverteu a provisão em 31 de dezembro de 2017, constituída no montante de R$8.454 mil (R$8.203 mil em 31 de dezembro de 2016), sendo R$4.288 mil referente ao valor de principal da discussão na rubrica de "Despesas Gerais e Administrativas" e R$4.166 mil de variação monetária passiva em "Despesas Financeiras".

b. Ajuste na provisão de obrigações por aquisição de investimento, no montante de R$9.193 mil, ocorrido no exercício findo de 31 de dezembro 2018.

c. Provisão de passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego, no montante de R$1.287 mil, ocorrido no exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

d. Provisão extraordinária de honorários advocatícios por êxito, no montante de R$1.900 mil, ocorrido no exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

e. Ajuste na provisão de obrigações por aquisição de investimento, no montante de R$3.732 mil, ocorrido no exercício findo de 31 de dezembro 2019.

iv. **Perda (ganho) na baixa de ativo permanente:** não faz parte dos gastos operacionais da Companhia.

v. **Software de Parceiro:** Indenização por rescisão contratual, no montante de R$4.250.

vi. **Despesas com M&A:** honorários decorrentes de processo de aquisição de empresa.

3.2 - Medições Não Contábeis

A “Margem EBITDA Ajustada” corresponde ao EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida de serviços e vendas.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards (IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia, nem como base para distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa e outros itens considerados não usuais pela Companhia ou que não são decorrentes de suas operações principais. O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

A Companhia utiliza e divulga como medições não contábeis o EBITDA, a Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada conforme demonstra a tabela abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Em milhares de Reais	**2019**	**2018**	**2017**
EBITDA	429.217	270.853	286.455
Margem EBITDA%	18,8%	12,8%	14,4%
EBITDA Ajustado (i)	469.742	347.013	285.425
Margem EBITDA Ajustada% (ii)	*20,6%*	*16,4%*	*14,3%*

(i) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de março de 2018 e de 31 de dezembro de 2018 e, 2017 e 2016 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparativas com as informações financeiras de 31 de março dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. O EBITDA Ajustado nas informações financeiras no período de três meses findo em 31 de março dezembro de 2019 contempla o impacto da aplicação do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R$10,344,0 milhões, que corresponde aos pagamentos de aluguéis do mesmo período o qual compõe parte da amortização dos ativos em uso, bem como os juros pela atualização do passivo de arrendamento financeiro.

(ii) Em 2019, desconsiderando o efeito do IFRS16, a Margem EBITDA ajustada é de 18,7%. Para os anos de 2018 e 2017 os números apresentados acima não possuem efeito do IFRS.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

Nossa Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos, circulante e não circulante. Nossa Dívida Líquida é calculada pela Dívida Bruta deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e garantias de investimentos, circulante e não circulante.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam endividamento nas datas indicadas e não são indicadores de nossa condição financeira, liquidez ou capacidade de liquidar nossa dívida. Também não são calculadas usando uma metodologia padrão e podem não

3.2 - Medições Não Contábeis

ser comparáveis às definições de dívida bruta, dívida líquida ou medidas de título similar usadas por outras empresas. Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida para as datas indicadas:

Em milhares de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Dívida Bruta	493.988	553.720	761.141
Dívida (Caixa) Líquida	(1.071.433)	50.678	322.344

Receitas de natureza recorrente e não recorrente

Software Recorrente: as Receitas de Software Recorrentes referem-se a receitas de contratos com clientes que possuem uma relação continua de prestação de serviços (contratos com prazo de 12 meses renováveis automaticamente) que compreendem receitas de Manutenção (Evolução tecnológica e atendimento), Subscrição (software como serviço) e serviços mensais como *Cloud*.

Software Não Recorrente: as Receitas de Software Não Recorrentes contemplam as vendas de licenças de software no modelo tradicional, onde o cliente tem o direito ao uso por tempo indeterminado e os serviços de implementação e customização de softwares.

Seguem abaixo os valores da Receita de Software Recorrente e de Software Não-Recorrente para as datas indicadas:

Em milhares de reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Receita de Software	**2019**	**2018**	**2017**
Recorrente	1.729.218	1.547.192	1.466.421
Não Recorrente	552.906	563.989	526.490

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações contábeis auditadas

A conciliação entre essas medições não contábeis e as demonstrações financeiras está demonstrado abaixo:

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Em milhares de Reais	**2019**	**2018**	**2017**
Lucro Líquido	**210.648**	**60.643**	**93.258**
Resultado da Equivalência Patrimonial	248	517	69
Imposto de Renda e Contribuição Social	70.111	46.940	11.195
Receitas e Despesas financeiras	1.177	40.462	39.185
Depreciação e Amortização	147.033	122.291	142.748
EBITDA	**429.217**	**270.853**	**286.455**
Receita Líquida de Serviços e Vendas	2.282.124	2.111.160	1.992.911
Margem EBITDA%	***18,8%***	***12,8%***	***14,4%***
Lucro (prejuízo) Líquido Operação Descontinuada	43.268	77.092	-
Provisões – Não Caixa	(3.732)	(6.006)	(4.288)
Perda (ganho) na baixa de ativos permanente	(11.759)	824	3.258
Software de Parceiro	-	4.250	-
Custos Extraordinários com Desligamento de Pessoal	10.547	-	-
Despesas com M&A	*2.201*	-	-
EBITDA Ajustado (i)	**469.742**	**347.013**	**285.425**
Margem EBITDA Ajustada (ii)	***20,6%***	***16,4%***	***14,3%***

3.2 - Medições Não Contábeis

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparativas com as informações financeiras de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. O EBITDA Ajustado nas informações financeiras de 31 de dezembro de 2019 contempla o impacto da aplicação do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R$44,0 milhões, que corresponde aos pagamentos de aluguéis do mesmo período o qual compõe parte da amortização dos ativos em uso, bem como os juros pela atualização do passivo de arrendamento financeiro.

Em 2019, desconsiderando o efeito do IFRS16, a Margem EBITDA ajustada é de 18,7%. Para os anos de 2018 e 2017 os números apresentados acima não possuem efeito do IFRS.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

Em milhares de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	**2018**	**2017**
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) (1)	247.703	201.471	402.556
Debêntures (circulante e não circulante)	202.973	277.188	269.138
Obrigações por aquisição de investimentos (circulante e não circulante)	43.312	75.061	89.447
Dívida Bruta	493.988	**553.720**	**761.141**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.538.156)	(452.799)	(387.169)
(-) Garantias de investimentos (circulante e não circulante)	(27.265)	(50.243)	(51.628)
Dívida (Caixa) líquida	**(1.071.433)**	**50.678**	**322.344**

(1) O saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2019 contemplava o saldo de arrendamento financeiro no montante de R$241,3 milhões.

Em milhares de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	**2018**	**2017**
Recorrente	1.729.218	1.547.192	1.467.359
Não Recorrente	552.906	563.968	525.552
Licenças	213.915	177.723	166.660
Serviços	338.991	386.245	358.892
Receita de Software	**2.282.124**	**2.111.160**	**1.992.911**
Recorrente (1)	1.729.218	1.547.192	1.467.359
Não Recorrente (2)	552.906	563.968	525.552
	2.282.124	**2.111.160**	**1.992.911**

(1) Software Recorrente - As receitas de software recorrente referem-se a receitas de contratos com clientes que possuem uma relação contínua de prestação de serviços (contratos com prazo de 12 meses renováveis automaticamente) que compreendem receitas de Manutenção (evolução tecnológica e atendimento), Subscrição (software como serviços) e serviços mensais.

(2) Software Não Recorrente - As receitas de software não recorrente contemplam as vendas de licenças de software no modelo tradicional, onde o cliente tem o direito ao uso por tempo indeterminado e os serviços de implementação e customização de softwares.

3.2 - Medições Não Contábeis

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são medidas que melhor refletem a geração de caixa advinda dos resultados operacionais da Companhia. Dessa forma, contribuem para a comparabilidade da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação no Brasil e no exterior, uma vez que as empresas do setor podem apresentar diferentes estruturas de capital e diferentes patamares de despesas com amortização, especialmente de intangíveis oriundos de aquisições.

Em geral, os investimentos com pesquisa e desenvolvimento da Companhia não são capitalizados, de modo que sua totalidade já está refletida integralmente na linha de despesas com pesquisa e desenvolvimento da demonstração de resultados, impactando integralmente o EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada da Companhia.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA ajustada são medidas de desempenho mais apropriadas para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras Companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados a: (i) resultado de equivalência patrimonial; (ii) prejuízo líquido de operações descontinuadas; (iii) provisões não caixa: provisões adicionais para contingências, provisão atuarial e obrigações por aquisição de investimentos; (iv) perda (ganho) na baixa de ativo permanente; (v) ganho com a venda de controladas; (vi) custos extraordinários de desligamento; (vii) software de parceiros;e (viii) despesas com M&A. Essas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida e Dívida Bruta são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Adicionalmente, a Companhia está sujeita à observância de determinados índices financeiros (*covenants* financeiros) que utilizam a Dívida Líquida como parâmetro na forma definida nos respectivos instrumentos de dívida. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia e outros instrumentos de dívida, bem como os *covenants* financeiros a que a Companhia está sujeita, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

Receitas de natureza recorrente e não recorrente

A Companhia entende que a medição da receita de natureza recorrente seja útil para medir o desempenho dos contratos com clientes cujo relação de prestação de serviço é continua, além de acompanhar indicadores como taxa de renovação dos clientes e *churn*. Além disso, considerando a previsibilidade das receitas recorrentes, a Companhia consegue prever igualmente investimentos em inovação e novas tecnologias ampliando o portfólio de soluções para atender as necessidades de nossos clientes.

As receitas de natureza não recorrente por sua vez são pontuais, relacionadas a venda direta de licença (modelo tradicional de vendas de software) e prestação de serviços de customização e implementação com prazo determinado de desenvolvimento.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Em 28 de janeiro de 2020, a Companhia adquiriu a participação remanescente de 40% no capital social da controlada Neolog pelo valor de R$7.120. A opção de compra da participação estava registrada na rubrica “Obrigações por aquisição de investimento”.

Em 30 de janeiro de 2020, a Companhia através de sua subsidiária Soluções em Software e Seviços TTS Ltda, concluiu a aquisição da Consinco S.A. nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças firmado entre as partes no dia 27 de dezembro de 2019.

Em 8 de abril de 2020, a Companhia por meio de sua subsidiária TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A (“TOTVS Large”) celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição de quotas que representam 100% do Capital Social da Wealth Systems Informática Ltda (“WEALTH SYSTEMS”) pelo montante de R$27,0 milhões, sujeito a ajustes, dos quais R$16,7 milhões pagos à vista aos vendedores e R$10,3 milhões a serem pagos em fevereiro de 2021.

No dia 22 de abril de 2020, a Companhia aprovou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, que será objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição no montante total de R$200.000, sendo o valor nominal unitário de R$1.000. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,0% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros), base 252 dias úteis, acrescida de *spread* equivalente a 2,65% ao ano. As debêntures terão vencimento em 22 de abril de 2021.

No dia 27 de abril de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para três ações da mesma espécie, sem alteração no capital social. Como consequência, o número de ações ordinárias em que se divide o capital da Companhia passou de 192.637.727 para 577.913.181. Na mesma ocasião foi decidida a redução do número de membros do nosso Conselho de Administração, de 9 para 7, sendo eleitos os membros para mandato que se encerra na AGO de 2022. Todos os candidatos propostos pelo Conselho de Administração foram eleitos.

No dia 30 de abril de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 88,8% do capital social da Supplier Participações, através da sua subsidiária TOTVS Tecnologia em Software de Gestão Ltda, conforme termos e condições do contrato firmado em 28 de outubro de 2019. Os fundadores da SUPPLIER, Mauro Wulkan e Eduardo Wagner, seguem como gestores à frente da operação e acionistas com 11,2% do capital, tendo entre principais objetivos a preservação dos diferenciais competitivos da SUPPLIER, traduzidos nos altos níveis de recorrência e de fidelidade dos clientes, bem como do baixo histórico de perdas observado nos mais de 15 anos de vida da SUPPLIER.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

valores em reais	**2019**	**2018**	**2017**
a. Regras sobre retenção de lucros	A Companhia não possui política estabelecendo regras de retenção adicionais àquelas previstas em lei. Conforme a Lei 6.404/76, a Companhia pode reter 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal não será obrigatória. Ademais, ainda conforme a Lei 6.404/76, a Companhia poderá reter o montante relacionado ao orçamento de capital, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.		
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Reserva legal R$10.489 mil e Reserva de Retenção de Lucros R$98.671 mil	Reserva legal R$2.977 mil e Reserva de Retenção de Lucros R$2.840 mil	Reserva legal R$4.649 mil e Reserva de Retenção de Lucros R$*32.544mil*
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	*47,03%*	*4,77%*	*35,00%*
b. Regras sobre distribuição de dividendos	A parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações e no Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, será destinada ao pagamento do dividendo mínimo necessário.		
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Ao fim de cada exercício social. O Estatuto Social (art. 39) da Companhia contém previsão acerca da possibilidade de distribuição de dividendos em períodos inferiores.		
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não existe, atualmente, nenhuma restrição à distribuição de dividendos imposta por legislação ou regulamento especial aplicável à Companhia.		
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.		

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	199.306.200,00	56.571.000,00	88.332.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	52,631645	80,894805	63,157180
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	4,234520	4,707503	7,392177
Dividendo distribuído total	104.898.131,03	45.763.000,00	55.788.000,00
Lucro líquido retido	94.408.068,98	14.880.000,00	37.470.000,00
Data da aprovação da retenção	27/04/2020	18/04/2019	05/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	24.816.612,56	20/05/2020	17.977.520,00	03/10/2018	5.441.584,63	09/05/2018
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	36.223.951,44	10/10/2019	14.708.880,00	03/10/2018	32.912.246,64	06/10/2017
Ordinária	43.857.567,02	20/05/2020				
Ordinária			13.076.130,88	09/05/2019		
Ordinária					17.434.329,03	09/05/2018

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Não houve dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	1.057.518.000,00	Índice de Endividamento	0,42669229	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		49.260.165,32	70.461.516,43	91.294.961,73	30.323.416,07	241.340.059,55
Financiamento	Quirografárias		202.972.866,52	0,00	0,00	0,00	202.972.866,52
Financiamento	Outras garantias ou privilégio	Os empréstimos e financiamentos do BNDES foram classificados como dívidas com garantias de carta fiança (Outras Garantias ou Privilégios)	6.362.997,10	0,00	0,00	0,00	6.362.997,10
Total			258.596.028,94	70.461.516,43	91.294.961,73	30.323.416,07	450.675.923,17

Observação

Critérios utilizados: (i) os empréstimos e financiamentos do BNDES foram classificados como dívidas com garantias de carta fiança (Outros); e (ii) As debêntures de 2017 são quirográfarias. As informações prestadas neste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas encerradas em 31/12/2019. Não foi incluído neste quadro os montantes referentes a Obrigações por aquisição de investimentos (circulante e não circulante) no montante de R$43,3 milhões em 31/12/2019.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Nos contratos de dívidas da Companhia, existem cláusulas de inadimplemento cruzado que são condições padrões em instrumentos de financiamento em geral, cujo descumprimento pelo devedor pode resultar na declaração de vencimento antecipado do saldo em aberto de determinada dívida, que, por sua vez, poderá constituir hipótese de vencimento antecipado de outras dívidas. Para maiores informações, vide item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo suas respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar (ou ter) ou causará (ou terá) “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na participação no mercado, na reputação, nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas na seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

a. Riscos relacionados à Companhia

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos e aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes

O mercado de sistemas de gestão, principal mercado em termos de receita em que a Companhia atua, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de softwares e de infraestrutura de comunicação, crescente complexidade das necessidades dos clientes, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos. Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e de incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, de identificar e traduzir adequadamente as necessidades dos seus clientes ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços, de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir novas licenças de software, de subscrever pelo uso do software e de contratar serviços, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes.

Ainda, os padrões tecnológicos adotados pelo setor de atuação da Companhia são de rápida evolução. Dessa forma, os padrões com base nos quais a Companhia optou por desenvolver novos produtos podem não permitir competir de maneira eficiente nos mercados em que atua. A eventual não realização de avanços no tocante à padronização de linguagens adotadas, simplificação de estruturas ou convergência de soluções poderá ter impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, consequentemente, em seus resultados financeiros.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no segmento de Techfins e outros novos mercados

Parte importante da estratégia da Companhia é entrar em novos mercados, incluindo o mercado de TechFins e o sucesso da Companhia nesse segmento dependerá de sua capacidade de extrair, tratar e monetizar dados oriundos dos ERPs utilizados pelos clientes, assim como em sua capacidade de escalar a operação.

A Companhia poderá ter dificuldades para executar a operação de forma sustentável, dada a dependência de parceiros para estruturação e *funding*. Poderá também ser impactada pelas baixas quantidade e qualidade de dados disponíveis.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso esses fatores se materializem, os investimentos realizados nesse segmento poderão não obter o retorno esperado, impactando adversamente os resultados financeiros da Companhia. Além disso, a Companhia poderá ser impactada pelo achatamento da curva de crescimento projetado em função do cenário socioeconômico atual provocado pelo coronavírus.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mal funcionamento de seus produtos que podem ser difíceis ou até mesmo impossíveis de serem corrigidos

Oferecemos produtos tecnicamente complexos que, quando introduzidos no mercado pela primeira vez ou lançados como novas versões, podem conter defeitos cuja identificação não tenha sido apurada ou cuja correção seja de complexa execução. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo: (i) cancelamento de pedidos; (ii) despesas adicionais de garantia; (iii) atrasos na coleta de recebíveis; (iv) cancelamento de contratos; (v) perda de aceitação dos produtos da Companhia no mercado; (vi) desvio dos recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação de novos produtos; (vii) possíveis ações indenizatórias; (vii) e problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los podem afetar adversamente a nossa reputação, os nossos resultados e a nossa condição financeira.

As medidas de segurança de tecnologia da informação ("TI") da Companhia poderão ser violadas ou comprometidas por ataques cibernéticos, inclusive no que se refere à infraestrutura necessária à manutenção dos sistemas de TI da Companhia, podendo acarretar em indisponibilidades imprevistas nos sistemas de TI e danos reputacionais e financeiros para a Companhia

Qualquer ação para burlar as medidas de segurança de tecnologia da informação da Companhia e de seus produtos e/ou de seus fornecedores teriam potencial para ocasionar a apropriação indevida de informações proprietárias da Companhia e/ou de seus clientes que estejam armazenados nos servidores da Companhia ou em nuvens públicas por ela homologadas. Tais ações poderiam, também, provocar interrupções em serviços ou operações. Adicionalmente, as medidas de segurança de proteção de dados, próprios e de clientes, processados e armazenados pela Companhia podem ser inadequadas ou insuficientes para impedir violações de segurança, incluindo ataques cibernéticos. Caso esse cenário se concretize, os resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e reputação da Companhia poderão sofrer efeito prejudicial relevante.

Ademais, o Datacenter da Companhia, ambiente projetado para abrigar servidores, armazenar dados e outros, fica localizado próximo à base aérea do Campo de Marte, em São Paulo (SP), local com potencial risco para acidentes aéreos.

Caso os riscos mencionados se materializem, inclusive qualquer acidente em tal região, capaz de danificar o Datacenter da Companhia, os dados ali armazenados podem ser afetados, o que pode prejudicar a imagem e os negócios da Companhia.

Caso a Companhia seja obrigada a despender significativos recursos financeiros e de outra natureza para se proteger da ameaça de quebras de segurança ou reparar os problemas causados por violações, bem como por qualquer indisponibilidade imprevista dos seus sistemas internos de TI e/ou de seus clientes, seus negócios e suas receitas poderão ser negativamente afetados.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de Proteção de Dados (nacionais e internacionais), podendo ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – "LGPD"), cuja data para entrar em vigor está sendo debatida pelo Governo e transformará o sistema de proteção de dados pessoais no Brasil. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros aspectos, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Se não incorporarem as novas diretrizes, a Companhia e suas subsidiárias estarão sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Adicionalmente, em função do tratamento de dados de pessoas localizadas na União Europeia, a Companhia e suas subsidiárias também estão sujeitas às sanções da GDPR (*General Data Protection Regulation* ou Regulamento Geral de Proteção de Dados), que foi aprovada em abril de 2016 e entrou em vigor em maio de 2018. Esse regulamento reúne obrigações voltadas à proteção dos direitos dos cidadãos europeus, porém também se aplica a todas as empresas do mundo que lidam com dados de pessoas ou serviços de países da União Europeia no que tange ao consentimento, direito de acesso, exclusão e portabilidade dos dados pessoais fornecidos. O descumprimento das determinações estabelecidas neste Regulamento, pode acarretar em multas que podem chegar a 4% (quatro por cento) da receita anual global da empresa ou 20 (vinte) milhões de euros, o que for maior, além de divulgação do incidente para o mercado e até a suspensão de suas atividades.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar em multas elevadas para a Companhia, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base e até a suspensão de suas atividades, podendo afetar negativamente a imagem, a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no setor de software altamente competitivo

A Companhia concorre com diversas empresas que atuam no mercado global, regional e local de softwares e serviços a eles relacionados, incluindo fornecedores de softwares de gestão empresarial integrada, desenvolvedoras de softwares que são disponibilizados gratuitamente e empresas prestadoras de serviços de consultoria e startups de tecnologia. Alguns dos concorrentes atuais ou potenciais da Companhia estão envolvidos em gama mais abrangente de negócios, sendo que alguns deles possuem maior base instalada de clientes para seus produtos e serviços ou possuem recursos financeiros, técnicos, de vendas e de outra natureza, significativamente maiores do que os da Companhia, incrementando, assim, sua capacidade de concorrência em relação à Companhia. Do mesmo modo, a Companhia pode perder participação de mercado se as empresas com as quais compete introduzirem ou adquirirem novos produtos que concorram com os seus ou adicionarem novas funcionalidades a esses. Ademais, em decorrência de sinais de crescimento desacelerado do mercado de software ERP para empresas de grande porte, alguns dos concorrentes da Companhia podem explorar o mercado de empresas de pequeno e médio porte como alternativa para aumentar suas receitas, o que pode causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados ao uso não autorizado ou indevido de sua propriedade intelectual e/ou industrial

A Companhia está sujeita à apropriação e ao uso inadequado de suas soluções, bem como a processos legais e administrativos em relação à propriedade intelectual ou industrial. O uso indevido do software pelo usuário pode implicar ainda em multa para a Companhia, o que pode resultar em custos significativos e acarretar no uso de recursos não previstos para essa finalidade, bem como na necessidade da atenção da Administração e da equipe tecnológica da Companhia, o que poderá afetar adversamente seus negócios, sua posição competitiva, sua situação financeira, seus resultados operacionais e seu fluxo de caixa.

O crescimento da Companhia depende de potenciais sucessores para assumir posições chave e da capacidade da Companhia de continuar a atrair e manter pessoas qualificadas e com conhecimentos específicos em tecnologia

A continuidade da Companhia depende em grande parte da sua capacidade de formar e manter potenciais sucessores para assumir posições na Administração e nas demais posições consideradas estratégicas. Dessa forma, a perda de qualquer pessoa detentora de posição chave poderia prejudicar de maneira relevante o negócio e os resultados operacionais da Companhia, caso seu plano de sucessão não seja efetivo. A Companhia também se apoia na continuidade da prestação de serviços por parte de colaboradores-chave qualificados e com conhecimentos específicos em tecnologia. Há forte e contínua concorrência no setor de tecnologia da informação pela contratação de profissionais altamente capacitados nas áreas comercial, técnica e em outras, e a Companhia concorre, em nível global, na contratação desses profissionais. Consequentemente, a Companhia pode não ser capaz de obter mão-de-obra qualificada ou ter que oferecer remuneração mais elevada para atrair e manter mão-

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de-obra qualificada, o que poderá representar custos adicionais não compensados pelo aumento de produtividade ou por preços mais elevados.

Alterações ou diferentes interpretações nas legislações tributária e trabalhista, podem afetar adversamente a estratégia e os resultados da Companhia

As autoridades tributárias têm frequentemente realizado alterações nos regimes fiscais, como mudanças nas alíquotas e a criação de tributos, temporários ou permanentes, que podem afetar a estratégia da Companhia. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode restringir sua capacidade de fazer negócios em nossos mercados atuais e, portanto, afetar de forma adversa e relevante a lucratividade.

A Companhia recebe atualmente determinados benefícios fiscais e/ou regimes especiais de tributação. Não é possível garantir que esses benefícios serão mantidos ou renovados, dado o atual ambiente político e econômico no Brasil. Caso a Companhia não consiga renovar seus benefícios fiscais, ou se tais benefícios forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, a Companhia poderá ser afetada de forma adversa. Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. Caso as autoridades fiscais interpretem as leis tributárias de forma diferente das interpretações da Companhia, esta poderá ser adversamente afetada.

Além disso, as atividades desempenhadas pela Companhia estão sujeitas à incidência direta ou indireta de impostos, taxas e contribuições que, por sua vez, estão sujeitos a alterações, podendo impactar adversamente seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e seu fluxo de caixa.

Essas alterações podem resultar em uma maior tributação a ser aplicada: (i) sobre a receita bruta da Companhia; (ii) sobre os *royalties* que são pagos aos parceiros da Companhia, tanto no Brasil quanto no exterior; (iii) sobre as receitas financeiras; (iv) sobre a lucratividade bruta; e, principalmente, (v) sobre os custos com pessoal da Companhia. O impacto adverso dessas mudanças nas legislações fiscais e trabalhistas pode afetar negativamente a estratégia e competividade da Companhia frente aos seus concorrentes, sobretudo estrangeiros, no caso dessas alterações elevarem apenas a tributação para as empresas estabelecidas no Brasil.

Os concorrentes da Companhia incluem fornecedores de aplicativos comerciais de mercado (tais como ERP, gerenciamento de relacionamento com clientes ("CRM") e *business intelligence* ("BI"), produtos de colaboração e produtos de inteligência comercial e aqueles que se dedicam a iniciativas em software de fonte aberta, nas quais os concorrentes podem fornecer software e propriedade intelectual sem pagamento de licença, bem como empresas que se dedicam a atividades de consultoria

Os softwares de gestão empresarial integrada da Companhia automatizam processos empresariais críticos, tais como de manufatura, distribuição, contabilidade, finanças, recursos humanos e vendas. Os produtos da Companhia incluem ERP, CRM e BI, bem como módulos específicos - os verticais - que fornecem capacidades adicionais feitas sob medida especificamente para os ramos de negócio dos seus clientes.

As baixas barreiras de entrada para concorrentes de outros países no mercado brasileiro, a tendência de novos métodos de distribuição (por exemplo, software como serviço na nuvem) e oportunidades apresentadas pela Internet e comércio eletrônico poderiam acarretar o aumento da concorrência com os produtos da Companhia, por meio do ingresso no mercado de integradores de sistemas, empresas de consultoria, empresas de telecomunicações e demais prestadores de serviço de tecnologia da informação.

Além disso, a concorrência no mercado de atuação da Companhia pode aumentar em decorrência de fusões realizadas entre clientes em potencial dos produtos da Companhia, bem como entre seus concorrentes, em decorrência de alianças estratégicas entre os concorrentes e demais empresas. Em resposta à concorrência, às fusões nos setores em que a Companhia atua e às conjunturas econômicas adversas, a Companhia poderá ser obrigada a conceder a clientes descontos ou outros abatimentos no preço, ou ainda modificar seus modelos de cobrança, para permanecer em condições de concorrência competitivas. Esses acontecimentos impactaram e poderão impactar de forma negativa e crescente as receitas e lucros da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As aquisições apresentam riscos e a Companhia pode não alcançar as metas estratégicas previstas à época de qualquer transação

Fusões e aquisições constituem elemento importante da estratégia da Companhia e ela espera continuar a adquirir empresas, produtos, serviços e tecnologias. A Companhia está sujeita aos seguintes riscos nessas aquisições: (i) a aquisição poderá não contribuir para a estratégia comercial da Companhia, ou pode-se pagar por ela mais do que seu valor justo; (ii) a Companhia poderá ter dificuldade em assimilar as tecnologias ou produtos adquiridos às suas linhas de produtos, não conseguindo manter padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes; (iii) o relacionamento com os atuais e novos profissionais, clientes e distribuidores poderá ficar prejudicado; (iv) o processo de diligência pode não identificar problemas técnicos, tais como questões ligadas a qualidade de produto ou estrutura dos produtos da empresa adquirida; (v) a Companhia pode enfrentar contingências no que diz respeito a responsabilidade por produto, propriedade intelectual, divulgações financeiras e práticas contábeis ou controles internos; (vi) a aquisição pode acarretar processos movidos por funcionários demitidos ou terceiros; (vii) o processo de aquisição pode sofrer contratempos, e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada para questões ligadas a transição ou a integração; e (viii) a Companhia pode não ser capaz de obter, em tempo hábil, autorizações de autoridades públicas nos termos das leis que disciplinem a defesa da concorrência.

Adicionalmente, o processo de integração das operações adquiridas pode não resultar nos benefícios esperados, o que poderia afetar adversamente os negócios da Companhia. Além dos riscos mencionados, durante esse processo de integração, a Companhia pode enfrentar outros riscos, inclusive os detalhados a seguir:

• Dificuldades de integração, tais como: (i) custos mais altos do que o previsto para dar continuidade à expansão da rede de canais de distribuição com qualidade e capilaridade para atender ao mercado;

(ii) incapacidade de administrar maior número de funcionários, dispersos geograficamente; (iii) incapacidade de criar e efetivamente implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes; e (iv) resistências e morosidade no processo de disseminação e unificação da cultura organizacional.

• Eventual incapacidade de coordenar e integrar esforços de venda e desenvolvimento de softwares para efetivamente comunicar as possibilidades de venda combinada de produtos, vender produtos de modo cruzado e gerir com êxito a venda combinada de produtos, bem como a integração das atividades de desenvolvimento realizada pelas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas.

Ademais, outros passivos desconhecidos e não divulgados associados a aquisição e integração das operações adquiridas pela Companhia poderão existir.

Esses fatores podem causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira ou fluxos de caixa, especialmente no caso de aquisição de empresas de maior porte ou de número maior de aquisições. Adicionalmente, à medida que a Companhia emitir ações no âmbito de aquisições futuras, os acionistas existentes poderão ter suas participações diluídas e o lucro por ação poderá diminuir.

A Companhia pode ficar sujeita a resultados desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos que poderão afetar negativamente os seus resultados e situação financeira

A Companhia é ré em processos judiciais, administrativos e arbitrais, cujos resultados não se pode garantir que lhe serão favoráveis. As provisões constituídas podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos. Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a contingências por outros motivos que a obriguem a despender valores significativos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso nos seus negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais. Para mais informações sobre os processos judiciais relevantes vide itens 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita ao risco de processos baseados em alegações de quebra dos direitos autorais de propriedade intelectual de terceiros

A Companhia está sujeita a processos baseados em alegações de quebra dos direitos autorais de propriedade intelectual de terceiros, devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes e direitos autorais de empresas de tecnologia. Nesse sentido, determinadas melhorias tecnológicas, aperfeiçoamento, incremento de novas soluções e desenvolvimento de novos produtos feitos pela Companhia, com padrões já desenvolvidos e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

registrados por outras empresas do setor de tecnologia da informação podem submeter a Companhia a processos judiciais e arbitrais por violação de marcas, programas de computador, patentes e direitos autorais que poderão impactar negativamente a reputação e resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados às suas franquias exclusivas e à prestação de serviços de implementação de software, atendimento e relacionamento de suas franquias exclusivas

A Companhia conduz seus negócios nos países em que atua na forma de vendas diretas e por meio de uma rede de franquias exclusivas, que comercializam e implementam nossas soluções. As franquias contribuem de forma relevante para as vendas da Companhia, especialmente no mercado de pequenas e médias empresas (*small and medium business – SMB*) e, consequentemente, nossos negócios e resultados podem ser afetados diretamente pela performance dos nossos franqueados. Os franqueados participam da originação de novos clientes e novas vendas, também prestando serviços de implementação das nossas soluções diretamente aos nossos clientes. A perda de franquias pode prejudicar nosso relacionamento com clientes nos territórios franqueados, o que poderá afetar negativamente novas vendas, prestação dos serviços aos clientes e, como consequência, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A qualidade na prestação dos serviços de implementação por terceiros sob contrato de franquias exclusivas pode não ser equivalente à qualidade da implementação ofertada pelos nossos canais próprios de venda, causando prejuízos financeiros e operacionais para os clientes que utilizam as soluções de negócio da Companhia e, consequentemente, multas e processos judiciais para a Companhia, além de eventuais serviços adicionais de implementação a serem realizados pela própria Companhia para ajustar soluções implementadas incorretamente pelas franquias, o que pode afetar adversamente os negócios, a posição competitiva, a reputação no mercado, a situação financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia.

Podemos ser afetados substancialmente por violações à Lei Anticorrupção Brasileira e leis anticorrupção semelhantes

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção") introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Semelhante à *Foreign Corrupt Practice Act* dos Estados Unidos da América, a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de um ato lesivo à administração pública. O não cumprimento de leis de combate à corrupção, das diretrizes de conduta estabelecidas em seu Código de Ética e Conduta, bem como investigações de má conduta ou execução de ações contra a Companhia pode levar a multas, perda de alvarás de funcionamento e danos à reputação, bem como a outras penalidades, podendo nos afetar de modo adverso relevante. Não podemos garantir que conseguiremos prevenir ou detectar, por meio dos controles adotados pela Companhia, todas as práticas inapropriadas, fraudes ou violações às Leis Anticorrupção aplicáveis e ao Código de Conduta da Companhia por qualquer de nossos administradores, empregados ou representantes.

Os detentores das ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social da Companhia, devem ser pagos aos seus acionistas no mínimo 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações em forma de dividendos obrigatórios anuais, dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio. A Lei das Sociedades por Ações permite que seja suspenso o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas em um determinado exercício social caso o conselho de administração da Companhia determinar que esse pagamento não é aconselhável devido à situação financeira da Companhia. Ademais, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido da Companhia poderá ser (i) capitalizado; (ii) utilizado para compensar perdas; ou (iii) acumulado e alocado para uma reserva especial e poderá não estar disponível para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Caso esses eventos ocorram, os detentores das ações ordinárias da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, o pagamento de juros sobre o capital próprio pode estar comprometido em razão de eventual alteração na legislação tributária e alguns dos contratos de financiamento da Companhia restringem o pagamento de dividendos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, que poderá ser captado com a emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor nas ações de emissão da Companhia

A Companhia poderá emitir mais ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações da Companhia no futuro a fim de levantar capital, fazer aquisições ou para diversas outras finalidades. Emissões adicionais das ações ordinárias da Companhia poderão ser realizadas de acordo com o exercício ou a conversão de títulos de dívida conversíveis, bônus de subscrição, opções de compra de ações ou outros prêmios de incentivo em ações. Essas emissões poderão não contemplar direitos de preferência aos acionistas da Companhia em algumas situações estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, o que poderá diluir a participação do investidor no Capital Social. Além disso, a Companhia também poderá realizar incorporações ou outras operações semelhantes no futuro que poderão diluir a participação do investidor no capital social da Companhia. Qualquer parceria estratégica, emissão ou colocação das ações ordinárias da Companhia e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações ordinárias da Companhia poderá afetar o preço de mercado de suas ações ordinárias e poderia resultar em uma diluição da participação societária do investidor.

b. Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

A Companhia não possui um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante, o que pode deixá-la suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante

A Companhia não possui um acionista ou grupo controlador titular da maioria absoluta do capital votante. Entretanto, pode ser que se formem alianças ou acordos entre acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle.

Caso surja um grupo de controle e que passe a deter o poder decisório da Companhia, a mesma poderia sofrer mudanças inesperadas em suas políticas corporativas e estratégias, inclusive por meio de mecanismos como a substituição dos seus Administradores. Além disso, pode ser que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes. Pode ser também que a Companhia se torne alvo de investidas por parte de investidores para burlar as disposições do Estatuto que preveem a realização de oferta pública de aquisição de ações quando da aquisição de mais de 20% do capital social. A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais que 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Qualquer mudança inesperada na equipe de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos poderão afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

c. Riscos relacionados aos acionistas da Companhia

Não há riscos relevantes envolvendo a Companhia cuja fonte seja seus acionistas.

d. Riscos relacionados a controladas e coligadas da Companhia

Resultados negativos de sociedades controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia

A Companhia detém participação direta e indireta em diversas sociedades. Dessa forma, parte de seu resultado decorre do resultado de referidas sociedades e, sendo assim, o resultado não satisfatório delas poderá afetar negativamente o resultado da Companhia. Adicionalmente, a piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações desses negócios podem afetar negativamente o resultado consolidado das operações da Companhia.

e. Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

A perda do relacionamento e/ou falência dos prestadores de serviços, inclusive com relação a serviços de parceiros de tecnologia da informação, ou de suporte para manter os produtos e serviços, podem impactar a continuidade das operações da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia possui fornecedores essenciais para a continuidade da operação e da prestação de serviços aos nossos clientes. Os serviços prestados e os produtos que utilizamos de nossos parceiros, como por exemplo, sistemas de telecomunicação, internet e data centers são partes fundamentais da infraestrutura de SaaS, *Cloud* e *on-premise.*

Caso ocorram interrupções ou oscilações no nível de prestação de serviços destes fornecedores, os produtos e serviços ofertados pela Companhia aos seus clientes poderão ser afetados, e as falhas ocorridas podem afetar negativamente a percepção do mercado sobre a qualidade e a confiabilidade de seus produtos ou serviços.

A concentração em poucos fornecedores de serviços essenciais à operação pode gerar um nível de dependência prejudicial à Companhia e impactar negativamente na qualidade dos seus produtos e serviços na hipótese de falha ou inadequação do nível de serviço pelos seus fornecedores.

Caso os fornecedores ou prestadores de serviços da Companhia apresentem problemas que impactem ou inviabilizem a entrega e a qualidade dos produtos e serviços ou sofram um processo de insolvência ou de falência que comprometam o cumprimento dos seus contratos, a Companhia pode ser impactada adversamente nos resultados, na sua reputação junto aos clientes e ao mercado e no seu percentual de retenção de clientes.

A Companhia licencia fornecedores de linguagens e/ou plataformas tecnológicas que podem afetar e/ou não acompanhar as expectativas de entrega de acordo com o portfólio de produtos em evolução constante, assim como possuem especificações técnicas dependentes dos produtos e plataformas, passíveis de impactar nas iniciativas de convergência de tecnologias

A dependência desses fornecedores e a ausência ou falhas no mapeamento da priorização dos produtos e soluções, podem afetar o custo da Companhia em suas tomadas de decisões para manter, descontinuar ou transformar a tecnologia realizando a interface com os processos, pessoas e sistemas. Adicionalmente, não há como garantir que os fornecedores acompanhem as mudanças no ambiente externo, os objetivos estratégicos e aqueles propostos para as soluções disruptivas. Nesse caso, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

f. Riscos relacionados aos clientes da Companhia

Caso os clientes da Companhia percam a confiança na segurança e utilização dos seus dados em função de riscos de vazamento e/ou utilização indevida, as receitas da Companhia poderão ser afetadas adversamente

As tentativas por parte de programadores experientes ou *hackers* de invadir a segurança de redes de clientes ou a segurança de sites da Internet para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais constituem, atualmente, fenômeno amplamente difundido no setor e afeta computadores e redes, passando por todas as plataformas. As vulnerabilidades de segurança efetivas ou percebidas de produtos da Companhia (ou da Internet de modo geral) podem levar alguns clientes a buscar reduzir ou postergar compras futuras ou comprar produtos concorrentes que não sejam aplicativos baseados na Internet. Os clientes também poderão aumentar seus gastos para proteger suas redes de computadores de quebras de segurança, o que poderia postergar a adoção de novas tecnologias.

Quaisquer dessas providências de clientes poderiam prejudicar os negócios e as receitas da Companhia.

g. Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Condições desfavoráveis no setor da Companhia ou da economia global, bem como reduções em gastos com tecnologia da informação podem limitar a capacidade da Companhia de crescer e desenvolver seu negócio e afetar negativamente seus resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia podem variar de acordo com o impacto das mudanças da indústria ou da economia global relacionadas à Companhia ou aos seus clientes. O crescimento de receita e da rentabilidade potencial do nosso negócio depende da demanda pelos softwares da Companhia e pelos serviços a eles relacionados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Tendo em vista que a Companhia atua como prestadora de serviços, parte de sua receita decorre do número de novos usuários de softwares em cada um de seus clientes, que por sua vez é influenciada pela política de contratação de colaboradores dos clientes e potenciais clientes. Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que clientes da Companhia e potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda por seus serviços, a receita desta pode ser afetada negativamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos com tecnologia da informação, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a recente recessão de 2016.

h. Riscos relacionados à regulação do setor no qual a Companhia atua

A falha ou incapacidade em proteger a propriedade intelectual das marcas, patentes e domínios ou a violação à propriedade intelectual por terceiros pode ter impactos negativos nos negócios da Companhia

A Companhia não pode garantir que as proteções existentes das suas informações confidenciais serão adequadas. Ademais, é possível que terceiros consigam copiar ou subtrair, por engenharia reversa, parcela dos produtos da Companhia ou de outra forma obter e utilizar sua propriedade intelectual, o que poderia prejudicar a posição competitiva da Companhia e reduzir o valor de suas marcas e produtos. Nesse caso, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

i. Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A Companhia atua e possui clientes em outros países, principalmente na Argentina, Colômbia e México, e pode sofrer impactos adversos decorrentes das suas operações nos mercados estrangeiros atuais e futuros. Contudo, convém observar que, caso algum risco decorrente destas operações torne-se material, a Companhia entende que, seus efeitos não seriam relevantes, dado que a receita líquida auferida fora do Brasil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 representou menos de 3% do total de receita líquida, não exercendo, portanto, influência relevante sobre o conjunto total de suas operações.

j. Riscos relacionados a questões socioambientais

As atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados a questões socioambientais.

k. Riscos Macroecônomicos

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro.

A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- inflação;
- taxas de câmbio;
- taxas de juros;
- aumento do desemprego;
- mudanças nas leis fiscais e tributárias;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- mudança na legislação trabalhista;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- restrições nas remessas de fundos ao exterior; e
- outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades e, consequentemente, os resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de ações da Companhia.

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como poderá afetar também o preço de negociação de suas ações

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por Companhias brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a “Operação Lava Jato”. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Alguns ex-membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo e líderes da classe política brasileira, com ou sem mandato atualmente, bem como executivos de grandes Companhias públicas e privadas, estão enfrentando acusações de corrupção por, supostamente, terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a Companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes Companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou Companhias privadas surgirão no futuro.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Incertezas em relação à implementação de reformas estruturantes pelo novo governo, bem como de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, e à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas relativas à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Governo Federal irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. O Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") foi de 7,30% em 2019, 0,53% em 2017 e 7,19% em 2016. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária ("COPOM") frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez a Companhia não possa ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar custos e reduzir as margens operacionais e líquidas da Companhia.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de nossos novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo do endividamento atual da Companhia, bem como seu caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem nos afetar adversamente porque a Companhia tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e as Taxas Oficiais de Juros de Longo Prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita das aplicações financeiras desta.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, consequentemente, a Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao Dólar dos Estados Unidos da América e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, desvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar dos Estados Unidos da América e outras moedas. Em 2016, o Real se valorizou frente ao Dólar em 16,3%, fechando o exercício em R$3,25. Em 29 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R$3,31 e aumentou para R$3,88 no final de 2018, fechando em R$4,01 em 2019. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia.

A desvalorização do Real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos custos da Companhia. Por outro lado, a valorização do Real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. A situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetadas negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação as ações da Companhia.

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As agências de *rating* começaram a revisar a classificação de *rating* de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de rating.

• Standard & Poor´s inicialmente reduziu o *rating* de crédito brasileiro de BBB-negativo para BB- positivo e, posteriormente, reduziu-o novamente de BB-positivo para BB, mantendo sua perspectiva negativa sobre o *rating*, citando uma situação de crédito pior desde o primeiro rebaixamento. No dia 11 de janeiro de 2018, Standard & Poor's rebaixou novamente o *rating* de crédito brasileiro de BB para BB- com uma perspectiva estável, em vista das eleições presidenciais e dos esforços da reforma da previdência.

• Em dezembro de 2015, Moody´s colocou os *ratings* de emissão e de títulos Baa3 do Brasil em revisão para rebaixamento e, posteriormente, em fevereiro de 2016, rebaixou os *ratings* de emissão e de títulos para abaixo do grau de investimento, em Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração nos indicadores de dívida brasileira, considerando um ambiente de baixo crescimento e com dinâmicas políticas desafiadoras.

• Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-positivo em dezembro de 2015 com uma perspectiva negativa, citando a rápida expansão de déficit orçamentário do país e a recessão em nível pior do que o esperado. Já em Maio de 2016 a Fitch rebaixou a classificação para BB com uma perspectiva negativa, a qual foi mantida em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou novamente a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-negativo, citando entre outros motivos, déficits fiscais, a elevada e crescente carga da dívida pública e a impossibilidade de implementar as reformas que melhorariam o desempenho estrutural das finanças públicas.

Diante dos rebaixamentos que ocorreram desde 2015, o Brasil perdeu seu status de grau de investimento nas três grandes agências de rating e, consequentemente, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro foram afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos.

Não podemos garantir que as agências de *rating* manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de *rating* de crédito soberano brasileiro poderá aumentar a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

A relativa volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações da Companhia, envolve um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como:

- Alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e

- Restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido.

- Eventos inesperados e que possam afetar adversamente a economia brasileira ou global, como pandemias e catástrofes naturais de grande escala.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos da América. Em 31 de março de 2020, a capitalização total de mercado das empresas relacionadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") era cerca de R$3,2 trilhões, ao passo que as dez maiores empresas relacionadas na B3 representavam cerca de 44% da capitalização total de mercado de todas as empresas relacionadas, que figuravam no rol das empresas na referida data. Essas características de mercado poderiam restringir consideravelmente a capacidade dos titulares das ações da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das ações da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos da América e mercados emergentes, o que poderá afetar negativamente a economia brasileira, inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários, o que pode impactar o preço de negociação das ações da Companhia

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro, estando os negócios da Companhia bastante integrados às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país ou mesmo um eventual cenário de recessão, com retração da demanda no atacado e varejo, a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura, além do acirramento da concorrência no setor, podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Além disso, o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de Companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas como Estados Unidos da América, de certos países europeus e emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das Companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos da América, bem como pelas variações dos principais índices de ações do país. Qualquer aumento nas taxas de juros de outros países, especialmente nos Estados Unidos da América, pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, afetando negativamente as ações da Companhia. Crises ou acontecimentos relevantes em outros países e mercados de capitais podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das Companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia e o seu respectivo preço de negociação, podendo dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são associados à inflação, à taxa de juros e à taxa de câmbio observadas no cenário macroeconômico.

Inflação

Os principais custos e despesas da Companhia são periodicamente reajustados. Exemplo de gastos reajustados com base em índices de inflação previamente definidos são as despesas com aluguel e com comunicação. Já as despesas com salários, benefícios e encargos, que representaram 50,7% do total de custos e despesas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 são parte de negociações coletivas regionais, que tomam os índices de inflação (geralmente próximos ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo ("IPC-A") como referência.

Os contratos da Receita de Software Recorrente (Manutenção, Subscrição e Serviços), que representaram 75,8% da Receita Líquida de 31 de dezembro de 2019 (cobrindo 88,4% do total de custos e despesas operacionais) também são reajustados anualmente com base em índices de inflação, tomando principalmente como base o IGP-M.

Historicamente, a Companhia também reajusta a tabela de preços das taxas de licenciamento de software, dos acessos de subscrição e das taxas horárias de serviços com base em índices de inflação. Não há garantia de que a Companhia continue a repassar os impactos inflacionários sobre essas linhas de receita futuramente.

Uma vez que os índices inflacionários utilizados para reajustar as linhas de receita são diferentes daqueles utilizados para reajustar os custos e despesas, a inflação pode provocar efeitos relevantes sobre suas operações.

Taxa de juros

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável. Os principais riscos atrelados as operações da Companhia estão ligados à variação de:

(i) Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras e as debêntures emitidas em 2017; e

(ii) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os investimentos avaliados pelo valor justo por meio de resultado são representados por *startups* de capital fechado e, por não terem preços cotados em mercado ativo, o valor justo para estes investimentos é mensurado por múltiplas técnicas de avaliação praticadas pelo mercado, como fluxo de caixa descontado ou múltiplos de receita, considerando a razoabilidade da faixa de valores. A mensuração do valor justo é o ponto dentro dessa faixa que melhor represente o valor justo nas circunstâncias.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, IPCA e CDI vigentes em 31 de dezembro de 2019, foi definido o cenário provável (cenário I) para o ano de 2019 e a partir deste foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi de 31 de dezembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação (em milhares de reais)	**Saldos em 31/12/2019**	**Risco**	**Cenário Provável I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Financiamentos - BNDES	R$4.120	TJLP (a)	5,57%	6,96%	8,36%
Despesa Financeira estimada			**R$229**	**R$287**	**R$344**
Debêntures	R$202.973	CDI (b)	4,40%	5,50%	6,60%
Despesa Financeira estimada			**R$8.931**	**R$11.164**	**R$13.396**

(a) Taxa de Juros de Longo Prazo
(b) Certificado de Depósito Interbancário

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Taxa de câmbio

Algumas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dos Estados Unidos da América (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Novo dólar/Taiwan (TWD) e Peso Chileno (CLP).

Abaixo apresentamos os saldos de cada empresa do grupo, onde demonstramos a exposição líquida consolidada, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Em 31 de dezembro de 2019	**Em milhares de reais**					
Empresa	**Contas a pagar**	**Caixa e equivalente de caixa**	**Contas a receber**	**Outros ativos**	**Exposição líquida**	**Moeda**
RJ Consultores México	(16)		1.903	-	1.887	Peso (MXN)
CMNet Participações S.A.	(317)	1.116	1.026	-	1.825	EUR/ Peso (CHI e ARS)
TOTVS S.A.	(8.962)	-	-	-	(8.962)	USD
TOTVS México	(1.051)	3.518	1.544	-	4.011	Peso (MXN)
TOTVS Argentina	(1.815)	4.781	3.605	-	6.571	Peso (ARS)
TOTVS Corporation	-	-	436	71.955	72.391	USD
Total	(12.161)	9.415	8.514	71.955	77.723	

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado. As aplicações financeiras devem ser alocadas em instituições cuja classificação de risco seja igual ou abaixo ao Risco Soberano (Risco Brasil) atribuído pelas agências de *rating* Standard & Poor's, Moody's ou Fitch. O valor alocado a cada instituição não pode superar 30% do montante total dos saldos em contas correntes somados aos das aplicações financeiras, como também não pode representar mais que 5% do patrimônio líquido da instituição financeira.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à venda de serviços e venda de licenças de software. Não obstante, ressaltamos a grande pulverização da base de clientes, diversificação setorial, bem como diversificação geográfica dentro do território brasileiro e a diversificação das fontes de receita do negócio.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente.

A Companhia registra provisões para contingências de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS e constitui provisões para processos com chance de perda provável, conforme avaliados e classificados por seus consultores legais. Para aqueles processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, a Companhia não registra qualquer provisão; no entanto, divulga nas notas explicativas de suas demonstrações financeiras, a natureza e valores dos temas mais relevantes enquadrados nessa categoria.

Foram considerados como processos individualmente relevantes, para os fins deste item 4.3 do Formulário de Referência, processos em que a Companhia ou suas controladas figuram como parte no polo passivo e que (i) tenham valor individual igual ou superior a R$5 milhões para processos com chance de perda provável e R$10 milhões para processos com chance de perda possível ou remota; e (ii) independentemente de valor, possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia e de suas controladas ou ter um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia e de suas controladas.

O valor das provisões constituídas em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 2017 são como segue:

Natureza (em milhares de Reais)	**Em 31/12/2019**	**Em 31/12/2018**	**Em 31/12/2017**
Tributárias	7.671	2.946	2.827
Trabalhistas	87.988	94.832	78.945
Cíveis	35.862	30.014	35.998
	131.521	127.792	117.770

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2019, a provisão constituída para as demandas tributárias totalizou a quantia de R$7.671mil. Não há processos de natureza tributária que a Companhia julgue individualmente relevantes.

Cíveis

Os processos de natureza cível classificados como perda provável se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na entrega de produtos e/ou serviços, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência aos contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão constituída para essas demandas totalizava R$35.862 mil.

Processo: 001223081.2015.8.08.0024 /	**0046742-37.2008.8.08.0024/**
a. Juízo	11ª Vara Cível de Vitória – ES
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	22/07/2009
d. Partes no processo	Autora: Unimed Vitória Cooperativa De Trabalho Médico Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$17.660 mil (atualizado até 31/12/2020) O valor acima mencionado engloba o valor da condenação (R$2.511 mil) atualizado e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde a citação (12/05/2009), mais honorários advocatícios de 10%, mais as penalidades previstas no art. 523, § 1º do CPC (multa de 10% + honorários de 10%) + valor remoto.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Uma vez transitado em julgado ambos os Agravos, o valor referente às sanções do art. 523, §1º, do CPC, será excluído do provisionamento.
f. Principais fatos	Trata-se de ação de Indenização por danos materiais, por suposta falha no desenvolvimento de sistema (Informenge), a qual teria ocasionado prejuízo estimado, à época, em R$ 2.511mil. O processo, atualmente, encontra-se em fase de impugnação de cumprimento de sentença, tendo sido obstado o levantamento da quantia depositada pela TOTVS (R$10.190mil), em razão da decisão liminar proferida nos autos da Ação Rescisória nº 0003132-13.2016.8.08.0000. Em primeira instância, por duas vezes, foi determinada a aplicação das penalidades previstas no art. 523, § 1º, do CPC (multa + honorários), sob a premissa de que não houve pagamento voluntário da obrigação. Todavia, ambas as decisões foram afastadas pelos julgamentos dos Agravos de Instrumento números 0014624.90.2017.8.08.0024 (pendente de julgamento de REsp) e 0030011-14.2018.8.08.0024 (prazo para recurso especial em curso). A Ação Rescisória, acima mencionada, tem como objeto a exclusão total da condenação imposta na Indenizatória. Foi obtida, parcialmente, a tutela antecipada, a fim de suspender o levantamento, pela UNIMED, da quantia depositada pela TOTVS na Indenizatória. Recentemente, as partes manifestaram-se favoravelmente ao julgamento antecipado do feito.
g. Chance de perda	Provável – R$13.680 mil Remoto – R$3.980 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a parte contrária efetuará o levantamento da quantia já depositada nos autos, no valor original de R$10.190 mil. O valor atualizado em março/19 é de R$12.416 mil. O Depósito judicial foi realizado em 22/12/2017 e corresponde ao crédito requerido pela UNIMED, sem a inclusão das penalidades do art. 523, § 1º, por entendermos que referida sanção é indevida. Não entendemos que o crédito depositado vise "garantir o juízo" e sim cumprir a determinação de pagamento voluntário da obrigação. O levantamento pela UNIMED apenas não foi realizado em razão da decisão liminar proferida na Ação Rescisória acima mencionada. Em caso de eventual improcedência da Ação Rescisória, entendemos que o valor depositado é suficiente para quitação do valor discutido na ação, em especial diante do efeito liberatório (Súmula 179 do STJ - O estabelecimento de crédito que recebe dinheiro, em depósito judicial, responde pelo pagamento da correção monetária).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Trabalhistas

Os processos trabalhistas se referem aos processos movidos por ex-colaboradores da Companhia requerendo verbas trabalhistas, bem como de empresas prestadoras de serviços pleiteando tanto reconhecimento de vínculo empregatício, como as demais verbas trabalhistas. A provisão constituída para essas demandas totalizava R$87.988 mil em 31 de dezembro de 2019.

Não há processos de natureza trabalhista que a Companhia julgue individualmente relevantes, com exceção dos processos abaixo:

Processo: 0292000-56.2003.5.02.0064	
a. Juízo	64ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	18/12/2003
d. Partes no processo	Autora: A.B. F. P Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$5.501 mil (atualizado até 31.12.2019)
f. Principais fatos	Reclamação Trabalhista proposta por ex-executivo comercial da empresa Mobile S/A face de MOBILE S/A e WISER-WEB BASED SYSTEMS ENGINEERING TECHNOLOGY, requerendo: (i) reconhecimento de vínculo de emprego e pagamento de verbas trabalhistas e rescisórias; (ii) diferenças salariais decorrentes da redução das comissões; (iii) reflexos das comissões; (iv) indenização por danos morais. O processo foi julgado parcialmente procedente. Em fase de execução a TOTVS foi incluída na lide na qualidade de sucessora da Datasul, empresa que deteve controle acionário da Mobile entre 2000 e 2002, antes da incorporação pela TOTVS. A TOTVS garantiu a execução no valor atualizado de R$4.463. Apresentados Embargos à Execução alegando sua ilegitimidade de parte, que foram rejeitados, bem como, sucessivos recursos contra referida decisão. Em 11/03/2019, foi determinada liberação dos valores incontroversos penhorados, mas houve habilitação de credores do reclamante nos autos, sendo determinada constituição de ordem de preferência entre os credores. Apresentado recurso de agravo de petição pelo reclamante contra o índice de correção monetária adotado no processo, ao qual não foi dado provimento. A Companhia apresentou contraminuta ao recurso do reclamante. Atualmente, o processo aguarda o julgamento do Recurso de revista do Reclamante perante o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.
g. Chance de perda	Provável – R$5.501 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a parte contrária efetuará o levantamento da quantia já depositada nos autos, em montante a ser apurado em liquidação de sentença.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Outros processos em andamento (classificação de perda "possível")

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte de outras ações judiciais cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível. Para tais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

Natureza (em milhares de Reais)	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018	Em 31/12/2017
Tributárias	137.180	154.953	137.140
Trabalhistas	90.509	160.326	161.978
Cíveis	271.647	315.507	272.499
	499.336	**630.786**	**571.617**

A Companhia entende que são relevantes apenas os processos cujos valores envolvidos podem impactar substancialmente seu patrimônio ou o de suas controladas. Seguem abaixo os processos que a Companhia julga relevantes:

Trabalhistas

Na seara trabalhista, o valor total classificado como perda possível era de R$90.509 mil em 31 de dezembro de 2019.

Tributárias e Previdenciárias

Os processos de natureza tributária e previdenciária classificados como de perda possível referem-se, principalmente, a ações que discutem lançamentos de ISS e de compensações com saldo negativo de CSLL.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor discutido nessas ações, classificadas como de perda possível, totaliza a quantia de R$137.180 mil.

Processo: 6017.2019/0010313-2 (substituiu a 6017.2019/0010309-4)	
a. Juízo	Prefeitura do Município de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	27/02/2019
d. Partes no processo	Autora: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$18.802 mil (atualizado até 31/12/2019)
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo em que foram reunidos 227 autos de infração lavrados contra a TOTVS, em que se pretende a cobrança de ISS supostamente devido sobre serviços de suporte técnico de informática e desenvolvimento de software, relativo ao ano calendário de 2014. Apresentada Impugnação contra a lavratura dos autos de infração em 27/02/2019. Aguarda-se julgamento da impugnação que adquiriu novo número, conforme relatado acima.
g. Chance de perda	Possível - R$18.802 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo: 10880.946778/2012-02	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal
b. Instância	1ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	01/03/2013
d. Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$12.081 mil (atualizado até 31/12/2019)
f. Principais fatos	Pedido administrativo de compensação dos débitos com saldo negativo de CSLL, mas as compensações foram integralmente glosadas. Despacho Decisório emitido em 12/07/2012 informando sobre a não homologação em razão de inconsistências supostamente não sanadas pela TOTVS, na medida em que não teria ocorrido apuração de crédito na DIPJ correspondente ao período de apuração do saldo negativo informado no PER/DECOMP. Apresentada Manifestação de Inconformidade em agosto de 2012. Aguarda-se julgamento.
g. Chance de perda	Possível - R$12.081 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

Processo: 0000756-14.0500.8.26.0090	
a. Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	27/02/2019
d. Partes no processo	Autora: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$10.754 mil (atualizado até 31/12/2019)
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal para a cobrança de ISS, sobre supostas prestações de serviços realizados no Município de São Paulo no período de 1996 a 2001, o qual, segundo alegação da Fazenda, não teria sido recolhido. Considerando a não apresentação de documentos pela empresa à época, a Fazenda arbitrou o valor do imposto cobrado. Foram opostos embargos à execução, na data de 18/02/2015, distribuídos sob o nº 0000557-86.2015.8.26.0090, alegando-se a prescrição da cobrança e a desconstituição do arbitramento do valor do imposto devido. Atualmente, os autos estão passando por perícia judicial iniciada em maio de 2019. Aguardamos a análise das provas apresentadas ao perito para a verificação dos serviços que de fato foram prestados dentro do território do Município de São Paulo para que seja avaliado se o arbitramento está correto.
g. Chance de perda	Possível - R$10.754 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a parte contrária efetuará o levantamento da quantia já depositada nos autos, em montante a ser apurado em liquidação de sentença.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Cíveis

Os processos de natureza cível classificados como de perda possível se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência a contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente.

Processo: 0001309-10.2009.8.26.0659	
a. Juízo	1ª Vara Cível de Vinhedo - SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	06/03/2009
d. Partes no processo	Autoras: Guaicurus Comercio E Assessoria De Microcomputadores Ltda., Ginfor Comercio De Sistemas E Computadores Ltda., Sogem Comercio E Representações Ltda., Terena Comercio E Assistência Técnica Ltda. Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$188.092mil (atualizado até 31/12/2019)
f. Principais fatos	Ação de indenização por rescisão de contratos de representação comercial, cumulada com danos morais e materiais. Alegam as Autoras que firmaram com a Ré RM Sistemas Ltda. (posteriormente incorporada pela TOTVS S/A), contratos de representação comercial, por meio dos quais as Autoras passaram a ser representantes de vendas dos softwares desenvolvidos pela Ré. Segundo as Autoras, em determinado momento a Ré decidiu interromper o pagamento das comissões devidas em razão da aludida representação comercial, bem como resolveu rescindir os contratos anteriormente celebrados, sem pagar às Autoras as indenizações que lhe eram supostamente devidas. Em razão disso, as Autoras pleiteiam a declaração de nulidade do distrato dos contratos mantidos com a Ré, bem como a indenização devida pelas rescisões contratuais unilaterais e pagamento de valores referentes às comissões. Ainda não foi proferida sentença e, atualmente, a ação encontra-se em fase de produção de provas, consistente na realização da prova pericial para se averiguar se seriam devidos valores à Autora a título de comissão e indenização. Em dezembro de 2018, as Partes foram intimadas para se manifestarem sobre o complemento do laudo pericial, o qual foi desfavorável à Ré, no entanto, não indicou valores líquidos eventualmente devidos pela Ré. Em dezembro de 2019, o processo permanece em fase pericial.
g. Chance de perda	Provável - R$582 mil Possível - R$104.361 mil Remoto - R$84.922 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Valor a ser apurado em liquidação de sentença

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Processo:0001278-13.2012.5.01.0018	
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho do São Paulo
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	01/02/2013
d. Partes no processo	Autor: F.P.R.F.R Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$12.294 mil (atualizado até 31.12.2019)
f. Principais fatos	Reconhecimento de vínculo no período estatutário, com pagamento de direitos decorrentes da relação de emprego. Aguarda julgamento do recurso reclamante.
g. Chance de perda	Possível – R$0,00 Remoto - R$12.294 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, o desembolso pela Companhia do valor a ser apurado em liquidação de sentença

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não há provisão para os processos descritos no item 4.4.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

A Companhia não está envolvida em processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Em novembro de 2011, a Companhia firmou Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, que versa sobre obrigações trabalhistas. No TAC, a Companhia assumiu o compromisso de abster-se de praticar atos que pudessem ser considerados como em desacordo com a legislação trabalhista, sob pena de aplicação de multas pecuniárias. A Companhia vem envidando todos os esforços para cumprir as obrigações assumidas no TAC que, atualmente, está sob acompanhamento do Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não aplicável, porque a Companhia não possui valores mobiliários fora do Brasil.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de junho de 2019 e tornada pública em 19 de junho de 2019.

A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos está disponível no site de Relações com Investidores da TOTVS (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos).

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos é estabelecer os princípios, as diretrizes e responsabilidades a serem observados no gerenciamento de riscos corporativos e de controles internos da Companhia, de forma a assegurar a adequada identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos corporativos.

A política visa, ainda, a assegurar a presença dos seguintes elementos:

Governança e Cultura de Gestão de Riscos: A cultura de gestão de riscos deve ser disseminada em todos os níveis da Companhia e a gestão e o monitoramento dos riscos não deve ser uma ação exclusiva de um único executivo ou departamento. Os gestores são responsáveis primários pela gestão cotidiana dos riscos associados à sua área e/ou pelo processo de negócio e disseminação da cultura de gestão de riscos entre seus liderados, gerenciando a exposição aos riscos por meio de planos de ação definidos e monitorados pelo Conselho de Administração.

Identificação, análise, avaliação, tratamento e reporte: os riscos devem ser periodicamente identificados, analisados, avaliados e documentados de forma estruturada para que possam ser tratados adequadamente e reportados aos órgãos competentes.

i. riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são:

Riscos Estratégicos: eventos de riscos associados às decisões estratégicas e que afetam a estratégia de negócios ou os objetivos estratégicos da Companhia, considerando os ambientes interno e externo.

Riscos Operacionais: os riscos operacionais referem-se às possíveis perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas, ambiente tecnológico ou provocadas por eventos externos.

Riscos Financeiros: associados à exposição a potenciais perdas financeiras da Companhia, bem como à confiabilidade dos lançamentos contábeis e das suas demonstrações financeiras. Pode se materializar, por exemplo, em decorrência da não efetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e a geração de caixa operacional, perdas em negócios, inadimplência de clientes, retornos das transações financeiras, oscilações em índices de mercado aplicados a seus contratos, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, expondo a Companhia a multas e penalidades.

Riscos Regulatórios/ de Compliance: riscos de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, Código de Ética e Conduta, dentre outros.

Riscos de Tecnologia da Informação: riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança da informação) que podem impactar os negócios da Companhia, como a ocorrência de ciberataques, vazamento e/ou perda de integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI e obsolescência tecnológica.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

ii. instrumentos utilizados para proteção:

Os instrumentos utilizados para proteção são:

Riscos Estratégicos (Negócio):
Os riscos estratégicos são mapeados pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, com base na avaliação dos ambientes interno e externo e em entrevistas com os respectivos "donos" de cada risco na Companhia, responsáveis ainda pela avaliação conjunta dos fatores de risco, impacto e probabilidade, bem como pela implementação dos planos de ação, de forma a garantir a mitigação dos riscos. As ações de melhoria (planos de ação) são objeto de acompanhamento e monitoramento pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, além de reporte Companhia ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

Riscos Operacionais, Financeiros e Tecnologia da Informação:
São identificados e documentados por meio do mapeamento dos processos considerados críticos pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance. Após a identificação dos riscos, são atribuídos seus respectivos impacto e probabilidade, a fim de identificar as ações de melhoria (planos de ação) necessárias para sua mitigação, cabendo a sua implementação às respectivas áreas responsáveis. Os referidos planos de ação são objeto de acompanhamento e monitoramento pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, além de reporte às estruturas competentes de governança e gestão da Companhia, como o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

Riscos Regulatórios/de Compliance:
A Companhia monitora as novas regulamentações aplicáveis ao negócio, bem como as alterações no arcabouço regulatório ao qual está submetida. Após a avaliação de impacto ao negócio, são identificadas as medidas necessárias para cumprimento dos requisitos legais, cabendo às áreas responsáveis providenciar as adequações pertinentes. Além disso, possui um Programa de Integridade apto à prevenção, detecção e remediação de atos ilícitos e/ou que violem as diretrizes de conduta da Companhia. Adicionalmente, a área de Controles Internos, Riscos e Compliance possui uma interação contínua com a área de Relações Institucionais e Governamentais com o intuito de antecipar potenciais impactos regulatórios que eventualemente poderão afetar os negócios dos quais da Companhia.

iii. Estrutura organizacional de Gerenciamento de Riscos:

Conselho de Administração: órgão de deliberação que tem por objetivo monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (compliance) de acordo com a política previamente aprovada, bem como:

- Definir os objetivos estratégicos da Companhia que nortearão o trabalho de identificação dos riscos da organização;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Aprovar a metodologia de gestão de riscos e de controles internos da Companhia;
- Acompanhar as ações de gerenciamento dos riscos conforme direcionamento de negócios da Companhia;
- Determinar e validar os ciclos de revisão do sistema de controle de riscos e sua eficácia;
- Determinar a tolerância aos riscos;
- Aprovar o mapa de riscos (estratégicos e operacionais) e os principais fatores de risco aos quais a Companhia esteja exposta;
- Validar documentação de informações públicas sobre o modelo de gestão de riscos e transparência de informações prestadas ao público interno e externo.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições incluem:

- Propor alterações na Política de Gestão de Riscos e Controles Internos e submetê-las ao Conselho de Administração;
- Auxiliar a Administração na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos e controles internos, além das métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, apresentando ao Conselho de Administração sua recomendação de aprovação;
- Avaliar os planos de ação elaborados para os riscos classificados como “alto” e “crítico”;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Acompanhar e recomendar ao Conselho de Administração a aceitação ou não das respostas aos riscos altos e críticos;
- Avaliar o mapa de riscos (estratégicos e operacionais) e os principais fatores de risco aos quais a Companhia esteja exposta, apresentando ao Conselho de Administração suas recomendações;
- Supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes de controles e os planos de ação mitigatórios, reportando ao Conselho de Administração desvios e ocorrências consideradas relevantes;
- Acompanhar as ações de gerenciamento dos riscos conforme direcionamento de negócios da Companhia.

Aos demais Comitês Técnicos de Assessoramento do Conselho de Administração cabe acompanhar e recomendar a aceitação ou não das respostas aos riscos, auxiliar a Administração na definição das diretrizes de gestão de riscos, de métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, acompanhar as ações de implementação de planos de ação mitigatórios e reportar suas conclusões ao Conselho de Administração.

Área de Controles Internos, Riscos e Compliance: está subordinada à Diretoria de Controladoria e Planejamento, que por sua vez reporta-se à Vice-Presidência Administrativa e Financeira. Tem como principais atribuições:

- Propor e aplicar a metodologia de Gestão de Riscos, criando um sistema eficaz de monitoramento;
- Conduzir junto às áreas pertinentes a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos estratégicos e operacionais;
- Reportar os riscos estratégicos e operacionais à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração;
- Propor alterações e submeter a aprovações a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Discutir as recomendações propostas pelos “Donos dos Riscos” para minimizar os impactos dos riscos da Companhia em linha com a estratégia e objetivos definidos;
- Monitorar as ações de implementação de controles internos para gerenciamento dos riscos;
- Realizar o acompanhamento e reporte trimestral de todas as ações desenvolvidas para os riscos classificados como “Médio”, “Alto” e “Crítico”;
- Acompanhar e reportar periodicamente o andamento dos planos de ação desenvolvidos;
- Mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos (operacionais e financeiros, por exemplo), e no desenvolvimento dos respectivos controles que mitiguem esses riscos;
- Acompanhar e sugerir melhorias de controles internos pelas áreas operacionais;
- Reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações possam agravar o ambiente de controles;
- Conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e de controles internos e a responsabilidade inerente aos administradores, funcionários, estagiários e demais TOTVERS.

Auditoria Interna: Reporta-se ao Comitê de Auditoria e tem como responsabilidades:

- Utilizar o Mapa de Riscos como subsídio para o plano anual de auditoria dos processos da Companhia, de suas subsidiárias e controladas;
- Auditar o processo de Gestão de Riscos da Companhia com pareceres imparciais, independentes e tempestivos;
- Realizar o monitoramento do ambiente de controles internos e da efetividade da gestão de riscos com base nos trabalhos executados pelas Áreas de Negócios e Área de Controles Internos, Riscos e Compliance;
- Executar os testes de controles de acordo com o planejamento da auditoria e reportar os resultados ao Comitê de Auditoria;
- Verificar a implementação dos planos de ação e sua eficácia;
- Identificar a necessidade de priorização de ações a partir dos resultados dos processos de riscos em execução, bem como ampliar o ambiente de testes substantivos e/ou monitoramento contínuo, em função de novos riscos ou agravamento de riscos previamente mapeados;
- Identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de riscos;
- Emitir opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria.

“Donos dos Riscos” / Áreas de Negócios Operacionais: é responsabilidade, nos termos da política:

- Identificar continuamente e documentar os riscos sob sua gestão;
- Realizar o *Control Self Assessment* e disponibilizar as evidências necessárias;
- Avaliar anualmente o desempenho e os resultados dos controles dos riscos sob sua gestão;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Comunicar a Área de Controles Internos, Riscos e Compliance novos riscos identificados e qualquer alteração em seu processo de negócio;
- Estabelecer controles adequados para gerenciamento dos riscos;
- Dar cumprimento aos planos de ação sob sua responsabilidade;
- Assegurar que as ações implementadas sejam efetivas e resultem em redução do grau de exposição aos riscos a níveis aceitáveis.

c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

A Companhia conta com uma estrutura de Controles Internos, cujas atividades envolvem mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos (operacionais e financeiros, por exemplo), além dos respectivos controles que mitiguem esses riscos, acompanhar e sugerir melhorias de controles internos pelas áreas operacionais e, por fim, reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações possam agravar o ambiente de controles. A estrutura de controles internos é avaliada periodicamente, a fim de verificar a eficiência dos controles internos existentes e influências decorrentes de potenciais mudanças nos ambientes interno da Companhia e/ou externo.

A estrutura de gestão de riscos monitora continuamente os riscos e os respectivos fatores de riscos mapeados, de forma a acompanhar a evolução dos níveis de risco em face das medidas mitigatórias adotadas (planos de ação) e assegurar a identificação tempestiva de eventuais desvios ou movimentos que possam aumentar a exposição da Companhia aos riscos ou ameaçar a continuidade de negócios. A Área de Controles Internos, Riscos e Compliance reporta periodicamente o status das ações e a evolução da classificação dos riscos às instâncias competentes. Por fim, quando do Planejamento Estratégico da TOTVS, é realizada uma revisão sistêmica do processo de gestão de riscos, visando garantir o adequado mapeamento e priorização de riscos mediante a estratégia da Companhia.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Conforme mencionado no item 5.1, a Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos e Controles Internos a fim de suportar o processo de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros, de mercado, regulatórios/compliance e de tecnologia da informação.

A política foi revisada pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de junho de 2019 e tornada pública em 19 de junho de 2019.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. riscos para os quais se busca proteção:

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas nacionais, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, políticas governamentais para o setor, índice de inflação e política cambial, conforme discutido no item 4.2.

ii. estratégia de proteção patrimonial (hedge):

Historicamente, os riscos apresentados anteriormente (item 5.1-b-i) têm seu efeito atenuado para Companhia por ela ter uma base de clientes pulverizada, tanto em termos de receita, como em setores de atividades nos quais esses clientes atuam.

Inflação - A Companhia entende que o impacto inflacionário sobre seu resultado operacional é mitigado pelo reajuste anual dos contratos de manutenção e de subscrição e pelos reajustes periódicos nos preços das novas taxas de licenciamento e nas taxas horárias dos projetos de serviços vendidos. No entanto, como mencionado no item 4.2, essa estratégia de proteção natural não trata o risco residual do descasamento entre a inflação de custos e despesas e os índices de inflação aplicados nos contratos de manutenção e de subscrição. Com base no histórico, a Companhia entende que esses indicadores de inflação tendem a convergir no médio/longo prazo.

Taxa de juros - A Companhia busca monitorar o endividamento líquido por meio da comparação da geração operacional de caixa e a dívida total, como demonstrado no item 3.7 deste formulário.

Variação cambial - No atual estágio de maturidade das suas operações internacionais, a Companhia busca dimensionar estruturas de custos e despesas compatíveis com as respectivas gerações de receita.

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge):

A Companhia não utiliza no momento nenhum instrumento ativo de hedge, além dos hedges “naturais” mencionados no item anterior (“ii”) que consistem em: reajuste das receitas com base em índices de preços (proteção contra a inflação); monitoramento do índice de endividamento líquido e do fluxo de caixa das operações individuais e consolidadas (proteção contra a taxa de juros); e operações internacionais com receitas e custos essencialmente incorridos nas mesmas moedas (proteção contra a taxa de câmbio).

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

Os principais parâmetros são a representatividade das receitas recorrentes em relação à receita total, o comportamento das receitas recorrentes, a satisfação dos clientes atendidos, o monitoramento dos indicadores de endividamento líquido (item 3.7), o cronograma de vencimento da dívida (item 3.8) e o patrimônio líquido denominado em moeda estrangeira em relação ao patrimônio líquido total da Companhia.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:

No período compreendido por este Formulário de Referência, a Companhia não conduziu operações dessa natureza.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos é composta pelo Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria, e conta também com o suporte da Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, da Auditoria Interna e as Áreas de Negócios Operacionais ("Donas dos Riscos"). As responsabilidades de cada uma das instâncias que atuam nesse processo podem ser conferidas no item 5.1-b iii.

c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia conta com uma estrutura de Controles Internos, cujas atividades envolvem mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos (operacionais e financeiros, por exemplo), além dos respectivos controles que mitiguem esses riscos, acompanhar e sugerir melhorias de controles internos pelas áreas de negócios, item 5.1 - C.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia, alinhada continuamente às melhores práticas de mercado na gestão de controles internos, possui uma Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, que tem como principais atribuições conduzir e estabelecer diretrizes para os trabalhos relacionados a Controles Internos, bem como atestar o correto funcionamento do ambiente de controles, buscando mitigar riscos de acordo com a complexidade dos negócios da TOTVS e visando garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos.

Ainda, o processo definido visa a garantir segurança razoável para proteção do patrimônio, exatidão e fidedignidade das informações contábeis, eficiência operacional e adesão às políticas, normas e procedimentos.

Definição de escopo e atuação:

Os controles internos contribuem para a mitigação dos riscos, propiciando um ambiente mais seguro e eficaz, no que tange a eficiência operacional e a integridade dos registros e informações, considerando principalmente os seguintes aspectos:

(i) os objetivos estratégicos da Companhia;
(ii) composição e natureza das contas contábeis;
(iii) possibilidade de perdas decorrentes de erros e fraudes; e
(iv) complexidade nas transações das contas contábeis

Para atingimento dos seus objetivos, a gestão dos controles internos da Companhia está estruturada em um modelo integrado de três Linhas de Defesa, sendo:

1ª Linha de Defesa: São as Áreas de Negócio, responsáveis por identificar e reportar os riscos de suas operações e zelar pelo atendimento dos seus objetivos de negócio, bem como pelo adequado funcionamento da sua estrutura de controles internos;
2ª Linha de Defesa: Representada pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, utiliza a documentação suporte produzida pela 1ª Linha de Defesa como subsídio para revisão do ambiente de controles. Atua de forma consultiva apoiando as áreas de negócio no desenvolvimento e implementação dos processos e controles;
3ª Linha de Defesa: Auditoria Interna, responsável por analisar e avaliar de forma independente o ambiente de controles internos com base nos trabalhos executados pela 1ª e 2ª linhas de defesa. Pode executar trabalhos adicionais conforme necessidade identificada.

Posteriormente, são realizados os mapeamentos e atualizações dos processos, da matriz de riscos e dos controles e testes de desenho dos controles (denominados *"walkthroughs*"), com a finalidade de confirmar o entendimento dos processos mapeados, bem como se os controles estão implementados e operando de forma adequada.

Os controles inexistentes ou considerados insatisfatórios para mitigação dos riscos identificados nos processos de negócio são reportados para as áreas responsáveis para elaboração de planos de ação (seja a criação do novo controle ou o aperfeiçoamento dos controles existentes).

Concluídas estas etapas, os responsáveis pelos processos devem realizar anualmente o *Control Self Assessment*, bem como disponibilizar as evidências de execução dos controles no sistema utilizado pela TOTVS e, quando for o caso, apontar novos riscos por eles identificados em seus processos ou atividades.

Os processos e controles mapeados pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance são ferramentas fundamentais para o planejamento da Auditoria Interna. Com base nesse mapeamento, a Auditoria Interna define a estratégia e os testes de efetividade que serão realizados (denominados "Testes de Controles"), com o objetivo de avaliar a correta aplicação e eficiência operacional dos controles na prevenção ou detecção de distorções relevantes.

Cabe ao Comitê de Auditoria da Companhia supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes e os planos de ação desenvolvidos pelos responsáveis dos processos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

b) Estruturas organizacionais envolvidas:

Conselho de Administração: órgão de deliberação que tem por objetivo monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (compliance) de acordo com a política previamente aprovada, bem como:

- Definir os objetivos estratégicos da Companhia que nortearão os trabalhos de controle internos da organização;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Aprovar a metodologia de gestão de riscos e de controles internos da Companhia;
- Acompanhar as ações de gerenciamento dos riscos e controles internos conforme direcionamento de negócios da Companhia;
- Determinar e validar os ciclos de revisão do sistema de controle internos e sua eficácia;
- Validar documentação de informações públicas sobre o modelo de gestão de riscos e controles internos, e transparência de informações prestadas ao público interno e externo.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições incluem:

- Propor alterações na Política de Gestão de Riscos e Controles Internos e submetê-las ao Conselho de Administração;
- Auxiliar a Administração na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos e controles internos, além de métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, apresentando ao Conselho de Administração sua recomendação de aprovação;
- Supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes de controles oriundos do *Control Self-Assessment,* reportando ao Conselho de Administração desvios e ocorrências consideradas relevantes;

Aos demais comitês técnicos de assessoramento do Conselho de Administração, por sua vez, cabe acompanhar e recomendar a aceitação ou não das respostas aos riscos, auxiliar a Administração na definição das diretrizes de gestão de riscos, métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, acompanhar ações de implementação de planos de ação mitigatórios e reportar suas conclusões ao Conselho de Administração.

Área de Controles Internos, Riscos e *Compliance*: está subordinada à Diretoria de Controladoria e Planejamento, que por sua vez reporta-se à Vice-Presidência Administrativa e Financeira. Tem como principais atribuições relacionadas à Controles Internos:

- Propor alterações e submeter às aprovações a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Discutir as recomendações propostas pelos Donos dos Riscos para minimizar os riscos da Companhia em linha com a estratégia e objetivos definidos;
- Monitorar as ações de implementação de controles internos para gerenciamento dos riscos;
- Acompanhar e reportar periodicamente o andamento dos planos de ação desenvolvidos;
- Mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos (operacionais e financeiros, por exemplo), e no desenvolvimento dos respectivos controles que mitiguem esses riscos;
- Acompanhar e sugerir melhorias de controles internos pelas áreas operacionais;
- Reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações possam agravar o ambiente de controles;
- Conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e controles internos e a responsabilidade inerente aos administradores, funcionários, estagiários e demais TOTVERS.

Auditoria Interna: reporta-se ao Comitê de Auditoria e tem como principais responsabilidades:

- Realizar o monitoramento do ambiente de controles internos e a efetividade da gestão de riscos com base nos trabalhos executados pelas Áreas de Negócios e Área de Controles Internos, Riscos e Compliance;
- Executar os testes de controles de acordo com o planejamento da auditoria e reportar os resultados ao Comitê de Auditoria;
- Verificar a implementação dos planos de ação e sua eficácia;

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- Identificar a necessidade de priorização de ações a partir dos resultados dos processos de riscos em execução, bem como ampliar o ambiente de testes substantivos ou o monitoramento contínuo em função de novos riscos ou agravamento de riscos previamente mapeados;
- Identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de riscos;
- Emitir opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria.

Áreas de Negócios Operacionais: é responsabilidade, nos termos da política:

- Identificar continuamente e documentar os riscos sob sua gestão;
- Realizar o *Control Self Assessment* e disponibilizar as evidências necessárias;
- Avaliar anualmente o desempenho e os resultados dos controles dos riscos e controles sob sua gestão;
- Comunicar a Área de Controles Internos, Riscos e Compliance novos riscos identificados e qualquer alteração em seu processo de negócio;
- Estabelecer controles adequados para gerenciamento dos riscos;
- Dar cumprimento aos planos de ação sob sua responsabilidade;
- Assegurar que as ações implementadas sejam efetivas e resultem em redução do grau de exposição aos riscos a níveis aceitáveis.

c) Se e como a eficiência de Controles Internos é supervisionada pela Administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

Após a finalização do mapeamento dos processos, identificação de riscos, e testes de desenho (*walkthroughs*), as áreas de negócio devem realizar o *Control Self Assessment*, bem como disponibilizar as evidências de execução dos controles no sistema utilizado pela TOTVS e, quando for o caso, apontar novos riscos por eles identificados em seus processos ou atividades.

Com base nesse mapeamento e no *Self Assessment* realizados e documentados pelo dono do processo, a Auditoria Interna define a estratégia e os testes de efetividade que serão realizados (denominados “Testes de Controles”), com o objetivo de avaliar a correta aplicação e eficiência operacional dos controles na prevenção ou detecção de distorções relevantes.

Todo o processo de mapeamento, revisão dos controles e seus respectivos resultados são reportados ao Comitê de Auditoria da Companhia, que acompanha periodicamente a eficiência de controles internos, os planos de ação desenvolvidos e sua implementação.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e exercício da atividade de auditoria independente.

O relatório emitido pelos Auditores Independentes relativos às Demonstrações Financeiras da Companhia para o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2019, apontou deficiências significativas de controles referentes à Gestão de Acessos (*ITGC Controls*), nos quais foram verificadas fragilidades nos processos de concessão, revogação, manutenção e revisão periódica de acessos de colaboradores ativos, transferidos e desligados da Companhia. Adicionalmente, verificou-se uma fragilidade nos controles do processo de gerenciamento de mudanças em um dos sistemas da Companhia.

Os Auditores Independentes recomendaram ainda, para o processo de Gestão de Acessos, reavaliar o desenho dos controles de concessão, revogação e transferências, de modo a identificar o que ocasionou as falhas apontadas, bem como documentar, evidenciar e validar formalmente qualquer tipo de alteração realizada nos perfis de acesso dos colaboradores da Companhia. Para as fragilidades identificadas nos controles de gestão de mudanças, foi recomendada a revisão do processo de gerenciamento de mudanças/atualizações dos sistemas, bem como a revisão dos controles para garantir que todas as etapas do processo de atualização dos sistemas sejam cumpridas de forma adequada.

Cabe ressaltar que, por meio de procedimentos comprobatórios adicionais, os auditores externos verificaram que as deficiências identificadas não geraram nenhum tipo de ressalva em seu parecer final e não alteraram os resultados financeiros da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo Auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A revisão completa dos processos de gestão de acessos foi concluída e engloba a criação de mecanismos e integrações sistêmicas para evidenciar e documentar que os acessos concedidos, transferidos e revogados estejam em conformidade com as atividades realizadas pelos colaboradores e passem por aprovações conforme as alçadas competentes. Também foi definido um processo de revisão anual dos acessos de 100% dos colaboradores da Companhia.

Quanto às fragilidades identificadas no processo de gestão de mudanças, a Companhia revisou todos os seus controles e criou validações adicionais para garantir que as mudanças só entrem em produção com todas as evidências necessárias e sem nenhum conflito de segregação de função.

Cabe ressaltar que as demais recomendações da Auditoria Independente não consideradas significativas já foram concluídas ou foram endereçadas aos responsáveis das respectivas áreas e possuem prazo definido para sua implementação em 2020.

5.4 - Programa de Integridade

a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas de integridade adotados pelo emissor para prevenção, detecção e remediação de fraudes e elícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A TOTVS adota mecanismos e procedimentos de integridade visando à prevenção, detecção e ao tratamento adequado de atos de corrupção, fraudes e condutas ilícitas de qualquer natureza, praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira, bem como no âmbito privado, considerando os países de atuação da Companhia.

Visando ao aperfeiçoamento e melhoria contínua das práticas anticorrupção, em 2019 a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração a reestruturação do Programa de Integridade, com base na legislação anticorrupção pertinente e nas melhores práticas de mercado, considerando o perfil de risco da TOTVS.

O Programa de Integridade está estruturado em 5 (cinco) pilares inter-relacionados:

Cultura de Integridade: tem por objetivo fortalecer a cultura ética e de integridade por meio do engajamento e apoio constante das principais lideranças da TOTVS, de forma a disseminar a todos os níveis hierárquicos uma cultura que reflita os padrões éticos esperados pela Companhia.

Avaliação de Riscos: visa identificar e avaliar os principais riscos anticorrupção/compliance aos quais a Companha está exposta, mensurar seus impactos e recomendar medidas mitigatórias, especialmente em processos considerados sensíveis, no que tange ao cumprimento da legislação anticorrupção aplicável e às diretrizes de conduta da Companhia estabelecidos no Código de Ética e Conduta e demais Normas do Programa de Integridade.

Código de Ética e Conduta, Políticas e Procedimentos: tem por objetivo estabelecer e formalizar as diretrizes, regras e procedimentos internos que devem ser seguidos pelos TOTVERS e Terceiros no âmbito do Programa de Integridade. O Código de Ética e Conduta, as Políticas, Normas e Procedimentos que integram o Programa de Integridade formam a base de referência para que os mecanismos e controles de integridade sejam implementados ou otimizados.

Comunicação e Treinamento: visa a conscientizar e facilitar a compreensão dos TOTVERS quanto as diretrizes, regras e responsabilidades a serem cumpridas no âmbito do Programa de Integridade da TOTVS, por meio de ações de comunicação e treinamento gerais e específicos sobre as diretrizes de ética e conduta da Companhia.

Detecção e Remediação: tem por finalidade identificar a ocorrência de condutas irregulares, ilegais, fraudes ou quaisquer outros descumprimentos à legislação e regulamentação aplicável e às Normas da Companhia, bem como garantir a interrupção da conduta antiética e a aplicação de medidas disciplinares, utilizando como principal instrumento um Canal independente para recepção e tratamento de denúncias, disponível aos públicos interno e externo.

O Programa de Integridade é reavaliado anualmente, a fim de assegurar a sua efetividade. Os controles também são revisados anualmente, sendo que podem ocorrer atualizações a qualquer tempo, em função de alterações nas regras, nos processos e no cenário de riscos. As Políticas Corporativas são objeto de revisão mandatória a cada 3 (três) anos, sem prejuízo da aplicação de eventuais alterações necessárias no decorrer do período. Especificamente ao gerenciamento de riscos e metodologia aplicadas pela Companhia, consultar a seção 5, item 5.1.

Conjunto de mecanismos e Normativos do Programa de Integridade TOTVS

Código de Ética e Conduta: tem por objetivo oferecer uma compreensão geral sobre as condutas e princípios éticos que orientam o compromisso da TOTVS com a integridade dos seus negócios e relacionamentos internos e externos e se aplica a todos os conselheiros, administradores, acionistas que participem do controle da Companhia, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros. O Código foi atualizado em 18/12/2019.

Política de Compliance Corporativo: tem por objetivo orientar e definir a abrangência, estrutura e atividades de Compliance da TOTVS, por meio de diretrizes, princípios e responsabilidades. Também visa a disseminar o compliance por todos os níveis da Companhia, demonstrando a importância de conhecer e executar as

5.4 - Programa de Integridade

determinações legais e regulamentares, além da Estrutura Normativa Interna, incluindo o Código de Ética e Conduta da TOTVS. A política foi atualizada em 19/02/2020.

Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos (Anticorrupção): visa a estabelecer diretrizes e regras de conduta no relacionamento da TOTVS com agentes públicos e garantir a aderência da conduta de seus colaboradores à legislação vigente, às políticas corporativas e ao Código de Ética e Conduta da TOTVS. Companhia. A política foi atualizada em 18/12/2019.

Política de Gestão de Riscos e Controles Internos: visa a estabelecer os princípios, as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no gerenciamento de riscos corporativos e de controles internos da Companhia, de forma a assegurar a adequada identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos corporativos. A política foi atualizada em 11/06/2019.

Política de Contribuições, Doações e Patrocínios: o documento tem por objetivo estabelecer as diretrizes e regras a serem observadas para a realização de contribuições, doações e patrocínios comerciais e institucionais pelo Grupo TOTVS.

***Due Diligence* de *Compliance* de Fornecedores:** refere-se aos processos e procedimentos voltados à identificação e avaliação de riscos de *compliance* no relacionamento com fornecedores, notadamente quanto ao tema anticorrupção, visando garantir que a Companhia não faça negócios com fornecedores envolvidos com quaisquer práticas ilícitas ou irregulares à luz da legislação anticorrupção vigente e aos princípios éticos refletidos no Código de Ética e Conduta da Companhia.

Registro de Interação Comercial e Institucional com Entes Públicos: procedimento para registro de interações presenciais de natureza comercial e/ou institucional com entes públicos, a fim de cumprir as diretrizes definidas na Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos. A Companhia dispõe de ferramenta eletrônica que permite aos colaboradores realizarem o registro completo das interações realizadas com agentes públicos, visando a transparência nas relações com o Setor Público.

Treinamento de Integração: introdução ao Código de Ética e Conduta TOTVS realizado no processo de Integração de novos colaboradores. Apresenta as principais diretrizes e regras de conduta da Companhia, bem como orienta sobre o Canal de Ética e Conduta.

Treinamento Código de Ética e Conduta: os colaboradores são capacitados por meio de treinamento *e- learning* do Código de Ética e Conduta, abordando a totalidade de temas presentes no documento. A compreensão do conteúdo é exercitada por meio de perguntas e dilemas éticos que devem ser respondidos à luz dos princípios e regras do Código.

Treinamento de Relacionamento com Agentes Públicos: treinamento e-learning obrigatório para as áreas que possuem relacionamento com entes públicos, visando capacitar o público alvo quanto a práticas e procedimentos a serem observados nesse tipo de interação, considerando o cumprimento da legislação aplicável e os requisitos do Código de Ética e Conduta e da Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos. Além disso, são ministrados treinamentos presenciais, internamente ou por meio de consultoria especializada, para reforçar as diretrizes anticorrupção.

Treinamentos Temáticos: treinamentos específicos para áreas mais expostas a determinados riscos de Compliance, como Compras, Comercial Setor Público e Relações Institucionais e Governamentais ou quaisquer outras áreas classificadas como de maior exposição a risco.

Cláusula anticorrupção e de cumprimento do Código de Ética e Conduta: os contratos com fornecedores e clientes possuem cláusula acerca do cumprimento da legislação anticorrupção aplicável e ao Código de Ética e Conduta da Companhia.

Termo de Compromisso de Integridade e Declaração de Responsabilidade, Conformidade e Compromisso Social e Legal: documentos direcionados a todas as Franquias TOTVS, no qual a Unidade Franqueada se compromete a cumprir com os dispositivos da Lei nº 12.846/2013 – “Anticorrupção” e com o Código de Ética e Conduta da TOTVS, bem como com os princípios do Pacto Global da ONU.

5.4 - Programa de Integridade

Auditoria do Programa: Periodicamente o Programa de Integridade é objeto de avaliação por auditoria interna ou externa, com o objetivo de identificar eventuais inconsistências do Programa, bem como oportunidades de melhoria. O resultado do trabalho é reportado ao Comitê de Auditoria e os respectivos planos de ação são acompanhados e monitorados pela Administração.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

No âmbito do Programa de Integridade, as principais atribuições das estruturas e órgãos de governança envolvidos estão elencadas a seguir:

Conselho de Administração

- Aprovar o Programa de Integridade da TOTVS;
- Aprovar as revisões periódicas da Política de Compliance, do Código de Ética e Conduta e do Regimento Interno da Comissão de Ética e Conduta;
- Acompanhar as ações do Programa de Integridade e reforçar junto à Alta Administração o comprometimento com o seu cumprimento;
- Assegurar-se da existência de recursos adequados para o funcionamento eficaz do Programa de Integridade;
- Garantir a independência e assegurar-se da capacitação, estrutura e autonomia da área de Controles Internos, Riscos e Compliance; e
- Recepcionar e deliberar sobre as recomendações do Comitê de Auditoria a respeito dos resultados do Programa de Integridade.

Comitê de Auditoria

- Discutir e recomendar as alterações ou ajustes necessários no âmbito das revisões da Politica de Compliance, do Código de Ética e Conduta e do Regimento Interno da Comissão de Ética e Conduta;
- Discutir e aprovar o cronograma anual de Compliance;
- Avaliar e acompanhar os planos de ação da auditoria do Programa de Integridade; e
- Avaliar os resultados do Programa de Integridade; e
- Reportar periodicamente ao Conselho de Administração casos críticos de desvios de conduta relativos à presente Política, bem como as eventuais medidas disciplinares adotadas.

Comissão de Ética e Conduta

- Garantir resguardo, esclarecimento, promoção e cumprimento do Código de Ética e Conduta;
- Opinar sobre a procedência e gravidade das denúncias de violação ao Código de Ética e Conduta, por via de processo formal e encaminhar o assunto aos responsáveis imediatos pelos envolvidos para aplicação das medidas disciplinares definidas;
- Acompanhar as aplicações de medidas disciplinares;
- Monitorar a institucionalização e a divulgação do Código de Ética e Conduta; e
- Interpretar o Código de Ética e Conduta no caso de dúvidas.

Alta Administração e Diretorias

- Conduzir práticas de negócio que atendam à legislação e regulamentação aplicáveis e à Estrutura Normativa Interna;
- Apoiar a implementação dos pilares do Programa de Integridade; e
- Demonstrar comprometimento com o Programa de Integridade.

Área de Controles Internos, Riscos e Compliance - subordinada à Diretoria de Planejamento e Controladoria, que por sua vez reporta à Vice-Presidência Administrativa e Financeira

- Elaborar, submeter à aprovação e publicar a Política de Compliance, bem como disseminar as suas diretrizes na Companhia;

5.4 - Programa de Integridade

- Estruturar, implementar, gerir e disseminar o Programa de Integridade;
- Auxiliar as áreas de negócio na análise de suas estruturas, produtos e serviços, a fim de alinhá-los à Estrutura Normativa Interna;
- Coordenar a revisão periódica de conteúdo do Código de Ética e Conduta;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria caso algo interfira em sua independência;
- Compartilhar com a Auditoria Interna toda informação recebida, internamente ou por qualquer outro meio, sobre fatos relacionados à Política de Compliance sujeitos à investigação interna; e
- Reportar e dar transparência aos resultados do Programa de Integridade à Alta Administração, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

A Área de Controles Internos, Riscos e *Compliance*, no âmbito de suas atribuições e conforme estabelecido na Política de Compliance Corporativo, possui independência funcional e acesso às informações e documentos necessários para a condução das atividades do Programa de Integridade da Companhia.

Relações Humanas

- Fomentar e assegurar que os princípios do Programa de Integridade sejam difundidos junto à cultura organizacional da TOTVS.

Diretoria Jurídica

- Orientar a Companhia em relação às normas emitidas pelos órgãos reguladores e às alterações legislativas, tanto federais, estaduais, como municipais;
- Relatar a ocorrência de ato que constitua ilícito administrativo, civil ou penal à Alta Administarção e ao Conselho de Administração;
- Acompanhar a jurisprudência e as tendências sobre os assuntos afeitos a esta Política, disseminando a informação quando cabível; e
- Apoiar a área de Controles Internos, Riscos e Compliance na interpretação das leis anticorrupção aplicáveis nos países de atuação da TOTVS.

Auditoria Interna

- Realizar investigações sobre denúncias registradas no Canal de Ética e Conduta ou recebidas por qualquer outro meio;
- Reportar o resultado das investigações internas à Comissão de Ética e Conduta e, periodicamente, ao Comitê de Auditoria;
- Acompanhar a implementação dos Planos de Ação para correção de processos relativos às denúncias;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria caso algo interfira em sua independência;
- Reportar à área de Compliance riscos e não conformidades pertinentes ao Programa de Integridade identificados em testes de controles ou substantivos ou em outras rotinas de Auditoria; e
- Acompanhar a Implementação de planos de ação relativos a gaps identificados no Programa de Integridade.

Demais áreas

Todos os TOTVERS, independentemente do seu cargo, têm as seguintes responsabilidades:

- Cumprir a Estrutura Normativa Interna, incluindo o Código de Ética e Conduta e a legislação e regulamentação aplicável;
- Reportar por meio do Canal de Ética e Conduta qualquer violação ou suspeita de violação a leis ou regulamentações aplicáveis, ou descumprimento da Estrutura Normativa Interna;
- Participar dos treinamentos considerados obrigatórios; e
- Apresentar todas as informações das quais tenham conhecimento e disponibilizar todos os documentos da Companhia dos quais estejam na posse, quando solicitados (i) pela Auditoria Interna, (ii) pela área de Controles Internos, Riscos e Compliance ou (iii) pela Comissão de Ética e Conduta, no contexto de investigação interna.

5.4 - Programa de Integridade

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A TOTVS possui Código de Ética e Conduta (CODEC) arquivado na CVM desde 2012. O CODEC, cuja versão vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2019, é aplicável a todos os conselheiros, administradores, acionistas que participem do controle da Companhia, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros.

se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Para conhecimento e adequada capacitação, está disponível anualmente a todos os colaboradores um treinamento e-*learning* do Código de Ética e Conduta, cuja participação é obrigatória, com aplicação de avaliação de conhecimento e posterior emissão de certificado.

as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A Companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por tomar conhecimento das denúncias e concluir, por meio de processo formal, se ocorreu violação ao Código de Ética e Conduta e, em sendo o caso, definir quais medidas serão aplicadas ao infrator, que podem ser de caráter disciplinar, como aplicação de advertência, até o desligamento por justa causa, além de medidas judiciais cabíveis, quando aplicável.

órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A versão vigente do Código de Ética e Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2019, e encontra-se disponível para consulta na página de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos), bem como na página do Canal de Ética e Conduta da TOTVS: https://www.canalconfidencial.com.br/totvs/.

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um Canal de Ética e Conduta mantido por empresa terceirizada.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética e Conduta está apto a recepcionar denúncias de empregados e terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço e parceiros comerciais.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Ética e Conduta permite que as denúncias sejam realizadas de forma anônima ou identificada, e garante a confidencialidade das informações e o anonimato do denunciante. A TOTVS não admite retaliação e garante que os denunciantes não serão prejudicados por reportar quaisquer suspeitas de irregularidades.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Auditoria Interna da Companhia é responsável pela análise e apuração das denúncias recebidas, bem como pelo reporte dos casos aplicáveis à Comissão de Ética e Conduta, que define as medidas cabíveis a serem adotadas.

c) Se o emissor adota procedimentos em processo de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

A Companhia adota procedimento de *Due Diligence* de empresas em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias. O processo é realizado por meio de de auditorias externas independentes, com a finalidade de avaliar e compreender o ambiente de compliance e identificar potenciais riscos de corrupção e fraude,

5.4 - Programa de Integridade

e de análise reputacional das pessoas jurídicas envolvidas. Os resultados são submetidos à avaliação para proposição de planos de ação, que devem ser agregados ao planejamento de incorporação destas empresas.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável, pois a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

No último exercício não houve alterações significativas nos riscos aos quais a Companhia está exposta. A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos foi revisada e)aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de junho de 2019, tornando-se pública em 19 de junho de 2019. Nesta versão, foi refletida a nova metodologia de Gestão de Riscos, contendo as etapas de estabelecimento do contexto, identificação, análise e avaliação de riscos, tratamento e monitoramento e reporte. A Companhia estabeleceu também nesta nova versão, a metodologia de *Control Self-Assessment* para a melhoria na gestão dos controles internos.

Os riscos identificados e monitorados pela TOTVS podem ser identificados no item “a” do indicador 4.1 – Fatores de Risco, por sua ordem de criticidade e aqueles que possam influenciar qualquer tipo de decisão dos investidores.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas aos itens de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	13/12/1983
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima de Capital Aberto
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	07/03/2006

6.3 - Breve Histórico

A Companhia teve sua origem a partir de um bureau de serviços, denominado SIGA - Sistemas Integrados de Gerência Automática Ltda., criado em 1969 pelo Sr. Ernesto Mário Haberkorn. O bureau prestava serviços gerais na área de informática e desenvolveu um sistema que permitia o gerenciamento empresarial centralizado, cuja finalidade principal era a automação de processos administrativos. Em 1983, com o surgimento dos microcomputadores, foi fundada a Companhia, sob a denominação social de Microsiga Software S.A. ("Microsiga"), unindo os sócios Sr. Ernesto Mário Haberkorn e Laércio Cosentino, ex-CEO da Companhia. A Companhia tinha o objetivo de elaborar softwares para esses computadores pessoais e, posteriormente, passou a atuar no mercado de softwares de gestão empresarial integrada, acessíveis às empresas de médio e pequeno portes.

A partir dos anos 90, várias decisões estratégicas foram tomadas visando estruturar a Companhia para o crescimento sustentável, com a criação do ambiente necessário para assumir a liderança de mercado que a Companhia conquistaria no final da década seguinte.

Algumas decisões e eventos que merecem destaque são:

1990: abertura da primeira franquia.

1997: abertura da primeira unidade no exterior, a Microsiga Argentina.

2003: aquisição de ativos da empresa Sipros, no México, e abertura da Microsiga México.

2005: aquisição da Logocenter S.A. ("Logocenter"); recompra da participação da Companhia; admissão da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR como sócia da Companhia.

2006: abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), no Novo Mercado (nível mais alto de Governança Corporativa) aquisição da RM Sistemas S.A. ("RM"), e constituição das atividades de consultoria empresarial da Companhia.

2008: incorporação da Datasul S.A. ("Datasul");

2009: alteração do objeto social da Companhia com a inclusão da atividade de "concessão de franchising", conforme AGE datada de 16/04/2009; criação das franquias "Full TOTVS" envolvendo as Franquias TOTVS e Datasul;

2013: a aquisição da PC Sistemas S.A., aquisição da PRX Soluções em Gestão Agroindustrial Ltda. ("PRX"), aquisição da RMS Software S.A., aquisição da Seventeen Tecnologia da Informação em Informática Ltda. ("Seventeen") e aquisição da Neolog Consultoria e Sistemas S.A. ("Neolog");

2014: aquisição da Virtual Age Soluções em Tecnologia Ltda. ("Virtual Age");

2015: aquisição da Bematech S.A. ("Bematech") e incorporação da P2RX Soluções em Software S.A. ("P2RX").

2016: alienação de 100% da sua participação no capital social da TOTVS Resultados em Outsourcing Ltda. ("TOTVS RO"), empresa focada na prestação de serviços de BPO (Business Process Outsourcing) de Recursos Humanos, para a Propay S.A. Aquisição de participação minoritária pela TOTVS México e TOTVS S.A. da empresa russa National Computer Corporation (NCC).

2017: lançamento da plataforma de inteligência artificial (Carol) e lançamento do iDEXO que é um instituto com o propósito de conectar startups, empreendedores e desenvolvedores para a criação de novas soluções de negócios.

2018: consolidação do plano de sucessão da Companhia e o anúncio da chegada de Dennis Herszkowicz em substituição ao fundador da Companhia, Laércio Cosentino, que por sua vez foi eleito Presidente do Conselho de Administração.

2019: Revisão do plano estratégico de longo prazo da Companhia, com a venda das operações de Hardware adquiridas da Bematech em 2015 para focar a atenção de suas equipes e recursos na operação de Software. Também durante o ano de 2019, a Companhia realizou uma oferta subsequente de ações captando um total de R$1.066,5 bilhão com a emissão de 27 milhões de novas ações ao preço de R$39,50/ ação, a serem direcionados em sua totalidade para operações de fusões e aquisições. Durante 2019 a Companhia adquiriu a Supplier S.A. ("Supplier" - operação a ser finalizada durante o exercício de 2020) e a Consinco S.A. ("Consinco"). Foram fechadas

6.3 - Breve Histórico

também parcerias com a Rede, em meios de pagamento, VTEX, na área de e-commerce e Moddo para desenvolvimento de um software de *Order Management System (OMS).* Durante 2019 a Companhia também lançou sua nova plataforma de negócios Techfin, com o intuito de ampliar, simplificar e baratear o acesso a serviços financeiros para seus clientes.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Não há qualquer pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas a este item.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Visão Geral

Somos a Companhia líder em softwares de gestão empresarial (“ERP”) no Brasil, de acordo com o estudo “Software Market Share Enterprise Application 2020” emitido pela Gartner, com mais de 50% de market share. Na América Latina possuímos 30% de market share em ERP de acordo com o mesmo estudo, sendo um dos três maiores players da região. Atuamos há mais de 36 anos provendo para empresas de todos os portes soluções de negócios, de softwares de gestão, plataformas tecnológicas e consultoria para empresas de todos os portes.

A Companhia foi a primeira empresa do setor de TI da América Latina a abrir o capital, em 2006, e está listada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), com o ticker ‘TOTS3’. Desde o IPO, a nossa receita liquida aumentou em quase dez vezes, sendo historicamente sustentada pelo crescimento orgânico e por meio de aquisições estratégicas. Adicionalmente, a entrada no IBOVESPA no início deste ano, tornou a TOTVS a primeira empresa de tecnologia a figurar no mais importante índice de ações do mercado brasileiro. Essa conquista reflete a posição de liderança da TOTVS e o reconhecimento do momento que atravessamos, fruto de nossa estratégia, execução operacional e nível de governança corporativa.

Com uma base instalada de mais de 30 mil clientes, a TOTVS atua principalmente no Brasil, mas está presente em 41 países, com uma receita líquida, em 2019, de mais de R$2 bilhões e, aproximadamente, 7 mil funcionários. No Brasil, contamos com 15 filiais, 52 territórios franqueados e 10 centros de desenvolvimento. No exterior, contamos com 5 filiais (Argentina, Colômbia, Estados Unidos da América, México e Portugal) e 2 centros de desenvolvimento (Estados Unidos e México).

A Companhia tem como propósito “simplificar o mundo dos negócios”, desenvolvendo, comercializando e implementando ferramentas e plataformas tecnológicas com soluções especializadas para o core business de nossos clientes em 12 segmentos de negócios, quais sejam: agroindústria, construção e projetos, distribuição, educacional, serviços financeiros, hospitalidade e turismo, jurídico, logística, manufatura, saúde, serviços e varejo. Neste contexto, oferecemos softwares de gestão empresarial integrada, plataformas de produtividade e colaboração, de dados, inteligência e performance (ou plataformas inteligentes e colaborativas) e serviços de valor agregado, tais como implementação e consultoria.

Um dos nossos principais diferenciais, portanto, é o desenvolvimento de tecnologia aplicada a partir de plataformas e a geração de soluções segmentadas, integradas a um modelo de distribuição baseado em unidades próprias e franquias, no Brasil e no exterior, o que permite presença, proximidade e um atendimento ágil e eficaz ao cliente.
Como parte da estratégia de expandir, fortalecer e agregar valor aos nossos clientes e alavancar o crescimento de nosso resultado, iniciamos, em 2019, a implementação das novas diretrizes e pilares estratégicos da TOTVS.

Alguns desses pilares foram o (i) desinvestimento das operações de hardware, voltando a ter foco exclusivo em software; (ii) criação orgânica do nosso time de TECHFIN (tecnologia para serviços financeiros), que tem como principal objetivo simplificar, ampliar e baratear o acesso de nossos clientes ao crédito e demais serviços financeiros; (iii) identificação de oportunidades de desenvolver soluções de performance para integrar a cadeia de valor de nossos clientes, otimizando os seus resultados de vendas e rentabilidade; e, (iv) a revisão da estratégia de M&A, incluindo reforço e redesenho da área. Como desdobramento, realizamos em maio uma oferta subsequente de ações captando um montante de R$1,067 bilhão, destinado a novos investimentos no horizonte dos próximos 2 a 3 anos, dos quais já empenhamos mais de 60% com as aquisições da Supplier, da Consinco e da Wealth Systems, voltadas à expansão para novos mercados e ao fortalecimento do nosso core business.

Para 2020, temos o desafio de seguir na construção de um ecossistema de soluções que englobe 3 dimensões: (i) Gestão - com nosso portfólio de soluções e plataformas abertas, conectadas e personalizáveis de ERP, RH e Verticais; (ii) Techfin - ampliando, simplificando e barateando o acesso a crédito e demais serviços financeiros; e (iii) *Business Performance* - construindo um portfólio que ajude nossos clientes a vender mais e melhor. Inteligência artificial, machine learning e cloud são ferramentas para viabilizarmos essa estratégia de abrir novos mercados e avançarmos na cadeia de valor dos nossos clientes.

A tabela abaixo apresenta, para os períodos apontados, os principais indicadores financeiros e operacionais consolidados da Companhia:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Em milhões de reais (exceto percentagens)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	**2018**	**2017**
Receita Líquida	2.282,1	2.111,2	1.992,9
Receita recorrente(1)	1.729,2	1.547,2	1.466,4
EBITDA(2) (4)	429,2	270,9	286,4
EBITDA Ajustado(3) (4)	469,7	347,0	285,4
Lucro Líquido	210,6	60,6	93,3
Taxa de Renovação(5)	98,3%	97,9%	99,0%

(1) Compreende subscrição de software, suporte técnico e evolução tecnológica. Para mais detalhes sobre a Receita Líquida de Software, ver item 3.2 do Formulário de Referência.

(2) O EBITDA, (*Earning Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução da CVM n° 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido do exercício ou do período, acrescido das receitas e despesas financeiras, pelo imposto de renda e contribuição social e pelo custo e despesa de depreciação e amortização.

(3) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada por nós que corresponde ao EBITDA ajustado pelo resultado de equivalência patrimonial, pela provisão para perda de valor recuperável de ativos, pelas provisões adicionais para contingências, pela perda (ganho) na baixa de ativo permanente, pelas provisões adicionais para créditos de liq. duvidosa, pelo ganho com a venda de controladas e pelo prejuízo líquido de operações descontinuadas que, na nossa visão, não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do nosso desempenho. Para mais detalhes sobre o EBITDA Ajustado ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(4) O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias.

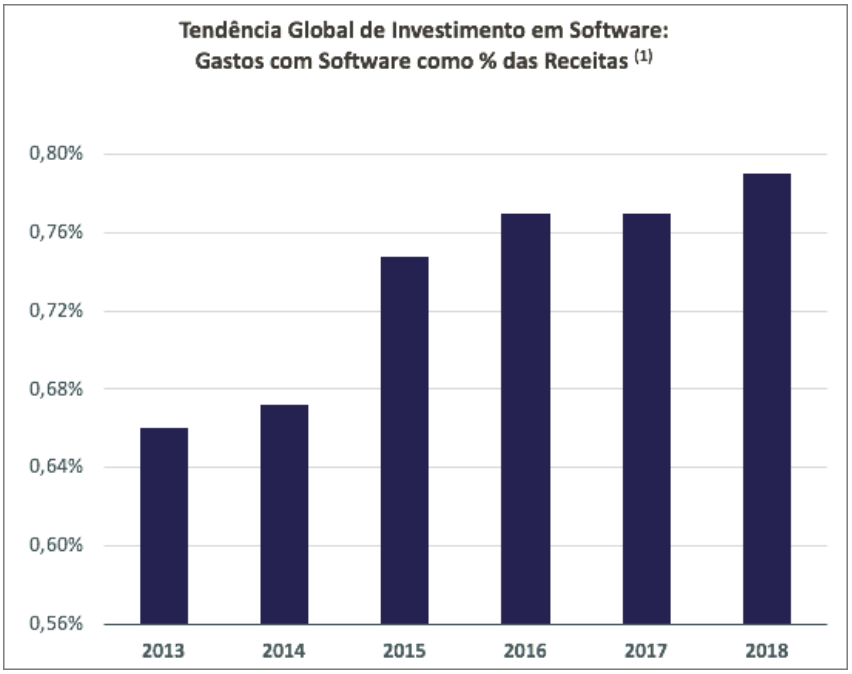
(5) Taxa de Renovação representa o percentual de clientes que permaneceram na base de recorrência ao final do período, comparada à base do início do período, tomando como referência o valor da receita recorrente.

Oportunidade de Mercado

Estimamos, com base em dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE") e pela Gartner, que o Mercado Total de Software Endereçável (*Total Addressable Market* ou TAM) da TOTVS é de, aproximadamente, R$20,7 bilhões, o qual é composto por mais de 4,4 milhões de empresas com até 9 funcionários, 615 mil empresas de 10 a 500 funcionários e 10 mil empresas com mais de 500 funcionários.

Entendemos que ainda existe um mercado potencial relevante ainda não penetrado em TI. De acordo com pesquisa realizada pela ASM divulgada em 2018, sistemas ERP eram utilizados por 48% do mercado potencial brasileiro, enquanto os sistemas de CRM e *Business Intelligence* possuíam taxas de penetração de 28% e 25%, respectivamente. Adicionalmente, conforme gráfico abaixo com os dados históricos divulgados pela Gartner, empresas têm sistematicamente ampliado seu orçamento de software em relação à sua receita, consumindo mais tecnologia à medida em que aumenta sua maturidade de negócios.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Historicamente, de acordo com os dados divulgados pelo IBGE, o setor de TI apresenta um crescimento acima da média da economia brasileira. Todos esses dados fortalecem nossa visão de que o mercado brasileiro é uma importante fonte de crescimento e oportunidade para a TOTVS.

Techfin
O mercado brasileiro apresenta uma alta concentração bancária em que os 5 maiores bancos (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Santander e Bradesco) são responsáveis por 83,8% de todos os depósitos em 2018. Esse ambiente colabora para que se mantenha um alto custo de crédito, em que a taxa de cheque especial para pessoas físicas é de 165,6% ao ano em janeiro de 2020, segundo dados do Banco Central, enquanto a taxa Selic fechou o ano de 2019 em cerca de 4,5%.

Esse panorama cria uma oportunidade para a TOTVS atuar em segmento techfin, sem esquecer de nosso DNA de tecnologia, como uma empresa de software. A TOTVS se posiciona como techfin em vez de fintech, para oferecer soluções para simplificar, aumentar o acesso e diminuir o custo de produtos financeiros, incluindo soluções de pagamentos e crédito para seus clientes. O nosso segmento de techfin pode se alavancar: (i) da nossa expertise e know-how de soluções digitais e tecnológicas, (ii) da nossa habilidade de coletar e analisar o alto volume de dados, (iii) da nossa capacidade de lançar novos produtos para se adaptar as necessidades do usuário, (iv) da nossa plataforma de distribuição robusta em todas regiões no Brasil, (v) do nosso acesso a uma ampla base de clientes recorrentes ao longo da cadeia produtiva e (vi) de nossa marca bem estabelecida. Essas soluções podem ser, inclusive, oferecidas em parcerias com players do setor financeiro, sejam eles consolidados ou novos entrantes, que possuem conhecimentos complementares como expertise do produto, conhecimento do ambiente regulatório e análise de risco dos clientes.

Além disso, o acesso a uma ampla base de clientes em que suas operações são intermediadas e suportadas pelos sistemas da TOTVS, aliada a uma tendência de digitalização das empresas e pressão por ganhos de eficiência e aumento de resultado, cria uma oportunidade para que a TOTVS desenvolva soluções para aumentar a performance dos seus clientes a partir da análise de seus dados, incluindo, por exemplo, medidas para aumentar vendas em determinadas situações ou gerenciar melhor os recursos da empresa.

Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

Posição de liderança e marca
Somos uma Companhia multinacional brasileira líder em ERP no Brasil com mais de 50% de market share e detemos na América Latina 30% de participação de mercado de acordo com o estudo do Gartner. Estimamos que a receita agregada dos nossos clientes representa, aproximadamente, R$1,6 trilhão.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Ocupamos a 25ª posição de marca mais valiosa do país no ranking da Interbrand em 2019, sendo a única marca de tecnologia presente nesse ranking, o que acreditamos ser um ativo valioso na atratividade de novos clientes, bem como para atrairmos os melhores e mais inovadores profissionais de tecnologia da indústria de softwares. A TOTVS foi a única empresa de TI brasileira presente no ranking "*The 2018 Global Innovation 1000 study*" anualmente divulgado pela consultoria Strategy&, vinculada à PwC.

Nossa posição de liderança nos permite amplo acesso a diversos segmentos do mercado em que atuamos e viabiliza a oferta de diversos produtos de forma verticalizada para novos e atuais clientes de todos os tamanhos, incluindo oportunidades de cross-selling. Acreditamos, ainda, que a nossa forte reputação tem a capacidade de agregar profissionais de excelência, parceiros e clientes ao nosso redor, em um ecossistema aberto, capaz de acompanhar e integrar as evoluções das demandas atuais e antecipar as tendências do futuro.

Plataforma de distribuição
A TOTVS está presente em todo o território brasileiro e possui clientes em 41 países. Esta ampla capilaridade é fruto da nossa estratégia de expansão por meio de filiais, canais e franquias exclusivas, iniciada na década de 90 e que nos permite estar sempre próximos aos nossos clientes, conhecer melhor o negócio deles, as particularidades da região onde atuam e a conquistar sua confiança.

Acreditamos que nossa plataforma de distribuição é um forte diferencial, com presença local e digital que é capaz de atender Companhias de todos os tamanhos.

No segmento de grandes corporações possuímos uma divisão especializada com profissionais qualificados em cada indústria de atuação oferecendo não apenas serviço especializado mas suporte e consultoria.

No segmento de pequenas e médias empresas, possuímos 5 unidades próprias e 52 territórios franqueados. Acreditamos que essa capilaridade da força de vendas nos proporciona conhecimento único das necessidades dos nossos clientes, além de custos comerciais e de implementação otimizados. Os nossos franqueados atuam de forma exclusiva e são remunerados não apenas pelas vendas realizadas, mas também pelas receitas recorrentes de software, o que acreditamos motivar referidos franqueados em manter um alto grau de alinhamento aos nossos interesses, em especial à manutenção da relação de longo prazo com os nossos clientes.

No atendimento a microempresas, atuamos em um sistema de múltiplos canais por meio de parceiros, revendas e distribuidores, o que nos permite atingir todas as regiões e grandes centros do Brasil.

Por fim, a *TOTVS store* nos permite estabelecer um canal digital de interação com os nossos clientes, em especial para aplicações em cloud.

Portfólio amplo, diverso e flexível
Nosso portfólio abrange uma completa oferta horizontal, com soluções de Gestão, entre elas ERP, RH, Verticais e Plataformas de Inovação; Techfin; e *Business Performance*, incluindo CRM e Analytics. Acreditamos que nossas soluções são amplas, diversas e flexíveis, lidando e atendendo as necessidades de todos os nossos clientes nas mais diversas verticais de 12 segmentos de negócio (agroindústria, construção e projetos, distribuição, educacional, serviços financeiros, hospitalidade e turismo, jurídico, logística, manufatura, saúde, serviços e varejo).

Atendemos empresas de todos os portes, com soluções disponibilizadas em cloud ou *on-premises*. As nossas soluções são escaláveis e modulares podendo ser facilmente configuradas para permitir funcionalidades específicas de diferentes segmentos de negócio e tamanhos com integração consistente.

Modelo de negócios com histórico de crescimento e rentabilidade
Nosso modelo principal de negócios consiste na oferta e desenvolvimento com constante inovação de sistemas de ERP confiáveis e eficientes para o processamento de informações corporativas com segurança, constituindo uma ferramenta de grande relevância para os nossos clientes no gerenciamento de seus negócios no qual acreditamos possuir profunda expertise.

Nosso modelo de negócios tem uma abordagem focada no cliente, amplo portfólio de produtos, equipe de pós-vendas que inclui especialistas com expertise em promover vendas de *cross-sell* e *upsell,* assim como times centralizados de implementação e manutenção. Proporcionamos aos nossos clientes mais simplicidade e facilidade na contratação e utilização de nossas soluções por meio de variadas modalidades comerciais, que se adaptam a realidade do cliente segundo o seu estágio de maturidade. Isso nos permite apoiar a evolução dos nossos clientes,

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

nos posicionando como um parceiro de longo prazo e expandindo os nossos serviços e *cross-selling* ao longo do ciclo de vida dessa parceria.

Tal flexibilidade comercial nos permite crescer junto com os nossos clientes, suportando relacionamentos de longo prazo. Nesta década multiplicamos nossa receita bruta em mais de 2,10 vezes, com uma taxa de renovação de 98,3% em 31 de dezembro de 2019. Acreditamos que esses fatores, combinados com um modelo de relacionamento com base contratual recorrente (pagamento mensal com renovação anual automática), possibilitam a previsibilidade e rentabilidade do negócio.

Histórico de Aquisições
Acreditamos possuir capacidade e histórico sólidos na identificação, negociação e integração de aquisições, ao longo de mais de 20 anos, que geraram valor para a Companhia, com a criação de sinergias significativas.

Desde 2006, nós adquirimos mais de 25 Companhias que reforçaram desde o nosso negócio principal até entrada em novos segmentos de atuação. Nossos executivos possuem experiência tanto no processo de aquisição quando no de integração das novas empresas o que alavanca o potencial das sinergias a serem extraídas, com foco no aumento do *cross selling*, redução de *churn*, aumento dos serviços e soluções ofertadas, corte de custos, melhora da governança e expansão das vendas com o uso da marca TOTVS. São exemplos significativos da nossa capacidade de integração as aquisições da RM e Datasul, ambas transformacionais para a Companhia devido ao tamanho no momento da aquisição.

Time executivo qualificado e experiente e forte governança corporativa
Acreditamos que a forte experiência e o profundo conhecimento de nossos administradores constituem vantagens competitivas decisivas em nosso dinâmico mercado de atuação. A nossa administração é composta, atualmente, por uma equipe jovem, engajada e experiente no setor de tecnologia com, em média, 18 anos de experiência profissional, dos quais aproximadamente 9 anos, em média, foram dedicados exclusivamente à Companhia. Esses profissionais altamente qualificados desempenham papel central no crescimento de nossos negócios, criando uma cultura de excelência operacional, transparência e eficiência, e altos padrões de governança e ética.

Concluímos, em 2019, de forma bem-sucedida o desafiador processo de sucessão de uma das maiores empresas de software de gestão do mundo, preservando o legado do fundador da empresa, que permanece apoiando a Companhia como Presidente do Conselho. Seguimos com a mesma premissa que nos acompanha desde o início de nossa trajetória: inovação, empreendedorismo e determinação; apostando na tecnologia como alavanca da competitividade e produtividade do País; e trabalhando diariamente para oferecer as melhores soluções e experiências, cada vez mais digitais, aos nossos clientes.

A experiência e qualificação dos nossos executivos será peça chave para a identificação de oportunidades de crescimento, execução de aquisições, integração bem-sucedida de ativos adquiridos e na implementação da estratégia descrita abaixo.

Além de ser listada no mais alto nível de governança da B3, o segmento especial do Novo Mercado, somos uma Companhia de capital pulverizado (*true corporation*) e contamos com 6 dos nossos 7 membros do Conselho de Administração independentes e altamente qualificados. Nosso Comitê de Auditoria é constituído com membros independentes do nosso Conselho de Administração e um membro externo, para qual o nosso time de auditoria interna reporta diretamente.

Estratégia de Crescimento

Fortalecer nosso core business
Nossa estratégia de crescimento está baseada no fortalecimento do nosso negócio principal com contínuo foco na oferta de soluções comercializadas e implementadas de forma simples e ágil por uma rede de distribuição e negócios capilar e digital e no desenvolvimento de relacionamentos profundos e duradouros com uma base diversificada de clientes.

Adicionalmente, completamos nosso processo de transição para um modelo de negócios baseado em SaaS (*Software as a Service*, ou Software como Serviço), permite aos usuários se conectar e usar aplicativos baseados em nuvem (cloud) pela internet) e Cloud o que aumenta nossa receita recorrente, com uma base de clientes fiel.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Considerando que algumas soluções apresentam uma penetração estimada abaixo de 5% na nossa base atual de clientes, tais como CRM e *Business Intelligence*, acreditamos haver uma grande oportunidade de crescimento por meio do aumento de oferta e penetração das nossas soluções verticais, com grande potencial de geração de *cross-selling* para nossos clientes atuais e futuros.

Expansão para novos mercados
Nossa expansão para novos mercados (techfin e perfomance) se baseia na vantagem competitiva de já estarmos presentes em quase todos os segmentos da cadeia de valor dos nossos clientes, o que nos permite oferecer novas soluções customizadas e flexíveis que ajudem os nossos clientes a vender mais (performance) e para o aumento de eficiência nas atividades operacionais e financeiras (techfin) de nossos clientes.

Como parte dessa estratégia, a TOTVS deu início à sua divisão de techfin, que tem como principal objetivo simplificar, ampliar e baratear o acesso de nossos clientes a crédito e demais serviços financeiros, inclusive por meio de parcerias com instituições financeiras. Com isso, buscamos agregar ainda mais valor às cadeias já atendidas pelas nossas soluções de gestão empresarial líderes no Brasil, oferecendo, por exemplo, soluções de crédito a setores tão diversos quanto educação, saúde, RH e indústria.

Nós já fechamos parcerias com a Rede (plataforma de tecnologia com soluções na gestão de recebíveis) que nos permite atacar novos mercados no curto prazo. Além disso, estamos atentos a novas oportunidades também em soluções e-commerce para eliminar intermediários na cadeia de valor dos nossos clientes.

Aceleração por Aquisição
Acreditamos que aquisições são uma poderosa alavanca para a execução da nossa estratégia de fortalecimento do core business e de expansão para novos mercados. Avaliamos constantemente possíveis aquisições estratégicas baseadas em 4 grandes pilares:

1. Reforçar e defender do nosso core business (soluções horizontais de back office e/ou RH);
2. Aprofundar nossa atuação buscando a liderança em segmentos de negócio (soluções verticais);
3. Aquisição de alvos que adicionem novos produtos agnósticos e escaláveis ao nosso portfólio de forma a alavancar nossa capacidade de *cross-selling*; e
4. Criação de novos mercados, aumentando nosso mercado potencialmente acessível (techfin e performance).

O nosso pipeline de potenciais alvos de aquisição é constantemente atualizado tendo em vista o dinamismo do mercado de tecnologia da informação. Os alvos são avaliados conforme o encaixe em ao menos um dos quatro pilares do pipeline, disponibilidade do ativo para negociação e estimativa de valor condizente com os patamares praticados pelo mercado.

Em 22 de maio de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do capital social de R$1.041.228.564,43 para R$1.382.508.564,43, dentro do limite de capital autorizado.

Em 8 de maio de 2019, a Companhia celebrou Memorando de Entendimentos vinculante tendo por objeto a venda, para a ELGIN S.A. (“ELGIN”), das suas operações de hardware desenvolvidas no território brasileiro por meio de sua subsidiária Bematech Hardware Ltda., pelo montante de R$25.000.000,00, sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação. A decisão pela venda das operações de hardware está inserida no plano estratégico da TOTVS de focar a atenção de suas equipes e os recursos na operação de software.

Em 9 de maio de 2019, a Companhia divulgou fato Relevante comunicando a celebração de acordo com a VTEX S.A. (“VTEX”) para (i) a criação de uma joint venture que terá como foco o desenvolvimento e distribuição de soluções de software para e-commerce para empresas no mercado brasileiro; e (ii) alienação para a VTEX da totalidade da participação detida pela Companhia no capital social da CIASHOP S.A. (“CIASHOP”), representando 70,47% do capital social da CIASHOP, pelo montante de R$21.175.000,00 (vinte e um milhões cento e setenta e cinco mil reais), sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação. O valor total atribuído à CIASHOP foi de R$30.048.966,08 (trinta milhões quarenta e oito mil novecentos e sessenta e seis reais e oito centavos).

Em 24 de outubro de 2019, a Companhia divulgou a conclusão da alienação da operação brasileira de hardware, por meio da subsidiária Bematech Hardware Ltda. para a ELGIN S.A. pelo montante de R$25.000, o qual está sujeito à eventual ajuste de preço, a ser apurado nos termos estabelecidos no contrato que regula a transação. Em 06 de novembro de 2019, foi concluída a alienação da Bematech International Corporation (BIC) para a Reason Capital Group LLC., conforme contrato celebrado em 02 de julho de 2019, pelo montante de US$4,4 milhões equivalente a

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

R$17.528, após ajustes determinados em contrato, dos quais US$1,5 milhões equivalente a R$5.988 foram retidos a título de garantia e deverá ser liberado até 5 de novembro de 2022.

No dia 28 de outubro de 2019, a Companhia anunciou a aquisição de 88,8% do capital social da Supplier, sociedade focada em crédito B2B, entre clientes e fornecedores, pelo montante de R$455,2 milhões. Mauro Wulkan e Eduardo Wagner, fundadores da sociedade adquirida, seguem como gestores e acionistas, com 11,2% do capital social. Trata-se da primeira aquisição realizada pela Companhia após a captação de mais de R$1 bilhão com o follow-on (oferta subsequente de ações primárias), realizado em maio de 2019. Em 30 de abril de 2020, a Companhia anunciou a conclusão desta operação.

A Supplier deve acelerar a estratégia de Techfin da Companhia, que tem como objetivo de simplificar, ampliar e baratear o acesso dos clientes a crédito e a demais serviços financeiros. Ao longo dos próximos meses, a Companhia e a Supplier deverão desenvolver uma plataforma tecnológica que irá permitir uma integração total com os sistemas de gestão das empresas, visando uma jornada sem atritos para clientes e fornecedores. Esta plataforma também deverá permitir o uso de big data, buscando melhorar de maneira contínua os algoritmos de aprovação de crédito. A Supplier iniciou sua jornada na TOTVS no modelo Fintech, combinando a originação, definição e aplicação de política e aprovação do crédito, que é cedido a participantes do sistema financeiro, atualmente um Fundo de Direitos Creditórios ("FIDC"), que carregam a carteira e o risco de crédito. Com esse modelo, o investimento e o risco do capital próprio da Supplier fica essencialmente limitado às suas cotas subordinadas do FIDC, preservando o "spread" financeiro da Supplier na operação. A TOTVS tem como objetivo levar a Supplier para o modelo Techfin, avançando nas cadeias de suprimento de seus clientes, viabilizando o crédito B2B nas relações recorrentes entre clientes e fornecedores e proporcionando uma experiência *frictionless* aos envolvidos, por meio da integração dos sistemas de gestão na plataforma da Supplier e do uso de inteligência artificial e big data para a evolução contínua dos seus algoritmos de crédito.

Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia anunciou a aquisição de 100% das ações da Consinco S.A. pelo montante de R$197 milhões, pago no fechamento da transação realizado em 30 de janeiro de 2020. Adicionalmente, poderá ser pago um preço de compra complementar de até R$55 milhões, sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a Consinco relativas aos exercícios de 2020 e 2021 e ao cumprimento de outras condições. A Consinco é a principal provedora de sistemas de gestão para a vertical de supermercados e atacadistas de autosserviço (atacarejo) do mercado brasileiro. Com esse movimento, a Companhia aumenta sua presença no segmento de Varejo e consolida sua posição de liderança na vertical de supermercados, ponta de uma cadeia de valor longa, que também possibilita a geração de sinergias significativas por meio da oferta de soluções de serviços financeiros, como por exemplo crédito B2B, da divisão Techfin.

Em 8 de abril de 2020, a Companhia por meio de sua subsidiária TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A ("TOTVS Large") celebrou Contrato de Compra para aquisição de quotas que representam 100% do Capital Social da Wealth Systems pelo montante de R$27,0 milhões, sujeito a ajustes, dos quais R$16,7 milhões pagos à vista aos vendedores e R$10,3 milhões a serem pagos em fevereiro de 2021. Fundada há 19 anos, a WEALTH SYSTEMS atua no mercado de software provendo soluções de CRM (*Customer Relationship Management*) e SFA (*Sales Force Automation*) na América Latina, tendo mais de 250 colaboradores e mais de 450 clientes em diferentes setores da economia, com grandes clientes referência especialmente nas cadeias de agronegócio, manufatura e distribuição. A WEALTH SYSTEMS já era parceira da TOTVS com suas soluções de CRM (Master CRM) e de SFA (Master Sales), atendendo mais de 150 clientes, e se encaixa no nosso propósito em Business Performance, que é o de prover soluções voltadas à geração de oportunidades e conversão de vendas dos clientes, visando agregar ainda mais valor às cadeias já atendidas pelas soluções das divisões de Gestão e Techfin da TOTVS.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a. produtos e serviços comercializados

A TOTVS oferece ao mercado um portfólio de soluções de negócios flexível, diverso e amplo que engloba softwares de gestão empresarial integrada (ERP), soluções verticalizadas (por indústria do cliente), plataformas inteligentes (de produtividade e colaboração, de dados e inteligência artificial, de analytics), serviços de valor agregado (implementação, consultoria, educação empresarial, infraestrutura) para empresas de todos os portes em 12 segmentos estratégicos da economia (Agroindústria, Construção e Projetos, Distribuição, Educacional, Financial Services, Hospitalidade e Turismo, Jurídico, Logística, Manufatura, Saúde, Serviços e Varejo).

Modelo de Negócios

Nosso modelo de negócios tem como foco o nosso cliente. Acreditamos no poder transformador da tecnologia e na sua capacidade de elevar a eficiência, produtividade e a competitividade das empresas, gerando impactos econômicos positivos. Essa diretriz é fundamental e permeia todas as nossas ações, desde as nossas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, que se dedicam à concepção de soluções para os segmentos de atuação dos nossos clientes. As soluções desenvolvidas buscam gerar valor ao negócio do cliente diretamente (*B2B – Business to Business*) mas também consideram as necessidades dos seus consumidores finais (*B2C – Business to Consumer*), passando por estruturas de atendimento e relacionamento que contam com equipes exclusivas de acordo com o seu perfil e porte, até a oferta e comercialização de soluções que entregam simplicidade e facilidade de contratação. Nossos clientes podem optar pela modalidade que lhe seja mais conveniente, entre o licenciamento de software tradicional ou o pagamento de uma assinatura mensal.

A experiência do nosso cliente começa no relacionamento com a equipe de vendas que busca compreender o seu perfil e o ambiente no qual o seu negócio está inserido. Essas equipes são responsáveis pelo adequado mapeamento e pela identificação das necessidades dos clientes, que podem estar relacionadas com diferentes aspectos. Podem, por exemplo, estar relacionados a automação de processos empresariais críticos como a contabilidade, finanças ou recursos humanos. Podem, ainda, estar vinculados aos desafios do seu core business como retenção de alunos em uma universidade, controle de produção de grãos no agronegócio, ponto de venda (PDV) em loja de departamentos no varejo, automação de processos fabris em uma manufatura. O processo de atendimento ao cliente visa, por fim, desenvolver a arquitetura e a especificação da solução mais adequada, individualmente.

O passo seguinte é a implementação da solução no cliente. A TOTVS oferece equipes exclusivas e credenciadas para o exercício dessa atividade, o que proporciona menor custo para os clientes finais. Após implementada a solução, oferecemos manutenção e suporte completo por meio de equipe altamente experiente e centralizada na própria TOTVS, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana. Por fim, contamos também com o time de pós-venda, com equipes distribuídas localmente e com foco nas necessidades contínuas do cliente. Essa força de vendas é especializada e incentivada a oferecer as melhores soluções de *cross-sell* e *upsell* para os clientes existentes.

A TOTVS disponibiliza ao cliente mais de um modelo de contratação de software. Quando o cliente celebra o contrato de licenciamento que inclui a licença dos direitos de uso do software da Companhia, na maioria das vezes, celebra também contratos de manutenção de software, os quais garantem o direito ao recebimento das novas versões dos softwares lançadas pela TOTVS, contendo ajustes e toda evolução tecnológica, funcional ou legal.

Por sua vez, quando a opção escolhida pelo cliente é a subscrição (software como serviço), ele passa a deter o direito de usar o software em suas novas versões, lançadas pela TOTVS, contendo ajustes e toda evolução tecnológica, funcional ou legal, mediante pagamento de valor de assinatura mensal. Poderá, ainda, optar pela contratação da hospedagem das soluções em *cloud*.

Em ambas as modalidades, os clientes podem contratar as soluções através de canais de distribuição próprios ou franquias. Quando há o envolvimento de franquias na comercialização, a Companhia fatura diretamente para o cliente e paga comissão aos franqueados.

Independente da modalidade de contratação, os serviços de consultoria, implantação, instrução técnica e customização (qualquer desenvolvimento pontual para adequação do software que seja realizado em acordo com as suas necessidades específicas) podem ser prestados pela TOTVS ou contratado pelo cliente diretamente com terceiros (inclusive franquias e/ou canais de distribuição homologados pela TOTVS) e que são faturados diretamente pelo terceiro.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

O nosso modelo de negócios contempla receitas de software recorrentes e não recorrentes. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

Receita Recorrente: receitas de software recorrentes compreendem subscrição de software (implica um baixo investimento inicial, no qual o cliente passa a ter acesso a múltiplas soluções e em múltiplos dispositivos simultaneamente com um número ilimitado de usuários), manutenção (suporte técnico e evolução tecnológica) e serviços recorrentes (*cloud*, atendimento ao cliente de natureza recorrente).

Receita não Recorrente: contemplam as receitas de taxa de licenciamento de software, na qual, o cliente adquire a Cessão de Direito de Uso (CDU) tendo como base um número fixo de usuários preestabelecido em contrato ou um número ilimitado de usuários se a venda for baseada de acordo com o faturamento do cliente e serviços de implementação e customização da solução, consultoria e de educação empresarial.

Nosso objetivo é expandir o acesso à tecnologia e garantir que cada vez mais empresas possam beneficiar-se dos seus avanços e da era da digitalização, tornando-se mais competitivas. Por isso, garantimos sempre a liberdade de escolha para que o cliente decida a forma de contratação do software mais adequada à sua realidade.

1. PORTFÓLIO DE GESTÃO
Nosso portfólio de software inclui a oferta em 3 camadas: (i) a solução de ERP para operações de backoffice, que contempla os processos gerais da operação de um negócio como marketing, , contratos, atividades administrativas e financeiras, entre outros, e a solução de RH; (ii) as soluções de software especializadas na vertical de negócios do cliente, portanto totalmente direcionada aos desafios dos 12 segmentos de atuação da TOTVS e (iii) as plataformas de inovação, que representam evoluções do sistema de gestão, com arquitetura mais aberta, integráveis aos APPs e desenhadas com premissas de produtividade, colaboração, gestão e relacionamento, e robusta inteligência e capacidade de análise de dados.

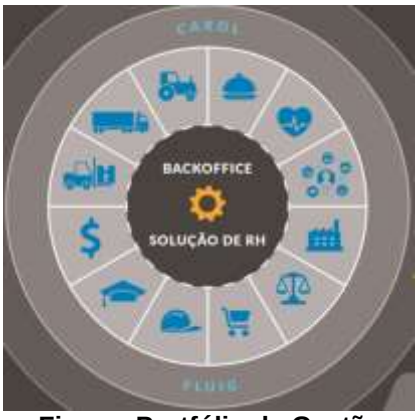


Figura: Portfólio de Gestão

1.1 Soluções ERP
O sistema de gestão empresarial (ERP, ou *Enterprise Resource Planning*) é a base de todas as operações de um negócio, que permite acesso fácil e confiável aos dados de uma empresa em tempo real, a qualquer hora e em qualquer lugar, integrando e facilitando a comunicação entre diferentes departamentos, como vendas, finanças, estoque e recursos humanos, e viabilizando maior controle e gerenciamento dos processos de uma organização. A partir dos dados levantados por um ERP e sua respectiva análise, é possível fazer diagnósticos aprofundados, o que pode contribuir para o gestor tomar decisões mais adequadas para maior eficiência e produtividade, redução de custos, crescimento, rentabilidade e aumento da competitividade da empresa.

O ERP TOTVS está em constante evolução tecnológica para oferecer cada vez mais funcionalidades e benefícios para os negócios, acompanhando a dinâmica e mudanças aceleradas do mercado, garantindo a observância das regras de negócios, fiscais e a segurança das informações.

TOTVS BackOffice: O ERP BackOffice compreende os processos essenciais e complementares para a gestão, integrando soluções orientadas de acordo com a especialidade atendida, em uma plataforma de

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

produtividade e colaboração. Este núcleo compreende desde o BackOffice administrativo e financeiro, com atendimento integral da legislação, até os módulos fundamentais para colocar em operação qualquer tipo de indústria, como engenharia, estoque e custos e o planejamento e controle da produção.

A legislação tributária brasileira é uma das maiores e mais complexas do mundo, o que sujeita as empresas à necessidade de acompanhar esse cenário que sofre atualizações constantes. A dificuldade para manter a gestão estratégica dos riscos fiscais é potencializada diariamente com um calendário repleto de obrigações e prazos distintos para cumpri-las em todo o território nacional, além da necessidade de investimento em profissionais, software, armazenagem de dados, consultoria, terceirização, advogados e despesas judiciais.

Os meios do Fisco para garantir a observância das normas fiscais ganha robustez a cada ano. Todo o histórico e processo operacional praticado pelo contribuinte está sob os olhares atentos das autoridades fiscais. De posse de documentos eletrônicos (NF-e, NFS-e, NFC-e, Eventos e-Social, EFD Reinf, etc.), escriturações mensais (GIAS ESTADUAIS, SINTEGRA, EFD ICMS IPI, EFD Contribuições, Periódicos e Não-Periódicos do e-Social e também EFD Reinf, Bloco K, etc.) e escriturações anuais (SPED Contábil, ECF, DIRF, RAIS, etc.) o Fisco utiliza sua expertise tributária para os mais diversos fins com o objetivo de controlar informações fiscais.

As obrigações fiscais fazem parte do dia a dia de todas as empresas, independentemente do porte e do segmento de atuação. Compreender o cenário tributário brasileiro é uma tarefa extremamente complexa, que exige tempo, conhecimento e atualização constante.

TOTVS RH: A TOTVS tem soluções completas para atender os processos que compõem a suíte de Recursos Humanos, proporcionando às empresas uma gestão e desenvolvimento do capital humano de forma simples e ágil em todos os processos, como: suporte às exigências legais e processamento de folhas de pagamento, gestão de benefícios, controle da jornada de trabalho dos colaboradores, planejamento da força de trabalho, atração e retenção de talentos, gestão de treinamentos, gestão por competências e acompanhamento de resultados por meio de indicadores e planos de ação e o estabelecimento de metas estratégicas.

1.2 – Soluções Verticalizadas

A Tecnologia da Informação (TI) é um setor de altíssimo valor agregado e tem potencial para contribuir decisivamente para a sustentação de novos ciclos de desenvolvimento no País, impactando positivamente – e de modo abrangente – todas as cadeias produtivas. Neste sentido, a TOTVS definiu focar a sua atuação em 12 segmentos econômicos, estratégia que lhe permitiu incorporar as melhores competências ao seu portfólio, tornar os seus produtos mais especializados e também integrar cada vez mais a cadeia produtiva de seus clientes de ponta a ponta, como, por exemplo, o Supply Chain que agrupa os segmentos Agroindústria, Manufatura e Logística.

A TOTVS estrutura suas equipes com profissionais especializados para cada um dos 12 segmentos de negócio dos seus clientes, maximizando assim os benefícios da especialização. Desta forma, passamos a oferecer soluções ainda mais específicas, não apenas para os nossos clientes, mas para os clientes dos nossos clientes. Isso quer dizer que, por exemplo, quando desenvolvemos uma ferramenta para uma universidade, procuramos entender as necessidades não somente dos profissionais dessa instituição de ensino, mas também dos seus clientes, ou seja, dos estudantes.

Integrada aos sistemas de Back Office, a estruturação dos softwares verticalizados em cada setor responde aos desafios do core business do cliente e objetiva a consolidação das soluções e processos de negócios por setor de atuação da economia, otimizando o desenvolvimento, a atualização e inovação das soluções. Isso permite que as soluções ofertadas pela Companhia atendam desde as necessidades básicas das empresas, relacionadas às operações rotineiras de back office, tais como processos de contas a pagar, contas a receber, fiscais e relações humanas, até as necessidades relacionadas ao core business das empresas, tais como controle de alunos em uma universidade, controle de estoques em uma manufatura ou gestão de obras em uma construtora.

Neste sentido, o portfólio TOTVS está organizado em soluções de negócios especializadas para os seguintes 12 segmentos econômicos:

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

- **AGROINDÚSTRIA**

A TOTVS tem soluções especializadas para o segmento agroindústria que abrangem a cadeia de valor dos seguintes subsegmentos: Beneficiamento e Comercialização de Commodities Agrícolas, Produção de Cultivos e Bioenergia. Nosso objetivo é viabilizar maior rastreabilidade da produção, melhor gestão econômica financeira e total planejamento e controle dentro de processos característicos do agronegócio, que que vão desde o planejamento agrícola até a colheita e industrialização, considerando melhores práticas de manejo em agricultura de precisão e identificação granular onde estão os gargalos de custo e rendimentos operacionais que podem contribuir com melhor performance.

- **MANUFATURA**

No cenário atual de transformação digital nossa proposta de valor é viabilizar uma manufatura leve através da simplificação e digitalização de processos. Investimos em soluções de mobilidade e automação para garantir maior velocidade e acuracidade nos registros do chão de fábrica, aumentar a eficiência, melhorar a produtividade e reduzir custos. Disponibilizamos uma moderna solução de planejamento avançado da produção, para apoiar a sincronização e sequenciamento da cadeia de suprimentos e facilitar a incorporação de conceitos de indústria 4.0. Desenvolvemos ofertas para oito grandes especialidades: Metal-Mecânico & Plásticos, Bens Duráveis, Bens de Consumo, Química e Reciclagem, Extrativismo & Beneficiamento, Papel & Celulose, Têxtil & Vestuário e Bens de Capital, viabilizando uma manufatura cada vez mais sustentável com inovação tecnológica e desenvolvimento de produtos aliados à preservação ambiental.

- **LOGÍSTICA**

A TOTVS oferece soluções específicas para o segmento Logística, que atende aos desafios dos mais variados segmentos, entre eles, transportadoras, operadores logísticos, portos e recintos alfandegados, manufatura, distribuidores, varejo, etc. Neste segmento, objetivamos garantir estoques balanceados, diminuição do tempo de ciclo do processamento de pedidos, menores custos operacionais, aumento do nível de serviços com maior satisfação e fidelização dos clientes, fluxo de informações precisas e confiáveis para gestão de compras, gestão dos transportes, gestão fiscal e faturamento e entregas dentro do prazo com total visibilidade da operação logística.

- **VAREJO**

No varejo, são atendidos os seguintes subsegmentos: Gestão de Concessionárias de Veículos, Redes de Franquias, Drogarias, Supermercados, Moda, *Food Service* e Alimentação, Supermercados, Magazines e Lojas de Departamentos e Materiais de Construção. Nossas soluções se propõem a oferecer a gestão completa para um varejista, desde a automação dos processos administrativos até a finalização da venda no PDV – Ponto de Venda (*checkout*), inclusive nas atividades de gestão de loja, gestão de crédito, mobilidade, *e-commerce*, gestão de estoques, precificação, RFID, gestão de grade e sortimento, com segurança nas informações e soluções integradas.

- **DISTRIBUIÇÃO**

Soluções que atendem diversos tipos de operação, desde a distribuição de insumos primários até o atacadista distribuidor dos mais diversos tipos de produtos, como merceria, frios, cosméticos, higiene e limpeza, material de construção, farmacêutico, química e autopeças. Nossas soluções são pensadas de acordo com as etapas da cadeia produtiva, e visam a automatizar desde a compra de mercadorias, o recebimento e a armazenagem dos produtos, passando pela venda, separação, expedição, faturamento, acerto de carga, tesouraria, financeiro até as operações fiscais e contábeis da empresa.

- **PRESTADORES DE SERVIÇOS**

A TOTVS oferece soluções específicas para os seguintes subsegmentos: Provedores de Serviços de Segurança e Limpeza, Locação de Equipamentos, BPO, TI e Telecom, Transporte de passageiros. Visamos contribuir para que os clientes possam garantir o controle das operações com otimização da alocação de recursos e consequente aumento de sua produtividade, gerar valor de maneira sustentável aos seus clientes com oferta de serviços de qualidade para a perenidade de seus relacionamentos, e oferta de mão de obra qualificada para a prestação dos seus serviços.

- **CONSTRUÇÃO & PROJETOS**

A TOTVS oferece soluções específicas para os subsegmentos de Incorporadoras e Mercado imobiliário. Nossa proposta de valor neste segmento é oferecer mobilidade e integração total dos dados para a gestão do canteiro de obras, viabilizar o adequado planejamento dos projetos, com orçamentação consistente e acompanhamento acurado dos contratos e fornecimento de materiais inerentes à sua execução.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

- **EDUCACIONAL**

A TOTVS oferece soluções especializadas para os subsegmentos de Educação Básica, Educação Superior e Educação Continuada. Nosso objetivo é permitir que a instituição de ensino possa digitalizar e otimizar todos os seus processos de gestão educacional como captação de novos alunos, matrículas, gestão de avaliações e frequência, gestão do acervo acadêmico, gestão de recebíveis, relacionamento com a comunidade acadêmica, certificação e diplomação. Além disso, queremos ajudar as instituições a obter maior retenção e satisfação de alunos e familiares em relação a prestação de serviços educacionais.

- **HOSPITALIDADE E TURISMO**

A TOTVS oferece soluções especialmente desenvolvidas a partir de processos característicos de hotéis, pousadas e resorts. O objetivo é garantir que os gestores possam ter a visão completa, com acesso fácil e ágil aos principais processos operacionais e administrativos que fazem parte do dia a dia dos hotéis. Por meio das soluções oferecidas é possível acessar a qualquer hora e de qualquer lugar as operações de check-in, check-out, governança e consulta de reservas, além de visibilizar todos os principais indicadores de gestão do hotel, tais como a taxa de ocupação, diária média, receita em tempo real, REVPAR (receita de hospedagem por quarto disponível) entre outros de forma mobile.

- **JURÍDICO**

A TOTVS compreende a realidade da cadeia de serviços jurídicos e contribui para que, escritórios de advocacia e departamentos jurídicos de empresas tenham mais flexibilidade e rapidez, e se mantenham constantemente atualizados, por meio de soluções escaláveis e especializadas que controlam operações, reduzem custos, melhoram o relacionamento com o cliente e contribuem para a conquista de novas demandas. A proposta para este segmento é permitir aos responsáveis pelos departamentos jurídicos gestão completa da atividade processual e administrativa; gestão acessível e com mobilidade para relacionamento de qualidade com escritórios parceiros; e gestão definitiva para a sustentação da operação com *backoffice* especializado, e facilidade na operação e escalabilidade.

- **SAÚDE**

A TOTVS desenvolve soluções específicas para o segmento de saúde, atendendo aos centros clínicos e consultórios médicos, cooperativas médicas, hospitais de qualquer porte, e também no mercado de operadoras de planos de saúde e autogestão. Buscamos oferecer aos clientes melhoria da performance clínica, aperfeiçoamento do *compliance* e geração de resultados financeiros sustentáveis, suportando seu negócio com dados e informações confiáveis e interoperáveis para tomadas de decisões corretas, desde a processos de autorização de procedimento e cobranças, o repasse adequado de recurso aos prestadores, passando pelo controle de glosas, até o atendimento às regulamentações do setor, garantindo agilidade e qualidade no atendimento ao paciente.

- **FINANCIAL SERVICES**

A TOTVS oferece soluções especializadas para todos os tipos de instituição financeira como bancos e financeiras, cooperativas de crédito, fundos de investimento, previdência complementar, corretoras e seguradoras, englobando as suas áreas de investimentos, crédito, cartões e core banking, desde o ambiente de negócios até a contabilidade e área operacional, passando pelos controles gerenciais e de *compliance* e de mercado. O nosso propósito é permitir ao cliente a confiabilidade das operações financeiras, precisão nos cálculos financeiros, eficiência nos processos de concessão de crédito com a redução de risco e envio de informações necessárias aos órgãos legais.

1.3 – Soluções de Plataformas de Inovação

Para a TOTVS o ERP é o seu principal negócio e, assim como o mundo, ele está em transformação constante: evoluindo de sistemas para plataformas abertas, conectadas e personalizáveis. Hoje, a Companhia oferece 2 plataformas de inovação aos clientes, que se integram ao portfólio de gestão, potencializando as soluções de backoffice e os softwares especializados em segmentos do cliente, agregando assim maior valor às suas operações. São elas:

- **Plataforma de Dados e Inteligência Artificial Carol:** A Carol é a plataforma de dados de qualidade e inteligência artificial da TOTVS, que visa a interpretar dados e recomendar atitudes e ações. É a inteligência cognitiva das soluções da TOTVS. Permite aprimorar a propriedade dos dados nas organizações e ampliar a capacidade de análise e a velocidade de tomada de decisões diante de um ambiente de negócios com um volume crescente de informações, além de atuar como uma assistente virtual, respondendo perguntas e oferecendo insights de negócios. Utiliza técnicas de *Deep Learning*, Redes Neurais, Algoritmos Genéticos e soluções de *Machine Learning* para promover a transformação da gestão das empresas e de seus resultados, de forma simples, assertiva e com robusta qualificação dos dados e informações do negócio, para que elas

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

possam aproveitar as oportunidades geradas pela economia digital baseada em dados, compartilhamento e colaboração. Possui também como forte característica a capacidade infinita de aprendizado, pois sua API ("*Application Programming Interface*" ou ''Interface de Programação de Aplicativos'') é aberta, o que permite que qualquer pessoa ou empresa ensine novas habilidades a ela e crie outros modelos de aplicações com base na plataforma Carol.

- **Plataforma de Produtividade e Colaboração Fluig:** A plataforma Fluig visa unificar sistemas, digitalizar, simplificar processo e exponencializar a produtividade das empresas, em uma experiência mais fluida e intuitiva. Lançado em 2013, o TOTVS Fluig Plataforma é a evolução das soluções de produtividade e colaboração integradas em uma só plataforma, que permite a criação e a viabilização dos projetos de inovação das empresas independente dos seus sistemas legados. Esta solução conta com interface de comunicação colaborativa e armazenamento de todo o seu conteúdo na nuvem. A mobilidade é uma das principais características do Fluig, incluindo uma série de aplicativos que revolucionam a empresa, como o Approval, onde decisões na empresa podem ser tomadas com um simples toque. Entre os seus recursos, a plataforma inclui ferramentas de modelagem e gestão de processos (BPM - Business Process Management), criação de layout e portais (*WCM - Web Content management*), gestão de documentos (GED) e gestão de identidades. Em 2020, a TOTVS lançará o TOTVS Fluig No-Code, oferta que democratiza o acesso a tecnologia nas empresas, permitindo a criação de plataformas digitais sem que o usuário precise saber programar. Com ele qualquer pessoa dentro de uma empresa pode criar diferentes soluções, sem qualquer ajuda da área de TI, com um sistema desenvolvido para que o usuário apenas escolha e arraste os componentes que precisa para o seu projeto.

1.4 - Soluções para Micro e Pequenos Negócios

Com a linha de soluções sob medida para microempresas, a TOTVS atende aos desafios de gerir um negócio com eficiência e baixo custo. São ofertas direcionadas para clientes que buscam tecnologia de ponta, implantação simples e rápida, legislação em dia e um fornecedor com credibilidade. A seguir, destacamos nossas soluções e segmentos atendidos:

- **Eleve Vendas:** Ponto de Venda (PDV) completo ao cliente e adequado às legislações fiscais. Oferece a Maquininha Inteligente para a loja pequena ou vendas na rua que funciona como sistema de frente de caixa direto na tela do dispositivo viabilizando o controle de estoque e vendas diariamente e recebimento de pagamentos dos principais cartões e bandeiras adotados no mercado. Outra solução é a Frente de Caixa Completa direcionada para lojas maiores e vendas no balcão que permite um atendimento rápido e de qualidade, contando ainda com funcionalidades de controle de estoque, fechamento de caixa e cumprimento de legislações fiscais.

- **Eleve Gestão:** Gestão Financeira voltada aos prestadores de serviços e revendores cujo sistema permite total controle financeiro, emissão de notas e acompanhamento das ordens de serviços, com poderoso recurso de contas a pagar, a receber, tudo disponível na nuvem, com acesso direto pelo celular e/ou tablet. Permite o acompanhamento e controle do fluxo de caixa com facilidade e controle de compras e gestão do estoque.

- **Manufatura** – Integra as principais áreas da empresa, agilizando o fluxo de informações, possibilitando acesso rápido aos dados necessários para a gestão.

- **Varejo** – Automação completa destinada ao ponto de venda no mercado de micro e pequenos negócios. A solução contempla sistemas de gestão e equipamentos, tudo integrado e com investimento acessível, simplifica a entrega das obrigações fiscais, além de ser hospedada na nuvem, o que simplifica a compra e instalação.

- **Saúde** – Solução TOTVS para consultórios e clínicas médicas, que proporciona agilidade e eficácia na administração clínica e financeira.

- **Serviços** – Solução que permite o controle de fluxo de caixa levando em consideração os pedidos de compra e venda, controle de ordens de serviço, com alocação de recurso e produtos, controle de entradas e saídas por centro de custo e centro de resultado e controle de despesas e receitas por categoria financeira.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

2. PORTFÓLIO DE TECHFIN

Nosso portfólio de Techfin contempla tecnologia e inovação para ampliar, simplificar e baratear o acesso das empresas aos serviços financeiros. Oferecemos serviços financeiros inteligentes e personalizados, de acordo com o perfil de cada negócio e com as necessidades da jornada financeira dos clientes, ampliando as opções para comprar insumos e melhores condições para pagar despesas. Do outro lado do ciclo, as empresas podem vender de forma mais simples e integrada, e receber de forma mais rápida e eficiente.

Nossas soluções estão estruturadas de forma a maximizar a vantagem da tecnologia, que transforma processos complexos e burocráticos em ações simples, viabilizando fácil acesso a serviços financeiros. Elas se dividem em 2 categorias: (i) Crédito, com oferta de soluções acessíveis e personalizadas, que facilitam o acesso a crédito para empresas e (ii) Pagamentos, com soluções integradas de PDV, TEF (Transferência Eletrônica de Fundos) e adquirência, que simplificam e geram eficiência para facilitar as operações de pagamento.

Crédito

- **TOTVS Antecipa:** O TOTVS Antecipa é a solução de antecipação de recebíveis da TOTVS. Trata-se de uma forma mais moderna e diferente de contratar, antecipar e acessar os recebíveis, com fácil visualização de notas fiscais da carteira que estão em aberto e seleção para antecipação dos mesmos, com possibilidade de aprovação e liberação do recurso no mesmo dia, conciliação automática, sem burocracia ou processos complexos. Com essa solução, as empresas podem manter o fluxo de caixa positivo e garantir mais capital de giro.

Pagamentos

- **TEF CLOUD**: É uma solução que integra os meios de pagamento à gestão do ponto de venda, operando como um terminal de pagamentos flexível e de fácil operação. O sistema roda 100% em nuvem e não exige a instalação em servidores próprios, nem estruturas rebuscadas de tecnologia. Permite ao cliente configurar múltiplos adquirentes e bandeiras, incluindo bandeiras regionais e de private label, proporcionando maior flexibilidade e mais opções de pagamento para os seus consumidores finais. Viabiliza um controle mais efetivo e seguro das entradas de pagamentos, conciliação de pagamentos, integração de dados diretamente com a gestão de PDV, sem necessidade de processos manuais. A solução de TEF da TOTVS é nativamente integrada aos principais produtos de varejo do mercado, e atende também aos segmentos de Distribuição, Autoatendimento, Hospitality e Educacional.

- **ADQUIRÊNCIA:** O varejo da era digital atende um novo consumidor, muito mais conectado, exigente e que espera por uma verdadeira estratégia *omnichannel*. Isso significa maior convergência dos pontos de venda, entregando ao consumidor final multicanais para pesquisar, experimentar e comprar, sejam eles físicos ou digitais. A solução de adquirência, hoje disponível aos clientes TOTVS, permite gerenciar as incontáveis transações financeiras, do e-commerce ao PDV, dos módulos de pagamento às lojas físicas, integrados e facilmente acessíveis.

- **PAY:** agora as instituições de ensino podem receber pagamentos de mensalidade e outros serviços via cartão de crédito. Tudo 100% integrado ao ERP, com conciliação automática, antifraude e recorrência. Mais comodidade para os pais e alunos, e menos inadimplência para as escolas e universidades.

3. PORTFÓLIO DE *BUSINESS PERFORMANCE*

- **Plataforma Master CRM e Master *Sales***: plataforma focada na inteligência comercial que permite ao cliente entender onde ele está posicionado no mercado e estruturar uma estratégia de atuação visando ao aumento da produtividade do time comercial, à retenção de clientes e à melhoria da sua participação no mercado, por meio da análise de dados sistematizados e disponibilizados via *dashboards* de indicadores comerciais estratégicos, como percentuais de vendas, projeções, metas, rentabilidade média, histórico de vendas, histórico dos pagamentos, oferta de mix de produtos. O TOTVS *MasterSales* é uma aplicação disruptiva, flexível e ofertada na nuvem, no modelo de serviço (SaaS, ou “Software as a Service”), acessível para qualquer porte de empresa. Permite o aprimoramento e automação de toda a equipe comercial e sua estratégia da geração da demanda ao pós-venda, maior previsibilidade de vendas, gestão de leads, pipeline dos processos de negociação, geração de formulários para pesquisa de satisfação, pesquisas de preço, registro de interações e de todos os atendimentos realizados junto aos clientes, entre outros benefícios.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

- **Plataforma de Dados e Análise TOTVS Analytics (by GoodData):** Solução de *business analytics* que apresenta dados de forma estruturada, consolidando as informações da empresa em dashboards dinâmicos e intuitivos que permitem uma gestão de indicadores e resultados muito ágil proporcionando uma tomada de decisão segura. A ferramenta está disponível 100% na nuvem, o que dispensa gastos com infraestrutura. Oferece indicadores e relatórios em um único local, de maneira prática e ágil, sem necessidade de acessar várias fontes diferentes, já sendo integrada ao ERP TOTVS, com mais de 300 relatórios e indicadores prontos e disponíveis.

4. PORTFÓLIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1 Implementação de Software: O time de implementação da TOTVS realiza a implementação apenas das soluções que são comercializadas pela empresa por meio da metodologia de implementação TOTVS, que dá as diretrizes, métodos, padrões e etapas a serem seguidos desde o início dos serviços até os controles de qualidade pós-implementação. As unidades próprias e as franquias da TOTVS seguem a metodologia de implementação em todos os locais, utilizando as mesmas técnicas de execução das tarefas e as mesmas ferramentas para realizar as tarefas relacionadas à implementação das soluções de software TOTVS.

4.2 *Cloud Computing*: oferta de hospedagem das soluções TOTVS em Datacenter próprio ou de terceiros, com uma gama completa de serviços agregados, tais como: preparação do ambiente; disponibilização de infraestrutura; hardware (servidores); sistema operacional; banco de dados; softwares aplicativos; gestão do ambiente tecnológico; gestão e monitoramento de backups; e monitoramento de servidores.

4.3 Educação Empresarial: Soluções Educacionais que utilizam ambientes para prática de exercícios na nuvem, conteúdos e infraestrutura para a gestão do conhecimento, capacitação profissional presencial e à distância. São destinadas a clientes e instituições que necessitam de processos intensivos de propagação e certificação de conhecimentos, de forma centralizada ou dispersos geograficamente.

4.4 Consultoria: A TOTVS Consulting é um time estratégico de consultoria em gestão empresarial e tecnologia da informação, que atua em todo o território brasileiro, a partir de bases em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília.

***b.* receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor:**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, sendo que a Administração da Companhia até 31 de dezembro de 2018 avaliava o negócio em duas unidades de negócio: Software e Hardware.

Em 24 de outubro de 2019, a Companhia classificou os ativos da unidade de negócio de hardware para disponível para venda, e consequentemente, passou a avaliar o negócio em uma única unidade geradora de caixa que é a de Software. Nos três últimos exercícios sociais, as linhas de receita da Companhia tiveram a seguinte representatividade da receita líquida:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Em milhares de Reais	**2019**	**2018**	**2017**
Recorrente	1.729.218	1.547.192	1.467.359
Não Recorrente	552.906	563.968	525.552
Licenças	213.915	177.723	166.660
Serviços	338.991	386.245	358.892
Receita Total	**2.282.124**	**2.111.160**	**1.992.911**
Recorrente	1.729.218	1.547.192	1.467.359
Não Recorrente	552.906	563.968	525.552
	2.282.124	**2.111.160**	**1.992.911**

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

O nível de concentração de receita observado no item 7.2b também é observado no lucro líquido da Companhia.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a. características do processo de produção:

Pesquisa e Desenvolvimento

A TOTVS busca atender a demanda do mercado por software e serviços, o que se reflete no contínuo esforço do seu departamento de pesquisa e desenvolvimento em desenvolver softwares e serviços de ponta.

Os principais objetivos das áreas de Tecnologia e Desenvolvimento são:

- Aprimoramento do fundamento técnico de seus softwares, permitindo maior eficiência no desenvolvimento de soluções;
- Adoção de novas tecnologias e avaliação de seu impacto;
- Implementação de alternativas tecnológicas que mantenham a operação de seus produtos resguardada e protegida;
- Constante aprimoramento de conceitos, funcionalidade e usabilidade dos produtos de software;
- Desenvolvimento de produtos especiais para clientes;
- Constante busca de novas metodologias de desenvolvimento, buscando agilidade e qualidade nos softwares;
- Integração de ferramentas de terceiros; e
- Constante avaliação de novos modelos organizacionais e sua aplicabilidade.

A Companhia investe também no desenvolvimento de novos produtos, visando a acessar novos mercados. Para identificar quais produtos devem ser desenvolvidos, a TOTVS realiza constantes pesquisas mercadológicas, visando a identificar segmentos de negócios que necessitem soluções específicas e, por consequência, o desenvolvimento de soluções orientadas a tais segmentos. A pesquisa visa também a analisar, em conjunto com os canais de vendas, quais seriam os segmentos potenciais que viabilizariam a ampliação do volume de negócios.

A modularização também tem sido fundamental nas estratégias de crescimento da TOTVS para: estimular o desenvolvimento de aplicativos que executam suas principais soluções por desenvolvedores internos e externos (pequenos softwares, desenvolvedores de aplicativos e startups de tecnologia).

Atualmente, as estruturas da TOTVS focadas nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação são:

CENTROS DE P&D – Especializados nos 12 segmentos estratégicos de atuação da Companhia, os centros contam com especialistas que compreendem as necessidades e os desafios específicos de cada segmento, traduzindo-as em soluções inovadoras e alinhadas ao *core* do negócio dos nossos clientes. Cada centro está estruturado com times especializados em produto e desenvolvimento, suporte, atendimento e relacionamento, serviços (implantação entre outros).

UX LABS – UX Lab é o Laboratório de Experiência do Usuário da TOTVS, localizado em São Paulo (Brasil), reúne em seu espaço de aproximadamente 200 m² um time de pesquisadores e designers dedicados exclusivamente à exploração de oportunidades de inovação, tendências de mercado e à melhoria da experiência de uso das nossas soluções e serviços por meio de constantes pesquisas, validações com clientes e colaboração. No Laboratório, os projetos são conduzidos pela abordagem do *Design Thinking*, e envolvem empatia, colaboração e criatividade, visando a descoberta de novas soluções baseadas em necessidades dos nossos clientes, ao constante aperfeiçoamento dos processos a revisão das interfaces e a navegabilidade dos nossos produtos, a unificação da identidade e experiência única de nossas soluções e a disseminação da cultura do Design para colaboradores e clientes.

iDEXO (Instituto de Ideias Exponenciais) – É a frente de inovação aberta da TOTVS que gera negócios entre empresas que precisam inovar e startups que têm potencial para crescer. Atualmente, conta com mais de 70 startups que atendem os 12 segmentos da economia em que a TOTVS está presente. Em dois anos, mais de 200 clientes da Companhia já tiveram seus desafios de negócio solucionados por uma startup apoiada pelo iDEXO. A conexão com o ecossistema de startups, permite que a TOTVS amplie seu portfólio de soluções aos clientes e ofereça ainda

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

mais agilidade para o processo de inovação das empresas, reduzindo os custos e aumentando a geração de receita. O iDEXO busca constantemente soluções inovadoras que atendam às necessidades dos clientes da Companhia, beneficiando todos: startup, clientes e a TOTVS.

TOTVS LABS EUA – Centro de Inovação localizado em Raleigh (Carolina do Norte, Estados Unidos da América), próximo do Research Triangle Park (RTP), o maior parque de pesquisa científica dos EUA e numa região com ambiente tecnológico pujante e grande oferta de talentos, que está focado na criação de soluções disruptivas em linha com as mais modernas tendências de tecnologias relacionadas a Big Data, Mobile, Social Media e *Cloud*. O TOTVS Labs atua também na identificação de novos modelos de negócios e startups, estabelecendo parcerias estratégicas e transferindo conhecimento às demais unidades de negócios da TOTVS. As principais tecnologias trabalhadas no Labs envolvem Inteligência Artificial, Visão Computacional, Processamento de Linguagem Natural, Computação Distribuída, Impressora 3D, Robótica, Realidade Virtual, Realidade Aumentada e UX Design.

Desenvolvimento Ágil

Conectada às principais tendências globais em desenvolvimento de software, a TOTVS vem evoluindo significativamente em processos e ferramentas ágeis, implementando o processo de desenvolvimento ágil de software em todos os segmentos da Companhia nas equipes de desenvolvimento de software (Inovação, Manutenção e Testes) dos produtos TOTVS.

A iniciativa representou uma relevante ruptura no processo de desenvolvimento de software pois transformou radicalmente a forma como pensávamos e desenvolvíamos nossos produtos, gerando importantes reflexões não somente sobre nossos processos, ferramentas e tecnologias, mas também sobre as pessoas envolvidas e seus respectivos papéis, que passaram a estar mais integrados e serem mais decisivos na qualidade do produto final, independentemente do nível hierárquico ou atividade que estes exerçam durante o processo criativo. É a partir deste princípio que integramos de ponta a ponta todos os profissionais das equipes de Inovação, Manutenção e Testes.

No modelo ágil, com a integração dos times, construímos um processo altamente colaborativo de profissionais com visão interdisciplinar que se dedicam a desenvolver a melhor solução, com uma maior liberdade de criação. Também, passamos a planejar mais o que será desenvolvido, o que permite que os objetivos do produto sejam melhor absorvidos com o desdobramento para as squads, gerando um processo mais consistente, mitigação da chance de erros e retrabalho nos produtos e entregas de maior qualidade e valor agregado ao cliente final. Atualmente, contamos com aproximadamente 185 squads.

A TOTVS consolidou, ao longo dos anos, sua posição de liderança no mercado de software ERP nos segmentos de empresas de médio e pequeno porte. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que somaram mais de R$1,1 bilhão nos últimos 3 anos até o período findo em 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado na tabela abaixo, foram essenciais para que a TOTVS se destacasse da concorrência, ao trazer soluções inovadoras, em tecnologia proprietária, e prestar serviços agregados.

Exercício social findo em 31 de dezembro de			
(em milhares de R$, exceto %)	**2019**	**2018**	**2017**
Receita líquida	2.282.124	2.111.160	1.992.911
Despesa com pesquisa e desenvolvimento	(397.824)	(382.078)	(343.373)
% da Receita líquida	-17,4%	-18,0%	-17,2%

Componentes utilizados na elaboração das ofertas de software de gestão integrada

As soluções de software de gestão integrada descritas no item 7.2 são formadas a partir da integração de componentes oriundos de linhas de produtos de diferentes plataformas tecnológicas conforme a origem de seu desenvolvimento: Linha Protheus, Logix, RM, Datasul, Financial Services entre outras adquiridas pela TOTVS e incorporadas ao seu portfólio.

Plataformas tecnológicas utilizadas

A TOTVS Platform é a plataforma tecnológica da TOTVS que suporta o desenvolvimento das soluções de software TOTVS, bem como de soluções associadas com a gestão, negócios e colaboração.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Historicamente a TOTVS vem desenvolvendo a TOTVS Platform para garantir sua independência tecnológica, oferecendo linguagens de desenvolvimento e ambientes de execução próprios, que suportam os desenvolvedores atuais do Software e oferecem novas funcionalidades e facilidades para as soluções de Software. Isso incluí desde opções de plataformas e sistemas operacionais, até a escolha de bancos de dados e modelos de processamento e distribuição de carga entre ambientes de execução. Essa estratégia permitiu a TOTVS tornar-se uma das poucas empresas de software no mundo que detém esse tipo de tecnologia.

Atualmente, a TOTVS atende os diversos requerimentos de infraestrutura para aplicações, tanto em modelo "*on premises"* como na nuvem. A TOTVS Platform é a resposta TOTVS às necessidades de Plataforma como Serviços (*PaaS – Platform as a Service*) e serve de base para a oferta de Soluções como Serviços (*SaaS - Software as a Service*), e é complementada pelas ofertas de valor agregado para as necessidades de Infraestrutura como Serviços (*IaaS – Infrastructure as a Service*).

A TOTVS utiliza as seguintes linguagens de programação: A ADVPL (hoje TL++) é aplicada na linha de produto Protheus, enquanto na linha Logix é utilizada a 4GL. A infraestrutura da TOTVS Platform é responsável pela compatibilidade e adaptabilidade das soluções da TOTVS aos diferentes sistemas operacionais, bases de dados, arquiteturas e topologias de redes.

A TOTVS acredita ser a única empresa latino-americana que desenvolveu um middleware, denominado TOTVS Platform. Este middleware também é utilizado por empresas associadas. O middleware utilizado pela Companhia lhe garante independência de (i) interface; (ii) plataforma tecnológica; (iii) topologia (instalação física e de comunicação dos computadores adotados pela empresa); (iv) conexão (comunicação entre os computadores) e (v) base de dados, preservando seus clientes de quaisquer conflitos com as plataformas operacionais por eles utilizadas. Além disso, o domínio do middleware permite à Companhia e seus clientes comporem o conjunto de hardware, sistema operacional, sistema de rede e sistema de banco de dados mais adequado às suas preferências, necessidades técnicas e capacidade de investimento.

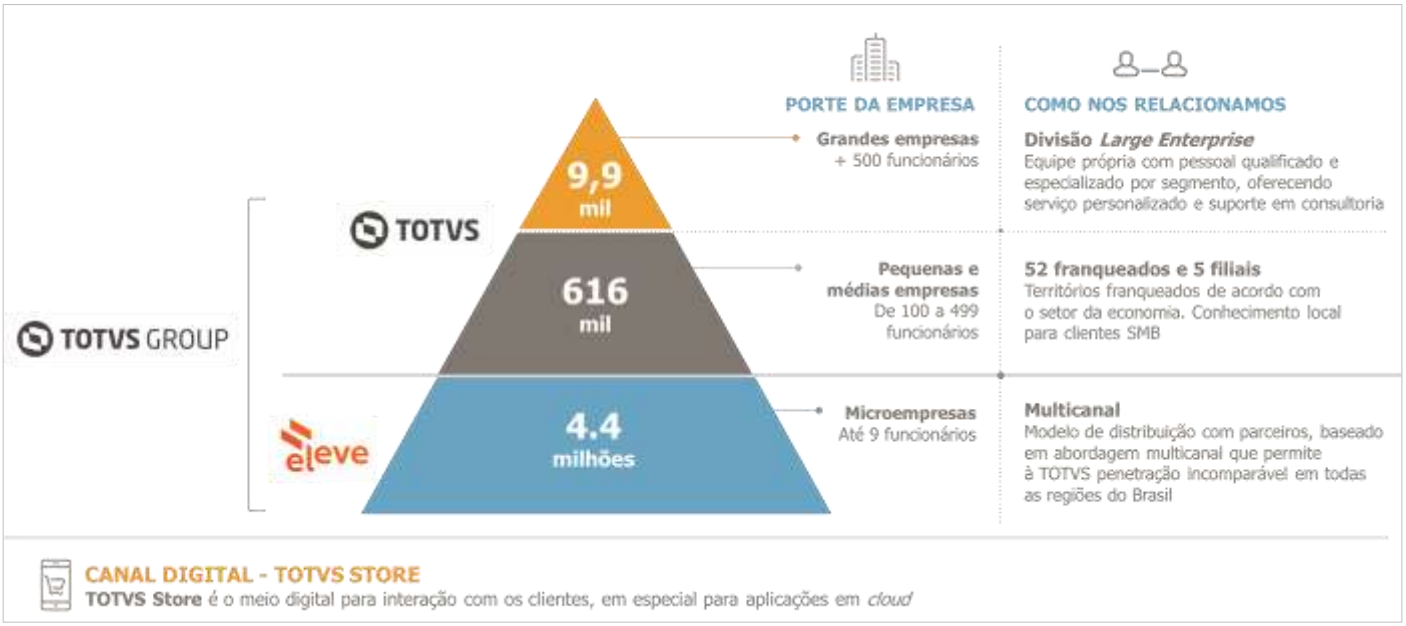
Os componentes da linha RM são desenvolvidos utilizando-se tecnologia Microsoft e Borland, sendo que a plataforma de desenvolvimento adotada é a plataforma .NET da Microsoft. Essa plataforma nos permite uma maior exposição às tecnologias disponibilizadas pelo Mercado.

Na linha Datasul, os componentes são desenvolvidos nas tecnologias Progress, Java (J2EE) e também TOTVS Platform tanto em termos de linguagem, quanto de plataforma.

b. características do processo de distribuição

A forte distribuição da Companhia tem sido suportada pelo seu modelo nacional de franqueado, tornando possível a implementação de um sistema amplo e personalizado para a venda de soluções para pequenas e médias empresas.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Estratégia para Clientes de Grande Porte

A TOTVS conta com estrutura própria para atendimento e relacionamento com o cliente de grande porte e em processos de expansão e digitalização ou mudanças de modelo de negócio. Nossa estrutura oferece um atendimento consultivo por meio de uma equipe de profissionais especializada em diferentes segmentos de negócio e capacitada para viabilizar a sua jornada digital.

O atendimento conta com profissionais especializados e é feito sob medida, que vai desde a prospecção, elaboração de propostas, desenho das ofertas e produtos, até a metodologia de implantação e estrutura de atendimento pós-implantação.

Estratégia para Clientes de Pequeno e Médio Porte

A TOTVS licencia e subscreve seus softwares por meio da combinação de vendas via canais diretos (unidades próprias, controladas ou filiais) e indiretos (franquias, representações, revendas autorizadas e agentes de negócio), sendo a franquia o principal canal indireto. O relacionamento com canais de vendas indiretos aumenta a penetração de mercado da TOTVS, seja no mercado nacional ou no internacional.

De forma consolidada, a TOTVS dispõe dos seguintes canais para atendimento e relacionamento com os seus clientes:

Unidades próprias: A TOTVS conta com 5 unidades próprias no Brasil (Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo) e no mercado internacional conta com unidades na Argentina, Colômbia, Estados Unidos da América e México.

Franquias: a TOTVS conta com 52 territórios franqueados no Brasil e diversos canais na América Latina.

As franquias são canais exclusivos de distribuição e estão baseadas no STF - Sistema TOTVS de Franquia. O STF define regiões geográficas de atuação para cada franquia, nas quais a exclusividade se dá por setor de atividade econômica (segmento). Nas regiões em que atuam, as franquias desenvolvem a prospecção de venda das soluções, a demonstração das soluções (pré-venda, venda e pós-venda) e a negociação das condições de venda (dentro de limites pré-definidos pela TOTVS), além da prestação de serviços de treinamento, implantação e adaptação às necessidades do cliente (customizações), tendo em vista sua presença local e proximidade do cliente.

As franquias recebem um percentual de comissionamento pelas receitas de licenças, havendo um comissionamento diferenciado para as franquias que também recebem comissões sobre a receita de subscrição e manutenção gerada pelos clientes baseados nos territórios onde atuam, além de faturarem diretamente o próprio serviço realizado.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

As unidades próprias da TOTVS são referência para as atividades operacionais, comerciais e técnicas dos franqueados. A TOTVS mantém um departamento de controle, acompanhamento e coordenação das franquias, que presta assessoria às franquias e acompanha suas atividades operacionais, desenvolvimento das estratégias comerciais, administrativas e de marketing. As atividades das franquias também são controladas por pesquisas de satisfação realizadas com os clientes atendidos por todos os agentes comerciais da TOTVS.

Estratégia para Micro e Pequenos Negócios

Revendedores (TOTVS): a TOTVS conta com uma estratégia de multicanais dedicados principalmente às vendas para o mercado de microempresas na parte de software. No caso de revendedores de maior porte realiza-se faturamento direto além de sua logística até este revendedor, enquanto que para as revendas de médio e pequeno porte o faturamento e logística são executados por um de seus distribuidores.

Marketing

Em 2019, os esforços da área de Marketing estiveram voltados ao posicionamento em inovação, tecnologia e soluções de negócios e completas para cada um dos doze segmentos que representam os principais setores da economia, além da geração de oportunidades de venda de software.

Destacamos também a continuidade do trabalho de construção de marca, com o fortalecimento da estratégia de comunicação indo além do tradicional público de profissionais de tecnologia, mas agregando também um universo novo de gestores de negócios, de marketing e vendas, que passam a ser potenciais compradores das soluções Techfin e Business Performance que a TOTVS vem desenvolvendo. Um dos principais pilares desta estratégia é a campanha batizada de ““A TOTVS acredita no Brasil que FAZ”. A Campanha visa destacar a trajetória da TOTVS como uma das empresas brasileiras que acreditam e investem no país e que são referência em seus setores.

Além disso, com o movimento de descontinuidade da operação de *harware*, a partir de janeiro de 2020, a solução para micro e pequenos negócios Bemacash passou a se chamar ELEVE. A nova marca chega com o objetivo de reforçar nosso compromisso de elevar o patamar de gestão do micro e pequeno negócio, oferecendo uma solução agnóstica, isto é, utilizável em qualquer tipo de dispositivo, para que empreendedores possam exercer uma gestão mais eficiente de seus negócios.

Alianças e Parcerias

A TOTVS investe fortemente em alianças e parcerias estratégias com as principais e mais renomadas empresas mundiais do setor de tecnologia, e de outros setores inerentes aos negócios e mercados de atuação da Companhia. A estratégia é ampliar a capacidade da TOTVS de desenvolvimento de mercado e de novas ofertas com inovação externa, buscando entregar aos clientes a tecnologia e as soluções de negócios necessárias para sustentação de sua cadeia de valor e aumento da eficiência e rentabilidade.

A formalização dessas alianças e parcerias estratégicas tem por objetivo: (i) promover a troca de tecnologia entre as empresas, permitindo que a TOTVS tenha acesso à tecnologia de ponta desenvolvida por esses aliados e parceiros; (ii) desenvolver ações conjuntas de marketing, divulgação e geração de negócios; (iii) ampliar o portfólio de ofertas e soluções; e (iv) aproveitar a sinergia existente entre os produtos e marcas da TOTVS e de seus aliados; (v) expandir o uso da tecnologia TOTVS para demais empresas, parceiras ou clientes.

As alianças estratégicas da TOTVS têm como natureza do negócio as soluções de tecnologia e são representadas, principalmente, por empresas globais como Microsoft, IBM, Progress e Oracle, entre outras. Além das alianças estratégicas, a TOTVS adota também o modelo de parcerias como forma de alavancagem de negócios e redução do ciclo de desenvolvimento do produto.

As principais parcerias são empresas que: (1) detém uma solução de negócio que fortalece a proposta de valor da TOTVS em seu mercado de atuação, preferencialmente sendo integrada às soluções TOTVS; ou (2) desenvolvem soluções de negócios em tecnologia TOTVS. Algumas empresas parcerias da TOTVS utilizam a linguagem ADVPL.

Essas parcerias são constituídas com empresas atuantes em setores de mercado que, direta ou indiretamente, podem trazer benefícios à TOTVS, seja por meio da difusão de seus produtos e serviços, pela simples indicação das marcas da TOTVS aos seus clientes ou pelo fato de que os produtos e serviços oferecidos por tais empresas gerarem valor aos produtos e serviços da TOTVS, nos segmentos em que não competem.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Recentemente, a TOTVS firmou parcerias estratégicas como a Automation Anywhere, presente como líder de RPA (Robotic Process Automation) no quadrante mágico da Gartner (representação gráfica de pesquisas realizadas pela Gartner de um mercado específico e os concorrentes que o compõe), a Moddo, empresa espanhola especialista em OMS (Order Management System), reforçando a estratégia de plataforma de gestão omnichannel da Companhia, e a Redecard S.A. ("Rede"), adquirente do grupo Itaú Unibanco, com o objetivo de promover junto aos clientes de pequenos e médios negócios soluções de adquirência e antecipação de recebíveis pela Rede.

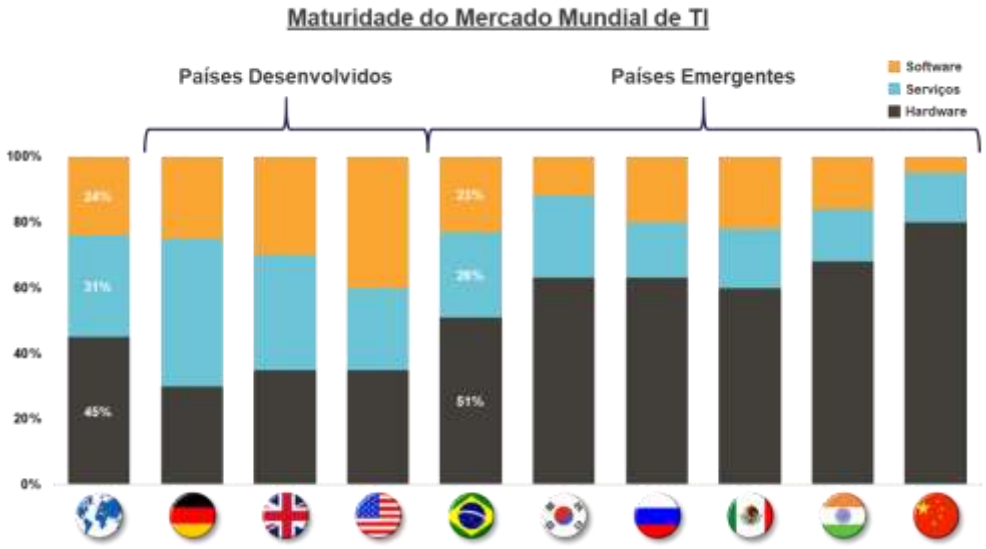
c. características dos mercados de atuação, em especial

i. O Mercado de Software

Mundo
A tecnologia da informação vem sendo aplicada na otimização de processos empresariais, trazendo amplos benefícios para empresas de todos os portes, em praticamente todos os setores e em todo o mundo. A automação de processos empresariais, principalmente com o uso de equipamentos e programas de informática, vem reduzindo a ineficiência e aumentando a produtividade em todos os segmentos econômicos globalizados. Diversas categorias de aplicativos de software foram desenvolvidas para otimizar a eficiência de determinados aspectos empresariais de um negócio, para tanto recorrendo à automação de segmentos de vendas, comercialização, fabricação, distribuição, suporte a clientes, contabilidade, gestão financeira, recursos humanos e outras tarefas até então relegadas a processamento manual. Por exemplo, os softwares para gestão de recursos humanos são atualmente utilizados na armazenagem e manutenção de registros de empregados, facilitando a administração da folha de pagamento e benefícios, bem como a emissão de relatórios e demonstrativos de impostos, além de muitas outras tarefas que, embora rotineiras e exaustivas, são essenciais às empresas. Ao longo do tempo, essas categorias distintas de aplicativos de software passaram a ser integradas em "sistemas integrados" (suítes), visando facilitar ainda mais as operações comerciais, mediante o compartilhamento de informações dentre as várias funcionalidades. As duas principais classes de sistemas integrados de software de gestão empresarial integrada são o ERP e o CRM. Via de regra, os sistemas integrados ERP estão direcionados a funções administrativas ou de back-office, tais como a gestão de recursos humanos e financeiros, ao passo que os sistemas integrados CRM estão voltados para funções envolvendo relacionamento direto com o cliente, ou front-office, tais como vendas, comercialização e suporte ao cliente.

De acordo com IDC, em 2018, o segmento de Software representou 23% do mercado global total de TI (Software, Serviços e Hardware). Esse mercado mundial de TI, excluindo exportações, atingiu a marca de US$2,23 trilhões, sendo o Brasil o 9º no ranking dos maiores países nesse mercado com um tamanho total de US$46,6 bilhões.

O comportamento observado no mercado global é uma maior representatividade de Software e Serviços no total do mercado de TI nos países desenvolvidos em relação aos países emergentes. No grupo de países emergentes o Brasil é o país que apresenta uma realidade mais próxima dos países desenvolvidos e da média global.



7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: IDC (2018).

Em 2017, IDC identificou aproximadamente 17.000 empresas atuando nos setores de Software e Serviços ao redor do mundo com a segmentação a seguir: 30,3% em desenvolvimento e produção, 38,3% em distribuição e comercialização, e 31,4% em prestação de serviços. Entre as empresas de desenvolvimento, apenas 0,5% são consideradas de grande porte (mais de 500 funcionários).

As empresas estão investindo cada vez mais em tecnologia para aumentar a sua eficiência, a produtividade, o relacionamento com o cliente e a capacidade de inovação. A TOTVS captura esse movimento como oportunidade para alavancar a sua posição única como o maior player de ERP do Brasil.

Adicionalmente, ao longo dos últimos anos, a TOTVS lançou cinco plataformas complementares ao ERP: fluig (Gestão, Produtividade e Colaboração), Carol (Inteligência Artificial), TOTVS Analytics (*Business Intelligence*), e TOTVS CRM, todas desenvolvidas com uma abordagem agnóstica - ou seja, pronta para integrar as soluções TOTVS com outras de mercado, expandindo o mercado endereçável para além da base de clientes da TOTVS.

América Latina

De acordo com IDC, o mercado de TI na América Latina atingiu, em 2018, o patamar de US$108,8 bilhões, tendo o Brasil como protagonista desse mercado com uma parcela de 42,8% enquanto que o segundo lugar, o México, representa 20,0%. A grande diferença de tamanho e maturidade do mercado de TI no Brasil comparado aos demais países da América Latina tem sido um dos alicerces para a expansão do país nesses mercados.

Brasil

O mercado brasileiro de tecnologia da informação tem crescido de forma acelerada nos últimos anos.

De acordo com IDC, em 2018, o mercado de TI no Brasil atingiu US$46,6 bilhões. O setor de Software foi responsável por US$10,5 bilhões onde aproximadamente 23,5% são desenvolvidos no próprio país.

Ainda que o mercado de tecnologia tenha evoluído bem nos últimos anos, ele continua muito concentrado na região sudeste do país, de acordo com IDC para 2017. Contando com 61% da distribuição, o Sudeste ainda está muito distante das demais regiões, sendo 13% no Sul, 11% no Centro-Oeste, 10% no Nordeste, e 5% no Norte. Além da concentração regional, quase metade do mercado potencial identificado é focado em empresas com menos de 500 funcionários, que em totalidade, representam a maioria de Companhias que usam desses recursos.

Os softwares de gestão empresarial integrada, conhecidos como ERP, vêm se afirmando como ferramentas indispensáveis à administração das empresas e hoje o modelo SaaS (*Software as a Service*) vem ganhando espaço de forma significativa no mercado quando comparado ao modelo tradicional de compra de licença, no entanto, os dois devem coexistir para atender as demandas dos mais variados tipos de clientes.

O mercado brasileiro de TI é composto por várias frentes de atuação que são serviços de comunicação, telefones móveis, PCs e tablets, impressoras, sistemas de data center, serviços de TI, softwares de gerenciamento para empresas, e softwares de infraestrutura. Entre os principais mercados de usuários de softwares para empresa, os maiores destaques são os setores financeiro, industrial, de comércio e de serviços e telecomunicações, que juntos representam 86% do mercado em 2017 segundo o IDC.

Histórico do Setor de Software no Brasil

Durante a década de 80 e início dos anos 90, o Brasil adotou uma legislação de reserva de mercado, que estabelecia regras diferenciadas para hardwares e softwares criados/fabricados por empresas nacionais e estrangeiras, na tentativa de criar uma indústria nacional de informática. A reserva de mercado, em realidade, mostrou-se danosa ao desenvolvimento de equipamentos de informática no Brasil, pois o hardware produzido no Brasil era limitado e tecnologicamente defasado, além de muito caro em relação ao hardware produzido em outros países. Já no caso do software, a reserva de mercado não foi prejudicial, mantendo-se a competição entre os produtos nacionais e os estrangeiros. A evolução da indústria de software nacional deu-se por meio de parcerias tecnológicas com os provedores de softwares básicos, sistemas operacionais, sistemas de rede e bancos de dados, de forma a se preparar para o fim da reserva de mercado. O resultado é que, seja pela capacidade criativa, seja pela facilidade de assimilação de novas tecnologias pelo público brasileiro, o software brasileiro tornou - se referência internacional em algumas áreas, como as de automação bancária e de utilização da Internet para os mais diversos tipos de relacionamento. O Brasil tem independência tecnológica em diversas áreas de desenvolvimento de softwares.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em 1993, uma medida importante foi tomada pelo governo brasileiro com relação à indústria de software: o programa SOFTEX 2000-Programa Nacional de Software para Exportação, com o objetivo de facilitar a entrada de empresas brasileiras no mercado internacional de software, por meio do estímulo às exportações. O Programa era coordenado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), com a participação e representação das empresas brasileiras de software, sendo financiado pelo governo e pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. O Programa alcançou, no período 1993 a 2001, entre outros, os seguintes resultados:

- Implantação de Sistemas de Qualidade nas empresas, introdução de Métodos de Avaliação de produtos, indução da adoção de normas internacionais de qualidade de software; mais de 100 empresas nacionais de software com sistemas de gestão da qualidade ISO 9000 implantadas;

- Criação de linhas de financiamento específicas para software - mais de R$ 74 milhões em 52 empresas;

- Criação de rede com 32 agentes materializando 23 Pólos de Desenvolvimento de Software no País;

- Implantação de rede com 19 Incubadoras ligadas às principais instituições acadêmicas do País;

- Contribuição para criação de 73 mil empregos diretos qualificados.

A Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) evoluiu e se tornou uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP) que executa as políticas públicas do Governo Federal para o setor de TI. As ações desenvolvidas pela entidade visam a promover a melhoria da competitividade da Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI (IBSS) e a qualificação de Recurso Humanos. Desde 1996 a Softex é gestora do Programa da Excelência do Software Brasileiro, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

O Sistema Softex hoje beneficia aproximadamente 6 mil de empresas em 13 unidades da federação por meio da sua rede de 23 agentes que agem em conjunto com a iniciativa privada, esfera pública e instituições acadêmicas de fomento da tecnologia. A Softex lista como suas diretrizes hoje:

1. Implantação das melhores práticas em desenvolvimento de software
2. Capacitação de recursos humanos para o setor
3. Alavancagem de recursos financeiros junto e a fontes públicas e privadas
4. Produção e disseminação de informações qualificadas sobre a Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI
5. Empreendedorismo e inovação
6. Formulação de políticas de interesse do setor tanto no Brasil como no exterior
7. Criação e desenvolvimento de oportunidades de negócios tanto no Brasil como no exterior

ii. participação em cada um dos mercados

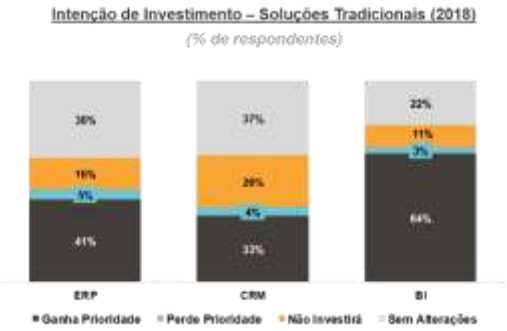
A TOTVS atua essencialmente na comercialização e desenvolvimento de software de gestão integrada e, de acordo com estudo “Software Market Share Enterprise Application 2020”, emitido em abril pela Gartner, a TOTVS detém 30,1% do mercado latino-americano e 50,2% do mercado brasileiro de ERP.

Além do mercado de ERP, a TOTVS possui forte presença no mercado Supply Chain Management – SCM com 20,3% do mercado brasileiro, de acordo com a mesma pesquisa da Gartner.

A Companhia possui outras iniciativas em outros segmentos do mercado de Software de Gestão Empresarial (Enterprise Application Software - EAS) com grande potencial de crescimento, mas que hoje possui menor relevância em market share. Dentre essas iniciativas estão incluídas: Master Sales, Ciashop, TOTVS Analytics, Carol e Fluig. Com a Gooddata e Carol, a TOTVS já tem 5,3% de market share no mercado de Analytics em 2019.

Esses segmentos possuem grande poder de crescimento à medida que passam a se tornar prioridade de investimento da Companhia, tanto por meio do investimento em segmentos já estabelecidos quanto em novas tecnologias. BI e CRM têm ganhado maior prioridade nos últimos anos, porém ERP ainda é um tema central para investimento no Brasil.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: ITData.

Em relação às novas tecnologias, Inteligência Artificial e IoT (*Internet of Things*) se destacam como principais intenções de investimentos das empresas.

Fonte: ITData.

iii. condições de competição nos mercados

Os concorrentes da Companhia incluem fornecedores de Software de Gestão Empresarial (tais como ERP, CRM e BI), produtos de colaboração e produtos de inteligência comercial, bem como empresas que se dedicam a atividade de consultoria. Ressalta-se que o mercado brasileiro de software não impõe quaisquer barreiras ou restrições à entrada de competidores estrangeiros.

A indústria de software é altamente competitiva. A TOTVS compete com empresas de software brasileiras e estrangeiras. Alguns competidores da Companhia atuam também em outros segmentos de negócios, além de software de gestão empresarial como por exemplo software de infraestrutura, software de segurança, banco de dados, nuvem, entre outros. Importante também observar que, a dinâmica do mercado vem caminhando para uma tendência natural de construção de ecossistemas que se traduz na redução das fronteiras entre os setores econômicos, sendo crescente nos últimos anos o número de competidores para além da concorrência tradicional, isto é, com outras companhias exercendo atividades semelhantes a da TOTVS, como exemplos, fintechs, bancos e empresas de e-commerce, que têm expandido seu ramo de atuação para fornecer mais serviços aos clientes — incluindo soluções de software de gestão empresarial.

O mercado de software de gestão empresarial possui como clientes empresas de grande, médio e pequeno porte. Cada um destes segmentos pode apresentar diferentes necessidades e estágios de maturidade de uso de tecnologia e consequentemente produzem diferentes características quanto às condições competitivas.

A TOTVS oferece soluções para todos os portes de empresas.

d. eventual sazonalidade

A indústria de tecnologia da informação, especialmente software, não apresenta uma sazonalidade relevante.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A atividade de desenvolvimento da TOTVS está concentrada na sua equipe própria de profissionais. No entanto, a Companhia possui fornecedores e parceiros de desenvolvimento de alguns softwares que comercializa, além dos fornecedores de banco de dados que são revendidos aos clientes e provedores de plataforma tecnológica, não havendo controle ou regulamentação governamental sobre tais relações.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores:

A TOTVS utiliza tecnologia de terceiros para desenvolvimento de parte de seus componentes de software e tecnologia, em especial aqueles da linha de produto RM e EMS Datasul que estão baseados na plataforma .Net da Microsoft e Progress, respectivamente. Para mais informações vide item 7.3.a “Plataformas tecnológicas utilizadas”.

iii. eventual volatilidade em seus preços:

Historicamente, os preços dos softwares e serviços da TOTVS não têm apresentado volatilidade relevante.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Não há clientes que, individualmente, representem mais de 10% da receita líquida da Companhia.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há clientes que, individualmente, representem mais de 10% da receita líquida da Companhia.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As Secretarias da Fazenda de diversos estados brasileiros exigem que a Companhia obtenha aprovações governamentais para comercializar determinados produtos de software (aplicativos fiscais e a Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica), conforme atos e convênios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda por meio do COTEPE – Conselho Técnico Permanente do Ministério da Fazenda. Os equipamentos fiscais são homologados segundo essas regras, e os aplicativos fiscais são certificados por institutos cadastrados. Também existem decretos e portarias estaduais que regulam as atuações nos Estados. Alguns produtos também são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicação – ANATEL exigindo certificação específica para sua utilização e comercialização.

Situações análogas à descrita no parágrafo acima também ocorrem na introdução de outras tecnologias, por exemplo o ECF do Convênio ICMS 09/09 obrigatório em Santa Catarina. Vale ressaltar que NFC-é adotada na maior parte do território nacional, com exceção de São Paulo, Santa Catarina e Ceará.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Para as atividades de software e serviços, atualmente, a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação ambiental e não possui política ambiental. Em maio de 2014, a TOTVS aderiu ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), uma iniciativa planejada para empresas comprometidas em alinhar suas operações e estratégias com os dez princípios, universalmente aceitos, nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A TOTVS utiliza tecnologia de terceiros no desenvolvimento de determinados componentes, como mencionado no item 7.3.e.ii. Para informações adicionais a respeito do tema, ver Seção 9.1 deste Formulário de Referência.

Registro de Software: O departamento Jurídico da TOTVS é responsável pelo Registro de Software no INPI. O direito autoral do software nasce com a criação do programa, independentemente de registro, e está protegido conforme os termos da Lei de Software (Lei 9609/98) e da Lei de Direito Autoral (Lei 9610/98) e o órgão responsável por realizar os registros é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), de acordo com o Decreto n° 2558/98. O registro do software ainda que não seja obrigatório, acaba funcionando como uma ferramenta importante para comprovação da autoria de seu desenvolvimento perante o Poder Judiciário, podendo ser muito útil como prova de autoria em casos de processos relativos à concorrência desleal, cópias não autorizadas, pirataria, etc. Ainda, para que se possa garantir a exclusividade na produção, uso e comercialização de um programa de computador, o interessado deverá comprovar a autoria deste, sendo, portanto, revestido de grande importância o seu registro no INPI. A tutela dos direitos relativos ao programa de computador é assegurada pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 1º. de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação.

O Processo na TOTVS: A área interna TOTVS, que pretende o registro de Software, aciona o departamento jurídico. Este faz a coleta de todas informações e intermedia o processo de registro junto ao INPI, utilizando os serviços de terceiros especializados.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No período findo em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida auferida no Brasil (país sede do emissor) representava cerca de 97% da receita líquida da Companhia.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No período findo em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida auferida fora do Brasil representava aproximadamente 3% da receita líquida da Companhia.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

No período findo em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida auferida fora do Brasil representava aproximadamente 3% da receita líquida da Companhia, sendo concentrado em grande parte da receita total fora do Brasil na Argentina e no México.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Dado que a receita líquida auferida fora do Brasil representava aproximadamente 3% da receita líquida no período findo em 31 de dezembro de 2019, como mencionado no item 7.6, a Companhia entende que não há efeitos relevantes em suas atividades decorrentes de regulação estrangeira.

7.8 - Políticas Socioambientais

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

i. Publica relatório de sustentabilidade ou documento similar?

A Companhia apresenta, desde 2016, seu Relato Integrado que traz informações unificadas dos resultados econômicos, sociais e ambientais da Companhia. Também publica desde 2014 a Comunicação de Progresso do Pacto Global das Organizações das Nações Unidas. Atualmente, as referidas publicações não são auditadas.

ii. Tem política de responsabilidade socioambiental?

A Companhia mantém compromisso com a proteção do meio ambiente, previsto no Código de Ética e Conduta da Companhia, que pode ser encontrado no site de relações com investidores da Companhia (http://ri.totvs.com/). Desde 2014, a TOTVS é signatária do Pacto Global das Nações Unidas (ONU) e comunica anualmente seus resultados e avanços nos temas que constituem o compromisso assumido, reafirmando o compromisso em alinhar nossas decisões de negócio, nossos produtos, serviços e operações ancorados na garantia dos direitos humanos, da promoção da agenda de diversidade e inclusão, do estabelecimento de boas relações de trabalho, do respeito e conservação do meio ambiente e do combate à corrupção em todas as suas formas e instâncias.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

A Companhia adota a metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI), as diretrizes de Relato Integrado do *International Integrated Reporting Council (IRRC)*, os 10 Princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações socioambientais não são auditadas por entidade independente.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

As versões do Relato Integrado referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019 estão disponíveis na CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores (https://ri.totvs.com/, na aba "Informações Financeiras"). As publicações da Comunicação de Progresso do Pacto Global da ONU da Companhia podem ser acessadas diretamente no portal da ONU (https://www.unglobalcompact.org/).

Outras iniciativas

Instituto da Oportunidade Social (IOS)

Fundado em 1998 como iniciativa de funcionários da então Microsiga, hoje TOTVS, o Instituto da Oportunidade Social (IOS) nasceu com o propósito de proporcionar acesso à tecnologia para jovens em vulnerabilidade social e pessoas com deficiência por meio de programas de capacitação profissional tendo como principal foco empregar os profissionais qualificados na economia do futuro.

O IOS é uma organização sem fins lucrativos que oferece formação profissional gratuita em cursos de gestão empresarial e de tecnologia da informação, com práticas em Educação Digital, Cidadania, Sustentabilidade, Matemática, Comunicação e Expressão, *Softskills*, além de acompanhamento psicossocial com equipe multidisciplinar (psicólogos, assistentes sociais e psicopedagogos) e uma carga horária média de 320 horas por curso. O público-alvo do Instituto é composto por jovens em vulnerabilidade social entre 15 a 29 anos de idade e Pessoas com Deficiência a partir de 16 anos de idade, sendo 95% oriundos de escolas públicas, 57% mulheres e 57% negros, ampliando a inclusão social para populações minorizadas.

Ao longo de seus 22 anos de existência, o IOS ampliou sua atuação no Estado de São Paulo (para o Interior e expansão na Grande São Paulo) nos estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. Neste período e localidades, passaram pelo Instituto mais de 38 mil alunos. Anualmente, mais de 2 mil jovens são formados e destes, em média mil empregados, por empresas parceiras de diversos segmentos e pela TOTVS, gerando um forte impacto social direto na geração de emprego e renda. Em 2019, passaram pelo IOS mais de 3 mil alunas e alunos, dos quais 2250 finalizaram seus cursos profissionalizantes e 1400 conseguiram seu

7.8 - Políticas Socioambientais

primeiro emprego, através de esforços diretos do Instituto junto às empresas parceiras, o que inclui a TOTVS. De acordo com estudos feitos pelo Instituto, há um aumento médio de 47% na renda das famílias quando um aluno formado começa a trabalhar.

A TOTVS centraliza seu investimento social estratégico no IOS e hoje é a principal mantenedora do Instituto, que conta também com o apoio de outras empresas parceiras e parcerias governamentais. O IOS dispõe de toda a estrutura e suporte para preparar os alunos e encaminhá-los para o mercado de trabalho, além de apoiar no cumprimento da Lei da Aprendizagem e da Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, desenvolvendo os talentos do presente na economia do futuro.

O Instituto da Oportunidade Social é auditado anualmente pela PwC, reporta anualmente utilizando-se do padrão GRI (*Global Reporting Institute*), conta com certificação pelo Instituto Doar e, como a TOTVS, é Signatário da Rede Brasil do Pacto Global da ONU. Em 2019, o IOS ganhou selo como uma 100 das Melhores ONGs para se Doar no Brasil.

Mais informações do IOS estão disponíveis no site do Instituto: www.ios.org.br.

Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)

A TOTVS aderiu em 2014 à Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que é uma iniciativa planejada para empresas comprometidas em alinhar suas operações e estratégias com os dez princípios, universalmente aceitos, nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com mais de 12.000 empresas participantes e *stakeholders* em mais de 145 países, o Pacto Global da ONU é a maior iniciativa de posicionamento corporativo conjunto em responsabilidade socioambiental do mundo.

Grupo de Trabalho ASG (Ambiental, Social e Governança)

Em 2018, a TOTVS realizou um processo de consulta aos seus principais *stakeholders* com intuito de definir os temas prioritários de destaque para a Companhia, de acordo com as caraterísticas do seu negócio. Esse processo foi complementado pela TOTVS em 2019, por meio da criação do Grupo de Trabalho ASG. O GT promoveu sete encontros durante o ano de 2019, nos quais foram estabelecidos os planos de ação que compõem a Agenda ASG da Companhia. Para a construção, priorização e validação da Agenda foram considerados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A partir das atividades e dos impactos da Companhia na sociedade, foram priorizados os seguintes ODS:

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

A partir dessas referências, foram definidos os planos de ação prioritários, que consideram os desafios, oportunidades e viabilidade de cada ação. A Agenda ASG da TOTVS, desenvolvida em 2019, reflete, além dos compromissos de desenvolvimento sustentável, a visão da Companhia sobre a forma como seus negócios podem influenciar positivamente a sociedade, enquanto empregadora e agente social. Os temas prioritários refletem também a forma como a tecnologia pode representar um elemento-chave na ampliação do acesso ao conhecimento e à inovação.

O GT ASG contou com mais de 50 representantes de mais de 35 áreas diferentes e de vários níveis hierárquicos da empresa que, de maneira participativa discutiram, aperfeiçoaram e definiram os elementos-chaves da sustentabilidade para a TOTVS nos próximos anos.

A TOTVS atua ainda em parceria com organizações da sociedade civil, nas seguintes iniciativas:

7.8 - Políticas Socioambientais

Pacto Empresarial pela integridade e Contra a Corrupção

A TOTVS também aderiu no mesmo ano ao Pacto Empresarial pela integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos, que tem a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma sustentável e socialmente responsável. Este pacto apresenta um conjunto de diretrizes e procedimentos que obedecem às políticas adotadas em relação a sistemas de integridade e combate à corrupção.

Participação e apoio à Conferência Ethos 360º: A TOTVS e o IOS estiveram juntos no evento, realizado em setembro de 2019 em São Paulo. Além de estande próprio, tivemos a participação dos jovens em painel de debates evidenciando a importância de um investimento social estratégico da Companhia na transformação da vida de jovens por meio da formação e empregabilidade, gerando impacto social de alto nível.

Grupos de trabalho do Pacto Global da ONU, incluindo afirmação dos dez Princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

Diversidade e Inclusão

Em sintonia com o mercado, ao longo dos últimos anos a TOTVS tem realizado ações que buscam promover a diversidade e fortalecer a inclusão de seus colaboradores. Boas práticas para a contratação de Pessoas com Deficiência, jovens aprendizes e outras minorias têm sido evidenciadas e compartilhadas em fóruns empresariais e governamentais sobre o tema.

Em 2019, a TOTVS deu início ao processo de identificar os eixos estratégicos com os quais deverá trabalhar nos próximos anos, com visão de mercado e adequação à cultura da Companhia. Neste contexto, foi estabelecida uma área específica dentro do RH para avaliar e desenvolver ações internas sobre o tema. Esta pauta também é parte da agenda de sustentabilidade da TOTVS, em sinergia com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável ODS 5, que estabelece como meta promover a igualdade de gênero, dentro da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

Em nosso ecossistema, a Companhia reforçou o papel das mulheres e outros grupos minorizados na tecnologia e no empreendedorismo em eventos externos, tendo sediado algumas iniciativas como o evento “Conecta Empreendedoras”, do Grupo Mulheres do Brasil, o curso “Racismo Estrutural”, do Instituto Luis Gama, e a iniciativa “JUNTOS NA TI - Edição LGBTI+”, onde ofereceu um workshop de lógica e programação para 50 jovens, com interesse em trabalhar na área de tecnologia.

Para o público interno, a empresa organizou em novembro o Festival TOTVS de Impacto Social, evento cujo tema teve grande destaque através de painéis e palestras específicas relacionadas a Mulheres na TI, empreendedorismo nas periferias, acessibilidade digital e tecnologia para o bem comum.

Essas iniciativas fizeram parte do processo de construção do Programa de Diversidade e Inclusão, que a TOTVS lançou no primeiro trimestre de 2020. Para isso, a empresa realizou também uma pesquisa interna, de caráter sigiloso, confidencial e não obrigatório (com o apoio de consultoria externa), para entender a percepção dos TOTVERS com relação ao tema na Companhia e, assim, elaborar as melhores estratégias e eixos que nortearão o Programa e as políticas relacionadas. O foco do Programa em 2020 será equidade de gênero, buscando-se a ampliação de mulheres em posições de liderança na Companhia e o aumento de mulheres em funções TECH.
.

7.9 - Outras Informações Relevantes

A Companhia não identificou outras informações relevantes, além das divulgadas, relacionadas a este item.

8.1 - Negócios Extraordinários

Ciashop - Em 09 de maio de 2019, a Companhia celebrou contrato para alienação da participação de 70,47% no capital social da Ciashop para a VTEX S.A. pelo valor de R$21.175. A conclusão desta transação ocorreu em 31 de julho de 2019, após a aprovação das autoridades concorrenciais brasileiras. O ganho líquido pela venda da Ciashop foi registrado na linha “Outras despesas e receitas operacionais” da demonstração dos resultados.

Operação de Hardware - Em 24 de outubro de 2019, a Companhia divulgou a conclusão da alienação da operação brasileira de hardware, por meio da subsidiária Bematech Hardware Ltda. para a ELGIN S.A. pelo montante de R$25.000, o qual está sujeito à eventual ajuste de preço, a ser apurado nos termos estabelecidos ano contrato que regula a transação.

Em 06 de novembro de 2019, foi concluída a alienação da Bematech International Corporation (BIC) para a Reason Capital Group LLC., conforme contrato celebrado em 02 de julho de 2019, pelo montante de US$4,4 milhões equivalente a R$17.528, após ajustes determinados em contrato, dos quais US$1,5 milhões equivalente a R$5.988 foram retidos a título de garantia e deverá ser liberado até 5 de novembro de 2022.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não houve alterações significativas na condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não há contratos relevantes celebrados pela Companhia e/ou suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas a este item.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

A Companhia não possui outros ativos não-circulantes relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui ativos imobilizados relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	YMF – AMPLIS 827245890	30/10/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	YMF – AMPLIS 827082673	15/04/2030	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLY ZERO ONE 907445900	29/11/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLY ZERO ONE 907446183	12/03/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLY ZERO ONE 907446361	29/11/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLY ZERO ONE 907446604	27/03/2028	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLY ZERO ONE 907446655	29/11/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	ECOFLUIG 910715459	10/04/2028	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	ECOFLUIG 910715505	10/04/2028	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	ECOFLUIG 910715629	10/04/2028	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	ECOFLUIG 910715718	10/04/2028	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	ECOFLUIG 910715793	10/04/2028	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	AMPLIS 827245904	30/10/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	BOARDS 913834700	29/01/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	BOARDS 913835366	29/01/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	CAROL 912947675	09/04/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	CAROL 912947837	09/04/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	CAROL 912985305	09/04/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	DATASUL 914028413	19/02/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	DATASUL 914028421	19/02/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLY01 9079001682	15/05/2028	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLY01 907900755	10/01/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FLY01 907900828	10/01/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLY01 907900968	10/01/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 840530650	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 340530668	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 840530684	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 840530692	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 840530706	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 840530714	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 840530722	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	CAROL 912985321	09/04/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Licenças	PROTHEUS	01/01/2042	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	CAROL 912985330	09/04/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Nome de domínio na internet	TOTVS.COM.BR	27/04/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	CAROL 912985356	09/04/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	RM 817228373	04/04/2025	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	YMF 821050486	30/04/2022	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 830574476	15/01/2023	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	ELEVE 917711190	Em análise	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	ELEVE 918071585	07/04/2030	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	ELEVE 918071712	Em análise	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	DATASUL 823404838	03/07/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	ELEVE 918812569	Em análise	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	ELEVE 918812720	Em análise	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	DATASUL 810871432	01/11/2023	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLY01 907900550	10/01/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	FLUIG 840530625	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	RM 819925772	08/09/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	RM 821482076	07/08/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 827375743	16/10/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 830574468	21/01/2024	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 830574484	EM ANÁLISE	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 830574492	15/01/2023	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 830574506	04/10/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754558	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754566	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754574	EM ANÁLISE	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754582	EM ANÁLISE	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754590	EM ANÁLISE	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754604	EM ANÁLISE	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754612	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754655	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	TOTVS 840754663	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	ELEVE BY TOTVS 918071860	07/04/2030	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	ELEVE BY TOTVS 918072000	Em análise	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	SISJURI 823346935	13/02/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	VIRTUAL AGE 914573020	09/04/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	VIRTUAL AGE 914573055	09/04/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	VIRTUAL AGE 825805872	12/06/2027	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	VITRINE.NET 901824062	16/04/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	PC INFORMÁTICA 827756429	11/03/2028	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	PC SISTEMAS 827755546	11/03/2028	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Licenças	PROTHEUS 10	01/01/2059	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Licenças	PROTHEUS V 12	01/01/2065	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Nome de domínio na internet	elevesaude.com.br	01/01/2025	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Nome de domínio na internet	elevesuasvendas.com.br	01/01/2025	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	RM 819925780	08/09/2029	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	RM 824073908	12/05/2025	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.
Marcas	RM 824073916	12/05/2025	Conforme indicado no item 9.2.	Conforme indicado no item 9.2.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Ciashop - Soluções para Comércio Eletrônico S.A.	04.364.470/0001-95	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e consultoria em tecnologia da informação.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-100,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	0,01		
31/12/2018	-0,206224	0,000000	0,00					
31/12/2017	-35,156820	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Expertise no desenvolvimento e comercialização de soluções em nuvem para o comércio eletrônico.

Datasul Argentina S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina			Desenvolvimento e exploração comercial de programas de computador e soluções tecnológicas da própria empresa ou de terceiros; Prestação de serviços de assessoria técnica, consultoria e treinamento nas áreas vinculadas com sistemas de informática; Comercialização de bens e produtos relacionados à tecnologia.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	0,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Manter canal de distribuição na região faz parte da estratégia da TOTVS de consolidação dos canais e presença em territórios considerados estratégicos para a empresa.

National Computer Corporation	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Rússia			Desenvolvimento de soluções Software.	19,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	64.294,57		
31/12/2018	0,332100	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,740000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O investimento nesta empresa visa uma parceria para desenvolver e levar para o mercado russo um sistema de gestão com uma combinação de confiabilidade, segurança, integridade de dados, continuidade, alto desempenho e escalabilidade já presentes nas soluções da TOTVS.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Neolog Consultoria e Sistemas S.A.	05.254.381/0001-59	-	Controlada	Brasil	AP		A Neolog é uma empresa desenvolvedora de software, prestadora de serviços de implantação, customização e suporte cujo principal produto é uma solução de otimização logística que reduz os custos de frete do cliente através de algoritmos para cálculo de rotas e acomodação de carga nos caminhões de forma otimizada. A empresa atende grandes clientes dos segmentos logístico e manufatura e comercializa suas soluções no modelo SaaS (“Software as a Service”).	60,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	47,480239	0,000000	741.000,00	**Valor contábil**	31/12/2019	17.677.000,00		
31/12/2018	-8,515062	0,000000	689.000,00					
31/12/2017	-6,783557	0,000000	180.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Com esse movimento, a Companhia reforça sua estratégia de especialização e seu posicionamento no segmento de logística, agregando os produtos e o know-how de negócios da Neolog para ampliar o portfólio de soluções para clientes ao longo da cadeia de suprimentos. A combinação das forças de distribuição da Companhia com as soluções e expertise da Neolog permitirão explorar oportunidades de otimização de custos e ganhos de eficiência em segmentos chave do mercado brasileiro.

Soluções em Software e Serviços TTS Ltda.	07.363.764/0001-90	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Prestação de serviços de consultoria, assessoria e desenvolvimento de sistemas informatizados (software); a exploração de direitos de uso de sistemas informatizados próprios ou de terceiros e a prestação de serviços de processamento de dados, gestão e administração de negócios e sub-licenciamento da marca TOTVS, podendo importar e exportar bens e serviços relacionados à sua atividade.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	251,463856	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	264.259.350,20		
31/12/2018	10,720386	0,000000	0,00					
31/12/2017	-0,881597	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Manter canal de distribuição na região faz parte da estratégia da TOTVS de consolidação dos canais e presença em territórios considerados estratégicos para a empresa.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
TFS Soluções em Software Ltda	27.231.185/0001-00	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, Consultoria em tecnologia da informação, Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,973368	0,000000	25.590.000,00	**Valor contábil**	31/12/2019	30.311.000,00		
31/12/2018	3656,821026	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empresa criada em março de 2017 para futura segregação de certas operações de software.

Totvs Argentina S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina			Consultoria em tecnologia da informação; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-26,131253	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	3.713.454,11		
31/12/2018	8,715398	0,000000	0,00					
31/12/2017	-34,698489	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Manter canal de distribuição na região faz parte da estratégia da TOTVS de consolidação dos canais e presença em territórios considerados estratégicos para a empresa.

TOTVS Hospitality	09.131.273/0001-40	-	Controlada	Brasil	RJ		Desenvolvimento de soluções de software especializadas para hotéis, pousadas e resorts.	74,200000
				Valor mercado				
31/12/2019	34,423993	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	24.030.250,68		
31/12/2018	70,882325	0,000000	0,00					
31/12/2017	-27,121360	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Posicionamento no segmento de hospitalidade com soluções especialmente desenvolvidas a partir de processos característicos de hotéis, pousadas e resorts.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
TOTVS Incorporation	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Consultoria em tecnologia da informação; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2019	0,883597	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	72.666.158,63
31/12/2018	20,449491	0,000000	0,00			
31/12/2017	-2,126023	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Aquisição de empresas que apresentem sinergia com a TOTVS, visando complementar o portfolio de soluções de tecnologia da informação e manutenção de um polo de pesquisa e desenvolvimento de soluções em tecnologia da informação nos Estados Unidos da América.

TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A.	82.373.077/0001-71	418-9	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Venda, Implementação e Suporte em Consultoria	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	2,678404	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	490.215.000,00
31/12/2018	-9,811996	0,000000	627.000,00			
31/12/2017	-0,578188	0,000000	8.886.600,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Serviço especializado e qualificado por segmento, com atividade de venda, implementação, serviços especializados e suporte em consultoria, direcionados às grandes empresas.

Totvs México S.A. de CV	00.000.000/0000-00	-	Controlada	México			Inovação, criação, desenvolvimento e atualização de programas; comércio de software e hardware, com possibilidade de importação de bens e serviços próprios e de terceiros relacionados com a atividade de informática; prestação de serviços gerais relacionados com consultoria de processos e modelos de gestão; outorgar à terceiros direitos de uso, comercialização e venda de serviços.	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	-24,446637	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	3.453.569,72
31/12/2018	-16,465643	0,000000	0,00			
31/12/2017	-32,941176	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Manter canal de distribuição na região faz parte da estratégia da TOTVS de consolidação dos canais e presença em territórios considerados estratégicos para a empresa.								
TOTVS Serviços Ltda.	02.497.398/0001-49	-	Controlada	Brasil	RJ		Prestação de serviços de consultoria, assessoria e desenvolvimento de sistemas informatizados (software); a exploração de direitos de uso de sistemas informatizados próprios ou de terceiros e a prestação de serviços de processamento de dados, gestão e administração de negócios e sub-licenciamento da marca TOTVS, podendo importar e exportar bens e serviços relacionados à sua atividade.	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-100,000000	0,000000	30.200.000,00	**Valor contábil**	31/12/2019	0,01		
31/12/2018	136,694813	0,000000	1.395.000,00					
31/12/2017	0,460494	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Manter canal de distribuição na região faz parte da estratégia da TOTVS de consolidação dos canais e presença em territórios considerados estratégicos para a empresa.								
TOTVS Tecnnologia em Software de Gestão Ltda	07.577.599/0001-70	-	Controlada	Brasil	BA	Itacaré	Assessoria e desenvolvimento de sistemas informatizados (software); a exploração de direitos de uso de sistemas informatizados próprios ou de terceiros e a prestação de serviços de processamento de dados, gestão e administração de negócios e sublicenciamento da marca TOTVS, podendo importar e exportar bens e serviços relacionados à sua atividade.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-7,131536	0,000000	8.000.000,00	**Valor contábil**	31/12/2019	133.254.368,77		
31/12/2018	3,457301	0,000000	11.361.000,00					
31/12/2017	7,109649	0,000000	4.419.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Manter canal de distribuição na região faz parte da estratégia da TOTVS de consolidação dos canais e presença em territórios considerados estratégicos para a empresa.								
VT Comércio Digital S.A	15.760.400/0001-72	-	Controlada	Brasil	AP		Participação em outras sociedade como acionista, quotista ou sob qualquer outra forma legal.	50,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2019	-94,659604	0,000000	151.000,00	**Valor contábil**	31/12/2019	274.086,76		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Investimentos seletivos em empresas que apresentem soluções de tecnologia singérgicas aos negócios da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 159 registros de marcas no Brasil e 188 registros no exterior.

Ademais, a Companhia possui aproximadamente 18 pedidos junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial no Brasil e 16 pedidos no exterior.

MARCAS

Eventos que podem causar a perda dos direitos das marcas registradas

Conforme artigo 142 da Lei No. 9.279, de 1996, Lei da Propriedade Industrial, determinados eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais destacamos: a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de prorrogação no prazo devido; a renúncia, total ou parcial, pelo titular; a caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) de ofício ou por qualquer pessoa mediante proposição de terceiros ou por pessoa com legítimo interesse, mediante pedido de nulidade apresentado até 180 dias da concessão do registro, se demonstrado que o registro tiver sido concedido em desacordo com a Lei da Propriedade Industrial, Adicionalmente, a nulidade do registro da marca pode ser declarada em âmbito judicial, por meio de ação de nulidade de registro de marca ajuizada pelo INPI ou por qualquer pessoa com legítimo interesse. O prazo para o ajuizamento da referida ação é de 5 anos, contados da data da concessão do registro da marca.

Consequência da perda dos direitos das marcas registradas

A supressão dos direitos sobre as marcas implica na perda do direito de exclusividade sobre as marcas, levando, por exemplo, à impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos iguais, semelhantes ou afins, na medida em que o signo em questão volta a ser de domínio público. Tal situação pode, ainda, prejudicar a comunicação entre a Companhia e seu público alvo. Eventual licença em curso também deixa de ter validade, impactando o recebimento dos respectivos *royalties*. Caso o uso sem registro importe na violação a direito de terceiros, o titular fica sujeito a demandas judiciais na esfera penal e cível, o que pode acarretar decisão judicial determinando a cessação do uso da marca, a busca e apreensão de produtos, pagamento de indenização e/ou abstenção de uso da marca pela Companhia.

Eventos que podem causar a perda dos direitos das marcas depositadas, mas não registradas

Se a marca depositada, mas não registrada, não atender aos requisitos formais e/ou de mérito, o pedido de registro poderá ser indeferido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão ao qual compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. O INPI pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente.

Consequência da perda dos direitos das marcas depositadas, mas não registradas

A perda dos direitos sobre marcas depositadas, mas não registradas, leva à cessação de qualquer expectativa de direitos em relação às referidas marcas. Dependendo do fundamento para a perda do direito – por exemplo, no caso de violação a direito anterior de terceiro – a Companhia pode ficar suscetível a demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que pode incluir condenações no tocante ao pagamento de indenização e/ou abstenção de uso da marca pela Companhia, e mesmo busca e apreensão de produtos. Adicionalmente, a Companhia não poderá impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar produtos e/ou serviços iguais, concorrentes ou afins.

PATENTES

Os ativos de propriedade industrial da empresa consistem, na área de patentes, em 01 (um) pedido de registro de patente em cotitularidade com o SENAI, referente a uma “PLATAFORMA ELETRÔNICA DE PROGRAMAÇÃO NIVELADA”, pendente de análise pelo INPI.

O INPI é a autarquia federal responsável pela concessão de patentes, no Brasil. Durante o trâmite administrativo do pedido de patente no INPI, o titular goza de uma expectativa de direito que será ratificada caso a patente venha a ser concedida. A patente será concedida caso a invenção tenha novidade, atividade inventiva e aplicação

9.2 - Outras Informações Relevantes

industrial. Tais requisitos serão apurados pelos examinadores do INPI, que poderão formular exigências ao longo do exame e que terão como resultado o deferimento ou indeferimento do pedido. O pedido poderá ainda ser impugnado por terceiros através de subsídios ao exame ou mesmo após a concessão da patente, por meio de um pedido de nulidade administrativa.

Eventos que podem causar a perda dos direitos

Vários eventos podem levar à perda dos direitos para um pedido de patente em trâmite, tais como: (i) ausência de cumprimento de exigências formais e técnicas; (ii) ausência de interposição de recurso contra o indeferimento; (iii) ausência de pagamento das taxas devidas quando do deferimento para a concessão; (iv) ausência de pedido de desarquivamento contra o arquivamento por falta de requerimento de exame; (v) ausência de pedido de restauração contra arquivamento por falta de pagamento de anuidades.

A concessão de uma patente confere ao seu titular um direito real (patente) sobre um bem incorpóreo (invenção), que consiste no monopólio temporário de exploração econômica sobre a invenção e o consequente direito de impedir o seu uso por terceiros, durante a vigência da patente. As anuidades serão devidas até o final das vigências da patente e a falta de pagamento poderá ocasionar a extinção da patente, caso a mesma não seja restaurada tempestivamente.

Consequência da perda dos direitos

A fabricação, a exportação, a venda, a exposição ou a oferta à venda, o estoque, a ocultação ou a receptação, para fins econômicos, de produto ou processo protegido por patente ou modelo de utilidade, sem autorização do titular, representa crime contra patente, submetendo os infratores a sanções judiciais nas esferas penal e cível, visando à abstenção de uso e à indenização pela violação.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário são derivadas de nossas informações contábeis das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparativas com as informações financeiras de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma.

Adicionalmente, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018, entraram em vigor as novas normas que regulam o tratamento contábil de Receita de Contratos de Clientes (IFRS 15/ CPC 47) e de Instrumentos Financeiros (IFRS 9 / CPC 48) emitidas pelo IASB e CPC, respectivamente. A Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de dezembro de 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 15/CPC 47 e IFRS 9/CPC 48 e, por isso, não são comparativas com as informações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e 2018, as quais refletem os efeitos da adoção destas normas.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas no item 10 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre a nossa estrutura financeira e patrimonial nas datas abaixo indicadas:

	Em 31 de dezembro de		
(em milhares de Reais)	2019	2018	2017
Patrimônio líquido	2.478.409	1.288.220	1.261.577
Ativo circulante	2.004.275	1.020.134	1.038.346
Dívida Líquida (Caixa Líquido)(1)	(1.071.433)	50.678	322.344

(1) A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos, circulante e não circulante, deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e garantias de investimentos, circulante e não circulante. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras Companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Em 01 de janeiro de 2019, a dívida líquida da Companhia foi impactada pelo reconhecimento do passivo de arrendamento mercantil (circulante e não circulante) no valor de R$236,8 milhões oriundo da adoção da nova norma contábil relativa ao IFRS 16. Adicionalmente, o caixa líquido foi afetado positivamente pela oferta subsequente de ações realizada durante o exercício de 2019, que resultou na captação de R$1.066,5 bilhão.
Em 2018, a Companhia apresentou significativo avanço na posição financeira, com aumento no fluxo de caixa operacional em relação ao exercício anterior. Assim, a dívida líquida sofreu uma forte redução com relação ao ano anterior.

Em 2017, a Companhia também reduziu sua dívida líquida quando comparado com o ano anterior, resultado principalmente do aumento no caixa líquido proveniente das atividades operacionais e pela redução dos pagamentos pela aquisição de ativo imobilizado e de intangível em relação ao ano anterior, por conta dos investimentos relacionados às instalações da nova sede em 2016.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

b. estrutura de capital, indicando:

A Companhia financia suas operações por meio de capital próprio e recursos de terceiros. A Companhia emite exclusivamente ações ordinárias, não havendo, portanto, ações resgatáveis.

Apresentamos, nos últimos anos e trimestre, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente com as nossas atividades, na visão da Administração, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Passivo Circulante e não Circulante (capital de terceiros)	1.057.518	1.103.057	1.232.048
Patrimônio Líquido (capital próprio)	2.478.409	1.288.220	1.261.577
Capital de Terceiros(1)	29,9%	46,1%	49,4%
Capital Próprio(2)	70,1%	53,9%	50,6%

(1) O capital de terceiros corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido.
(2) Capital próprio refere-se ao Capital Social da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta da Companhia era R$466,7 milhões, dos quais R$265,9 milhões, ou 57,0%, estão no passivo circulante e R$200,9 milhões, ou 43,0% no passivo não circulante.

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos, uma vez que suas operações são geradoras de caixa e os financiamentos concedidos a clientes são essencialmente de curto prazo.

A maior parte dos exigíveis e dos recebíveis é decorrente da venda e prestação de serviços de implementação de software, que são prestados nos países onde são vendidos.

A Companhia mantém um perfil conservador de investimento financeiro e atualmente não possui operações em mercados de risco e/ou de derivativos.

A tabela abaixo demonstra os principais indicadores financeiros relacionados à nossa capacidade de pagamento:

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Dívida Bruta(1)	466.723	503.477	709.513
Dívida Líquida (Caixa Líquido)(2)	(1.071.433)	50.678	322.344
EBITDA Ajustado(3)	469.742	347.014	293.532
Índice de Endividamento(4)	-2,3	0,1	1,1
Índice de liquidez corrente(5)	2,8	1,4	1,7
Índice de liquidez geral(6)	2,2	1,2	1,1

(1) A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos, circulante e não circulante. A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro *(International Financial Reporting Standards - "IFRS"),* emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB"*), e não possui significado padrão. Outras Companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(2) A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos, circulante e não circulante, deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e garantias de investimentos, circulante e não circulante. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro *(International Financial Reporting Standards - "IFRS"),* emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB"),* e não possui significado padrão. Outras Companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(3) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado: pelo resultado de equivalência patrimonial; pela provisão para perda de valor recuperável de ativos e outras provisões extraordinárias, como para contingências e para créditos de liquidação duvidosa; pela perda (ganho) na baixa de ativos; pelo ganho com a venda de controladas; e pelo prejuízo líquido de operações descontinuadas. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards (IFRS),* emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB),* não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias.

(4) O índice de Endividamento corresponde ao quociente da divisão da Dívida Líquida ao fim do exercício pelo EBITDA Ajustado do mesmo exercício.

(5) O índice de liquidez corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

(6) O índice de liquidez geral corresponde ao quociente da divisão: (i) do resultado da soma do ativo circulante e do ativo não circulante (exceto investimento, imobilizado e intangível); pelo (ii) resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante.

2019: A Companhia não contratou novos financiamentos em 2019. A redução da dívida líquida é resultado do reconhecimento do passivo de arrendamento financeiro decorrente da adoção na nova norma contábil do IFRS 16/CPC 06 (R2), somada à captação de recursos obtidos no *follow-on* realizado em maio de 2019, que elevou o saldo de caixa do exercício. O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2019 foi de -2,3 e o índice de liquidez corrente foi de 2,8, enquanto que o índice de liquidez geral passou para 2,2 em 31 de dezembro de 2019, demonstrando a capacidade da Companhia de cumprir seus compromissos de longo prazo.

2018: A Companhia não contratou novos financiamentos relevantes em 2018. O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2018 foi de 0,1 e o índice de liquidez corrente foi de 1,4, indicando a manutenção da saúde financeira da empresa para honrar com suas obrigações de curto prazo.

2017: Em 2017, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no montante de R$200,0 milhões, com o objetivo de utilização dos recursos para capital de giro, investimentos no âmbito do objeto social e/ou pré-pagamento de dívidas. O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2017 foi de 1,1 e o índice de liquidez corrente foi de 1,7, crescimento de 10,0% frente ao ano anterior, indicando a manutenção de boa saúde financeira da empresa para honrar com suas obrigações de curto prazo. Quando analisado o índice de liquidez geral de 1,1 em 31 de dezembro de 2017, é possível verificar a capacidade de quitação de compromissos de longo prazo da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

2017 a 2019: O capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes foram financiados predominantemente por recursos próprios advindos da geração operacional de caixa, por recursos de debêntures emitidas pela Companhia, conforme detalhado no item 10.1.f.i, e por recursos oriundos da emissão subsequente de ações realizada em maio de 2019.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretendem utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

No momento, a Companhia entende que não possui deficiências de liquidez. Caso exista necessidade de buscar fontes de financiamento para capital de giro ou ativos não circulantes, a Companhia poderá: (i) buscar linhas de empréstimos e financiamentos com bancos privados ou (ii) emitir títulos de dívida, tais como debêntures. Vale ressaltar também que a Companhia, apesar de entender não possuir deficiências de liquidez, possui linhas pré-aprovadas com bancos privados que podem ser acessadas no curtíssimo prazo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia, bem como o saldo de cada um ao final de cada período, estão demonstrados na tabela abaixo:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Encargos financeiros	Em 31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
Arrendamento financeiro	8,55% a 17,24%	241.340	42.189	63.454
BNDES PROSOFT	TJLP+1,5% a 1,52% a.a.	3.232	137.940	296.565
BNDES PSI	3,5% a 4,0% a.a.	2.227	18.224	36.701
BNDES Inovação	TJLP + 0,52% a.a.	888	2.404	3.897
BNDES Social	TJLP a.a.	-	714	1.560
Contas garantidas e outras		16	-	379
Empréstimos e Financeiros		**247.703**	**201.471**	**402.556**
Passivo Circulante		55.623	166.154	220.215
Passivo Não Circulante		192.080	35.317	182.341

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				Em 31 de dezembro de		
Emissão	Debêntures	Encargos Financeiros Anuais	Preço unitário em Reais	2019	2018	2017
Série única	200.000	105,95% do CDI	1,00	202.973	203.431	203.524
Prêmio por não conversão das debêntures de 2008				-	73.757	65.614
Total				**202.973**	**277.188**	**269.138**
Passivo circulante				202.973	77.319	3.841
Passivo não circulante				-	199.869	265.297

Os montantes de empréstimos e financiamentos e debêntures registrados no passivo não circulante ao final de cada período apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

(Em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
2019	-	-	226.466
2020	-	219.452	221.172
2021 em diante	192.080	15.734	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures (Passivo não circulante)	**192.080**	**235.186**	**447.638**

Arrendamento financeiro: A Companhia e suas controladas possuem diversos contratos de arrendamento financeiro com prazo contratado entre 3 e 10 anos referentes a compra de equipamentos eletrônicos, veículos, aluguéis e instalações das unidades da Companhia com taxas de juros entre 15,12% a 17,24% para equipamentos e veículos e de 8,55% a 10,16% para contratos de alugueis de imóveis.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Em 13 de setembro de 2013 foi aprovada pelo Conselho de Administração a tomada de crédito junto ao BNDES no montante de R$658,5 milhões com prazo de amortização de 72 meses, incluindo carência de 24 meses sobre o montante principal, liberados conforme comprovação de realização dos investimentos e divididos em três subcréditos:

- Subcrédito “A”, no montante de R$596,8 milhões, sobre o qual incidirão juros de 1,5% ao ano acima da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, a ser utilizado entre 2013 e 2015 na promoção da evolução qualitativa das soluções ofertadas pela Companhia, no âmbito do Programa BNDES PROSOFT;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Subcrédito “B”, no montante de R$58,5 milhões, sobre o qual incidirão juros de 3,5% ao ano, a ser utilizado no desenvolvimento de sua plataforma denominada “fluig”, no âmbito do Programa BNDES de Sustentação do Investimento – PSI, Subprograma Inovação e Máquinas e Equipamentos eficientes;

- Subcrédito “C”, no montante de R$3,3 milhões, sobre o qual incidirá a TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, a ser investido em projetos de âmbito social a serem executados pela Companhia.

A TOTVS Large (antiga Bematech S.A.), empresa controlada da Companhia, também contratou empréstimos junto ao BNDES, tais como BNDES PROSOFT, BNDES Inovação, BNDES EXIM, BNDES Internacionalização e Finame (estes dois últimos já quitados) no valor total de R$76,8 milhões. O BNDES autorizou, em 23 de outubro de 2015, que a Companhia fosse incluída como fiadora dos referidos contratos de empréstimo. Ademais, os contratos de empréstimos e financiamentos contratados junto ao BNDES pela TOTVS Large não possuem garantia.

Debêntures TOTVS 2017: Em 06 de setembro de 2017, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição. As Debêntures tiveram valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil Reais), totalizando o montante de R$200,0 milhões na data de emissão. Os recursos captados foram integralmente utilizados para capital de giro, investimentos no âmbito do objeto social da Companhia e/ou pré-pagamento de dívidas.

O pagamento da remuneração deve ser realizado semestralmente, a partir da data de emissão, em 15 de março e em 15 de setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de março de 2018 e o último pagamento devido na data de vencimento das debêntures, em 15 de setembro de 2020.

As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105,95% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, base 252 dias úteis.

A escritura das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado para o caso do não cumprimento de determinadas condições financeiras e não financeiras, além de outras obrigações acessórias.

Prêmio por não conversão das debêntures de 2008: Em 19 de agosto de 2008, os acionistas aprovaram captação de R$200,0 milhões por meio da emissão de até 100.000 (“Units”), representadas por certificados de depósitos de valores mobiliários, compostos por duas debêntures não destacáveis, sendo uma debênture conversível da 1ª série e uma debênture conversível da 2ª série. O valor total de principal e juros teve sua amortização concluída em 2016.

O prêmio de não conversão das debêntures da 1ª série foi corrigido pelo IPC-A, acrescido de 8,0% ao ano, enquanto que o da 2ª série foi corrigido pela TJLP acrescida de 5,0% ao ano.

Nenhum dos debenturistas optou por receber em ações ordinárias e o prêmio de não conversão foi pago em 19 de agosto de 2019 em espécie.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não mantém outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas descritas no item 10.f.i.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas com o BNDES possuem cartas fianças de outros bancos e os contratos de arrendamento mercantil possuem garantia real dos bens arrendados, enquanto que o Prêmio de não conversão das debêntures possui garantia flutuante. As demais dívidas da Companhia são quirografárias, portanto, não há grau de subordinação entre elas.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

BNDES TOTVS: O financiamento contratado junto ao BNDES em 2013 estabelece que é obrigação da Companhia manter, durante o prazo de vigência do contrato de financiamento, os seguintes índices financeiros, cuja apuração

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

será realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas, objeto de revisão especial no primeiro semestre, e de auditoria completa realizada no encerramento do exercício, por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM:

1. Patrimônio Líquido ("PL") /Ativo Total ("AT"): igual ou maior que 40,0%; e
2. Dívida Líquida/EBITDA Ajustado: igual ou menor que 1,5;

Na hipótese do não atingimento destes indicadores constantes, a Companhia deverá constituir garantias reais, aceitas pelo BNDES, em valor correspondente a, no mínimo, 130,0% do valor do saldo devedor em operações de crédito contratadas com o Sistema BNDES, com exposição direta, que exceder a 20,0% do Ativo Total da Companhia à época, ou apresentar fiança bancária a ser prestada por instituição financeira com exposição direta, que exceder a 20,0% do Ativo Total da Companhia à época.

No caso de o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ser superior a 2,0, a Companhia deverá constituir garantias reais, aceitas pelo BNDES, em valor correspondente a, no mínimo, 130,0% do valor do financiamento ou da dívida dele decorrente, ou apresentar fiança bancária no valor total da dívida.

Ademais, o contrato de financiamento junto ao BNDES poderá ainda ter seu vencimento antecipado caso:

- ocorra ou seja alterado, sem prévia autorização do BNDES, após a contratação do financiamento, ou ocorra qualquer procedimento judicial ou evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES.
- ocorra a redução do quadro de pessoal da Companhia, em função do projeto apresentado ao BNDES para obtenção do financiamento, sem oferta de programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas.
- haja existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
- haja a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

<u>BNDES TOTVS Large:</u> O financiamento contratado junto ao BNDES pela controlada TOTVS Large possui os seguintes *covenants* financeiros:

Patrimônio Líquido / Ativo Total: igual ou maior que 40,0%; e
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado: igual ou menor que 2,0.

É importante mencionar que esses *covenants* deverão ser calculados com base nas demonstrações financeiras da TOTVS S.A., nos mesmos moldes dos *covenants* do empréstimo contratado pela TOTVS S.A. junto ao BNDES em 2013.

<u>Debêntures TOTVS 2017:</u> As debêntures emitidas pela Companhia em 2017 possuem o seguinte *covenant:*

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado igual ou menor que 2,5.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia e sua controlada TOTVS Large se encontravam adimplentes com todas as condições/covenants estipulados em seus referidos contratos de empréstimos e debêntures.

As debêntures poderão ser consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Companhia o pagamento do valor nominal unitário, ou saldo do valor unitário, na ocorrência dos seguintes eventos: (i) decisões judiciais contrárias e desfavoráveis, que são eventos padrão de aceleração para esse tipo de transação, envolvendo um valor individual ou agregado de R$50,0 milhões; (ii) a Companhia deixe de ter seu controle acionário disperso e passe a ter um Acionista controlador; ou (iii) incorporação e aquisição, sem a prévia aprovação dos debenturistas, entre outros eventos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites dos financiamentos obtidos junto ao BNDES já foram inteiramente utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R$ milhares)

	Em 31 de dezembro de			*Análise vertical*			*Análise Horizontal*	
	2019	2018	2017	*2019*	*2018*	*2017*	*19 v. 18*	*18 v. 17*
Ativo Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	1.538.156	452.799	387.169	*43,5%*	*18,9%*	*15,5%*	*239,7%*	*17,0%*
Garantias de Investimentos	25.278	44.909	44.615	*0,7%*	*1,9%*	*1,8%*	*-43,7%*	*0,7%*
Contas a receber de clientes	453.118	504.056	515.545	*12,8%*	*21,1%*	*20,7%*	*-10,1%*	*-2,2%*
Provisão para perda esperada	(102.123)	(118.518)	(89.032)	*-2,9%*	*-5,0%*	*-3,6%*	*-13,8%*	*33,1%*
Estoque	-	41.531	44.828	*0,0%*	*1,7%*	*1,8%*	*-100,0%*	-7,4%
Impostos a recuperar	29.662	38.817	93.097	*0,8%*	*1,6%*	*3,7%*	*-23,6%*	-58,3%
Outros ativos circulantes	60.184	56.540	42.124	*1,7%*	*2,4%*	*1,7%*	*6,4%*	34,2%
Total do Ativo Circulante	**2.004.275**	**1.020.134**	**1.038.346**	***56,7%***	***42,7%***	***41,6%***	***96,5%***	***-1,8%***
Ativo Não Circulante								
Garantias de Investimentos	1.987	5.334	7.013	*0,1%*	*0,2%*	*0,3%*	*-62,7%*	*-23,9%*
Ativos financeiros	71.955	69.171	57.645	*2,0%*	*2,9%*	*2,3%*	*4,0%*	*20,0%*
Contas a receber	31.627	19.890	31.901	*0,9%*	*0,8%*	*1,3%*	*59,0%*	*-37,7%*
Impostos a recuperar	-	236	20.695	*0,0%*	*0,0%*	*0,8%*	*0,0%*	*-98,9%*
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	100.380	125.124	104.715	*2,8%*	*5,2%*	*4,2%*	*-19,8%*	*19,5%*
Depósitos judiciais	65.059	65.965	61.127	*1,8%*	*2,8%*	*2,5%*	*-1,4%*	*7,9%*
Outros ativos	57.395	26.340	26.844	*1,6%*	*1,1%*	*1,1%*	*117,9%*	*-1,9%*
Investimentos	3.120	3.129	2.349	*0,1%*	*0,1%*	*0,1%*	*-0,3%*	*33,2%*
Imobilizado	389.432	198.826	182.022	*11,0%*	*8,3%*	*7,3%*	*95,9%*	*9,2%*
Intangível	810.697	857.128	960.968	*22,9%*	*35,8%*	*38,5%*	*-5,4%*	*-10,8%*
Total do Ativo Não Circulante	**1.531.652**	**1.371.143**	**1.455.279**	***43,3%***	***57,3%***	***58,4%***	***11,7%***	***-5,8%***
Ativo Total	**3.535.927**	**2.391.277**	**2.493.625**	***100,0%***	***100,0%***	***100,0%***	***47,9%***	***-4,1%***

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R$ milhares)

	Em 31 de dezembro de			Análise Vertical			Análise Horizontal	
	2019	2018	2017	2019	2018	2017	19 v. 18	18 v. 17
Passivo Circulante								
Obrigações sociais e trabalhistas	193.472	174.874	148.836	5,5%	7,3%	6,0%	10,6%	17,5%
Fornecedores	63.821	113.907	108.424	1,8%	4,8%	4,3%	-44,0%	5,1%
Obrigações fiscais	55.203	47.466	28.725	1,6%	2,0%	1,2%	16,3%	65,2%
Empréstimos e financiamentos	55.623	166.154	220.215	1,6%	6,9%	8,8%	-66,5%	-24,5%
Debêntures	202.973	77.319	3.841	5,7%	3,2%	0,2%	162,5%	1913,0%
Comissões a pagar	46.035	43.166	39.769	1,3%	1,8%	1,6%	6,6%	8,5%
Dividendos e JCP a pagar	44.579	13.902	18.487	1,3%	0,6%	0,7%	220,7%	-24,8%
Obrigações por aquisição de investimento	32.554	59.597	47.561	0,9%	2,5%	1,9%	-45,4%	25,3%
Outros passivos	11.292	13.227	3.428	0,3%	0,6%	0,1%	-14,6%	285,9%
Total do Passivo Circulante	**705.552**	**709.612**	**619.286**	20,0%	29,7%	24,8%	-0,6%	14,6%
Passivo Não Circulante								
Empréstimos e financiamentos	192.080	35.317	182.341	5,4%	1,5%	7,3%	443,9%	-80,6%
Debêntures	-	199.869	265.297	0,0%	8,4%	10,6%	0,0%	-24,7%
Provisão para contingências	131.521	127.792	117.770	3,7%	5,3%	4,7%	2,9%	8,5%
Obrigações por aquisição investimento	10.758	15.464	41.886	0,3%	0,6%	1,7%	-30,4%	-63,1%
Outros passivos	17.607	15.003	5.468	0,5%	0,6%	0,2%	17,4%	174,4%
Total do Passivo Exigível a Longo Prazo	**351.966**	**393.445**	**612.762**	10,0%	16,5%	24,6%	-10,5%	-35,8%
Patrimônio Líquido								
Capital social	1.382.509	1.041.229	989.841	39,1%	43,5%	39,7%	32,8%	5,2%
Ações em tesouraria	(62.531)	(70.026)	(71.495)	-1,8%	-2,9%	-2,9%	-10,7%	-2,1%
Reserva de capital	875.979	169.907	165.079	24,8%	7,1%	6,6%	415,6%	2,9%
Outros resultados abrangentes	22.051	20.704	1.728	0,6%	0,9%	0,1%	6,5%	1098,1%
Reserva de lucros	234.389	125.228	170.799	6,6%	5,2%	6,8%	87,2%	-26,7%
Proposta de dividendos adicionais	24.817	-	5.442	0,7%	0,0%	0,2%	0,0%	-100%
Patrimônio líquido de não controlador	1.195	1.178	183	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%	543,7%
Total do Patrimônio Líquido	**2.478.409**	**1.288.220**	**1.261.577**	**70,1%**	**53,9%**	**50,6%**	**92,4%**	**2,1%**
Passivo Total	**3.535.927**	**2.391.277**	**2.493.625**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**47,9%**	**-4,1%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Ativo Circulante: Representou 56,7% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 96,5% em relação a 31 de dezembro de 2018, impactado principalmente pelo crescimento de 239,7% em Caixa e equivalentes de caixa em relação a 2018, resultado a captação de recursos no *follow-on*, ocorrida em maio de 2019.

Ativo não Circulante: Mesmo com o aumento de 12,1% do Ativo não Circulante, impactado principalmente pelo aumento do imobilizado por conta do IFRS 16, o ativo não circulante passou de 57,3% do Ativo Total, em 31 de dezembro de 2018, para 43,3%, em 31 de dezembro de 2019, devido ao aumento expressivo do circulante por conta da captação de recursos no *follow-on* conforme mencionado acima.

Passivo Circulante: A redução de 0,6% do Passivo Circulante, que passou de 29,7% do Passivo Total, em 31 de dezembro de 2018 para 20,0%, em 31 de dezembro de 2019, é resultado do pagamento de obrigações por aquisição de investimentos e menor volume de fornecedores, compensado pela transferência do saldo de Debêntures do passivo não circulante para o passivo circulante, levando em consideração seu vencimento dentro de 12 meses.

Passivo não Circulante: A redução de 10,5% do Passivo não Circulante, que passou de 16,5% em 31 de dezembro de 2018 para 10,0%, em 31 de dezembro de 2019, é explicado principalmente pelo pagamento de obrigações por aquisição de investimento e transferência das debêntures para o curto prazo, compensado pelo reconhecimento do passivo por arrendamento mercantil decorrente da adoção da norma contábil CPC 06 (R2). Esta norma contábil estabelece um novo modelo de contabilização para arrendamento mercantil, pois na data do início do arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento para efetuar os pagamentos (aumentando a dívida bruta) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento.

Patrimônio Líquido: O crescimento de 92,4% no Patrimônio Líquido é consequência da captação de recursos no *follow-on*, além do lucro líquido apurado no exercício de 2019.

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Ativo Circulante: Representou 42,7% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2018, impactado principalmente pelo crescimento de 17% no Caixa e Equivalentes de Caixa, que representou 18,9% do Ativo Total 31 de dezembro de 2018, ante 15,5% em 31 de dezembro de 2017, compensado pelo aumento da provisão para perda esperada de 33,1% e pela queda de 58,3% na linha de Impostos a recuperar. A variação de 34,2% em outros ativos deve-se principalmente pelo aumento de ativos de contratos gerados pelo aumento das vendas na modalidade de Recorrência.

O aumento na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa reflete o crescimento de 29,2% no caixa gerado das atividades operacionais no período em relação a 31 de dezembro de 2017.

Ativo não Circulante: A redução de 5,8% do Ativo não Circulante, que passou de 58,4% do Ativo Total, em 31 de dezembro de 2017, para 57,3%, em 31 de dezembro de 2018, devido à amortização dos ativos intangíveis ao longo do ano e pela provisão para *impairment* de R$87,0 milhões constituída sobre os ativos da operação de Hardware em 31 de dezembro de 2018.

A redução do Ativo não Circulante em patamar inferior à redução da rubrica Intangível se deveu ao aumento de 19,5% na rubrica de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, por conta de diferenças temporárias ligadas a provisões e também prejuízos fiscais e bases negativas de Imposto de Renda e Contribuição Social apurados nas investidas; e ao aumento de 9,2% na rubrica Imobilizado, em decorrência das reformas realizadas nas filiais ao longo de 31 de dezembro de 2018.

Passivo Circulante: O aumento de 14,6% do Passivo Circulante, que passou de 24,8% do Passivo Total, em 31 de dezembro de 2017, para 29,7%, em 31 de dezembro de 2018, é resultado da combinação dos seguintes fatores: (i) do crescimento de R$73,5 milhões na rubrica de debêntures, que passaram do não circulante para o circulante; e (ii) do aumento de 65,2% das obrigações fiscais, decorrente do crescimento de receita e dos respectivos tributos sobre ela incidentes, bem como pelo crescimento do lucro tributável após os impactos da provisão para *impairment* constituída no exercício à ordem de R$87,0 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo não Circulante: A redução de 35,8% do Passivo não Circulante, que passou de 24,6% em 31 de dezembro de 2017, para 16,5%, em 31 de dezembro de 2018, é explicada principalmente pelos seguintes fatores: (i) redução de 80,6% na linha de Empréstimos e Financiamentos e de 24,7% da rubrica Debêntures, por conta da amortização das dívidas e por conta da movimentação para o Circulante, compensando com o aumento de 8,5% em provisão para contingências refletindo, principalmente, o andamento dos processos judiciais trabalhistas, que teve um peso maior no último trimestre do ano.

Patrimônio Líquido: O crescimento de 2,1% no Patrimônio Líquido é consequência, essencialmente, do aumento da rubrica Capital Social. Já a diminuição da rubrica Reserva de Lucros é fruto: (i) do aumento de capital social, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da reserva de retenção de lucros, deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em abril de 2018; e (ii) pelo aumento de R$19,0 milhões na rubrica de outros resultados abrangentes, por conta de ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira relativo às operações estrangeiras da Bematech.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

A seguir apresentamos as descrições das principais linhas de resultado:

- **Receita Líquida**: A Companhia e suas controladas auferem receitas de software, compreendendo taxas de licenciamento, serviço mensal de software, receitas de serviços, incluindo implementação, customização e consultoria. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

As receitas de software são reconhecidas conforme os seguintes critérios:

(i) **Taxa de licenciamento**, é reconhecida em determinado momento quando todos os riscos e benefícios inerentes à licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

(ii) **Serviço mensal de software**, a receita é reconhecida ao longo do tempo pela disponibilidade do serviço, durante a vigência dos contratos com os clientes.

(iii) **As receitas de serviços** representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber.

A Companhia usa as seguintes definições para segregação da receita: (i) receitas de software recorrentes compreendem subscrição de software, suporte técnico e evolução tecnológica, e (ii) receitas de software não recorrentes contemplam as receitas de taxa de licenciamento e serviços de implementação e customização.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Sobre as receitas de software incidem as alíquotas de 0,65% para o PIS e 3,0% para o COFINS. Adotamos o regime não cumulativo para algumas receitas, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, dos quais incidem as alíquotas de 1,5% para o PIS e 7,6% para o COFINS;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%;
- Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) de 4,5% para a receita de software.

- **Devoluções sobre Vendas**: Os montantes relativos às devoluções de vendas de hardware, e cancelamentos de serviços de software são registrados como deduções da receita operacional bruta.

- **Custos**: Os custos de softwares são compostos principalmente por salários do pessoal de consultoria e suporte e inclui custos de aquisição de banco de dados e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- **Pesquisa e desenvolvimento**: As despesas com salários e encargos da equipe de pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de software, relacionadas aos novos produtos ou à inovação tecnológica dos softwares existentes, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais.
- **Despesas Gerais e Administrativas**: As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As principais despesas gerais e administrativas da Companhia são os gastos com pessoal e provisão para contingências.
- **Resultado Financeiro**: O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Os principais grupos que integram o resultado financeiro são Juros sobre empréstimos e financiamentos, e receita de aplicação financeira.
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**: A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. A alíquota efetiva da Companhia é composta por Imposto de renda e Contribuição social corrente e diferidos conforme as melhores práticas contábeis.

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017

	Exercício findo em 31 de dezembro de			*Análise vertical*			*Análise Horizontal*	
(em R$ milhares)	**2019**	**2018**	**2017**	***2019***	***2018***	***2017***	***19 v. 18***	***18 v. 17***
Receita líquida de software	2.282.124	2.111.160	1.992.911	100,0%	100,0%	100,0%	8,1%	5,9%
Custo de software	(743.855)	(739.210)	(715.470)	-32,6%	-35,0%	-35,9%	0,6%	3,3%
Lucro bruto	**1.538.269**	**1.371.950**	**1.277.441**	**67,4%**	**65,0%**	**64,1%**	**12,1%**	**7,4%**
Receitas (despesas) operacionais								
Pesquisa e desenvolvimento	(397.824)	(382.078)	(343.373)	-17,4%	-18,1%	-17,2%	4,1%	11,3%
Despesas comerciais e marketing	(423.997)	(386.150)	(384.309)	-18,6%	-18,3%	-19,3%		
Despesas gerais e administrativas	(239.791)	(228.165)	(234.705)	-10,5%	-10,8%	-11,8%	5,1%	-2,8%
Depreciação e amortização	(147.033)	(122.291)	(142.748)	-6,4%	-5,8%	-7,2%	20,2%	-14,3%
Provisão para perda esperada	(28.434)	(36.992)	(31.970)	-1,2%	-1,8%	-1,6%	-23,1%	15,7%
Outras receitas (despesas)	24.262	9.381	(1.108)	1,1%	0,4%	-0,1%	158,6%	-946,7%
Lucro operacional antes dos efeitos financeiros e equivalência patrimonial	**325.452**	**225.655**	**139.228**	**14,3%**	**10,7%**	**7,0%**	**44,2%**	**62,1%**
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	69.312	37.895	49.117	3,0%	1,8%	2,5%	82,9%	-22,8%
Despesas financeiras	(70.489)	(78.357)	(88.302)	-3,1%	-3,7%	-4,4%	-10,0%	-11,3%
Resultado da equivalência patrimonial	(248)	(517)	(69)	-	-	-	-	-
Lucro antes da tributação	**324.027**	**184.676**	**99.974**	**14,2%**	**8,7%**	**5,0%**	**75,5%**	**84,7%**
Imposto de renda e contribuição social	(70.111)	(46.941)	(11.195)	-3,1%	-2,2%	-0,6%	49,4%	319,3%
Lucro (prejuízo) líquido da operação continuada	253.916	137.735	88.779	11,1%	6,5%	4,5%	84,4%	55,1%
Lucro (prejuízo) líquido da operação descontinuada	(43.268)	(77.092)	4.479	-1,9%	-3,7%	0,2%	0,0%	0,0%
Lucro líquido do exercício	**210.648**	**60.643**	**93.258**	**9,2%**	**2,9%**	**4,7%**	**247,4%**	**-35,0%**

Comentários referentes ao desempenho financeiro e operacional consolidado da Companhia entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Receita Líquida

A Receita Líquida da Companhia, que compreende receita líquida de software, totalizou R$2.282,1 bilhões no período exercício de 31 de dezembro de 2019, um crescimento de R$170,9 milhões, ou 8,1% com relação ao exercício anterior. Esse crescimento deve-se principalmente à aceleração da Receita Recorrente, que cresceu 2

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dígitos em todos os trimestres de 2019, fechando o ano com um aumento de 11,8% em relação a 2018 e atingindo um patamar de 75,3% de participação na Receita Líquida no ano.

Custos
O custo de software da Companhia relativo ao exercício de 31 de dezembro de 2019 foi de R$743,9 milhões, um crescimento de R$4,6 milhões, ou 0,6% em relação a 2018. A evolução da Receita Líquida e a manutenção dos patamares de custos, fizeram com que a Margem Bruta se expandisse em 240 pontos base, atingindo 67,4%.

Despesas

- **Pesquisa e Desenvolvimento** – Essa linha reflete principalmente a maior eficiência na alocação dos investimentos em P&D e o maior nível de investimentos realizados em 2018 relacionados a mudanças na legislação fiscal daquele período. Esse ganho de eficiência na alocação dos investimentos pode ser observado na comparação anual, tendo essas despesas passado de 18,1% da Receita Líquida de 2018 para 17,4% da Receita Líquida de 2019. Tal redução é ainda mais relevante quando considerado: (i) o maior nível de provisionamento de bônus, por conta do atingimento de metas no ano; (ii) o aumento da provisão relativa ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) baseado em ações; (iii) a montagem da equipe de Techfin.

- **Despesas Comerciais e de Marketing** – Quando comparamos 2019 vs. 2018, o crescimento da representatividade desta linha sobre a Receita foi de apenas 30 pontos base, atingindo 18,6% da Receita Líquida devido principalmente: (i) pelo aumento no volume das vendas por meio das franquias; (ii) pelo impacto de R$2,1 milhões de despesas com rescisões por conta de adequação de equipe de vendas, em caráter extraordinário mesmo com o aumento da provisão de ILP ocorrida neste ano.

- **Despesas Gerais e Administrativas e Provisão para Contingências** – Em 2019, como percentual da Receita, essas despesas apresentaram uma queda de 40 pontos base em relação ao patamar de 2018, impactadas negativamente por: (i) R$2 milhões de despesas com M&As no período; (ii) R$1,6 milhão com despesas extraordinárias com desligamento de pessoal; (iii) aumento da provisão para bônus; e (iv) provisionamento da outorga de ações realizadas no 2T19, segundo o Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

- **Despesas com Depreciação e Amortização** – As despesas com depreciação cresceram 84,0% em relação a 2018 motivada principalmente pelo impacto da aplicação do IFRS 16 no período. Já as despesas com Amortização tiveram redução na comparação anual, por conta do término da amortização de ativos oriundos de aquisições realizadas em anos anteriores.

- **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** – Na comparação anual, apresentou queda de 23,1% em relação a 2018, atingindo 1,2% da Receita. Tais quedas nos patamares dessa provisão resultam da redução do *churn* e do nível geral de inadimplência em nossa base de clientes que em parte também pode ser atribuída ao aumento da representatividade da recorrência na Receita da Companhia.

- **Outras Receitas (Despesas) Operacionais** – Esta linha foi impactada em 2019 pela reversão da provisão de earn-out em R$3,7 milhões, ligada à aquisição de participação acionária na RJ Participações, além do efeito positivo de R$11,7 milhões pela venda da CiaShop para a VTex.

- **Resultado Financeiro** – O Resultado Financeiro, no ano de 2019 foi majoritariamente impactado pelo: (i) aumento da Receita Financeira proveniente das aplicações dos recursos oriundos do *follow-on* e da geração de caixa; e (ii) redução do endividamento bruto, parcialmente compensada pelas despesas financeiras resultantes da aplicação do IFRS 16 sobre os contratos de aluguel mantidos pela Companhia.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social** - Na comparação anual, o maior volume de Juros sobre Capital Próprio, em conjunto com as despesas com emissão de ações, levou à uma taxa efetiva total 380 pontos base menor que a apresentada em 2018.

O **Lucro Líquido da operação continuada** da Companhia relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$253,9 milhões, um aumento de R$116,2 milhões, ou 84,4% sobre 2018, que totalizou R$137,7 milhões. Em linhas gerais, o aumento reflete o melhor desempenho operacional detalhado nas linhas anteriores.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Prejuízo Líquido da operação descontinuada
O Prejuízo Líquido da operação descontinuada da Companhia, relativo à 2019 totalizou R$43,3 milhões, um aumento de R$33,8 milhões sobre 2018, que totalizou R$77,1 milhões. O principal impacto decorre da provisão para valor recuperável pela venda dos ativos das operações de hardware no valor de R$48,8 milhões, ou R$32,2 milhões líquidos de impostos.

Comentários referentes ao desempenho financeiro e operacional consolidado da Companhia entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Receita Líquida de Software
A receita líquida de Software da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$2.111,2 milhões, representando um aumento de R$118,2 milhões, ou 5,9% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, quando a Companhia teve receita líquida de R$1.992,9 milhões. Esse crescimento se deu principalmente pelo:

(i) Crescimento de R$80,8 milhões, ou 5,5% das receitas de software recorrente, que passaram de R$1.466,4 milhões em 2017 para R$1.547,2 milhões em 2018, como resultado principalmente da aceleração no crescimento de vendas e, em menor escala, do aumento de IGP-M acumulado de 12 meses ao longo de 2018 e passou a representar 73,3% da Receita de Software; e

(ii) Avanço nas vendas de licença de software não recorrente, que totalizaram R$177,7 milhões em 2018, um aumento de R$11,1 milhões, ou 6,6%, em relação a 2017, e pelo maior ritmo de vendas de serviços, que totalizaram R$386,3 milhões e cresceram R$26,4 milhões, ou 7,3% sobre 2017.

Custos
O custo de software da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$739,2 milhões, um crescimento de R$23,8 milhões, ou 3,3% em relação a 2017, que foi abaixo do crescimento de 5,9% da Receita de Software.

O crescimento é resultado da maior alocação de pessoas do time de serviços nas atividades de suporte, para atender ao aumento de demandas oriundas de novas regulamentações (ex.: e-Social) implementadas ao longo de 2018.

Despesas
As despesas com Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R$382,1 milhões, um crescimento de R$38,7 milhões, ou 11,3% sobre 2017, reflexo: (i) do aumento das despesas com inovação no período, (ii) do aumento de despesas relativas aos esforços de desenvolvimento relacionados a novas regulamentações e; (iii) dos efeitos cambiais na estrutura do TOTVS Labs na Califórnia.

As Despesas Comerciais e de Marketing da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R$386,2 milhões, aumento de 0,5% versus 2018, que totalizou R$384,3 milhões.

As Despesas Gerais e Administrativas da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R$228,2 milhões, uma redução de R$6,5 milhões, ou 2,8% sobre 2017, que totalizou R$234,7 milhões. A redução reflete o ganho de eficiência operacional e está principalmente ligada à integração das operações administrativas, concluída no 4T17.

Depreciação e Amortização
A rubrica de Depreciação e Amortização da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$122,3 milhões, uma redução de R$20,5 milhões, ou 14,4% sobre 2017. A redução reflete principalmente o fim da amortização dos ativos intangíveis oriundos da incorporação da Datasul.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Provisão para perda esperada
A rubrica de Provisão para perda esperada da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$37,0 milhões, um aumento de R$5,0 milhões, ou 15,7% sobre 2017, que totalizou R$32,0 milhões. O aumento é reflexo da elevação da inadimplência dos clientes, principalmente no novo modelo de provisão estabelecido pelo IFRS9/CPC48, em especial ao crescimento dos pedidos de recuperação judicial e à dificuldade financeira enfrentada pelos clientes, decorrente do cenário macroeconômico brasileiro no período.

Resultado Financeiro
O Resultado Financeiro da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou uma despesa financeira líquida de R$40,5 milhões, permanecendo estável com relação a 2017, quando totalizou R$39,1 milhões. A linha se manteve estável refletindo a combinação dos seguintes fatores: (i) redução das receitas com rendimentos das aplicações financeiras em decorrência da redução da taxa Selic, que não impacta nosso passivo financeiro na mesma proporção; e (ii) redução das receitas com atualização monetária de créditos tributários, que foram compensadas pelo aumento das despesas com atualização monetária devido ao maior saldo de provisões para contingências.

Imposto de Renda e Contribuição Social
O montante de Imposto de Renda e Contribuição Social da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$46,9 milhões, um aumento de R$35,7 milhões, ou 319,3% sobre 2017, que totalizou R$11,2 milhões. O aumento se deve principalmente a: (i) menor representatividade do Juros sobre Capital Próprio em relação ao lucro antes do imposto de renda, consequência do menor lucro tributável da Controladora em 2018; (ii) menor representatividade do incentivo fiscal à inovação em relação ao lucro líquido antes do imposto de renda.

Lucro Líquido
O Lucro Líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$60,6 milhões, uma redução de R$32,6 milhões, ou 35% sobre 2017, que totalizou R$93,3 milhões. Em linhas gerais, o fator mais relevante para a redução do lucro em 2018 foi constituição da provisão para *impairment* no valor de R$87,0 milhões registrados na operação de hardware comentado em Outras Receitas (Despesas) Operacionais líquidas.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir mostra informações extraídas das Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Companhia, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. Nesta tabela estão apresentados os principais itens que impactaram as respectivas atividades e, desta forma, o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	*AH (%)*
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	345.299	417.838	-17,4%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(36.881)	(94.044)	*-60,8%*
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	776.939	(258.164)	*-400,9%*
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.085.357	65.630	*1553,8%*

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise das principais variações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

O caixa gerado nas atividades operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$345,3 milhões, apresentando uma redução de R$72,5 milhões, ou 17,4% em relação a 2018, devido ao aumento da necessidade de capital de giro, dado o maior patamar de aproveitamento de créditos tributários em 2018, pelo pagamentos de obrigações trabalhistas com custos extraordinários de desligamento de pessoal e o maior volume de juros pagos, especialmente pelo pagamento do prêmio de não conversão das debêntures.

O caixa aplicado nas atividades de investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$36,9 milhões, apresentando uma redução de R$57,2 milhões, ou 60,8% comparado a 2018, devido aos valores recebidos pela venda da Ciashop e da operação de hardware em 2019.

O caixa aplicado nas atividades de financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$776,9 milhões ou 400,9% comparado a 2018, impactado da captação de recursos no *follow-on*.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	*AH (%)*
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	417.838	329.772	*26,7%*
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(94.044)	(50.312)	*86,9%*
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(258.164)	(107.063)	*141,1%*
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	65.630	172.397	*-61,9%*

Análise das principais variações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

O caixa gerado nas atividades operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$417,8 milhões, apresentando um aumento de R$88,1 milhões, ou 29,2% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente ao aumento no lucro líquido ajustado pela provisão de *impairment* da operação de hardware, redução do estoque decorrente da melhor gestão de matéria prima de hardware a compensação de créditos tributários ao longo de 2018.

O caixa aplicado nas atividades de investimento no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$94,0 milhões, apresentando um aumento de R$43,7 milhões, ou 86,9% comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente investimento à vista em equipamentos eletrônicos como notebooks e servidores e reformas nas instalações das unidades de Belo Horizonte e Joinville.

O caixa aplicado nas atividades de financiamento no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$258,2 milhões, apresentando um aumento de R$151,1 milhões, ou 141,1% comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente porque houve captação de debêntures no valor de R$200 milhões em 2017 que foi compensado parcialmente com pagamento do financiamento com BNDES.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os critérios de reconhecimento de receita em sua totalidade não sofreram alterações significativas que pudessem comprometer a sua comparabilidade nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Em 2018, a Companhia adotou um novo padrão de apresentação do desempenho financeiro e operacional. A alteração no formato se deu pela segregação dos resultados de Software e de Hardware, objetivando apresentar a performance do negócio de Software mais claro, uma vez que a Companhia demonstrou interesse em alienar as operações de Hardware.

A Companhia e suas controladas auferem receitas de software, compreendendo taxas de licenciamento, software recorrente, receitas de serviços, incluindo implementação, customização e consultoria.

As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

As receitas de software são reconhecidas conforme os seguintes critérios:

(i) Taxa de licenciamento, é reconhecida em determinado momento quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

(ii) Serviço mensal de software, a receita é reconhecida ao longo do tempo pela disponibilidade do serviço, durante a vigência dos contratos com os clientes.

(iii) As receitas de serviços representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber.

A Companhia usa as seguintes definições para segregação da receita:

(i) Receitas de Software Recorrentes compreendem subscrição de software, manutenção (suporte técnico e evolução tecnológica) e serviços recorrentes (*Cloud* e outros serviços adicionais); e

(ii) Receitas de Software Não Recorrentes contemplam as receitas de taxa de licenciamento e serviços de implementação e customização.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que impactaram os resultados operacionais da Companhia nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram:

(i) Mudança de estratégia no negócio de hardware: A mudança da estratégia na operação de hardware tornou a solução Bemacash (que passou a se chamar Eleve à partir de 2020) agnóstica (capacidade de operar em vários dispositivos) combinada com a migração da estrutura de TEF (Transferência eletrônica de fundos) para a operação de software, resultou em uma provisão para *impairment* na operação de hardware no montante de R$87,0 milhões impactando na redução do lucro líquido em 35% durante o exercício de 2018. Após as transferências das operações acima citadas a Companhia alienou, em 2019, as operações de hardware.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(ii) Queda na atividade econômica: A queda do nível da atividade da economia brasileira observada nos últimos anos, tem impactado diretamente o apetite dos clientes em investir nas soluções de softwares, postergando em muitas vezes a sua decisão. Nesse cenário, os clientes novos acabam pleiteando uma extensão maior no prazo de pagamento, além de condições comercias abaixo da média histórica que a Companhia tem praticado nos últimos anos, impactando dessa forma o ticket médio.

(iii) Nova modalidade de venda de software: Seguindo uma tendência de mercado, os clientes têm buscado a contratação de softwares no modelo "software como serviços" pautado por pagamentos mensais e sucessivos, sem a necessidade de altos investimentos de curto prazo, como é requerido no modelo tradicional de licenciamento. Esse modelo é preferencial para clientes de médio e pequeno portes, perfil esse majoritário na base de clientes da Companhia;

(iv) Investimentos em pesquisa e desenvolvimento: Um dos pilares de alavancagem de negócios da Companhia é a inovação em novas soluções e tecnologias. Mesmo num cenário de retração econômica, a Companhia tem mantido altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento. As despesas com pesquisa e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, representam 17,4%, 18,1% e 17,2% da receita líquida de software dos referidos exercícios respectivamente; e

(v) Benefícios fiscais: A Companhia se aproveita de certos benefícios fiscais, inclusive benefícios relacionados a atividade de inovação e desoneração de folha de pagamento. Enquanto esses benefícios fiscais não são materiais eles melhoram a performance financeira da Companhia e não podemos assegurar que continuaremos a gozar de referidos benefícios.

(vi) Adoção IFRS 16: Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparativas com as informações financeiras de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. O IFRS-16 / CPC-06 (R6), estabelece um novo modelo de contabilização para arrendamento mercantil, onde na data do início do arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento para efetuar os pagamentos (aumentando a dívida bruta) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento. Consequentemente, serão reconhecidas no resultado as despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do direito de uso do ativo ao invés das despesas de aluguel anteriormente reconhecidas no resultado operacional da Companhia.

iii. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As Receitas de Software Recorrente, que representaram 75,8% da Receita Líquida Total da Companhia no exercício findo em 2019 (73,3% no mesmo período de 2018) são indexadas ao IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado) e ao IPC-A, sendo reajustadas de acordo com o "aniversário" de cada contrato firmado com os clientes.

Com relação à inflação, o IGP-M teve intensa variação mensal durante o ano e fechou com uma alta acumulada em 7,3%, enquanto o IPCA ficou em 4,31%, 0,56 ponto percentual acima dos 3,75% registrados em 2018. Quanto à política monetária, a taxa Selic iniciou o ano em 6,5%, passando por quatro reduções que a levaram a encerrar o ano na mínima histórica de 4,5%. Essa conjuntura impulsionou a grande procura por investimentos de taxa variável, o que impactou positivamente o mercado de capitais, com o Ibovespa batendo consecutivos recordes históricos em 2019 e chegando aos 115 mil pontos, o que representou um crescimento de 31,6% em relação ao ano de 2018. De acordo com dados divulgados pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Brasil foi o 4º destino que mais atraiu investimentos externo no ano atingindo a marca de US$75 bilhões em 2019, contra US$60 bilhões em 2018, um incremento de 26% no período.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Em 2018, no tocante à inflação, o IGP-M teve intensa variação mensal durante o ano e fechou com uma alta acumulada em 7,5%, enquanto o IPC-A ficou em 3,8%, 0,8 ponto percentual acima dos 3,0% registrados em 2017. Quanto à política monetária, ela foi conduzida pelo COPOM baseada na manutenção da taxa de juros Selic abaixo da taxa de juros estrutural, fechando o ano em 6,5%. Por sua vez, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) teve uma mudança significativa em 2018, quando o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou regramento que condiciona a automação do cálculo e divulgação da taxa, em linha com o disposto em lei. A taxa de desemprego, após ter atingido 12,8% em 2017, iniciou em 2018 a sua trajetória de redução, ainda que em um grau abaixo do esperado, provavelmente se consolidando em 12,2%. Além disso, os índices de inadimplência, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, voltaram a se equiparar aos patamares registrados antes da crise, aproximando-se ao nível dos 2%.

Em 2017, a inflação medida pelo IPC-A encerrou o ano em 2,95%, taxa abaixo do piso da meta estipulada pelo Banco Central e a menor dos últimos dezenove anos. A taxa de juros Selic, que encerrou o ano de 2016 em 13,75%, atingiu 7,25% em dezembro de 2017, enquanto o dos Estados Unidos registrou alta acumulada de 1,99%.

b. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileiras. Porém, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para Companhia devido à pulverização de sua base instalada de clientes, composta por empresas de praticamente todos os tamanhos e setores da economia brasileira.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPC-A, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que também são influenciados por estes índices de inflação. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

O impacto do IGP-M médio ponderado de 12 meses na receita recorrente da Companhia, desconsiderando o cancelamento dos contratos recorrentes de manutenção e de subscrição, resultou em um impacto positivo na receita líquida total da Companhia de aproximadamente 5,9% em 2019, 3,5% em 2018 e 2% em 2017. Já o impacto do IGP-M médio ponderado de 12 meses e do IPC-A médio nos custos e despesas operacionais da Companhia foi de aproximadamente 4% em 2019, 3% em 2018, 6% em 2017.

A variação das taxas de juros no país pode influenciar de maneira indireta o resultado operacional da Companhia na medida em que uma eventual elevação deste índice pode gerar uma retração dos investimentos em tecnologia realizados pelos clientes e potenciais clientes. Assim, não é possível quantificar o real impacto da variação da taxa de juros no resultado operacional da Companhia, porém vale ressaltar que, historicamente, nos períodos de alta da taxa SELIC, a Companhia não deixou de registrar crescimento em vendas.

Já no resultado financeiro, os financiamentos tomados pela Companhia são basicamente provenientes de linhas do BNDES e prêmio de não conversão atreladas à taxa de juros de longo prazo (TJLP) e ao IPCA, conforme aplicável, mais recentemente, a debêntures não conversíveis atreladas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, os juros incorridos relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures representaram 65,6% da despesa financeira, ante 67,3% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 67,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

A dívida da Companhia está exposta aos seguintes indicadores em cada período abaixo:

Operação	Risco	Indicadores
Financiamentos BNDES atrelados a TJLP	TJLP	TJLP + 0,52% a 1,52% a.a.
Debêntures	CDI	105,95% do CDI

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. A receita financeira dessas aplicações, que estão

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

atreladas à taxa de juros, representou no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 representava 87,9% da receita financeira, ante 68,6% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 50,0% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, as receitas de algumas controladas que atuam internacionalmente estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como Dólar dos Estados Unidos da América (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN) e Peso Chileno (CLP). A Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela Administração.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Visando ampliar o foco estratégico da Companhia para a operação de software, a Administração decidiu pela venda das operações de hardware em 2019. O resultado da venda da operação de hardware gerou um prejuízo líquido de R$44.946 registrado na rubrica “Prejuízo das operações descontinuadas”.

Mediante esse cenário, o resultado da operação de hardware foi classificado como operação descontinuada, conforme IFRS 05/ CPC 31, divulgado em uma linha separada na demonstração de resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 de forma comparativa.

Com o objetivo de contribuir com o atingimento dos objetivos estratégicos, a Companhia avalia constantemente oportunidades de investimento e desinvestimento. As principais operações realizadas pela podem ser identificadas no item b. deste item.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Estão elencadas a seguir, em ordem cronológica, as principais operações de fusões, aquisições e alienações da Companhia ocorridas nos últimos 3 anos:

2020

Neolog - Em 28 de janeiro de 2020, a Companhia adquiriu a participação remanescente de 40% no capital social da controlada Neolog pelo valor de R$7.120, por meio do exercício da opção de venda exercida pelo acionista vendedor.

2019

Ciashop - Em 09 de maio de 2019, a Companhia celebrou contrato para alienação da participação de 70,47% no capital social da Ciashop para a VTEX S.A. pelo valor de R$21.175. A conclusão desta transação ocorreu em 31 de julho de 2019, após a aprovação das autoridades concorrenciais brasileiras. O ganho líquido pela venda da Ciashop foi registrado na linha “Outras despesas e receitas operacionais” da demonstração dos resultados.

Operação de Hardware - Em 24 de outubro de 2019, a Companhia divulgou a conclusão da alienação da operação brasileira de hardware, por meio da subsidiária Bematech Hardware Ltda. para a ELGIN S.A. pelo montante de R$25.000, o qual está sujeito à eventual ajuste de preço, a ser apurado nos termos estabelecidos no contrato que regula a transação.

Em 06 de novembro de 2019, foi concluída a alienação da Bematech International Corporation (BIC) para a Reason Capital Group LLC., conforme contrato celebrado em 02 de julho de 2019, pelo montante de US$4,4 milhões equivalente a R$17.528, após ajustes determinados em contrato, dos quais US$1,5 milhões equivalente a R$5.988 foram retidos a título de garantia e deverá ser liberado até 5 de novembro de 2022.

Supplier - No dia 28 de outubro de 2019 a Companhia anunciou a aquisição de 88,8% do capital social da Supplier, sociedade focada em crédito B2B, entre clientes e fornecedores, pelo montante de R$455,2 milhões. Mauro Wulkan e Eduardo Wagner, fundadores da sociedade adquirida, seguem como gestores e acionistas, com 11,2% do capital social. Trata-se da primeira aquisição realizada pela Companhia após a captação de mais de R$1 bilhão com o *follow-on* (oferta subsequente de ações primárias), realizado em maio de 2019. A aquisição já foi aprovada pelas autoridades concorrenciais brasileiras, mas seu fechamento está sujeito ao cumprimento de outras condições precedentes usuais para esse tipo de negócio. Adicionalmente, também está previsto o pagamento de preço de compra complementar aos vendedores, condicionado ao atingimento de metas estabelecidas para a Supplier relativas aos exercícios de 2020 e 2021.

A Supplier deve acelerar a estratégia de Techfin da Companhia, que tem como objetivo de simplificar, ampliar e baratear o acesso dos clientes a crédito e a demais serviços financeiros. Ao longo dos próximos meses, a Companhia e a Supplier deverão desenvolver uma plataforma tecnológica que irá permitir uma integração total com os sistemas de gestão das empresas, visando uma jornada sem atritos para clientes e fornecedores. Esta plataforma também deverá permitir o uso de big data, buscando melhorar de maneira contínua os algoritmos de aprovação de crédito.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Consinco - Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia anunciou a aquisição de 100% das ações da Consinco S.A. pelo montante de R$197 milhões, pago no fechamento da transação realizado em 30 de janeiro de 2020. Adicionalmente, poderá ser pago um preço de compra complementar de até R$55 milhões, sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a Consinco relativas aos exercícios de 2020 e 2021 e ao cumprimento de outras condições.

A Consinco é a principal provedora de sistemas de gestão para a vertical de supermercados e atacadistas de autosserviço (atacarejo) do mercado brasileiro. Com esse movimento, a Companhia aumenta sua presença no segmento de Varejo e consolida sua posição de liderança na vertical de supermercados, ponta de uma cadeia de valor longa, que também possibilita a geração de sinergias significativas por meio da oferta de soluções de serviços financeiros, como por exemplo crédito B2B, da divisão Techfin.

2018

RJ Participações: Em 09 de maio de 2018, a subsidiária Bematech S.A. (atual TOTVS Large) exerceu opção de compra adicional de mais 20% do capital social da RJ Participações, atingindo 80% de participação. O valor atribuído por esta aquisição foi de R$9,9 milhões dos quais R$4,3 milhões foram pagos na data do exercício da opção e o restante foi pago durante o exercício de 2019. Neste mesmo ato foi prorrogada a opção de compra e venda dos 20% de participação remanescentes para 2021 a ser mensurada com base na métrica de performance de 2020. Como o contrato inicial da aquisição da RJ Participações já previa as opções de compra e venda da participação remanescente, a Companhia consolida 100% de seus resultados e mantém uma estimativa do pagamento no passivo de “Obrigações por aquisição de investimento”. Durante o exercício de 2019, foi revertido o valor de R$3,7 milhões relativos ao *Earn Out* da aquisição da RJ Participações, devido ao não atingimento de metas estabelecidas no contrato de aquisição de participação.

Passlack: Em 01 de agosto de 2018, a subsidiária TFS Soluções em Software Ltda. adquiriu e incorporou a Passlack Consultoria em Informática Ltda., empresa voltada para desenvolvimento e suporte para o segmento de *Financial Services* pelo valor de R$8,2 milhões. O acervo líquido da Passlack foi incorporado conforme laudo de avaliação do patrimônio líquido, aprovado em reunião de sócios juntamente com o protocolo e justificação de incorporação.

c. eventos ou operações não usuais

Em 04 de dezembro de 2019, a Companhia informou em Comunicado ao Mercado que o Contrato de Locação firmado em 16 de outubro de 2013 entre a Companhia e a VIP VII - Empreendimentos e Participações S.A., cujo objeto é a locação do imóvel em que está instalada a sede social da TOTVS, não mais se configurava como uma contratação com Parte Relacionada, tendo em vista a alteração da composição societária da VIP VII, conforme fato relevante divulgado pela corretora de valores Credit Suisse Hedging-Griffo, na qualidade de instituição administradora do CSHG Real Estate – Fundo de Investimento Imobiliário – FII, na mesma data.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 1º de janeiro de 2018, entraram em vigor as novas normas contábeis emitidas pelo IASB *(International Accounting Standards Board*) e CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) que resultaram nas alterações abaixo elencadas:

IFRS-9 / CPC-48 - Instrumentos Financeiros: estabelece, entre outros requisitos, um novo modelo de *impairment* de ativos financeiros por perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior que considerava apenas as perdas incorridas com base em indícios de inadimplemento. A aplicação desta norma resultou na constituição adicional de provisão para créditos de liquidação, com base na perda histórica apurada em cada faixa do "*aging-list*" da carteira de contas a receber, incluindo as a vencer, combinada com a propensão de pagamento dos clientes provida pelas instituições de proteção ao crédito.

IFRS-15 / CPC-47 - Contratos com Clientes: estabelece novos requisitos para o reconhecimento de receitas originadas de contratos de clientes com base no cumprimento das chamadas "obrigações por desempenho" (entregas) e requer o diferimento dos custos incrementais incorridos na venda. A aplicação desta norma resultou no reconhecimento de receitas recorrentes de manutenção e de subscrição durante os períodos de carência, bem como o diferimento das despesas de vendas e o provisionamento das despesas com comissões, como forma de "linearizar" o resultado ao longo do ciclo de vida estimado desses contratos. O método de reconhecimento de receitas de serviços também sofreu ajustes, passando a apurar o percentual de completude dos projetos (*PoC – Percentage of Completion*) com base nos custos incorridos frente às estimativas atualizadas de custos totais necessários para conclusão dos projetos.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma contábil emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis):

IFRS 16 / CPC 06 - Estabelece um novo modelo de contabilização para arrendamento mercantil, onde na data do início do arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento para efetuar os pagamentos (aumentando a dívida bruta) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento. Consequentemente, serão reconhecidas no resultado as despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do direito de uso do ativo ao invés das despesas de aluguel anteriormente reconhecidas no resultado operacional da Companhia.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 01 de janeiro de 2019, a adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) resultou em um aumento no ativo imobilizado de R$236,8 milhões e um passivo de arrendamento mercantil (circulante e não circulante) e outros passivos não circulante no valor de R$236,8 milhões. Como parte do reconhecimento do ativo de direito de uso dos imóveis pelo período contratado, a Companhia reverteu o valor de diferimento do período de carência aplicado para alguns contratos de aluguéis que resultou em um aumento no Patrimônio Líquido de R$4,3 milhões.

Em 01 de janeiro de 2018, a adoção inicial do IFRS 9 / CPC 48 e o IFRS 15 / CPC 47 geraram uma redução no Patrimônio Líquido de R$8,0 milhões.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a adoção do IFRS 9 / CPC 48 resultou em um aumento de R$6,2 milhões na despesa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquanto que o IFRS 15 / CPC 47 resultou em um aumento de R$9,2 milhões na Receita Líquida e R$1,9 milhões nas Despesas Comerciais e Marketing.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, refletidas neste material, não apresentam comparabilidade com as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2019.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Companhia não tem histórico de ressalvas e/ou ênfases presentes nos pareceres emitidos por seus auditores independentes.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas nas Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. e suas controladas.

Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

(i) Julgamentos relacionados a identificação das obrigações de performance das vendas de software, que incluem a taxa de licenciamento, serviço mensal de software e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores.

(ii) A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Estimativas e premissas

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são:

(i) Provisão para perdas esperadas do Contas a Receber – a Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo grupo para calcular a perda de crédito esperada. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e suas controladas e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

(ii) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio – uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso.

(iii) Impostos diferidos – Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

(iv) Provisão para contingências vinculadas a processos judiciais – A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(v) Receita de serviços não recorrentes – o reconhecimento das receitas de serviços de implementação e customização de softwares requer o uso de estimativas na projeção de custos totais necessários para

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

cumprir a obrigação de desempenho por contrato de cliente. A Companhia reavalia estas estimativas periodicamente e replaneja as margens por contrato sempre que necessário.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Para as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia apresentava o contrato com a VIP VII – Empreendimentos e Participações Ltda., para a construção e locação da nova sede social, cujo objetivo foi integrar as instalações da empresa na cidade de São Paulo, durante o período mínimo de 10 anos a partir da data de entrega ocorrida em 2017.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

iv. contratos de construção não terminada

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Companhia continua com sua estratégia de buscar o crescimento inorgânico por meio de transações de fusão e aquisição de empresas, desenvolvedoras de software de gestão ou de empresas que possam ampliar as ofertas de serviços de valor agregado da Companhia, no mercado brasileiro e/ou internacional. Porém, é importante observar que em função da pandemia COVID-19 ocorrida durante o primeiro semestre de 2020, a Companhia entende que tais investimentos podem ser reavaliados a fim de preservar a liquidez de seus negócios.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é uma linha relevante no plano de investimento orgânico, dada sua importância estratégica para o setor da economia no qual a Companhia está inserida. Tais investimentos permitem oferecer soluções cada vez mais aderentes às necessidades dos clientes e agregar inovações tecnológicas que propiciam maior produtividade dos usuários das soluções.

As despesas com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas Demonstrações Financeiras no período findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram de R$397,8 milhões, R$382,1 milhões e R$343,4 milhões, respectivamente.

As principais iniciativas na linha de investimento com Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia nos últimos três anos foram voltadas a facilitar o acesso a nossos clientes a serviços financeiros de forma mais tecnológica, ágil e econômica (Techfin), Inteligência Artificial (AI) e atendimento a novas regulamentações:

- Projetos voltados a iniciativa de ampliar, simplificar e baratear o acesso de nossos clientes a serviços financeiros, por meio da nova frente de Techfin.
- Projetos voltados a regulamentação como E-social e EFD- Reinf.
- Projetos voltados a levar inovação ao mercado financeiro, gerando melhores resultados operacionais aos usuários das ferramentas de *financial services*.
- Investimentos em projeto para atender as necessidades dos mercados de manufatura, integrando as diversas soluções com agilidade e buscando sempre as melhores práticas da indústria 4.0.
- Projetos com foco a integração e produtividade da plataforma, tem por objetivo facilitar a administração e utilização da infraestrutura em nuvem.
- Pesquisa e desenvolvimento aplicado a promover ganho de eficiência e melhores práticas a gestão de transportadoras, operadores logísticos, portos e recintos alfandegados.
- Pesquisa e desenvolvimento voltado a agregar inovações ao segmento do varejo, buscando trazer novas e melhores experiências a usuários e clientes destas soluções.
- Investimentos em projeto de inteligência artificial que promoverão inovação, ganho de eficiência e performance as diversas soluções desenvolvidas pela Companhia nos diversos segmentos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos em P&D têm como fonte de financiamento os recursos gerados nas atividades operacionais da Companhia e os recursos oriundos principalmente do PROSOFT, PSI e Debêntures (vide item 10.1.f). Além dos recursos gerados nas atividades operacionais, as transações de fusão e aquisição de empresas podem também ser viabilizadas por meio de operações estruturadas que envolvam, tanto recursos próprios, quanto de terceiros de acordo com a magnitude da transação.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Atualmente, a Companhia não tem desinvestimentos relevantes em curso e/ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O total de despesas com Pesquisa e Desenvolvimento representaram 17,4%, 18,1% e 17,2% da receita líquida da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Conforme Comunicado ao Mercado arquivado na CVM em 18/03/2020, relativo à Pandemia COVID 19, a Companhia vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde visando minimizar eventuais impactos decorrentes, no que se refere à segurança de seus participantes (TOTVERS) e continuidade de suas operações.

Destacamos principalmente as seguintes medidas já adotadas pela Companhia:

- Criação de um Comitê de Crise para monitorar e avaliar diariamente a evolução do COVID 19, possíveis impactos e medidas necessárias a serem adotadas pela Companhia;
- Adoção da prática de trabalho remoto (*home office*) para todas suas unidades**;**
- Suspensão das viagens internacionais e restrição de viagens nacionais; e
- Implantação, junto a nosso operador de Plano de Saúde, de atendimento telefônico disponível 24 horas para dar suporte aos TOTVERS.
- Atualização semanal do Conselho de Administração, com revisão dos impactos e ações adotadas.

Vale ressaltar que o modelo de negócio da Companhia apresenta nível de recorrência de receita acima de 75% de sua receita total, além de grande pulverização da base de clientes, diversificação setorial, bem como diversificação geográfica dentro do território brasileiro e sólida posição de caixa.

Potenciais impactos decorrentes da evolução do COVID 19 serão avaliados e as medidas adicionais que se mostrarem necessárias serão adotadas durante o período em que as autoridades de saúde informarem que for necessário.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

A Companhia não possui projeções financeiras públicas.

Em 27 de novembro de 2020 a Companhia anunciou por meio de Fato Relevante que ficam descontinuadas as projeções relativas às potenciais sinergias decorrentes da combinação de negócios entre TOTVS e Linx divulgadas em Fato Relevante de 8 de outubro de 2020.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

A Companhia não possui projeções financeiras públicas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração

Conselho de Administração

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020 ("Estatuto Social"), são atribuições do Conselho de Administração:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;

(iii) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

(iv) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

(v) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;

(vi) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(vii) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia, suas controladas e coligadas, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar sua execução;

(viii) deliberar sobre a abertura, o encerramento e a alteração de filiais da Companhia no exterior;

(ix) autorizar a emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;

(x) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

(xi) deliberar sobre a outorga de opção de compra ou subscrição de ações a seus Administradores e Empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral, após considerar o parecer do Comitê de Gente e Remuneração;

(xii) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

(xiii) distribuir entre os Diretores, individualmente, parcela da remuneração anual global dos Administradores fixada pela Assembleia Geral, após considerar o parecer do Comitê de Gente e Remuneração;

(xiv) deliberar sobre quaisquer negócios ou contratos entre (a) a Companhia e qualquer de suas controladas (exceto as integralmente controladas), e (b) entre a Companhia ou suas controladas (integrais ou não) e quaisquer dos Administradores e/ou acionistas, (incluindo sociedades direta ou indiretamente controladas por tais administradores e/ou acionistas, ou por quaisquer terceiros a eles relacionados);

(xv) deliberar, por delegação da Assembleia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação, bem como os tipos de debêntures;

(xvi) deliberar sobre a subscrição, aquisição, alienação ou oneração pela Companhia, de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão de qualquer sociedade controlada pela Companhia ou a ela coligada, exceto em casos de operações envolvendo apenas a Companhia e sociedades integralmenrte controladas;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xvii) deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades, bem como sobre quaisquer participações em outros empreendimentos, inclusive por meio de consórcio ou sociedade em conta de participação;

(xviii) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;

(xix) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;

(xx) deliberar sobre a cessão ou transferência, por qualquer meio, a terceiro, de direitos de propriedade intelectual ou industrial da Companhia e/ou de sociedade, direta e/ou indiretamente controlada da Companhia, excetuando-se qualquer licenciamento oneroso realizado pela Companhia no curso ordinários dos negócios;

(xxi) autorizar os seguintes atos cujo valor seja superior a 5% (cinco por cento) do valor do capital social subscrito, valor este que será considerado por transação isolada ou conjunto de transações correlatas: (a) a aquisição pela Companhia, por qualquer meio, de ativos de outra sociedade, inclusive de controladas ou coligadas; (b) a alienação de bens do ativo permanente, (c) a prestação de garantias de qualquer natureza pela Companhia; (d) a concessão de empréstimos em favor de quaisquer terceiros; (e) o investimento em projetos de expansão e aperfeiçoamento; (f) a contratação de operação de endividamento de longo ou curto prazo; e (g) celebração de quaisquer contratos de longo prazo (prazo de vigência superior a um ano);

(xxii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado; (d) o valor econômico da Companhia e (e) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

(xxiii) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem à mudança de controle, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia.

O Conselho de Administração possui seu próprio Regimento Interno, o qual se aplica também aos Comitês de Assessoramento, nos termos aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2019, arquivado na sede da Companhia e disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos), que disciplina o seu funcionamento, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor ("Regimento Interno").

Além das atribuições fixadas no Estatuto Social da Companhia, o Regimento Interno estabelece as seguintes competências ao Conselho de Administração:

(i) definir as estratégias de negócios, considerando os impactos das atividades da Companhia na sociedade e no meio ambiente, visando a perenidade da Companhia e a criação de valor no longo prazo;

(ii) monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*) de acordo com a política previamente aprovada;

(iii) definir os valores e princípios éticos da Companhia e zelar pela integridade da cultura empresarial e pela manutenção da transparência da Companhia no relacionamento com todas as partes interessadas;

(iv) avaliar e submeter à Assembleia Geral, anualmente, quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência;

(v) rever periodicamente o sistema de governança corporativa, visando a aprimorá-lo;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(vi) estabelecer mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho e seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho e dos Conselheiros, individualmente considerados, e da Secretaria de Governança Corporativa;

(vii) avaliar periodicamente o escopo e a necessidade dos Comitês, de forma a assegurar que todos tenham um papel efetivo, deliberando sobre a constituição de novos Comitês, além daqueles previstos no Estatuto Social, e grupos de trabalho para seu assessoramento, estabelecendo sua composição e respectivas atribuições, nomeação de seus membros, orçamento quando necessário, e prazo de mandato; e

(viii) aprovar as alçadas dos diretores e dos procuradores da Companhia.

A Companhia possui política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de setembro de 2018, publicada em 04 de outubro de 2018, arquivada na sede da Companhia e disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos), que disciplina a sua contratação, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor.

Conselho Fiscal

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

Comitê de Auditoria

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Auditoria, criado por deliberação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de abril de 2018, possui as seguintes atribuições, dentre outras previstas no Regimento Interno e na regulamentação competente – devendo reportar e recomendar ao Conselho de Administração:

(i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;

(vi) avaliar se a Companhia possui meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e

(vii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento e/ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, questões tributárias e operações financeiras estruturadas de mercado.

Conforme previsto no Estatuto Social, o Comitê de Auditoria deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo a maioria Conselheiros, todos independentes e ao menos 1 (um) deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. O coordenador do Comitê de Auditoria deverá comparecer na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, colocando-se à disposição para prestar esclarecimentos e informações aos acionistas. A Composição do Comitê de Auditoria está disponível em https://ri.totvs.com.br/ptb/comite-de-auditoria.

O Comitê de Auditoria possui Regimento Interno aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2019, arquivado na sede da Companhia e disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos), que disciplina o funcionamento, a estrutura, a

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

organização, as atribuições e as responsabilidades do Comitê de Auditoria, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor.

O Comitê de Auditoria é responsável por recomendar a aprovação do Regulamento de Auditoria Interna Corporativa da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada 04 de maio de 2018, datado e tornado público em 15 de maio de 2018, arquivado na sede da Companhia e disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos). Nos termos do regulamento, o Executivo Chefe de Auditoria é o responsável pelo gerenciamento eficaz da atividade de auditoria interna de acordo com o regulamento, adesão ao código de ética da profissão, normas, planejamento anual e quaisquer outros trabalhos desenvolvidos pela área, gestão orçamentária do departamento e recursos internos. Além disso, o Executivo Chefe de Auditoria se reportará, funcionalmente, ao Comitê de Auditoria, com reporte direto ao Conselho de Administração e, administrativamente ao CFO da Companhia. O Comitê de Auditoria também aprovará todas as decisões relacionadas à avaliação do desempenho, indicação ou demissão do Executivo Chefe de Auditoria, assim como a aprovação e ajuste anual de remuneração do Executivo Chefe de Auditoria. Anualmente o Executivo Chefe de Auditoria da Companhia deve apresentar ao Comitê de Auditoria um plano de Auditoria Interna para análise e aprovação. O Executivo Chefe de Auditoria deve desenvolver e manter um programa de garantia da qualidade e de melhoria que inclua todos os aspectos da atividade de auditoria interna. O programa de garantia de qualidade é composto de avaliações internas e externas. Os processos e ferramentas utilizados na avaliação interna podem incluir a verificação de supervisão e revisão do trabalho de auditoria, listas de verificação de *checklists*, opinião de clientes, revisões seletivas de pares, sistemas de apontamentos de horas e outras métricas.

Comitê de Gente e Remuneração

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Gente e Remuneração exercerá funções consultivas e auxiliará o Conselho de Administração a estabelecer os termos da remuneração e dos demais benefícios e pagamentos a serem recebidos a qualquer título da Companhia por Diretores e Conselheiros. Compete ao Comitê de Gente e Remuneração, dentre outras atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

(i) apresentar ao Conselho de Administração proposta de distribuição da remuneração global anual entre os Diretores e os Conselheiros, baseando-se em padrões praticados no mercado de tecnologia da informação, bem como acompanhar o pagamento da remuneração e, no caso desta não acompanhar os padrões praticados no mercado de tecnologia da informação, comunicar ao Conselho de Administração;

(ii) opinar sobre a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos Administradores e Empregados da Companhia; e

(iii)

(iv) opinar sobre a participação dos Diretores e Empregados da Companhia nos lucros.

Conforme previsto no Estatuto Social, o Comitê de Gente e Remuneração deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, todos Conselheiros, e ao menos 2 (dois) deles devem ser independentes. A Composição do Comitê de Gente e Remuneração está disponível em https://ri.totvs.com.br/ptb/comite-de-gente-e-remuneracao.

O Comitê de Gente e Remuneração possui Regimento Interno aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2019, arquivado na sede da Companhia e disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos), que disciplina o funcionamento do Comitê de Gente e Remuneração, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor.

Comitê de Estratégia

Conforme previsto no Regimento Interno, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2019 são atribuições do Comitê de Estratégia:

(i) analisar e discutir temas que viabilizem a construção da Visão de Futuro / Planejamento Estratégico e avaliar a real capacidade de entrega dos mesmos pela Companhia;

(ii) avaliar as propostas da Diretoria para executar a Visão de Futuro / Planejamento Estratégico;

(iii) avaliar as propostas da Diretoria sobre possíveis operações de fusão e aquisição (“M&As”) para executar a Visão de Futuro / Planejamento Estratégico;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(iv) emitir parecer sobre as propostas da Diretoria e endereçá-las perante o Conselho;

(v) acompanhar a evolução das propostas da Diretoria pelo Conselho e sugerir correções de rota se necessário;

(vi) endereçar o status das propostas da Diretoria perante o Conselho; e

(vii) proceder à autoavaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação.

A Composição do Comitê de Estratégia está disponível em https://ri.totvs.com.br/ptb/comite-de-estrategia.

Comitê de Governança e Indicação

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, são atribuições do Comitê de Governança e Indicação, dentre outras previstas no Regimento Interno:

(i) recomendar e acompanhar a adoção de práticas de boa governança corporativa, assim como a eficácia de seus processos, propondo atualizações e melhorias quando necessário;

(ii) estabelecer os canais e processos para interação entre os acionistas de longo prazo da Companhia e o Conselho de Administração, especialmente no que tange às questões de estratégia, governança, remuneração, sucessão e formação do Conselho de Administração;

(iii) selecionar e indicar ao Conselho de Administração pessoas que, atendidos os requisitos legais e as necessidades da Companhia, e ouvidas as partes interessadas relevantes, possam ser candidatas a integrar as chapas a serem aprovadas pelo Conselho de Administração - ou individualmente - para submissão à eleição pela Assembleia Geral;

(iv) selecionar e indicar ao Conselho de Administração pessoas que, atendidos os requisitos legais e as necessidades da Companhia, possam ser candidatas a integrar os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração;

(v) selecionar e indicar ao Conselho de Administração pessoas para as posições de conselheiro para repor eventuais vacâncias de cargos;

(vi) selecionar e indicar ao Conselho de Administração pessoas para compor o Conselho Fiscal da Companhia, se instalado;

(vii) apoiar o Presidente do Conselho de Administração na organização de um processo formal e periódico de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e dos conselheiros, que deverá ser realizado anualmente;

(viii) garantir a existência, eficácia e implementação de um plano de sucessão de executivos, acompanhando junto ao Comitê de Gente e Remuneração sua execução;

(ix) opinar sobre a divulgação das práticas de governança da Companhia, inclusive no Formulário de Referência e na Proposta da Administração à Assembleia Geral;

(x) opinar sobre a participação de pessoas vinculadas à Companhia como membro de Conselhos de Administração, Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e Conselhos Fiscais de outras empresas, tanto de capital aberto como fechado;

(xi) apoiar o Conselho de Administração na avaliação dos candidatos a conselheiros quanto ao seu enquadramento como membro independente.

Conforme previsto no Estatuto Social, o Comitê de Governança e Indicação será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, todos Conselheiros, sendo, pelo menos, 2 (dois) Conselheiros Independentes. A Composição do Comitê de Governança e Indicação está disponível em https://ri.totvs.com.br/ptb/comite-de-governanca-e-indicacao.

O Comitê de Governança e Indicação Companhia possui Regimento Interno aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2019, arquivado na sede da Companhia e disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos), que disciplina o funcionamento do Comitê de Governança e Indicação, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais

Nos termos do Artigo 19, inciso (ii) do Estatuto Social da Companhia e conforme aprovadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2019, os Diretores terão as seguintes atribuições:

Diretor Presidente:
Executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais; representar, preferencialmente, a Companhia nas Assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais a Companhia participar, nos termos do parágrafo 1º, item (iii), do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia; propor, sem exclusividade de iniciativa, a atribuição de funções a cada Vice-Presidente e diretor no momento de sua respectiva eleição; responder perante o Conselho de Administração por todas as atividades da organização; estabelecer planos, estratégias e políticas de longo prazo. Gerenciar as atividades dos Vice-Presidentes; convocar e presidir as reuniões da diretoria; recomendar, à Diretoria, o substituto de qualquer diretor nos casos de ausência ou impedimento temporário deste; recomendar, ao Conselho de Administração, o substituto de qualquer diretor nos casos de vacância deste; responder pela estratégia de crescimento, gestão de pessoas e lucratividade da organização; dirigir a organização na execução da estratégia definida para a Companhia.

Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro:
Definir, planejar e dirigir as atividades que envolvam suporte ao negócio da Companhia compreendido pelas áreas de Centro de Serviços Compartilhados; Suprimentos, *Facilities*, Planejamento e Controladoria, Jurídico, Riscos, Compliance, Inteligência de Mercado, PMO Corporativo e Fusões e Aquisições e Controles Internos; analisar os registros contábeis das transações em que a Companhia faça parte; controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que tange a requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações; representar a Companhia no Comitê de Auditoria; administrar as atividades relacionadas com a gestão de fundos e ativos da Companhia, aplicando recursos financeiros.

Diretor de Relações com Investidores:
Definir, planejar e dirigir as atividades de relacionamento com os investidores; praticar os atos próprios do Diretor de Relações com Investidores e promover a divulgação de informações ao mercado de valores mobiliários, de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários; manter e apresentar melhorias nas relações e comunicações entre a organização e o público investidor, acionistas e profissionais da área financeira; planejar a comunicação do relacionamento da Companhia com o mercado de capitais, nacional e/ou internacional; monitorar mudanças e tendências no mercado de investimentos e determinar as estratégias de atuação apropriadas; preparar relatórios financeiros a serem reportados aos acionistas, ao público, ao investidor e aos profissionais da área financeira; manter relações com comunidades bancárias e de investimentos e também estabelecer relacionamento com os investidores.

Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios:
Responder por Marketing Institucional, Modelos de Negócios e Distribuições, Parcerias e *Customer Experience*. Estabelecer e garantir a execução da estratégia e modelo de atuação Digital; recomendar alianças estratégicas para o desenvolvimento de negócios e operação, modelo e processos; definir, planejar e dirigir todas as atividades de Marketing, assim como o desenvolvimento de políticas, programas e orçamentos; responsabilizar-se pela geração de oportunidades de negócios, e por estratégia de negócios; e sugerir e acompanhar o desenvolvimento de novas frentes de negócios e/ou produtos da Companhia.

Assessorar o Comitê de Estratégia nas decisões estratégicas envolvendo questões tecnológicas sobre Micro e Pequenas Empresas e Financial Services. Responder pelos segmentos de Micro e Pequenas Empresas e Financial Services da TOTVS. Definir, planejar e dirigir estratégias envolvendo questões tecnológicas e de segmentação para gerar melhor oferta e desenvolvimento de softwares; desenhar e desenvolver soluções segmentadas para clientes externos; sugerir e acompanhar novos sistemas da Companhia; planejar e direcionar a prestação de serviços de suporte e atendimento técnico e não técnico prestados a clientes.

Diretor Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos:
Assessorar o Comitê de Estratégia nas decisões estratégicas envolvendo questões tecnológicas; responder pelos segmentos de *Supply Chain, Healthcare, Professional Services* e Varejo e Distribuição; definir, planejar e dirigir estratégias envolvendo questões tecnológicas e de segmentação para gerar melhor oferta e desenvolvimento de softwares; desenhar e desenvolver soluções segmentadas para clientes externos; sugerir e acompanhar novos

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

sistemas da Companhia; planejar e direcionar a prestação de serviços de suporte e atendimento técnico e não técnico prestados a clientes.

Diretor Vice-Presidente de Plataformas:
Assessorar o Comitê de Estratégia nas decisões estratégicas envolvendo questões tecnológicas; promover a integração entre as plataformas e garantir o desenvolvimento das questões tecnológicas; coordenar a atuação dos Diretores de Plataformas; responder pelas plataformas sob sua responsabilidade com estratégias que suportem as oferta de softwares e as melhorias no desenvolvimento; sugerir e acompanhar novos sistemas da Companhia; planejar, organizar e dirigir as atividades das unidades de produção da Companhia; planejar, organizar e dirigir a prestação de serviços de suporte e atendimento técnico e não técnico prestados a clientes. Definir, planejar e dirigir a estratégia de atuação da Companhia para pesquisa e desenvolvimento, arquitetura e infraestrutura de software, *Cloud Computing*, *Data Center* e Segurança e aprimoramento das tecnologias utilizadas pela Companhia, a fim de garantir competitividade de novos produtos e soluções, alinhadas às tendências de mercado e complexidades associadas ao negócio e à tecnologia.

Diretor Vice-Presidente de Atendimento e Relacionamento:
Planejar, definir e coordenar as atividades da área de vendas e/ou da área de serviços de implantação de sistemas, no que tange as atuais e futuras contas de clientes potenciais; coordenar e supervisionar a área de vendas no que se refere à geração de negócios conforme as metas estabelecidas pela administração. Planejar, organizar e dirigir as atividades que envolvem o atendimento e relacionamento da Companhia com seus clientes; acompanhar e gerir os indicadores de serviços prestados; participar das definições de preços dos produtos e novos lançamentos; direcionar a força de vendas a atingir objetivos de volume para os produtos da organização, incluindo planos, objetivos e estratégias de longo-prazo.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

(i) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(ii) Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

(iii) Propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia, suas controladas e coligadas, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia;

(iv) Decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração; e

(v) Deliberar sobre a abertura, o encerramento e a alteração de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia será sempre representada por 2 (dois) membros da Diretoria ou, ainda, 1 (um) membro da Diretoria e 1 (um) procurador, ou 2 (dois) procuradores, no limite dos respectivos mandatos.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente
Não houve instalação do Conselho Fiscal.

d. mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de cada órgão ou Comitê que se reporta ao Conselho de Administração

Conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2019:

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(a) O Conselho de Administração tem como atribuição estabelecer mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho e seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho e dos conselheiros, individualmente considerados, e da Secretaria de Governança Corporativa.

(b) O Presidente do Conselho tem como atribuição liderar, com a colaboração da Secretaria de Governança Corporativa, e de acordo com as recomendações do Comitê de Governança e Indicação, um processo estruturado e formal de avaliação do Conselho e seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho, dos conselheiros individualmente considerados e da Secretaria de Governança Corporativa, sendo que os resultados da avaliação do Conselho serão divulgados a todos os Conselheiros.

(c) O Comitê de Governança e Indicação tem como atribuição apoiar o Presidente do Conselho na organização do processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e dos Conselheiros, que deverá ser realizado anualmente.

A Companhia implementou, em 2017, após a aprovação do referido Regimento Interno, um processo formal e anual de avaliação do desempenho do Conselho de Administração e de seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho de Administração, dos Conselheiros, individualmente considerados, e da Secretaria de Governança Corporativa.

O processo de avaliação realizado pela Companhia em 2019 foi respondido pelos Conselheiros e membros dos Comitês e realizado através de um aplicativo desenvolvido pela própria Companhia cujas questões estão relacionadas aos temas: autoavaliação; aspectos estratégicos; dinâmica geral do Conselho e das respectivas reuniões; desempenho dos Comitês, da Secretaria de Governança Corporativa e do Presidente do Conselho; bem como avaliação entre os próprios Conselheiros e membros dos Comitês.

O Conselho de Administração contou com a participação de especialistas externos (consultoria SGPartners Consultoria Empresarial) a fim de contemplar apenas a realização das entrevistas e a respectiva tabulação qualitativa.

Os resultados gerais da avaliação foram apresentados pela consultoria externa ao Comitê de Governança e Indicação. Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2019, o Comitê de Governança e Indicação apresentou o resultado da avaliação de 2019.

O Conselho de Administração definiu alguns planos de ação sobre pontos identificados nesse processo, cuja implementação será acompanhada pelo Conselho, com o apoio da Secretaria de Governança Corporativa. Adicionalmente, o Presidente do Conselho reuniu-se, individualmente, com os conselheiros para realizar o *feedback* da avaliação 360 graus.

O resultado da avaliação foi considerado pelo Comitê de Governança e Indicação na composição da chapa oferecida aos acionistas na Proposta da Administração à Assembleia Geral Ordinária de 2020.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a. prazos de convocação

A Assembleia Geral da Companhia será convocada no prazo legal com a disponibilização dos documentos de que trata a Instrução CVM nº 481/09. Adicionalmente, a Assembleia Geral da Companhia que deliberar sobre o cancelamento de registro de Companhia aberta ou sua a saída do Novo Mercado deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

A Companhia não adota prática diferenciada com relação aos prazos de convocação. O Artigo 124, §1º, inciso II da Lei nº 6.404/76, e alterações posteriores, determina que as Assembleias Gerais deverão ser convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência em primeira convocação e com 8 (oito) dias corridos de antecedência em segunda convocação.

b. competências

Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

i) Eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;

ii) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

iii) Reformar o Estatuto Social;

iv) Deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;

v) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

vi) Aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus Administradores e Empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

vii) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

viii) Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

ix) Deliberar a saída do Novo Mercado da B3;

x) Dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações como requisito para saída do Novo Mercado;

xi) Deliberar o cancelamento do registro de Companhia aberta perante a CVM, ressalvado o disposto no Artigo 52, (ii) do Estatuto Social da Companhia; e

xii) Seja submetida pelo Conselho de Administração.

A deliberação a que se refere o item “x” acima deverá ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas titulares das ações em circulação da Companhia presentes à assembleia, não se computando os votos em branco. Se instalada em primeira convocação, a Assembleia deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de ações em circulação; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares das ações em circulação.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

A Companhia disponibiliza os documentos relativos à Assembleia Geral nos seguintes locais:
Endereço eletrônico
- Site de Relação com Investidores da TOTVS S.A. (ri.totvs.com.br)
- Site da CVM (www.cvm.gov.br)

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Endereço físico
Avenida Braz Leme, 1000 - Casa Verde – São Paulo - SP – Brasil

d. identificação e administração de conflitos de interesses
A Companhia não adota prática diferenciada relativamente ao previsto na legislação societária e/ou regulações da CVM.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto
A Companhia não realiza pedido público de procuração. Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.
Nos termos do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

A Companhia ainda não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização.
O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à Avenida Braz Leme, 1000 - Casa Verde, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

(i) Via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
(ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos:

Para pessoas físicas:
- Documento de identidade com foto do acionista;

Para pessoas jurídicas:
- Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e
- Documento de identidade com foto do representante legal.

Para fundos de investimento:
- Último regulamento consolidado do fundo;
- Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
- Documento de identidade com foto de representante legal.

Em relação aos documentos indicados nos itens “i” e “ii” acima, a Companhia solicita, conforme o caso, reconhecimento de firma, notarização, consularização (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais).

Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos pela Companhia, em plena ordem, até 7 (sete) dias antes da data da assembleia. Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

h. se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza, no momento, sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto à distância ou de participação à distância.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço Avenida Braz Leme, 1000 - Casa Verde, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico ri@totvs.com.br, nos prazos estabelecidos pela regulamentação vigente.

j. se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias. Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

O serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento de voto poderá ser realizado também pelo Banco Itaú, agente escriturador de ações da TOTVS, por meio de uma plataforma eletrônica. Para isso, o acionista deverá realizar o cadastro no site Itaú Securities Services Assembleia Digital através do link a seguir: (https://www.itau.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/).

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a. número de reuniões realizadas no último exercício social

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, no mínimo, 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões do Conselho podem ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. No último exercício social, foram realizadas 18 (dezoito) reuniões, sendo 9 (nove) ordinárias e 9 (nove) extraordinárias.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há acordo de acionistas.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme previsto no Estatuto Social, o membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia.

De acordo com o previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, na hipótese de ser constatado conflito de interesses ou interesse particular de um dos membros do Conselho em relação a determinado assunto a ser decidido, é dever do próprio membro do Conselho comunicar, tempestivamente, tal fato aos demais membros.

Caso algum membro do Conselho, que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com alguma decisão a ser tomada, não manifeste seu benefício ou conflito de interesses, qualquer outro membro do Conselho que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A não manifestação voluntária daquele membro será considerada uma violação do Regimento, caso os referidos benefícios particular ou conflito de interesses venham a se confirmar.

Tão logo identificado o conflito de interesses ou benefício particular, a pessoa envolvida afastar-se-á das discussões e deliberações, devendo retirar-se temporariamente da reunião até o encerramento do assunto, mas podendo previamente à sua retirada prestar informações, fornecer detalhes, expor motivos e dirimir eventuais dúvidas do Conselho.

A manifestação da situação de conflito de interesses ou benefício particular deverão constar da ata da reunião do Conselho de Administração.

A competência do Conselho sobre o tema do conflito de interesses não afasta a competência da Assembleia Geral prevista em lei.

d. se existir política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

Como parte integrante do processo de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração, a Companhia conta com o Comitê de Governança e Indicação, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições estão previstas no artigo 25 do Estatuto Social e no artigo 45 do Regimento Interno do Conselho de Administração.

Em 12 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária, tornada pública em 22 de novembro de 2018, na qual constam o processo e os requisitos mínimos para a indicação de membros ao Conselho, aos Comitês e à Diretoria Estatutária da Companhia.

Conforme previsto na Política, o Conselho deve ser composto tendo em vista a diversidade de formação acadêmica, experiências profissionais, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero, bem como a

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

complementariedade de competências, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos na busca por estratégias de negócio e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

A indicação de membros do Conselho deve estar alinhada ao melhor interesse da Companhia e obedecer aos seguintes critérios:

(i) os cargos de Presidente do Conselho e Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não podem ser acumulados pela mesma pessoa;

(ii) os executivos da Companhia (diretores e gerentes, exceto o Diretor Presidente) não podem ser membros do Conselho;

(iii) reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (a) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (b) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia;

(iv) profissionais altamente qualificados, com notável e adequada experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados, sendo recomendável ter conhecimento das melhores práticas de governança corporativa e experiência em temas diversificados, tais como aspectos financeiros, de sustentabilidade, tecnologia e segurança da informação;

(v) alinhamento e comprometimento com os princípios, os valores e a cultura da Companhia e o seu Código de Ética e Conduta - CODEC;

(vi) visão estratégica e entendimento do negócio; e

(vii) disponibilidade suficiente de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes ao Poder Judiciário, quando aplicável, obedecerá às previsões do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Dennis Herszkowicz	08/12/1974	Pertence apenas à Diretoria	26/11/2018	A.G.O 2021	1
165.783.068-38	Publicitário	10 - Diretor Presidente / Superintendente	26/11/2018	Não	0.00%
Membro do Comitê de Estratégia					
Gilsomar Maia Sebastião	06/12/1975	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	A.G.O 2021	5
174.189.288-07	Bacharel em Ciências Contábeis	12 - Diretor de Relações com Investidores	26/04/2019	Não	0.00%
Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores					
Gustavo Dutra Bastos	19/03/1976	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	A.G.O 2021	5
026.942.416-46	Administrador de Empresas	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	26/04/2019	Não	0.00%
Vice-Presidente de Plataformas					
Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino	06/01/1983	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	A.G.O 2021	4
306.743.308-46	Administrador de Empresas	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	26/04/2019	Não	0.00%
Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos					
Juliano Tubino	05/08/1974	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	A.G.O 2021	0
254.357.978-88	Bacharel em Ciência da Computação	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	26/04/2019	Não	0.00%
Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios					
Alexandre Haddad Apendino	08/12/1979	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	A.G.O 2021	1
292.459.418-92	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	26/04/2019	Não	0.00%
Vice-Presidente de Atendimento e Relacionamento		Diretor Vice Presidente			
Izabel Cristina Branco	24/06/1976	Pertence apenas à Diretoria	05/08/2019	A.G.O 2021	0
182.468.118-60	Administradora	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	12/08/2019	Não	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Vice-Presidente de Relações Humanas					
Guilherme Stocco Filho	01/07/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	A.G.O 2022	2
176.649.438-25	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	Não	95.00%
Membro do Comitê de Estratégia					
Gilberto Mifano	11/11/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	A.G.O 2022	3
566.164.738-72	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	Não	100.00%
Coordenador do Comitê de Auditoria e Membro do Comitê de Governança e Indicação					
Maria Letícia de Freitas Costa	27/03/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	A.G.O 2022	3
050.932.788-58	Engenheira de Produção	25 - Vice Presidente Cons. de Administração Independente	30/04/2020	Não	95.00%
Coordenadora do Comitê de Estratégia					
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha	06/11/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	A.G.O 2022	3
004.275.077-66	Consultor	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	Não	95.00%
Membro do Comitê de Auditoria e Membro do Comitê de Gente e Remuneração					
Sylvia de Souza Leão Wanderley	09/03/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	A.G.O 2022	2
731.199.977-49	Administradora de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	Não	100.00%
Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração					
Laércio José de Lucena Cosentino	11/08/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	A.G.O 2022	2

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
032.737.678-39	Engenheiro Elétrico	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2020	Não	100.00%
Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Estratégia					
Eduardo Mazzilli de Vassimon	07/10/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	A.G.O 2022	2
033.540.748-09	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2020	Não	100.00%
Coordenador do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Gente e Remuneração					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Dennis Herszkowicz - 165.783.068-38

O Sr. Dennis Herszkowicz foi, entre 2003 e 2018, sócio e Diretor Estatutário da Linx S.A., ocupando diferentes Vice-Presidências, além de ter sido Membro do Conselho de Administração no período de 2011 a 2014. Entre 2012 e 2017 foi Chief Financial Officer e Diretor de Relações com Investidores, sendo responsável pelo IPO em 2013 e pelo follow-on em 2016, além de conduzir 20 aquisições no período. Entre 2017 e 2018, foi Vice-Presidente Executivo de Novos Mercados, Unidade de Negócios focada em Fintech. Anteriormente à Linx, foi Diretor Geral do DeRemate.com no Brasil, fundador e CEO da Gibraltar.com, além de passagens pela Unilever e Credicard S.A. É Formado em Propaganda e Marketing pela ESPM. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Gilsomar Maia Sebastião - 174.189.288-07

Nos últimos 5 anos, o Sr. Maia atuou como Vice-Presidente, Diretor de Planejamento, Diretor de Finanças Corporativas, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Fusões e Aquisições na TOTVS Anteriormente, foi Gerente de Processos e Riscos da TOTVS, entre 2006 e 2007. Fez carreira na Ernst & Young Auditores Independentes como gerente de auditoria, onde atuou em projetos de auditoria externa entre 1996 e 2004. Graduou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Mackenzie em 2000 e possui MBA em Mercado de Capitais pela FIPECAFI. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Gustavo Dutra Bastos - 026.942.416-46

O Sr. Bastos atualmente é Vice-Presidente de Plataformas da Companhia. Há mais de 25 anos trabalhando em empresas do segmento de TI com atuação no mercado de software e serviços associados, Sr. Bastos está na companhia há quase 20 anos e já respondeu por áreas de pré-venda, oferta, projetos e serviços de software, sendo esta última até 2012. Em 2013, cumpriu importante papel na estruturação das áreas de Atendimento Técnico e Qualidade, passando a responder por áreas de Produto da companhia. Possui formação técnica em Informática Industrial pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) e graduou-se em Administração pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, em 2000. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino - 306.743.308-46

O Sr. Cosentino ingressou na Companhia em 2001 e atuou em diversas áreas, tais como tecnologia da informação, desenvolvimento de produtos, alianças, novos negócios, planejamento corporativo e desenvolvimento dos produtos da Companhia. Nos últimos três anos foi responsável pela expansão internacional da Companhia, participando dos principais processos de M&A realizados ao longo dos anos. Atualmente atua como Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos. Graduou-se em administração de empresas na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) em 2005 e possui MBA pela Kellogg School of Management (EUA). Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Juliano Tubino - 254.357.978-88

O Sr. Tubino atua como Vice-Presidente de Estratégia de Negócios e Digital da TOTVS. Anteriormente atuou como Diretor na Accenture Digital, Netshoes, Microsoft e Amazon, acumulando experiências em Marketing, Vendas, Inovação e Marketing Digital. O Sr. Juliano Tubino é formado em Ciência da computação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui especialização em Administração e Marketing pela Kellogg Executive Education (EUA). Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Alexandre Haddad Apendino - 292.459.418-92

Nos últimos 5 anos, o Sr. Apendino atuou como Diretor Executivo de Atendimento e Relacionamento da TOTVS, tendo ingressado na Companhia em 2013 como gestor de vendas e canais, e posteriormente assumindo as áreas comerciais de Cloud e Analitics (GoodData). Anteriormente, desenvolveu sua carreira na SAP e Oracle, e acumula mais de 18 anos de experiência no ramo de Vendas e Gestão de Canais, sempre com foco em pequenas e médias empresas (SMB). Sr. Apendino gradou-se em Administração de Empresas na Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2001, possui MBA Executivo e MBA Corporativo pelo INSPER e especialização em "Effective Sales Management"pela Wharton University (EUA). Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Izabel Cristina Branco - 182.468.118-60

A Sra. Izabel Cristina Branco atua como Vice-Presidente de Relações Humanas da TOTVS. Com mais de 20 anos de experiência em gestão de negócios e recursos humanos, segmentação de clientes, marketing e comunicação estratégica, a Sra. Izabel trabalhou na Via Varejo como Diretora Executiva de Recursos Humanos e Gestão nos últimos 4 anos. Entre 2014 e 2015 foi Superintendente de Valor do Cliente na SulAmérica Seguros. Anteriormente, desenvolveu sua carreira em empresas como Banco Santander, Banco Real e Banco Itaú. A Sra. Izabel é formada em Tradução e Interpretação pela Ibero Americana e possui pós-graduação em Administração de Empresas pela FGV e em Marketing pela ESPM. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Guilherme Stocco Filho - 176.649.438-25

O Sr. Stocco possui grande experiência na criação de negócios digitais e transformação empresarial com mais de 20 anos de experiência. Responsável por projetos bem-sucedidos no Banco Digital (Banco Original), Venture Capital (Domo Invest), Mobile e E-commerce (Buscapé), Plataformas de Internet (Microsoft) e Publicidade (TeRespondo). Atualmente, membro do Conselho de Administração da TOTVS, do Banco Original e do Grupo Soma. Palestrante em Tendências e Inovação, com mais de 120 palestras no Brasil, LATAM, Canadá, Estados Unidos, Dinamarca e Reino Unido. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP em 1997, com MBA em Gestão no Insper em 2010; pós-graduação em Gestão de Marketing pela FAAP em 2007 e certificado de Marketing na Berkeley, Universidade da Califórnia, em 1996. Principais Contribuições para a Companhia: Gestão de Negócios Digitais; Visão Inovadora em Tecnologia; e Empreendedorismo. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Gilberto Mifano - 566.164.738-72

O Sr. Gilberto Mifano é formado em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (1972). Atualmente, além de Conselheiro Independente e membro dos comitês de Auditoria e Governança da TOTVS S.A., o Sr. Gilberto é Conselheiro Independente e coordenador do Comitê de Auditoria da Cielo S.A., Conselheiro Independente e membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Finanças da Natura S.A., Conselheiro Independente da Construtora Pacaembu S.A, Conselheiro Consultivo da Pragma Gestão de Patrimônio Ltda, Conselheiro Deliberativo da RAPS – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, Conselheiro Fiscal do Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável e Conselheiro Fical do CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira. Anteriormente, entre 2014 e 2019, foi Conselheiro de Administração Independente da Ambar S/A. até 2017, Conselheiro Independente da Baterias Moura S/A até 2014; e Conselheiro Fiscal do Instituto Natura, até 2017 e Membro Independente do Comitê de Sustentabilidade e Governança do Banco Santander Brasil S/A até 2016. Principais Contribuições para a Companhia: Governança Corporativa; Finanças Corporativas; e Gestão de Negócios. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Maria Letícia de Freitas Costa - 050.932.788-58

A Sra. Letícia é formada em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui MBA pela Samuel Curtis Johnson School of Management de Cornell University. Atualmente, é sócia na Prada Assessoria Empresarial e Conselheira da Localiza S.A., Mapfre, e Embraer. É também Coordenadora do Comitê de Estratégia da Votorantim Cimentos. A Sra. Letícia trabalhou no Insper, entre 2010 a 2015. De 2001 a 2010, a Sra. Letícia atuou como Presidente das operações da Booz Allen Hamilton (hoje Strategy&). Atuou também como Conselheira da Sadia, Gafisa, Technip, e Marcopolo, além de ter sido Membro de Comitê do Conselho na Votorantim Industrial, Votorantim Metais, CBA e Bematech. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Gestão; e Visão de Negócios. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita: (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Mauro Gentile Rodrigues da Cunha - 004.275.077-66

O Sr. Mauro Rodrigues da Cunha é graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e com MBA pela Universidade de Chicago. Possui mais de 25 anos de experiência em mercado de capitais e governança corporativa. Atuou de 2012 a 2019 como Presidente da AMEC – Associação dos Investidores no Mercado de Capitais. Antes disso, atuou em diversas gestoras de recursos e instituições financeiras, incluindo Mauá Investimentos, Franklin Templeton (Brasil), Bradesco Templeton, Investidor Profissional, dentre outras. Foi ainda Presidente do Conselho de Administração do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Hoje atua ainda como membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da brMalls Participações, e membro do Conselho de Administração da Klabin. Principais Contribuições para a Companhia: Mercado de Capitais; Governança Corporativa; e Finanças Corporativas. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Sylvia de Souza Leão Wanderley - 731.199.977-49

A Sra. Sylvia Leão atuou por mais de 30 anos no mercado de Varejo, com passagem pelo Walmart Brasil, Grupo Pão de Açúcar e Carrefour, onde ocupou posições de Vice-Presidente nas áreas de Marketing, Comercial, Operações e Recursos Humanos. Também atuou como Vice-Presidente de Marketing e Inovação na BRF. Atualmente é Membro do Conselho de Administração da Sodimac Brasil, empresa do Grupo Falabella, da Mendelics e do Grupo Baumgart. Lidera o Comitê de Pessoas e é membro do Comitê de Estratégia na Raiadrogasil. Graduada em Comunicação Social, com MBA Executivo em Administração no COPPEAD- UFRJ e cursos de especialização no MIT - Massachusetts Institute of Technology – Sloan School of Management e Fundação Dom Cabral. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Gestão de Pessoas; e Marketing. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Laércio José de Lucena Cosentino - 032.737.678-39

O Sr. Laércio Cosentino é fundador e presidente do Conselho de Administração da TOTVS, maior empresa de tecnologia do Brasil. Formado em Engenharia Eletrotécnica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), sua carreira e história consolidaram-se no setor de TI, especialmente com a fundação da TOTVS em 1983. A empresa é líder absoluta no Brasil e presente em 41 países. Laércio Cosentino é membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), membro do Conselho Consultivo da Cristália, presidente do Conselho da Mendelics, conselheiro da Brain4care, dentre outras atividades. Principais Contribuições para a Companhia: Empreendedorismo; Estratégia de Capital Humano em Tecnologia; Visão Inovadora em Tecnologia; e empresário referência no setor de Tecnologia e no Brasil. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Eduardo Mazzilli de Vassimon - 033.540.748-09

O Sr. Eduardo é formado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo – USP e em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, ambas concluídas em 1980, e pós-graduado pela EAESP/FGV e pela École dês Hautes Études Commerciales – França, ambas em 1982. Desde abril de 2019, é Presidente do Conselho de Administração da Votorantim S/A e desde 2015, é membro do Conselho de Administração da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Foi Presidente do Itaú BBA e Diretor Geral da Área de Atacado do Itaú-Unibanco de 2016 a 2018; Vice-Presidente Executivo, CFO e CRO – Itaú Unibanco S.A. de 2015 a 2016; Vice-Presidente Executivo e CRO – Itaú Unibanco S.A. de 2013 a 2015; Membro do Conselho de Administração - Banco Itaú BBA S.A. de 2003 a 2015; Conselheiro do Santos Futebol Clube de 2009 a 2013; Sócio-gestor do Fundo Pitanga (“venture capital”) de 2011 a 2013; e Vice-Presidente da Fundação Bienal de São Paulo de 2009 a 2013. Principais Contribuições para a Companhia: Gestão de Negócios; Mercado de Capitais; e Governança Corporativa. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Dennis Herszkowicz - 165.783.068-38	
N/A	

Gilsomar Maia Sebastião - 174.189.288-07

N/A

Gustavo Dutra Bastos - 026.942.416-46

N/A

Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino - 306.743.308-46

N/A

Juliano Tubino - 254.357.978-88

N/A

Alexandre Haddad Apendino - 292.459.418-92

N/A

Izabel Cristina Branco - 182.468.118-60

N/A

Guilherme Stocco Filho - 176.649.438-25

N/A

Gilberto Mifano - 566.164.738-72

N/A

Maria Letícia de Freitas Costa - 050.932.788-58

N/A

Mauro Gentile Rodrigues da Cunha - 004.275.077-66

N/A

Sylvia de Souza Leão Wanderley - 731.199.977-49

N/A

Laércio José de Lucena Cosentino - 032.737.678-39

N/A

Eduardo Mazzilli de Vassimon - 033.540.748-09

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Gilberto Mifano	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	11/11/1949	30/04/2020	2 anos
566.164.738-72		Administrador de Empresas	Coordenador	30/04/2020	3	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Auditoria e Membro do Comitê de Governança e Indicação.						
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	06/11/1971	30/04/2020	2 anos
004.275.077-66		Consultor		30/04/2020	3	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Auditoria e do Comitê de Gente e Remuneração						
Ricardo Baldin	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	14/07/1954	30/04/2020	2 anos
163.678.040-72		Contador		30/04/2020	0	0.00%
Membro do Comitê de Auditoria						
Dennis Herszkowicz	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/12/1974	30/04/2020	2 anos
165.783.068-38	Comitê de Estratégia	Publicitário		30/04/2020	2	100.00%
Diretor-Presidente						
Eduardo Mazzilli de Vassimon	Outros Comitês		Outros	07/10/1958	30/04/2020	2 anos
033.540.748-09	Comitê de Governança e Indicação	Economista	Coordenador	30/04/2020	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Gente e Remuneração						
Guilherme Stocco Filho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/1974	30/04/2020	2 anos
176.649.438-25	Comitê de Estratégia	Administrador de Empresas		30/04/2020	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Estratégia						
Laércio José de Lucena Cosentino	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/08/1960	30/04/2020	2 anos
032.737.678-39	Comitê de Estratégia	Engenheiro Elétrico		30/04/2020	2	100.00%
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Estratégia e do Comitê de Governança e Indicação.						
Maria Letícia de Freitas Costa	Outros Comitês		Outros	27/03/1960	30/04/2020	2 anos
050.932.788-58	Comitê de Estratégia	Engenheira de Produção	Coordenadora	30/04/2020	3	100.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Estratégia						
Sylvia de Souza Leão Wanderley	Outros Comitês		Outros	09/03/1962	30/04/2020	2 anos
731.199.977-49	Comitê de Gente e Remuneração	Administradora de Empresas	Coordenadora	30/04/2020	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração						
Experiência profissional / Critérios de Independência						

Gilberto Mifano - 566.164.738-72

O Sr. Gilberto Mifano é formado em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (1972). Atualmente, além de Conselheiro Independente e membro dos comitês de Auditoria e Governança da TOTVS S.A., o Sr. Gilberto é Conselheiro Independente e coordenador do Comitê de Auditoria da Cielo S.A., Conselheiro Independente e membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Finanças da Natura S.A., Conselheiro Independente da Construtora Pacaembu S.A, Conselheiro Consultivo da Pragma Gestão de Patrimônio Ltda, Conselheiro Deliberativo da RAPS – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, Conselheiro Fiscal do Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável e Conselheiro Fical do CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira. Anteriormente, entre 2014 e 2019, foi Conselheiro de Administração Independente da Ambar S/A. até 2017, Conselheiro Independente da Baterias Moura S/A até 2014; e Conselheiro Fiscal do Instituto Natura, até 2017 e Membro Independente do Comitê de Sustentabilidade e Governança do Banco Santander Brasil S/A até 2016. Principais Contribuições para a Companhia: Governança Corporativa; Finanças Corporativas; e Gestão de Negócios. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Mauro Gentile Rodrigues da Cunha - 004.275.077-66

O Sr. Mauro Rodrigues da Cunha é graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e com MBA pela Universidade de Chicago. Possui mais de 25 anos de experiência em mercado de capitais e governança corporativa. Atuou de 2012 a 2019 como Presidente da AMEC – Associação dos Investidores no Mercado de Capitais. Antes disso, atuou em diversas gestoras de recursos e instituições financeiras, incluindo Mauá Investimentos, Franklin Templeton (Brasil), Bradesco Templeton, Investidor Profissional, dentre outras. Foi ainda Presidente do Conselho de Administração do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Hoje atua ainda como membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da brMalls Participações, e membro do Conselho de Administração da Klabin. Principais Contribuições para a Companhia: Mercado de Capitais; Governança Corporativa; e Finanças Corporativas. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Ricardo Baldin - 163.678.040-72

O Sr. Ricardo Baldin é formado em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (1978) e possui Especialização em Finanças pela Fundação Dom Cabral (2006) e Administração Executiva pela Fundação Getúlio Vargas (2007). Atualmente é membro do Comitê de Auditoria da TOTVS e membro do Conselho de Administração da XP Inc., e também atua como Coordenador do Comitê de Auditoria da Alpargatas, ENEVA e CBMM. Anteriormente, atuou como membro do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Crédito em 2019 e de seu Conselho Fiscal em 2018. Foi membro do Conselho de Administração da Ecorodovias entre 2018 e 2020 e da Braskem em 2019. No período de maio de 2016 a julho de 2017, exerceu o cargo de Diretor de Controladoria, Tecnologia e de Controles Internos, Riscos e Compliance no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sendo considerado, portanto, uma pessoa exposta politicamente. Dentre os seus principais projetos destacam-se a aquisição do Banco Nacional pelo Unibanco, a fusão do Itaú-Unibanco, a avaliação do Sistema Financeiro Público Nacional, projetos de avaliação para aquisição (Sudameris, Banespa, etc) e auditorias financeiras em grandes bancos nacionais. Principais Contribuições para a Companhia: Finanças Corporativas, Gestão de Negócios; e Governança Corporativa. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Sim, se caracteriza como Membro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Dennis Herszkowicz - 165.783.068-38

O Sr. Dennis Herszkowicz foi, entre 2003 e 2018, sócio e Diretor Estatutário da Linx S.A., ocupando diferentes Vice-Presidências, além de ter sido Membro do Conselho de Administração no período de 2011 a 2014. Entre 2012 e 2017 foi Chief Financial Officer e Diretor de Relações com Investidores, sendo responsável pelo IPO em 2013 e pelo follow-on em 2016, além de conduzir 20 aquisições no período. Entre 2017 e 2018, foi Vice-Presidente Executivo de Novos Mercados, Unidade de Negócios focada em Fintech. Anteriormente à Linx, foi Diretor Geral do DeRemate.com no Brasil, fundador e CEO da Gibraltar.com, além de passagens pela Unilever e Credicard S.A. É Formado em Propaganda e Marketing pela ESPM. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Eduardo Mazzilli de Vassimon - 033.540.748-09

O Sr. Eduardo é formado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo – USP e em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, ambas concluídas em 1980, e pós-graduado pela EAESP/FGV e pela École dês Hautes Études Commerciales – França, ambas em 1982. Desde abril de 2019, é Presidente do Conselho de Administração da Votorantim S/A e desde 2015, é membro do Conselho de Administração da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Foi Presidente do Itaú BBA e Diretor Geral da Área de Atacado do Itaú-Unibanco de 2016 a 2018; Vice-Presidente Executivo, CFO e CRO – Itaú Unibanco S.A. de 2015 a 2016; Vice-Presidente Executivo e CRO – Itaú Unibanco S.A. de 2013 a 2015; Membro do Conselho de Administração - Banco Itaú BBA S.A. de 2003 a 2015; Conselheiro do Santos Futebol Clube de 2009 a 2013; Sócio-gestor do Fundo Pitanga (“venture capital”) de 2011 a 2013; e Vice-Presidente da Fundação Bienal de São Paulo de 2009 a 2013. Principais Contribuições para a Companhia: Gestão de Negócios; Mercado de Capitais; e Governança Corporativa. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Guilherme Stocco Filho - 176.649.438-25

O Sr. Stocco possui grande experiência na criação de negócios digitais e transformação empresarial com mais de 20 anos de experiência. Responsável por projetos bem-sucedidos no Banco Digital (Banco Original), Venture Capital (Domo Invest), Mobile e E-commerce (Buscapé), Plataformas de Internet (Microsoft) e Publicidade (TeRespondo). Atualmente, membro do Conselho de Administração da TOTVS, do Banco Original e do Grupo Soma. Palestrante em Tendências e Inovação, com mais de 120 palestras no Brasil, LATAM, Canadá, Estados Unidos, Dinamarca e Reino Unido. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP em 1997, com MBA em Gestão no Insper em 2010; pós-graduação em Gestão de Marketing pela FAAP em 2007 e certificado de Marketing na Berkeley, Universidade da Califórnia, em 1996. Principais Contribuições para a Companhia: Gestão de Negócios Digitais; Visão Inovadora em Tecnologia; e Empreendedorismo. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Laércio José de Lucena Cosentino - 032.737.678-39

O Sr. Laércio Cosentino é fundador e presidente do Conselho de Administração da TOTVS, maior empresa de tecnologia do Brasil. Formado em Engenharia Eletrotécnica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), sua carreira e história consolidaram-se no setor de TI, especialmente com a fundação da TOTVS em 1983. A empresa é líder absoluta no Brasil e presente em 41 países. Laércio Cosentino é membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), membro do Conselho Consultivo da Cristália, presidente do Conselho da Mendelics, conselheiro da Brain4care, dentre outras atividades. Principais Contribuições para a Companhia: Empreendedorismo; Estratégia de Capital Humano em Tecnologia; Visão Inovadora em Tecnologia; e empresário referência no setor de Tecnologia e no Brasil. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Maria Letícia de Freitas Costa - 050.932.788-58

A Sra. Letícia é formada em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui MBA pela Samuel Curtis Johnson School of Management de Cornell University. Atualmente, é sócia na Prada Assessoria Empresarial e Conselheira da Localiza S.A., Mapfre, e Embraer. É também Coordenadora do Comitê de Estratégia da Votorantim Cimentos. A Sra. Letícia trabalhou no Insper, entre 2010 a 2015. De 2001 a 2010, a Sra. Letícia atuou como Presidente das operações da Booz Allen Hamilton (hoje Strategy&). Atuou também como Conselheira da Sadia, Gafisa, Technip, e Marcopolo, além de ter sido Membro de Comitê do Conselho na Votorantim Industrial, Votorantim Metais, CBA e Bematech. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Gestão; e Visão de Negócios. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita: (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Sylvia de Souza Leão Wanderley - 731.199.977-49

A Sra. Sylvia Leão atuou por mais de 30 anos no mercado de Varejo, com passagem pelo Walmart Brasil, Grupo Pão de Açúcar e Carrefour, onde ocupou posições de Vice-Presidente nas áreas de Marketing, Comercial, Operações e Recursos Humanos. Também atuou como Vice-Presidente de Marketing e Inovação na BRF. Atualmente é Membro do Conselho de Administração da Sodimac Brasil, empresa do Grupo Falabella, da Mendelics e do Grupo Baumgart. Lidera o Comitê de Pessoas e é membro do Comitê de Estratégia na Raiadrogasil. Graduada em Comunicação Social, com MBA Executivo em Administração no COPPEAD- UFRJ e cursos de especialização no MIT - Massachusetts Institute of Technology – Sloan School of Management e Fundação Dom Cabral. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Gestão de Pessoas; e Marketing. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Gilberto Mifano - 566.164.738-72	
N/A	
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha - 004.275.077-66	
N/A	
Ricardo Baldin - 163.678.040-72	
N/A	
Dennis Herszkowicz - 165.783.068-38	
N/A	
Eduardo Mazzilli de Vassimon - 033.540.748-09	
N/A	
Guilherme Stocco Filho - 176.649.438-25	
N/A	
Laércio José de Lucena Cosentino - 032.737.678-39	
N/A	
Maria Letícia de Freitas Costa - 050.932.788-58	
N/A	
Sylvia de Souza Leão Wanderley - 731.199.977-49	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino	306.743.308-46	Totvs S.A.	53.113.791/0001-22	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos				
Pessoa relacionada				
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Totvs S.A.	53.113.791/0001-22	
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Estratégia.				
Observação				
Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os outros Conselheiros e (a) os demais administradores da Companhia; (b) os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) os controladores diretos ou indiretos da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas; ou (d) os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Fornecedor

Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Estratégia.

Pessoa Relacionada

VIP VII - Empreedimentos e Participações Ltda.	11.284.022/0001-47

Sócio

Observação

Contrato de Locação de Imóvel, tendo como locatária a TOTVS S.A. e locadora a referida parte relacionada, a qual deixou de ser parte relacionada conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 04/12/2019.

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor

Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Estratégia.

Pessoa Relacionada

Inovalli Administração de Obras, Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	05.127.830/0001-06

Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador.

Observação

Contrato para realizar a implantação do projeto de interiores da nova sede da TOTVS S.A.

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor

Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Estratégia.

Pessoa Relacionada

B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcao	09.346.601/0001-25

Membro do Conselho de Administração (vínculo encerrado em 29/04/19)

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pagamento de anuidade			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

Guilherme Stocco Filho	176.649.438-25	Controle	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração e Comitê de Estratégia			

Pessoa Relacionada

Red Mind Consultoria, Participações e Administradora de Bens e Serviços LTDA - EPP	20.673.070/0001-18
Sócio	

Observação

Contrato de prestação de serviços de assessoria, tendo como contratante a TOTVS S.A. e como contratada a referida pessoa relacionada, tendo como objeto a participação no Comitê de Estratégia como consultor externo, o qual foi encerrado quando da eleição do Sr. Guilherme Stocco Filho como membro do Conselho de Administração na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 5 de abril de 2018.

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			

Pessoa Relacionada

VIP VII - Empreedimentos e Participações Ltda.	11.284.022/0001-47
Sócio	

Observação

Contrato de locação de imóvel, tendo como locatária a TOTVS S.A. e locadora a referida parte relacionada

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			

Pessoa Relacionada

Inovalli Administração de Obras, Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	05.127.830/0001-06
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao Administrador	

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Contrato para realizar a implantação do projeto de interiores da nova sede da TOTVS			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	07.951.381/0001-33		
Sócio			
Observação			
Contrato de locação de imóvel, tendo como locatária a TOTVS S.A. e locadora a referida parte relacionada			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcao	09.346.601/0001-25		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Pagamento de anuidade			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
BRASSCOM - ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS EMP	06.244.855/0001-44		
Membro de Conselho Deliberativo			
Observação			
Contribuição Associativa Anual			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor

Guilherme Stocco Filho	176.649.438-25	Controle	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Estratégia e Tecnologia			

Pessoa Relacionada

Red Mind Consultoria, Participações e Administradora de Bens e Serviços LTDA - EPP	20.673.070/0001-18
Sócio	

Observação

Contrato de prestação de serviços de assessoria, que não está mais em vigor, tendo como contratante a TOTVS S.A. e contratada a referida pessoa relacionada, cujo objeto era a participação da contratada no Comitê de Estratégia e Tecnologia como consultor externo.

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Diretor Executivo Chefe, Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Estratégia e Tecnologia, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Gente e Remuneração			

Pessoa Relacionada

VIP VII - Empreedimentos e Participações Ltda.	11.284.022/0001-47
Pessoa Relacionada	

Observação

Contrato de Locação de Imóvel, tendo como locador a TOTVS S.A. e locatário a referida parte relacionada

---

Administrador do Emissor

Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino	306.743.308-46	Controle	Fornecedor
Diretor Vice-Presidente de Negócios para o segmento de Professional Services e TI			

Pessoa Relacionada

VIP VII - Empreedimentos e Participações Ltda.	11.284.022/0001-47
Pessoa Relacionada	

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Contrato de Locação de Imóvel, tendo como locador a TOTVS S.A. e locatário a referida parte relacionada			
Administrador do Emissor			
Weber George Canova	083.844.858-52	Controle	Fornecedor
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, TQTVD e Cloud			
Pessoa Relacionada			
VIP VII - Empreedimentos e Participações Ltda.	11.284.022/0001-47		
Pessoa Relacionada			
Observação			
Contrato de Locação de Imóvel, tendo como locador a TOTVS S.A. e locatário a referida parte relacionada			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia e suas controladas mantêm a contratação de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores - D&O (classe mundial), que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia.

A Atual apólice número 087372019010310000940 (plano de seguro registrado na SUSEP sob o nº 15414.901229/2017-25), firmada com a seguradora AIG SEGUROS BRASIL S.A., está vigente até 01 de julho de 2020 e tem limite máximo de indenizações de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Apesar de cobertos pela atual apólice de D&O, firmada no Brasil, os diretores e administradores das operações no México, Argentina e Estados Unidos da América, também estão cobertos por uma apólice local emitida em cada país, com valor de cobertura de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), visando a celeridade no reembolso de despesas decorrentes de possíveis sinistros.

A TOTVS não celebra contrato de Indenidade com seus Diretores, Executivos ou Membros dos Conselhos.

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Companhia divulga abaixo informações referentes às assembleias realizadas nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente:

Tipo	Data	Quórum (% sobre o capital social da Companhia)	Convocação de Instalação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE)	27 de abril de 2020	AGO 67,75% e AGE 72,15%	Instalação em 1ª convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE)	18 de abril de 2019	AGO 71,11% e AGE 73,06%	Instalação em 1ª convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE)	05 de abril de 2018	85,12%	Instalação em 1ª convocação
Assembleia Geral Extraordinária (AGE)	20 de dezembro de 2017	80,31%	Instalação em 1ª convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE)	20 de abril de 2017	75,70%	Instalação em 1ª convocação

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do exercício social corrente, realizada em 27 de abril de 2020, a Administração da Companhia aprovou, além de outros temas, os seguintes ajustes no número de membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária:

(i) Redução do número de membros do Conselho de Administração de 9 para 7 Conselheiros a partir da AGOE de 2020; e (ii) Possibilidade de acrescentar um membro à Diretoria Estatutária ao longo de 2020.

Considerando o atual dinamismo no mercado, em parte consequência da intensificação da competitividade entre os segmentos da economia e pelo surgimento e massificação de startups, a Administração entendeu que a proposta de redução de 9 para 7 membros no Conselho de Administração proporcionará maior agilidade e flexibilidade no processo de tomada de decisões estratégicas, ao mesmo tempo que preserva os sólidos conhecimentos em Tecnologia, Governança, Empreendedorismo, Gestão e Visão de Negócios deste grupo.

Em complemento à seção 12.5/6 / e 12.7/8

A Companhia possui um processo de imersão para novos membros do Conselho de Administração, o qual o membro tem acesso a estrutura organizacional, posicionamento de mercado, visão da estratégia e revisão dos principais projetos estratégicos da Companhia. O processo tem aproximadamente um dia de duração e é realizado preferencialmente antes da primeira participação na reunião do Conselho.

Ademais, a Companhia esclarece que todos os funcionários participaram do treinamento sobre o Código de Ética e Conduta. Além disso, informamos que a diretoria deve participar do treinamento anualmente.

Para mais informações sobre o processo de avaliação do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria e dos membros de cada um dos referidos órgãos, ver item 12.1 (d) deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui a Política de Gestão de Relações Humanas e Remuneração, aprovada em 04 de maio de 2018 pelo Conselho de Administração. A Política tem como objetivo definir modelos de remuneração competitivos e alinhados às práticas de mercado que potencializem a atração e retenção dos profissionais elevando o alinhamento de médio e longo prazo entre os interesses dos executivos e dos acionistas.

A Política de Gestão de Relações Humanas e Remuneração está disponível no site de Relações com Investidores da TOTVS (https://ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos) e no site da CVM.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles Diretoria

Diretoria

Remuneração Fixa: Refere-se ao valor recebido mensalmente pelo profissional que visa remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.

Remuneração Variável:

- Bonificação semestral: refere-se aos valores variáveis recebidos semestralmente pelo profissional, recompensando-o pelos seus resultados individuais e pelos resultados da Companhia. A bonificação semestral é atrelada a quesitos financeiros globais e desempenho individual por meio do cumprimento de metas financeiras e operacionais estabelecidas.

- Plano de Ações: refere-se ao valor das ações restritas ordinárias de emissão da Companhia que são entregues aos Participantes elegíveis, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações vigente, aprovado pela Assembleia Geral em 15/12/2015 e aditado em 05/04/2018, com os objetivos: (i) de elevar o alinhamento de médio e longo prazo entre os interesses dos executivos e dos acionistas; e (ii) servir de ferramenta fundamental de retenção e atração de talentos, numa indústria que sofre competição global e tem remunerações acima da média de outros setores. A quantidade de ações a serem outorgadas anualmente a cada diretor tem como base o desempenho individual medido pela metodologia “9 Box”, que considera as entregas efetivas de cada diretor ao longo do exercício social. As avaliações são efetuadas pelo gestor do executivo, com posterior calibração por um colegiado que conta com a presença do CEO e a Vice-Presidência de Relações Humanas.

- O resultado deste colegiado é submetido à apreciação do Comitê de Gente e Remuneração que o encaminha, juntamente com sua recomendação, para deliberação do Conselho de Administração.

- Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos aos diretores, como plano de saúde, vale-refeição, previdência privada, seguro de vida, entre outros. O conjunto de benefícios é o mesmo para todos os diretores, porém, podem existir diferenças nos valores dos benefícios concedidos em função do cargo e da região na qual o diretor atua.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração consiste em uma remuneração fixa mensal que visa recompensar os conselheiros de acordo com as práticas de mercado.

Pelo segundo ano consecutivo, ou seja, desde 2019, a remuneração do Presidente do Conselho também é composta de uma parcela variável pelo plano de ações, nos termos e condições estabelecidos no Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações. A outorga das Ações Restritas está condicionada ao cumprimento de metas pré-definidas e na contribuição e execução da estratégia da Companhia de médio e longo prazo com objetivo de gerar valor para os acionistas.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Além disso, o Presidente do Conselho de Administração é também elegível aos seguintes benefícios: seguro de vida, plano médico, plano odontológico e veículo com motorista.

Comitês de Auditoria, Gente e Remuneração, Governança e Indicação e Estratégia

Os comitês da Companhia são compostos exclusivamente por membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia. Desde o exercício de 2017, de acordo com as principais práticas de mercado, os membros do Conselho de Administração que integram comitês recebem uma remuneração fixa adicional à remuneração que fazem jus como Conselheiros da Companhia.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

DIRETORIA

Elemento de Remuneração	2019	2018	2017*
Fixa	31%	57%	70%
Variável	63%	37%	30%
Benefícios	6%	6%	-

*Valores de benefícios não eram reportados no FR até 2017

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elemento de Remuneração	2019	2018	2017
Fixa	82%	100%	100%
Variável*	14%	-	-
Benefícios*	4%	-	-

*Aplicável apenas ao Presidente do Conselho de Administração

COMITÊS DE AUDITORIA, GENTE E REMUNERAÇÃO, GOVERNANÇA E INDICAÇÃO E ESTRATÉGIA

Conforme indicado no item (i) acima, a remuneração dos membros dos comitês é 100% composta de remuneração fixa.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Abaixo estão detalhadas as metodologias de cálculo usadas em cada elemento da remuneração dos administradores:

Diretoria

- Bonificação semestral: o pool de bônus semestral a ser distribuído aos diretores depende do atingimento de metas de EBITDA da Companhia, bem como da margem de contribuição do negócio ou de despesas de cada Diretoria conforme definidos para o período pelo Conselho de Administração. Caso algum desses indicadores não tenha o atingimento mínimo de 90% da meta fixada para o período, não haverá o pagamento do bônus relativo ao período correspondente. Caso o atingimento das metas seja entre 90% e 99%, o pool sofrerá redução de 50%. Caso a meta seja atingida ou superada, o pool de bônus semestral poderá ser distribuído integralmente.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Uma vez determinado o pool de bônus aplicável a cada semestre, a bonificação individual é ponderada de acordo com o atingimento das metas individuais de cada diretor, que refletem as definições de objetivos financeiros, de produtividade e as prioridades estratégicas da Companhia, medidos por meio de indicadores financeiros, de eficiência e projetos, tais como receita, custo e satisfação de clientes.

As metas de cada diretor são definidas individualmente de acordo com sua área de atuação. As metas só podem ser alteradas ao longo do exercício por razões extraordinárias e eventuais ajustes deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Gente e Remuneração, conforme aplicável.

- Plano de Ações: assistido pelo Comitê de Gente e Remuneração, o Conselho de Administração indica os membros da diretoria que poderão participar do Plano e receber ações restritas de emissão da Companhia, observados os termos e condições do Plano. A quantidade de ações a ser outorgada a cada diretor é fixada pelo Conselho de Administração, com base no desempenho individual medido pela metodologia “9 Box”, que leva em conta as entregas efetivas de cada executivo ao longo do exercício social. De acordo com a metodologia 9 box, cada Diretor é enquadrado numa matriz com 9 quadrantes, cujo (i) eixo X (peso de 50%) representa indicadores de resultado, atrelados às metas individuais quantitativas estabelecidas para o ano (indicadores como EBITDA, Receita, Custo, entre outros); (ii) eixo Y (peso de 50%) mede a aderência às competências estratégicas de negócio (como Excelência Operacional, Inovação para Resultado e Foco no Sucesso do Cliente, dentre outras e o potencial que o diretor apresenta, de acordo com o plano de sucessão definido, para assumir maiores desafios. O resultado é submetido à apreciação do Comitê de Gente e Remuneração e deliberação final do Conselho de Administração.

- Remuneração Fixa: a remuneração fixa pode ser reajustada anualmente a exclusivo critério do Conselho de Administração, conforme sugestão do Comitê de Gente e Remuneração, que avalia o desempenho do Diretor em suas atividades e o cumprimento das metas estabelecidas. A remuneração fixa pode ser, ainda, atualizada de acordo com índices oficiais de inflação e análises comparativas de mercado efetuadas por consultorias especializadas.

- Benefícios: a análise do pacote de benefícios é revista anualmente tendo em vista as práticas de mercado identificadas com o auxílio de consultorias especializadas no tema.

Conselho de Administração

A remuneração fixa é revista anualmente tendo em vista as práticas de mercado identificadas por consultorias especializadas, sendo também submetida anualmente à aprovação dos acionistas da Companhia.

O Presidente do Conselho de Administração possui remuneração fixa superior aos demais membros e remuneração variável baseada em ações que leva em consideração indicadores que possuem teor quantitativo (peso de 70%) e teor qualitativo (peso de 30%).

Os benefícios aplicáveis ao Presidente do Conselho de Administração são calculados e ajustados nos mesmos moldes aplicáveis à Diretoria.

Comitês de Auditoria, Gente e Remuneração, Governança e Indicação e Estratégia

A adequação da remuneração fixa e da remuneração por participação em comitês é revista anualmente tendo em vista as práticas de mercado, identificadas por consultorias especializadas, cujos valores são anualmente submetidos à aprovação dos acionistas.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Diretoria

Os componentes de remuneração estabelecidos visam garantir paridade com práticas de mercado, representando a estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia, combinando uma remuneração mensal fixa com uma remuneração anual (bônus de curto prazo) e com o plano de ações (longo prazo). A estratégia de remuneração variável atrelada aos resultados da Companhia visa garantir maior engajamento, senso de propriedade dos diretores e maior alinhamento de interesses com os acionistas. Ao mesmo tempo, visa também garantir a retenção, especialmente num setor de tecnologia que sofre

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

competição global por talentos e que vem experimentando uma importante inflação de custos e escassez de capital humano. Entendemos que um fator crítico de sucesso da Companhia é a capacidade de atrair e reter seus principais executivos e talentos e a remuneração é peça fundamental nisso.

Conselho de Administração

A remuneração fixa do Conselho de Administração visa garantir paridade com práticas de mercado, representando a estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia.

É importante mencionar que o atual Presidente do Conselho de Administração é o fundador da Companhia, tendo exercido o cargo de Presidente/CEO durante mais de 30 anos. O nível de conhecimento, experiência e representatividade que ele possui na Companhia e perante os demais *stakeholders* (clientes, parceiros, entidades públicas e privadas, etc) é de grande valor. Desta forma, entendemos que a sua posição é diferente da posição tradicional de um Presidente de Conselho de Administração. Sendo assim, com o objetivo de garantir a sua retenção e dedicação, tendo em vista o escopo das atribuições do Presidente do Conselho de Administração, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração, a estratégia de remuneração variável baseada em ações tem como objetivo assegurar maior alinhamento de interesses com os acionistas e a concessão dos benefícios visa garantir paridade com práticas de mercado aplicáveis a cargos com atribuições similares. Destacam-se as seguintes atividades inerentes a posição de Presidente do Conselho de Administração da TOTVS: manter relacionamento com acionistas para assuntos de governança e diretrizes estratégicas; representar a Companhia, sempre que necessário, junto ao Governo, a instâncias políticas nacionais ou internacionais, entidades de mercado, órgãos reguladores, órgãos multilaterais e/ou internacionais e associações internacionais de que a Companhia faça parte; e atuar como porta-voz do Conselho de Administração, podendo pronunciar-se sobre assuntos institucionais da Companhia e temas relativos aos mercados de capitais nacional e internacional.

Comitês de Auditoria, Gente e Remuneração, Governança e Indicação e Estratégia
A remuneração pela participação em comitês visa garantir paridade com práticas de mercado, representando a estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato
A partir de novembro de 2018, todos os membros da Diretoria, Conselho de Administração e comitês de assessoramento são remunerados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Diretoria
Os principais indicadores de desempenho utilizados na determinação da Bonificação semestral são: (i) o resultado da Companhia, medido por meio de meta financeira de rentabilidade (EBITDA); (ii) o resultado financeiro de cada negócio, medido por meio de meta de margem de contribuição ou despesa; (iii) desempenho individual, que contempla metas numéricas de vendas e rentabilidade, metas quantitativas de produtividade e eficiência, e metas de projetos atreladas às prioridades estratégicas do planejamento estratégico da Companhia.

O atual indicador de desempenho utilizado pelo Conselho de Administração para fixação da quantidade de ações a serem outorgadas no âmbito do Plano de Ações é a metodologia “9Box”, conforme descrita no item 13.1(b) (i) e (iii).

Conselho de Administração e Comitês de Auditoria, Gente e Remuneração, Governança e Indicação e Estratégia
A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e dos comitês não é baseada em indicadores de desempenho. A remuneração baseada em ações do Presidente do Conselho leva em consideração indicadores que possuem: (i) teor quantitativo (peso 70%) – metas atreladas ao negócio, avaliando a assertividade na contribuição e execução da estratégia da Companhia de médio e longo prazo com objetivo de gerar valor para os acionistas da Companhia; e (ii) teor qualitativo (peso de 30%) - metas atreladas a sucessão do CEO, empreendendo esforços específicos visando resultados positivos e crescentes no processo de sua sucessão.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho está descrita no item (iii).

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A definição dos componentes da política de remuneração visa a atração, retenção, engajamento e senso de propriedade dos profissionais com relação à Companhia, balanceando elementos que têm como parâmetro métricas de curto, de médio e de longo prazo. A execução do Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações tem aumentado a relevância dos elementos variáveis na composição total da remuneração, apresentada no Item (ii), o que também contribui significativamente para um maior nível de alinhamento de interesses de longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração de administradores estatutários suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

O contrato dos diretores prevê o pagamento de indenização aos mesmos exclusivamente na hipótese de a destituição do diretor ocorrer após determinadas alterações societárias relevantes, como alterações no poder de controle da Companhia; aquisições e/ou subscrições por terceiros de ações representativas de 20% do capital social da Companhia; reorganizações societárias; ou a deliberação da dissolução da Companhia.

Além disso, o Diretor-Presidente fará jus ao recebimento do equivalente a 100% da remuneração global anual do período proporcional remanescente aos 3 (três) anos caso, no período de 3 (três) anos a contar de novembro de 2018, (i) ocorra uma alteração societária relevante e (ii) Companhia rescinda seu contrato de maneira imotivada.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Comitê de Gente e Remuneração é o órgão que assessora o Conselho de Administração no processo decisório ligado à elaboração da proposta de remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, por meio de análise das melhores práticas de mercado.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os critérios e metodologia utilizados para a fixação da remuneração individual consideram estudos relacionados às melhores práticas de mercado, com base em resultados de pesquisas efetuadas por consultorias especializadas, tomando-se por base empresas de perfil similar ao da Companhia em tamanho e estrutura.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, o Comitê de Gente e Remuneração avalia a retenção dos talentos da Companhia, o que inclui a análise da necessidade de adequação das práticas de remuneração adotadas, incluindo benefícios, aos padrões praticados no mercado e, especialmente, no mercado de tecnologia da informação. Caso referido Comitê considere necessário e/ou apropriado, são propostos ajustes ao Conselho de Administração. Ademais, as metas dos executivos, cujo atingimento é determinante na aferição do montante a ser pago pela Companhia a título de remuneração variável e do montante de ações restritas a serem concedidas a tal executivo, nos termos do Plano de Remuneração baseada em Ações são anualmente revistas e validadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,67	7,50	0,00	15,17
Nº de membros remunerados	7,67	7,50	0,00	15,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.452.224,00	7.903.570,07	0,00	11.355.794,07
Benefícios direto e indireto	395.558,64	1.417.346,03	0,00	1.812.904,67
Participações em comitês	1.044.979,20	0,00	0,00	1.044.979,20
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.083.735,43	0,00	5.083.735,43
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	364.780,15	0,00	364.780,15
Cessação do cargo	0,00	92.195,26	0,00	92.195,26
Baseada em ações (incluindo opções)	2.394.800,00	20.198.225,31	0,00	22.593.025,31
Observação			A Cia não possui Conselho Fiscal instalado.	
Total da remuneração	7.287.561,84	35.059.852,25	0,00	42.347.414,09

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,75	6,50	0,00	15,25
Nº de membros remunerados	8,75	6,50	0,00	15,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.667.777,50	6.397.958,01	0,00	10.065.735,51
Benefícios direto e indireto	245.701,78	1.236.823,14	0,00	1.482.524,92
Participações em comitês	956.214,90	0,00	0,00	956.214,90
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.334.000,00	0,00	5.334.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	129.526,82	0,00	129.526,82
Cessação do cargo	0,00	1.014.147,86	0,00	1.014.147,86
Baseada em ações (incluindo opções)	769.600,00	7.803.629,42	0,00	8.573.229,42
Observação			A cia não possui Conselho Fiscal instalado	
Total da remuneração	5.639.294,18	21.916.085,25	0,00	27.555.379,43

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	9,50	0,00	18,50
Nº de membros remunerados	8,17	9,50	0,00	17,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.646.697,51	10.839.218,40	0,00	13.485.915,91
Benefícios direto e indireto	0,00	880.442,93	0,00	880.442,93
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.160.896,96	0,00	3.160.896,96
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	620.288,20	0,00	0,00	620.288,20
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	146.765,52	0,00	146.765,52
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.724.983,56	0,00	3.724.983,56
Observação			A Cia não possui Conselho Fiscal instalado.	
Total da remuneração	3.266.985,71	18.752.307,37	0,00	22.019.293,08

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	10,83	0,00	19,83
Nº de membros remunerados	7,67	10,83	0,00	18,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.930.749,68	11.628.572,80	0,00	13.559.322,48
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	343.000,00	0,00	0,00	343.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.349.630,67	0,00	1.349.630,67
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	447.776,05	0,00	447.776,05
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.548.681,64	0,00	3.548.681,64

Observação			A Cia não possui Conselho Fiscal instalado.	
Total da remuneração	2.273.749,68	16.974.661,16	0,00	19.248.410,84

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável - exercício social a encerrar em 31/12/2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,67	7,50	-	15,17
Nº de membros remunerados	7,67	7,50	-	15,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.270.933,86	-	1.270.933,86
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	5.083.735,43	-	5.083.735,43
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	5.083.735,43	-	5.083.735,43
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	N/A	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	0,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,75	6,50	-	15,25
Nº de membros remunerados	8,75	6,50	-	15,25
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	667.463,80	-	667.463,80
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	8.009.565,56	-	8.009.565,56
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	5.339.710,37	-	5.339.710,37
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	5.334.000,00	-	5.334.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	9,50	-	18,50
Nº de membros remunerados	8,17	9,50	-	17,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	972.841,94	-	972.841,94
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.674.103,34	-	11.674.103,34
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	7.782.735,56	-	7.782.735,56
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	3.160.896,96	-	3.160.896,96
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	0,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2017				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	10,83	-	19,83
Nº de membros remunerados	7,67	10,83	-	18,50
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.896.965,14	-	1.896.965,14
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.381.790,81	-	11.381.790,81
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	7.587.860,54	-	7.587.860,54
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	1.349.630,67	-	1.349.630,67
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	0,00

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

A Companhia possui atualmente dois planos de remuneração baseados em ações, "Plano 1" aprovado na Assembleia 29/11/2012 e "Plano 2", aprovado em Assembleia em 15/12/2015 e alterado em Assembleia em 5/4/2018. Atualmente, não são outorgadas novas opções no âmbito do plano 1.

DESCRIÇÃO DO PLANO 1

a. termos e condições gerais do plano

O Plano de Outorga de Opções de Ações da TOTVS ("Plano 1") é administrado pelo Conselho de Administração, o qual tem competência privativa para:

(i) definir os Beneficiários de cada tipo de opção e a eleição para o Programa de Sócios;
(ii) definir o número total de opções de cada tipo objeto da outorga, bem como o número de opções de cada tipo a que cada Beneficiário fará jus individualmente;
(iii) definir as metas relacionadas a desempenho para estabelecer critérios de eleição de Beneficiários e determinação de número de opções a serem outorgadas a cada Beneficiário;
(iv) definir a forma e o prazo de pagamento do preço de exercício das opções;
(v) modificar os termos e condições das opções outorgadas no caso de alguma alteração nas leis aplicáveis;
(vi) propor alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral da Companhia;
(vii) autorizar a Diretoria da Companhia a firmar os Contratos de Opção com os Beneficiários do Plano, bem como os Contratos de Subscrição de Ações e eventuais aditivos, quando necessário; e
(viii) decidir os casos omissos, observadas as orientações gerais do Plano e as disposições legais aplicáveis.

O Plano tem validade pelo prazo de 60 meses imediatamente após a sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia, permanecendo em vigor até a expiração do Período de Exercício ou Prazo de Validade das Opções em circulação.

Indicam-se a seguir as principais características do Plano 1:

- **Participantes:** Administradores e funcionários da Companhia, que sejam membros do Comitê Executivo da Companhia, ocupem funções de Diretores ou Gestores Executivos, ou sejam funcionários da Companhia e de suas controladas que, a critério do Conselho de Administração, tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação ou retenção seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia;
- **Outorga de Opções Regulares atrelada à aquisição de ações:** ao beneficiário adquirente de ações TOTVS com recursos correspondentes a valores recebidos a título de PLR em um dado exercício social e que se comprometa a mantê-las pelo período de *Lock-up* para recebimento de opções, serão concedidas opções denominadas Opções Regulares;
- **Prazo de *vesting* ("Período de Carência"):** as opções estarão maduras a partir de 3 anos da data da outorga das opções;
- **Prazo de exercício:** as opções podem ser exercidas pelos participantes no prazo máximo de 2 anos a partir da superação do prazo de "*vesting*", ou seja, até 5 anos da outorga;
- **Período de indisponibilidade ("*Lock-up*") sobre Ações para recebimento de Opções Regulares**: as ações adquiridas sob o Plano 2 para fazerem jus ao recebimento de Opções Regulares serão inalienáveis por período de 2 anos. Já as ações adquiridas em decorrência do exercício das Opções Regulares não estão sujeitas a regra de inalienabilidade;
- **Outorga de Opções Restritas atrelada a aquisição de ações:** ao beneficiário adquirente de ações TOTVS mediante investimento de valor correspondente a 100% do valor recebido em um dado exercício social a título de PLR, e que se comprometa a mantê-las pelo período de *Lock-up* para recebimento de Opções Restritas, serão concedidas opções denominadas Opções Restritas. As Opções Restritas são destinadas a aproximadamente 20% dos beneficiários das Opções Regulares, os quais integram o denominado "Programa de Sócios";
- **Exercício das Opções Restritas:** as Opções Restritas poderão ser exercidas mediante comprovação do exercício das Opções Regulares;
- **Período de indisponibilidade ("*Lock-up*") sobre Ações decorrentes do exercício das Opções Restritas:** as ações adquiridas mediante exercício das Opções Restritas ficarão inalienáveis pelo período de 1 ano contado do exercício;

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

b. principais objetivos do plano

O Plano de Incentivo baseado em Opções (“Plano 1”) teve por objetivo estabelecer regras para que determinados funcionários e administradores Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle (“Beneficiários”) possam adquirir ações de sua emissão por meio da outorga de Opção de compra Ações, visando, com isso, gerar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas, ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco, vincular a concessão de incentivos de longo prazo com o resultado de curto prazo da Companhia e do executivo e introduzir o conceito de “Programa de Sócios”, que reforça o poder de retenção de um grupo estratégico selecionado.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano contribui para tal objetivo à medida que cria um vínculo entre a remuneração dos beneficiários elegíveis e o desempenho da Companhia, pois tão maior é o benefício quanto melhor for o desempenho da Companhia e seu reflexo na valorização do preço de sua ação.

As pessoas elegíveis tendem a ficar mais motivadas pela possibilidade de elevar sua remuneração no longo prazo e a trabalhar alinhadas às expectativas do mercado e dos acionistas, tratando de decidir não somente em benefício próprio, mas em benefício da organização como um todo.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano teve por objetivo complementar a remuneração dos beneficiários elegíveis, pois adiciona um elemento de remuneração de longo prazo para mais informações vide item 13.1(b), visto que o beneficiário elegível, para tornar-se titular das Opções Regulares deverá investir o percentual do montante recebido no exercício a título de Bônus/PLR, líquido de imposto de renda, podendo este ser de 50% ou 100%. O percentual do montante recebido no exercício a título de Bônus/PLR investido será considerado como critério de determinação do número de Opções Regulares a ser outorgado pela Companhia ao Beneficiário e para participar do Programa de Sócios e tornar-se titular de Opções Restritas deverá ser de 100%.

O Plano também tem a função de retenção de talentos em um mercado cada vez mais competitivo, além de criar incentivos para proporcionar maior motivação aos beneficiários.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano 1 compunha a estratégia de remuneração dos administradores adicionando um elemento de longo prazo em que o Beneficiário que desejar exercer suas opções poderá exercê-las por um prazo de dois anos que se iniciará no dia seguinte ao final do Período de Carência, considerando que o preço de exercício das Opções será o preço pelo qual serão adquiridas Ações de emissão da Companhia.
As Opções serão válidas por um prazo de cinco anos contados de sua concessão, após o qual serão extintas.

Outro elemento importante é aquele melhor descrito no item 13.4(n), pois o desligamento do beneficiário elegível por justa causa extingue as opções concedidas que ainda não tenham sido exercidas até a data do desligamento, exceções feitas mediante aprovação específica do Conselho de Administração. Dessa maneira, tanto a reserva de direito quanto o desligamento do funcionário exigem, de formas diferentes, que o comportamento profissional das pessoas elegíveis não seja oportunista e seja voltado para períodos de tempo maiores. Isso porque, no curto prazo, suas remunerações não serão acrescidas da parte variável composta por *stock options* e, no médio prazo, o baixo nível de desempenho do colaborador pode implicar em desligamento ou redução do preço da ação da Companhia.

f. número máximo de ações abrangidas

A quantidade total de Ações destinadas ao Plano não poderia ultrapassar a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do capital social da Companhia no prazo de quatro anos (contados da data de aprovação do Plano pela Assembleia Geral da Companhia).

Para efeitos desse limite, serão consideradas todas as Opções outorgadas com base no Plano, bem como as Ações já adquiridas ou subscritas pelos respectivos Beneficiários em decorrência do Plano, estejam elas ou não em seu poder.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Com o propósito de satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderia emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado, excluído o direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do Artigo 171, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

A quantidade total de Ações destinadas ao Plano não poderia ultrapassar a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do capital social da Companhia no prazo de quatro anos (contados da data de aprovação do Plano pela Assembleia Geral da Companhia).

h. condições de aquisição de ações

Para as Opções Regulares aplica-se o preço de mercado da Ação no momento da concessão da Opção, assim determinado com base na média das cotações de fechamento dos últimos cinco pregões anteriores à Data de Outorga.

O preço de exercício das Opções Restritas será o cumprimento da obrigação de fazer que consiste na aquisição de Ações de emissão da Companhia com investimento de 100% do montante recebido pelo Beneficiário no exercício anterior a título de Bônus/PLR, líquido de imposto de renda, com a manutenção da propriedade de tais Ações inalterada pelo Período de *Lock-up*.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A fixação do preço de exercício é baseada no valor unitário das ações da TOTVS e corresponde à média aritmética das cotações nos 5 pregões anteriores à data de outorga.

j. critérios para fixação do prazo de exercício
As Opções Regulares poderão ser exercidas por até 24 meses após o Período de Carência, estabelecido em 36 meses, e as Opções Restritas somente poderão ser exercidas após o Período de Carência e mediante comprovação do exercício das Opções Regulares.
Somente poderão ser exercidos lotes completos de Opções, não sendo permitido o exercício fracionado de apenas uma parte de uma concessão.

k. forma de liquidação

O preço de exercício deve ser pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes. A Companhia utiliza ações mantidas em tesouraria para fazer satisfazer o exercício dos direitos de opção de compra de ações.

l. restrições à transferência das ações

As ações adquiridas para que o beneficiário faça jus ao recebimento de Opções Regulares serão inalienáveis por período de 2 anos. Já as ações adquiridas em decorrência do exercício das Opções Regulares não estão sujeitas a regra de inalienabilidade. E as ações adquiridas mediante exercício das Opções Restritas ficarão inalienáveis pelo período de 1 ano contado do exercício da opção.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Compete à Assembleia Geral de Acionistas modificar, suspender ou extinguir o Plano, notadamente na ocorrência de fatores que importem em alteração significativa do panorama econômico, que possa comprometer a situação financeira da Companhia.

A outorga de Opções nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de alienação de controle e operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada, as opções extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento do beneficiário por iniciativa da Companhia, por qualquer razão, tanto por iniciativa do Beneficiário como por iniciativa da Companhia, com ou sem justa causa, as seguintes regras serão aplicadas: (a) o Período de *Lock-up* que se aplicava às Ações adquiridas diretamente por meio do investimento da PLR do Beneficiário deixará de existir, ficando as Ações imediatamente liberadas para venda; (b) o Período de *Lock-up* das Ações Adquiridas com Opções Restritas continuará a fluir normalmente; (c) as Opções Maduras poderão ser exercidas por um prazo de três meses contados da data de Desligamento, após o qual serão extintas; (d) Opções ainda em Período de Carência serão extintas. Eventuais exceções a esta regra deverão ser aprovadas pelo Comitê de Gente e Remuneração da Companhia.

No caso de falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria do beneficiário, as seguintes regras serão aplicadas: (i) o Período de *Lock-up* que se aplicava às Ações adquiridas diretamente por meio do investimento da PLR do Beneficiário deixará de existir, ficando as Ações imediatamente liberadas para venda; (ii) o Período de *Lock-up* das Ações adquiridas com Opções Restritas deixará de existir; (iii) o Período de Carência será eliminado, podendo as Opções serem exercidas imediatamente, durante o Período de Exercício das Opções ou Prazo de Validade das Opções.

DESCRIÇÃO DO PLANO 2

a. termos e condições gerais do plano

O Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovado na Assembleia Geral extraordinária da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2015, foi alterado, conforme aprovado em assembleia realizada em 05 de abril de 2018, para aprimorar seus conceitos, efetividade e simplicidade, focando nos aspectos centrais e mais críticos.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com o apoio do Comitê de Gente e Remuneração, que possui poderes para administrá-lo, dispondo, dentre outros, de poderes necessários para, observados os termos e condições do Plano:

(i) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração do Plano, e interpretar e aplicar as normas gerais ora estabelecidas;

(ii) selecionar, dentre as pessoas elegíveis a participar do Plano;

(iii) determinar o número de Ações Restritas a ser conferido para cada Participante

(iv) deliberar sobre a aquisição de Ações pela própria Companhia, conforme necessário;

(v) aprovar o Contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos Participantes;

(vi) modificar os Períodos de Carência, bem como os demais termos e condições do Contrato na medida em que os direitos dos Participantes decorrentes de, ou relacionados com o Plano não sejam prejudicados, estando excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas pelo Conselho de Administração em decorrência de alterações implementadas na legislação pertinente;

(vii) analisar casos excepcionais decorrentes de, ou relacionados com o Plano; e

(viii) dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas no Plano e tratar dos casos omissos.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, incluindo o recebimento de dividendos, juros sobre o capital próprio e demais proventos até a data da efetiva transferência das Ações Restritas.

O Plano, conforme alterado, entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia em 5 de abril de 2018 e deverá permanecer em vigor até 14 de dezembro de 2025.

Indicam-se a seguir as principais características do Plano 2:

- **Ações:** significa as ações ordinárias de emissão da Companhia.
- **Ações Restritas:** significa as ações ordinárias de emissão da Companhia que serão entregues ao Participante, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano e no Contrato.
- **Conselho de Administração:** significa o Conselho de Administração da Companhia
- **Contrato:** significa o Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças, aprovado pelo Conselho de Administração, a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante
- **Companhia:** significa a TOTVS S.A.
- **Data de Outorga das Ações Restritas:** significa a data de assinatura do Contrato entre o Participante e a Companhia.
- **Desligamento:** significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia, exceto nos casos de aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social em razão de invalidez permanente, falecimento ou declaração judicial de ausência em face de desaparecimento do Participante. Desligamento abrange, entre outras, as hipóteses de desligamento voluntário do Participante, pedido de demissão, renúncia ao cargo, destituição, substituição ou não reeleição como diretor estatutário sem vínculo de emprego e rescisão do contrato de trabalho, por qualquer motivo, com ou sem justa causa, por iniciativa de qualquer das partes.
- **Participantes:** significa os atuais e futuros empregados e administradores da Companhia e/ou das sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia indicados pelo Comitê de Gente e Remuneração e eleitos pelo Conselho de Administração para participarem do Plano.
- **Períodos de Carência:** significa o Período de Carência do Programa de Sócios e o Período de Carência do Programa Regular, em conjunto;
- **Período de Carência do Programa Regular:** significa, em relação ao Programa Regular, o período de carência de 3 (três) anos contado da Data de Outorga das Ações Restritas, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas nos termos do Contrato.
- **Período de Carência do Programa de Sócios:** significa, em relação ao Programa de Sócios, o período de carência de 3 (três) anos contado da Data de Outorga das Ações Restritas, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas nos termos do Contrato.
- **Plano:** significa o Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações composto pelo (i) Programa de Sócios e pelo (ii) Programa Regular que abrange (ii.1) o Programa Executivo e (ii.2) o Programa Destaques do Ano.
- **Programa Regular:** significa uma parte do Plano composta por: (i) Programa Executivo - para o qual serão elegíveis os empregados e administradores da Companhia e/ou das sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, que sejam considerados executivos da Companhia, com base em avaliação e performance; e (ii) Programa Destaques do Ano - para o qual serão elegíveis os empregados da Companhia e/ou das sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, não executivos, que sejam considerados destaques do ano, com base em avaliação e performance; todos eles indicados pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu único e exclusivo critério.
- **Programa de Sócios:** significa uma parte do Plano, para a qual poderão ser convidados a integrar, por indicação do Comitê de Gente e Remuneração e eleição feita pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu exclusivo critério, com base em métodos de avaliação individual e corporativa, performance, potencial, plano de carreira e grau de vínculo com a Companhia, determinados empregados e administradores da Companhia e/ou de sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia.

b. principais objetivos do plano

O “Plano 2” tem por objetivo: (i) estabelecer regras para que os Participantes possam receber Ações de forma não onerosa; (ii) aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento dos Participantes por meio do conceito de

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

investimento e risco; e (iii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes, dentro do contexto de uma Companhia aberta.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

A concessão de Ações Restritas no âmbito do Plano permite que os Participantes se sintam estimulados a se tornar acionistas da Companhia, com base em critérios de meritocracia, considerando-se critérios de avaliação e performance individual (metodologia 9Box), potencial e vínculo com a Companhia e/ou suas subsidiárias ou controladas e impacto do Participante no negócio presente e futuro da Companhia. Maiores detalhes são fornecidos na seção 13(b) iii. Com isso, os Participante serão estimulados a desempenhar suas atividades no melhor interesse da Companhia e, consequentemente, de seus acionistas, gerando valor para esta. Ao mesmo tempo, a concessão de Ações Restritas no âmbito do Plano é estruturada de maneira a permitir que os potenciais ganhos decorrentes da venda de tais ações sejam realizados, se for o caso, no longo prazo, conforme determinado pelo Conselho de Administração, e caso o Participante permaneça vinculado à Companhia e/ou às sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, assim atuando para estimular sua permanência, com o objetivo de retenção dos administradores e empregados de alto nível da Companhia e suas sociedades controladas ou subsidiárias.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O foco na remuneração variável de longo prazo visa a acompanhar as práticas de mercado e oferecer pacotes atrativos, mas que, por outro lado, cuidem dos interesses da Companhia da forma mais eficiente. O Plano tem por objetivo fortalecer o foco nessa forma de remuneração, oferecendo a possibilidade de retornos ainda mais atrativos, e, por outro lado, exigindo uma forte demonstração de comprometimento pelos Participantes na criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Por meio do Plano, a Companhia busca estimular a melhoria em sua gestão, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados em longo prazo. A melhoria dos resultados e valorização das ações de emissão da Companhia, por sua vez, maximizam os ganhos dos Participantes na posição de investidor em conjunto com os demais acionistas da Companhia.

Adicionalmente, a existência de períodos de carência faz com que os Participantes se comprometam com a constante valorização da Companhia no curto, médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de Ações Restritas a serem concedidas aos Participantes no âmbito do Plano não poderá exceder a Ações Restritas correspondentes a 5,68% (cinco inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) do capital social total da Companhia, incluídas neste limite as outorgas realizadas no âmbito do Plano de Incentivo e Retenção baseado em Ações aprovado em Assembleia Geral em 15 de dezembro de 2015.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois o novo plano não contempla opções de ações.

h. condições de aquisição de ações

As regras do Plano determinam os critérios objetivos para eleição dos Participantes e determinação do número de Ações Restritas concedidas no âmbito do Programa Regular e do Programa de Sócios da Companhia.

A outorga das Ações Restritas será formalizada pela assinatura entre o Participante e a Companhia do Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), que deverá prever a quantidade total de Ações Restritas do Participante determinada pelos critérios fixados pelo Conselho de Administração, e as condições para a efetiva entrega das Ações Restritas ao Participante.

Programa Regular. Os Participantes terão direito de receber as Ações Restritas do Programa Regular e a Companhia terá a obrigação de transferir tais Ações Restritas do Programa Regular ao final do período de carência

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

do Programa Regular, de acordo com os procedimentos a serem estabelecidos no Contrato, termos e condições do Plano.

Programa de Sócios. Em relação ao Programa de Sócios, os Participantes terão direito de receber as Ações Restritas do Programa de Sócios e a Companhia terá a obrigação de transferir a titularidade sobre tais Ações Restritas do Programa de Sócios ao final do período de carência do Programa de Sócios, desde que o Participante possua o montante equivalente a 12 (doze) salários fixos mensais investido em ações da Companhia entre a data de outorga das Ações Restritas (data de assinatura do Contrato) e a data de entrega das Ações Restritas, de forma contínua e ininterrupta.

O Participante que não mantiver o montante equivalente a 12 (doze) salários fixos mensais investido em ações da Companhia, de forma contínua e ininterrupta, após a data da efetiva entrega das Ações Restritas não será elegível a outorgas futuras de Ações Restritas do Programa de Sócios da Companhia.

Para os atuais Participantes do Programa de Sócios e para os Participantes elegíveis ao Programa de Sócios no exercício social de 2018, o montante equivalente a 12 (doze) salários fixos mensais investido em ações da Companhia poderá ser atingido pelo respectivo Participante em até 3 (três) anos contados da data de outorga das Ações Restritas do Programa de Sócios referente ao ano de 2018, ou a partir de outro critério conforme venha a ser definido pelo Conselho de Administração.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável. O Plano tem, dentre outros, o objetivo de conceder Ações Restritas a determinados Participantes, a fim de engajar e reter recursos críticos, sem exigir contraprestação financeira dos Participantes, observadas as condições previstas no item 2(h) acima em relação ao Programa de Sócios.

Não se trata, portanto, de um plano de opção de compra de ações, nos moldes do Artigo 168, §3º da Lei das Sociedades por Ações, mas de remuneração baseada em Ações Restritas que serão diretamente entregues aos Participantes.

Não obstante, o preço de referência para o cálculo do número de Ações Restritas a serem entregues no âmbito do Plano corresponderá à média da cotação de fechamento das ações da Companhia nos 30 (trinta) pregões anteriores à data da efetiva entrega das Ações Restritas ao Participante ou a outro valor de acordo com critério determinado pelo Conselho de Administração que reflita o valor de mercado das Ações.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável. O Plano tem, dentre outros, o objetivo de conceder Ações Restritas a determinados Participantes, a fim de engajar e reter recursos críticos, sem exigir contraprestação financeira dos Participantes, observadas as condições previstas no item 2(h) acima em relação ao Programa de Sócios.

Não se trata, portanto, de um plano de opção de compra de ações, nos moldes do Artigo 168, §3º da Lei das Sociedades por Ações, mas de remuneração baseada na entrega de Ações Restritas diretamente aos Participantes.

k. forma de liquidação

Conforme mencionado nos itens acima, o Plano tem, dentre outros, o objetivo de conceder Ações Restritas a determinados Participantes, sem contraprestação financeira. A obrigação da Companhia de transferir Ações Restritas no âmbito do Plano está (i) condicionada à celebração de Contrato de Concessão de Ações

Restritas e Outras Avenças com cada um dos Participantes, e (ii) sujeita à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, de cada Participante com a Companhia até o término dos períodos de carência aplicáveis.

De tal forma, uma vez atendidas às condições previstas no Plano, o Participante fará jus ao recebimento de tais Ações Restritas, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a respectiva transferência.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

l. restrições à transferência das ações

Sujeito à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, do Participante com a Companhia e/ou com sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia até o término do Período de Carência aplicável e às regras contidas em cada Contrato, as Ações Restritas serão transferidas pela Companhia ao Participante no prazo de 30 (trinta) dias do término do Período de Carência, conforme aplicável, bem como nos termos do Contrato.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá extinguir ou suspender o Plano, ou, ainda, rever as condições do Plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos, especialmente os limites máximos para a transferência de Ações Restritas, aprovados pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral poderá, ainda, aprovar um novo plano de incentivo baseado em ações da Companhia, inclusive a fim de permitir a aquisição de ações que excedam os limites máximos aprovados no Plano.

O Conselho de Administração poderá ainda estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência do Plano, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes, nem os princípios básicos do Plano. Tal tratamento particular não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nenhuma disposição do Plano poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes empregados e/ou estatutários, conforme o caso, além daqueles inerentes às Ações Restritas, e nem conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de permanência como empregado e/ou diretor estatutário da Companhia e/ou com sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, ou interferirá de qualquer modo no direito da Companhia, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou de administração (no caso dos Participantes estatutários sem vínculo empregatício), de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Participante

Em caso de Desligamento do Participante por sua iniciativa a qualquer momento durante os Períodos de Carência, o Participante deixará de fazer jus ao direito de receber Ações Restritas da Companhia tal como previsto na Cláusula 3. Não obstante, o Participante conservará o direito de titularidade sobre eventuais Ações Restritas do Programa Regular e Ações Restritas do Programa de Sócios que já sejam de sua titularidade por força do decurso dos Períodos de Carência.

Em caso de Desligamento do Participante por iniciativa da Companhia sem justa causa, o Participante fará jus ao recebimento de metade das Ações Restritas caso tenham decorrido mais de 2 (dois) anos dos Períodos de Carência aplicáveis. O Participante perderá o direito ao recebimento de todas as demais Ações Restritas do Programa Regular e/ou do Programa de Sócios.

Em caso de Desligamento por justa causa do Participante, o Participante perderá o direito ao recebimento de todas as Ações Restritas que não tenham sido transferidas até o momento do Desligamento, independentemente do programa aplicável ao Participante.

No caso de falecimento, desaparecimento ou invalidez permanente do Participante, todos os Períodos de Carência serão considerados vencidos antecipadamente, ao momento do falecimento, desaparecimento ou invalidez do Participante.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social findo em 2017:		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	9
Nº de membros remunerados		9
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	22,16
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	29,64
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	38,61
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	11,68
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,5%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social findo em 2018:		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	11
Nº de membros remunerados		11
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	37,73
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	41,07
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,8%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social findo em 2019:		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	8,75	6,50
Nº de membros remunerados	1	6,50
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	33,84	33,84
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	30,43	30,43
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	33,05
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,5%	0,5%

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social findo em 2020: (exercício social corrente)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,67	7,50
Nº de membros remunerados	1	7,50
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	35,60	35,60
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,8%	0,8%

Informações sobre cada outorga reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e do exercício social corrente:

2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga (19) de ações		
Data de outorga		20/02/2017
Quantidade de ações outorgadas	-	143.445
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	23,54

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga (20) de ações		
Data de outorga		20/02/2017
Quantidade de ações outorgadas	-	43.787
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	23,54

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga (21) de ações		
Data de outorga		04/05/2018
Quantidade de ações outorgadas	-	105.463
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	29,52

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga (22) de ações		
Data de outorga		04/05/2018
Quantidade de ações outorgadas	-	297.375
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	29,52

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga (23) de ações		
Data de outorga		26/11/2018
Quantidade de ações outorgadas	-	24.345
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	18 meses
Prazo máximo para exercício das opções	-	
Prazo de restrição à transferência das ações	-	
Valor justo das opções na data da outorga	-	24,94

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga (24) de ações		
Data de outorga		26/11/2018
Quantidade de ações outorgadas	-	24.345
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	6 meses
Prazo máximo para exercício das opções	-	
Prazo de restrição à transferência das ações	-	
Valor justo das opções na data da outorga	-	25,19

2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga (25) de ações		
Data de outorga	26/04/2019	26/04/2019
Quantidade de ações outorgadas	90.000	189.125
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	3 anos	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	38,48	38,48

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga (26) de ações		
Data de outorga	-	26/04/2019
Quantidade de ações outorgadas	-	93.625
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	38,48

13.6 - Opções em Aberto

TABELA REFERENTE AO "PLANO 2

	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
	19ª outorga	20ª outorga	21ª outorga	22ª outorga	23ª outorga	24ª outorga	25ª outorga	25ª outorga	26ª outorga
Nº de membros	9,00	10,00	10,00	10,00	1,00	1,00	9,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	9,00	9,00	10,00	9,00	1,00	1,00	1,00	6,00	6,00
Ações em Aberto									
*Quantidade**	98.452	28.266	91.713	257.375	24.345	24.345	90.000	189.125	93.625
Prazo de carência das ações	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	18 meses	6 meses	3 anos	3 anos	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
*Preço de referência das ações restritas**	25,43	25,43	31,15	31,15	25,39	25,39	40,19	40,19	40,19
Valor justo das ações no último dia do exercício social	23,54	23,54	29,52	29,52	24,94	25,19	38,48	38,48	38,48
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	2.317.560,08	665.381,64	2.707.367,76	7.597.710,00	607.164,30	613.250,55	3.463.200,00	7.277.530,00	3.602.690,00

*Conforme informado no item 3.3 – Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras deste Formulário, em 27/04/20, a Administração aprovou o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para três ações da mesma espécie, sem alteração no capital social; sendo que os valores mencionados acima não refletem o referido efeito.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	6
Nº de membros remunerados	-	6
Opções exercidas	-	
Número de ações	-	64.071
Preço médio ponderado de exercício	-	0,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	N/A
Ações entregues	-	
Número de ações entregues	-	141.432
Preço médio ponderado de aquisição	-	0,00
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	N/A

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	7
Nº de membros remunerados	-	7
Opções exercidas	-	
Número de ações	-	18.973
Preço médio ponderado de exercício	-	0,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	N/A
Ações entregues	-	
Número de ações entregues	-	23.426
Preço médio ponderado de aquisição	-	0,00
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	N/A

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	10,00
Nº de membros remunerados	-	10,00
Opções exercidas	-	
Número de ações	-	59.209
Preço médio ponderado de exercício	-	38,62
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	N/A
Ações entregues	-	0
Número de ações entregues	-	0
Preço médio ponderado de aquisição	-	0
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	0

13.8 - Precificação Das Ações/opções

a. modelo de precificação

O valor da opção do Plano 1 foi determinado utilizando-se a metodologia "Black & Scholes", que estabelece o valor justo considerando a expectativa de dividendos, a expectativa de volatilidade, a taxa de juros livre de risco e o prazo de maturidade.

O valor justo das Ações Restritas do Plano 2 é determinado com base no valor da ação de mercado na data da outorga, considerando a expectativa de dividendos.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os dados e premissas utilizadas no modelo de precificação estão na tabela a seguir. Vale ressaltar que as outorgas de 2013 a 2015 estão relacionadas à outorga de opções de ações, enquanto as outorgas de 2016 e 2017 estão relacionadas às outorgas de ações restritas:

TABELA REFERENTE AO "PLANO 1"

	12ª outorga	14ª outorga
Data	20/02/2015	02/04/2015
Preço da outorga	35,6	35,6
Expectativa de dividendos	2,60%	2,60%
Expectativa de volatilidade	29,61%	29,61%
Taxa de juros livre de risco	12,75%	13,00%
Prazo de maturidade	3 anos	3 anos
Valor justo	R$11,36	R$12,12

TABELA REFERENTE AO "PLANO 2

	19ª outorga	20ª outorga	21ª outorga	22ª outorga	23ª outorga	24ª outorga	25ª outorga	26ª outorga	27ª outorga
Data	20/02/2017	20/02/2017	04/05/2018	04/05/2018	26/11/2018	26/11/2018	26/04/2019	26/04/2019	26/04/2019
Preço de referência das ações restritas	25,8	25,8	31,15	31,15	25,39	25,39	40,19	40,19	40,19
Expectativa de dividendos	2,57%	2,57%	1,80%	1,80%	1,80%	1,80%	1,44%	1,44%	1,44%
Expectativa de volatilidade	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Taxa de juros livre de risco	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Prazo de carência das ações	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	18 meses	6 meses	3 anos	3 anos	3 anos
Valor justo	R$23,54	R$23,54	R$29,52	R$29,52	R$24,94	R$25,19	R$38,48	R$38,48	R$38,48

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

As opções outorgadas possuem a regra de reserva de direito (*vesting period*) de 3 anos a contar da data da outorga, ou seja, a opção poderá unicamente ser exercida no prazo entre 3 e 5 anos a contar da outorga. Desse modo, a premissa utilizada para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado das opções foi o reconhecimento das opções em resultado ao longo de 3 anos. Para as ações restritas, a regra de reserva de direito também é de 3 anos, data essa da entrega das referidas ações.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade anualizada foi determinada pelo desvio padrão das variações dos preços semanais da ação da Companhia negociadas na B3, ajustada pela distribuição de dividendos, no período de três anos até a data de cada outorga.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foram considerados outros elementos além daqueles descritos no item 13.8 (a).

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

	Sociedade Emissora dos Valores Mobiliários	31/12/2019
Conselho de Administração	TOTVS S.A.	28.869.260
Diretoria Estatutária	TOTVS S.A.	119.211
Conselho Fiscal*	N/A	N/A

*A cia não possui Conselho Fiscal instalado.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Além da contribuição para a seguridade social (INSS) os diretores podem aderir, voluntariamente, ao plano de previdência privada da Companhia. A contribuição básica consiste em contribuições mensais com seu valor limitado ao intervalo entre 2 a 5% da remuneração fixa (salário base) do diretor e tem uma contrapartida (depósito de igual valor) da Companhia. Adicionalmente, podem ser feitas contribuições voluntárias mensais ou esporádicas, porém, sem a contrapartida da Companhia. Para fazer jus ao resgate do montante depositado pela Companhia, o diretor deverá contribuir com o programa ao menos por 3 anos, sendo que o percentual a ser resgatado varia conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tempo de contribuição ao programa	Percentual do saldo das contribuições normais da empresa
Até 2 anos e 11 meses	-
De 3 anos a 3 anos e 11 meses	30%
De 4 anos a 4 anos e 11 meses	40%
De 5 anos a 5 anos e 11 meses	50%
De 6 anos a 6 anos e 11 meses	60%
De 7 anos a 7 anos e 11 meses	70%
De 8 anos a 8 anos e 11 meses	80%
De 9 anos a 9 anos e 11 meses	90%
A partir de 10 anos	100%

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	8,75	6,50
Nº de membros remunerados	8,75	6,50
Nome do plano	N/A	Plano de Previdência Privada TOTVS*
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	Nenhum executivo está em vias de aposentadoria atualmente
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Não há possibilidade de aposentadoria antecipada
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	1.366.285,32
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	129.526,82
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	O executivo tem direito a resgatar as contribuições da previdência privada, porém, com cancelamento do plano e sem possibilidade de retorno. Ele será elegível a contribuição da empresa, conforme tabela de tempo de contribuição

*O plano de previdência privada não contempla membros do Conselho de Administração.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	6,50	9,50	10,83	8,75	9,00	9,00
Nº de membros remunerados	6,50	9,50	10,83	8,75	8,17	7,67
Valor da maior remuneração(Reais)	3.495.449,93	3.557.103,36	2.144.438,31	2.520.790,65	443.564,95	374.536,24
Valor da menor remuneração(Reais)	1.974.447,06	1.328.892,00	519.642,00	387.581,55	353.856,95	75.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	3.371.705,42	1.973.927,09	912.836,53	644.490,76	399.875,85	204.937,81

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Caso a Companhia rescinda o contrato imotivadamente dentro de 12 (doze) meses após a data de ocorrência de uma Alteração Societária Relevante, o diretor fará jus ao recebimento de uma indenização equivalente a 18 (dezoito) remunerações mensais vigentes à época da rescisão, bem como fará jus ao recebimento da integralidade dos valores relativos ao Programa de Bonificação por Metas.
Especificamente em relação ao contrato do Diretor-Presidente, além da condição acima descrita, são aplicáveis as seguintes regras:

- Na hipótese de a Companhia encerrar o contrato por sua conveniência antes do prazo de 2 (dois) a contar de novembro de 2018, deverá pagar ao Diretor-Presidente o equivalente a 100% da Remuneração Global Anual dos exercícios de 2018, 2019 e 2020, remanescente e ainda não paga para completar o período proporcional de 2 (dois) anos.

A Companhia e suas controladas mantêm a contratação de apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Administradores – D&O classe mundial, que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia. A atual apólice número 087372019010310000940 (plano de seguro registrado na SUSEP sob o nº 15414.901229/2017-25), firmada com a seguradora AIG SEGUROS BRASIL S.A., está vigente até 01 de julho de 2020 e tem limite máximo de indenizações de R$100,0 milhões. Apesar de cobertos pela atual apólice de D&O, firmada no Brasil, os diretores e administradores das operações no México, Argentina e USA, também estão cobertos por uma apólice local emitida em cada país, com valor de cobertura de USD1,0 milhão, visando celeridade no reembolso de despesas decorrentes de possíveis sinistros. O valor total pago a título de prêmio de seguro no Brasil é de R$202.876,61, no México USD 4,727.00, na Argentina USD 5,140.98 e USA $4,100.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Não aplicável. Não há controlador, direto ou indireto, na Companhia.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Inexistem administradores na Companhia que possuam remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Inexistem administradores na Companhia que possuam remuneração por meio de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Para fins comparativos, apresentamos a seguir o detalhamento da remuneração anual global do exercício de 2019 e a Proposta de Remuneração para o exercício 2020:

I – EXERCÍCIO 2019

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de abril de 2019, foi aprovada a verba de remuneração total de até R$29.833.773,17 para o exercício social de 2019, englobando a Remuneração Fixa, a Remuneração Variável e a Remuneração Baseada em Ações. Do montante total aprovado, foram realizados R$27.555.379,43.

Conforme demonstrado no quadro a seguir, a realização de aproximadamente 8% abaixo do limite efetivamente aprovado foi concentrada:

(i) No valor contabilizado referente à Remuneração Baseada em Ações, em decorrência de opções de compra de ações canceladas ao longo do exercício social, bem como a concessão de ações restritas em 2019 em quantidade inferior àquela prevista na Proposta de Remuneração para 2019;

(ii) No menor número de membros da Administração frente à proposta aprovada em 2019; e

(iii) No nível de adesão individual da Diretoria ao benefício pós-emprego relativo ao plano de previdência privada.

	Proposta 2019			Executado 2019		
	Conselho	**Diretoria**	**Total**	**Conselho**	**Diretoria**	**Total**
Remuneração Fixa Anual (RF)						
Número de Membros	9,00	7,58	16,58	8,75	6,50	15,25
Salário ou pró-labore	3.682.177,50	7.280.488,48	10.962.665,98	3.667.777,50	6.397.958,01	10.065.735,51
Benefícios diretos e indiretos	247.929,22	1.263.653,27	1.511.582,49	245.701,78	1.236.823,14	1.482.524,92
Remuneração por participações em Comitês	965.778,45	-	965.778,45	956.214,90	-	956.214,90
Remuneração Variável (RV)						
Bônus	-	5.339.710,37	5.339.710,37	-	5.334.000,00	5.334.000,00
Total RF + RV	**4.895.885,17**	**13.883.852,13**	**18.779.737,30**	**4.869.694,18**	**12.968.781,15**	**17.838.475,33**
Outros						
Benefícios pós-emprego	-	364.024,42	364.024,42	-	129.526,82	129.526,82
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	1.014.147,86	1.014.147,86	-	1.014.147,86	1.014.147,86
Total RF + RV + Outros	**4.895.885,17**	**15.262.024,41**	**20.157.909,58**	**4.869.694,18**	**14.112.455,83**	**18.982.150,01**
Remuneração baseada em ações [1]						
Reconhecimento contábil - ano corrente	742.500,00	3.507.500,00	4.250.000,00	769.600,00	2.313.521,84	3.083.121,84
Reconhecimento contábil - anos anteriores	-	5.425.863,58	5.425.863,58	-	5.490.107,58	5.490.107,58
Total de Remuneração baseada em ações	**742.500,00**	**8.933.363,58**	**9.675.863,58**	**769.600,00**	**7.803.629,42**	**8.573.229,42**
Total Geral	**5.638.385,17**	**24.195.387,99**	**29.833.773,17**	**5.639.294,18**	**21.916.085,25**	**27.555.379,43**

(1) Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC10).

II - EXERCÍCIO 2020

Para 2020, a Administração da Companhia informa que não realizou alterações no plano de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, seja critérios de Remuneração Fixa, Variável (Bônus) ou Remuneração Baseada em Ações.

Para fins de equiparação ao mercado, a Administração da Companhia aprovou:

(i) Atualizar os valores referentes à Remuneração Fixa do Conselho de Administração em índice equivalente à inflação; e

(ii) Acrescentar um 13° salário para a Diretoria Estatutária, sem qualquer reajuste salarial.

Estes valores representam um percentual adicional de 4,4% na Remuneração Fixa do Conselho sobre o ano anterior e de 4,9% na Remuneração Fixa + Variável da Diretoria Estatutária.

Adicionalmente, a Administração da Companhia aprovou os seguintes ajustes no número de membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária:

(i) Reduzir o número de membros do Conselho de Administração para 7 Conselheiros a partir da AGOE de 2020; e

(ii) Possibilidade de acrescentar um membro à Diretoria Estatutária ao longo de 2020.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Consoante ao disposto nos itens acima, a Administração da Companhia propõe para 2020, nos termos da reunião do Conselho de Administração em 18/03/2020, o montante de até R$19.297.413,37 em remuneração fixa e variável, acrescida dos encargos e benefícios, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Proposta 2020			Proposta 2019			Executado 2019		
	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total
Remuneração Fixa Anual (RF)									
Número de Membros	7,67	7,50	15,17	9,00	7,58	16,58	8,75	6,50	15,25
Salário ou pró-labore	3.452.224,00	7.903.570,07	11.355.794,07	3.682.177,50	7.280.488,48	10.962.665,98	3.667.777,50	6.397.958,01	10.065.735,51
Benefícios diretos e indiretos	395.558,64	1.417.346,03	1.812.904,67	247.929,22	1.263.653,27	1.511.582,49	245.701,78	1.236.823,14	1.482.524,92
Remuneração por participações em Comitês	1.044.979,20	-	1.044.979,20	965.778,45	-	965.778,45	956.214,90	-	956.214,90
Remuneração Variável (RV)									
Bônus	-	5.083.735,43	5.083.735,43	-	5.339.710,37	5.339.710,37	-	5.334.000,00	5.334.000,00
Total RF + RV	**4.892.761,84**	**14.404.651,53**	**19.297.413,37**	**4.895.885,17**	**13.883.852,13**	**18.779.737,30**	**4.869.694,18**	**12.968.781,15**	**17.838.475,33**

Na remuneração global dos Administradores, em relação à evolução ano contra ano, a Remuneração Baseada em Ações passa de R$8.573.229,42 em 2019 para R$22.593.025,31 em 2020. Este crescimento se explica pelos seguintes efeitos:

(i) Valorização das ações concedidas em anos anteriores que serão efetivamente entregues aos participantes ao longo de 2020. Esta valorização, de cerca de 119% da concessão de 2016 e 219% da concessão de 2017, representa um impacto de R$5.329.110,21 correspondente à retenção de tributos na fonte.

(ii) Valorização das ações a serem concedidas em 2020, na faixa de 54%, comparativamente à concessão realizada em 2019; isto representa um impacto de R$2.434.045,00.

(iii) Acúmulo das concessões de 2018 e 2019 em conjunto com a concessão de 2020, que acabam aumentando o total do ano em questão. Isto representa um impacto de R$6.256.640,73.

Os efeitos positivos supracitados exerceram, como objetivado, seu papel essencial de alinhar os interesses dos acionistas e da Administração. Segue detalhamento no quadro a seguir:

	Proposta 2020			Proposta 2019			Executado 2019		
	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total
Remuneração baseada em ações¹									
Reconhecimento contábil - ano corrente	1.240.400	5.674.830	6.915.230	742.500	3.507.500	4.250.000	769.600	2.313.522	3.083.122
Reconhecimento contábil - anos anteriores	1.154.400	14.523.395	15.677.795	-	5.425.864	5.425.864	-	5.490.108	5.490.108
Total de Remuneração baseada em ações	**2.394.800,00**	**20.198.225,31**	**22.593.025,31**	**742.500,00**	**8.933.363,58**	**9.675.863,58**	**769.600,00**	**7.803.629,42**	**8.573.229,42**
Remuneração baseada em ações¹									
Quantidade de ações - concessão ano corrente	90.000	411.750	501.750	90.000	423.750	513.750	90.000	282.750	372.750
Quantidade de ações - concessão anos anteriores	90.000	867.213	957.213	-	696.116	696.116	-	696.116	696.116
Quantidade total de ações	**180.000**	**1.278.963**	**1.458.963**	**90.000**	**1.119.866**	**1.209.866**	**90.000**	**978.866**	**1.068.866**

(1) Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC10).

O Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 15 de dezembro de 2015 e aditado em 05 de abril de 2018, poderá abranger até 5,68% do Capital Social da Companhia, que representam 10.941.823 milhões de ações em dez anos, ou uma média de 1.094.182 ações por ano.

Para o exercício de 2020, o Conselho de Administração pretende conceder 501.750 ações restritas aos Administradores da Companhia, correspondentes a 0,26% do Capital Social nesta data, comparado com 372.750 ações (0,23% do capital social em 26/04/2019) em 2019. Para efeitos dessa Proposta, consideramos para o cálculo da concessão referente a 2020 o preço médio dos pregões realizados ao longo do mês de março, anteriores a data base de 18/03/2020, o que representa um valor econômico nominal de R$31.118.535,00, correspondente a R$62,02 por ação; ressaltando que o fator chave a ser considerado é o número de ações que será concedido, pois este já está estabelecido. Vale observar que o valor econômico efetivo a ser atribuído à concessão referente ao exercício de 2020 considerará o preço médio dos 30 (trinta) pregões anteriores à data de concessão, conforme prevê o Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações vigente. De acordo com a legislação aplicável e as características do plano em pauta, na forma do CPC 10, a contabilização desta concessão de 2020 ocorrerá ao longo de três anos. Em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável, o valor a ser contabilizado no exercício de 2020 referente ao Programa de 2020 será de até R$6.915.230,00, que corresponde a 8/36 avos do valor econômico de R$31.118.535,00.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Adicionalmente ao valor de R$6.915.230,00, em decorrência do determinado na legislação aplicável (CPC 10), à verba destinada à remuneração baseada em ações deverá ser acrescido o montante de R$15.677.795,31, referente ao reconhecimento contábil previsto para o exercício de 2020, com relação à contabilização das concessões realizadas em anos anteriores para os Administradores, em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável que ocorre ao longo de 3 (três) anos, incluindo os programas de opções (descontinuados) e de concessão de ações restritas.

O valor mencionado no parágrafo acima que se refere a concessões efetuadas em exercícios anteriores, as quais foram aprovadas pelos competentes órgãos, conforme os Planos de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovados pelos acionistas em Assembleias Gerais realizadas, respectivamente, em 29/11/2012, 15/12/2015 e aditado em 05/04/2018, sendo, portanto, já concedido aos beneficiários.

Consoante ao disposto nos itens acima, a proposta é que o montante global da remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2020 seja de até R$42.347.414,09, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Proposta 2020			Proposta 2019			Executado 2019		
	Conselho	**Diretoria**	**Total**	**Conselho**	**Diretoria**	**Total**	**Conselho**	**Diretoria**	**Total**
Remuneração Fixa Anual (RF)									
Número de Membros	7,67	7,50	15,17	9,00	7,58	16,58	8,75	6,50	15,25
Salário ou pró-labore	3.452.224,00	7.903.570,07	11.355.794,07	3.682.177,50	7.280.488,48	10.962.665,98	3.667.777,50	6.397.958,01	10.065.735,51
Benefícios diretos e indiretos	395.558,64	1.417.346,03	1.812.904,67	247.929,22	1.263.653,27	1.511.582,49	245.701,78	1.236.823,14	1.482.524,92
Remuneração por participações em Comitês	1.044.979,20	-	1.044.979,20	965.778,45	-	965.778,45	956.214,90	-	956.214,90
Remuneração Variável (RV)									
Bônus	-	5.083.735,43	5.083.735,43	-	5.339.710,37	5.339.710,37	-	5.334.000,00	5.334.000,00
Total RF + RV	**4.892.761,84**	**14.404.651,53**	**19.297.413,37**	**4.895.885,17**	**13.883.852,13**	**18.779.737,30**	**4.869.694,18**	**12.968.781,15**	**17.838.475,33**
Outros									
Benefícios pós-emprego	-	364.780,15	364.780,15	-	364.024,42	364.024,42	-	129.526,82	129.526,82
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	92.195,26	92.195,26	-	1.014.147,86	1.014.147,86	-	1.014.147,86	1.014.147,86
Total RF + RV + Outros	**4.892.761,84**	**14.861.626,94**	**19.754.388,78**	**4.895.885,17**	**15.262.024,41**	**20.157.909,58**	**4.869.694,18**	**14.112.455,83**	**18.982.150,01**
Remuneração baseada em ações[1]									
Reconhecimento contábil - ano corrente	1.240.400,00	5.674.830,00	6.915.230,00	742.500,00	3.507.500,00	4.250.000,00	769.600,00	2.313.521,84	3.083.121,84
Reconhecimento contábil - anos anteriores	1.154.400,00	14.523.395,31	15.677.795,31	-	5.425.863,58	5.425.863,58	-	5.490.107,58	5.490.107,58
Total de Remuneração baseada em ações	**2.394.800,00**	**20.198.225,31**	**22.593.025,31**	**742.500,00**	**8.933.363,58**	**9.675.863,58**	**769.600,00**	**7.803.629,42**	**8.573.229,42**
Total Geral	**7.287.561,84**	**35.059.852,25**	**42.347.414,09**	**5.638.385,17**	**24.195.387,99**	**29.833.773,17**	**5.639.294,18**	**21.916.085,25**	**27.555.379,43**

(1) Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC10).

Como demonstrado na tabela a seguir, o crescimento da remuneração proposta para o exercício 2020 está concentrado no reconhecimento contábil da remuneração baseada em ações de anos anteriores:

	Proposta 2020			Proposta 2019			Executado 2019		
	Conselho	**Diretoria**	**Total**	**Conselho**	**Diretoria**	**Total**	**Conselho**	**Diretoria**	**Total**
Total RF + RV + Outros	**4.892.761,84**	**14.861.626,94**	**19.754.388,78**	**4.895.885,17**	**15.262.024,41**	**20.157.909,58**	**4.869.694,18**	**14.112.455,83**	**18.982.150,01**
Remuneração baseada em ações									
Reconhecimento contábil - ano corrente	1.240.400,00	5.674.830,00	6.915.230,00	742.500,00	3.507.500,00	4.250.000,00	769.600,00	2.313.521,84	3.083.121,84
Total Remuneração - ano corrente	**6.133.161,84**	**20.536.456,94**	**26.669.618,78**	**5.638.385,17**	**18.769.524,41**	**24.407.909,58**	**5.639.294,18**	**16.425.977,67**	**22.065.271,85**
Remuneração baseada em ações									
Reconhecimento contábil - anos anteriores	1.154.400,00	14.523.395,31	15.677.795,31	-	5.425.863,58	5.425.863,58	-	5.490.107,58	5.490.107,58
Total Geral	**7.287.561,84**	**35.059.852,25**	**42.347.414,09**	**5.638.385,17**	**24.195.387,99**	**29.833.773,17**	**5.639.294,18**	**21.916.085,25**	**27.555.379,43**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade Desempenhada	2019	2018	2017
Prestação de serviços	3.347	3.778	3.707
Pesquisa e Desenvolvimento	2.236	2.382	2.239
Vendas	639	695	767
Administrativo / Outros	749	950	1.055
Total [1]	6.971	7.805	7.768

Localização Geográfica	2019	2018	2017
Brasil	6.716	7.529	7.481
Demais países latinos	242	221	214
Estados Unidos da América	9	44	51
Europa	4	3	12
Ásia	0	8	10
Total [1]	6.971	7.805	7.768

[1] Informações consolidadas, isto é, também foram incluídos os recursos humanos das controladas e coligadas da Companhia.

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade Desempenhada	2019	2018	2017
Segurança, Portaria e Limpeza	207	209	212
Representantes Comerciais	0	0	0
Outras Atividades	54	77	74
Total [1]	261	286	286

Localização Geográfica	2019	2018	2017
Brasil	261	286	286
Total [1]	261	286	286

[1] Informações consolidadas, isto é, também foram incluídos os recursos humanos das controladas e coligadas da Companhia

c. índice de rotatividade

Índice	2019	2018	2017
Turn-over[1]	20,84%	22,21%	21,22%

[1]*Turn-over* = [(Admitidos + Demitidos) / 2] / Ativos

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Em 12 de agosto de 2019, como parte de um movimento estratégico a Companhia reposicionou a função de relações humanas, elevando a função de Diretoria para Vice-Presidência de Relações Humanas, empossando a Sra. Izabel Cristina Branco, e passando a contar com reporte direto desta operação ao CEO. A Sra. Izabel Branco possui pós-graduação em administração e marketing pela FGV e ESPM e tem mais de 20 anos de experiência em gestão de negócios, tendo sido responsável pelas áreas de Recursos Humanos, Sustentabilidade, Comunicação Interna, Modelo de Gestão, Projetos e Processos da Via Varejo entre os anos de 2015 e 2019. Também atuou na Seguradora SulAmérica, no Banco Santander, Banco Real e Banco Itaú.

A queda no número de empregados, entre 2018 e 2019, reflete principalmente a venda de 100% da participação do capital social das operações da Bematech Hardware e da Ciashop, e integram o plano da TOTVS de contínuo foco em sinergia nas áreas Administrativas, onde vem apresentando maior ganho de eficiência operacional nos últimos anos, e integração das empresas adquiridas.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a. política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da Companhia prevê que a remuneração seja estabelecida conforme os padrões de mercado para cargos com atividades e responsabilidades semelhantes, objetivando manter a capacidade de atração e retenção dos participantes.

A estrutura de remuneração é aprovada no Comitê de Gente e Remuneração e as alterações necessárias são levadas para sua análise. A Companhia organiza os cargos dentro de uma mesma natureza de função, conforme hierarquia, contribuição estratégica, amplitude, maturidade técnica-profissional, complexidade das atribuições e a responsabilidade inerente. Cada cargo tem sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função, sendo a remuneração total dividida entre fixa e variável.

A remuneração fixa refere-se ao valor recebido mensalmente pelo participante, pago na folha de pagamentos, que visa remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido, também denominado como "salário nominal".

A remuneração variável refere-se aos valores recebidos periodicamente pelo participante, recompensando-o por seu desempenho individual diferenciado, pelos resultados de sua área de atuação e/ou pelos resultados globais da TOTVS, podendo ser decorrente do cumprimento de metas, conforme definido em programa específico.

b. política de benefícios

A Companhia oferece certos benefícios aos seus participantes objetivando proporcionar aos mesmos uma melhor qualidade de vida, sendo uma das estratégias de atração e retenção de profissionais. Entre os principais benefícios oferecidos pela Companhia estão: (i) adesão a plano de saúde que proporciona atendimento médico, laboratorial e hospitalar a todos os participantes e seus dependentes diretos; (ii) adesão a plano odontológico aos participantes e dependentes diretos; e (iii) adesão a um programa de previdência privada (plano de contribuição definida), em parceria com uma instituição financeira, sendo parte da contribuição realizada pela Companhia e parte pelo participante.

c. planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

I. grupos de beneficiários

São elegíveis para participar do Plano os atuais e futuros empregados e administradores da Companhia e/ou das sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia indicados pelo Comitê de Gente e Remuneração e eleitos pelo Conselho de Administração para participarem do Plano, conforme "Plano 2" indicado no item 13.4 desse formulário.

II. condições para exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano.

III. preços de exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano.

IV. prazos de exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano.

V. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A quantidade total de ações não poderá ultrapassar a 5,68% (cinco vírgula sessenta e oito por cento) do capital social da Companhia, considerando: (i) um período de 10 anos contados da data de aprovação do plano; e (ii) ações restritas concedidas a administradores e funcionários, conforme "Plano 2" indicado no item 13.4 desse formulário.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A TOTVS mantém um relacionamento transparente e amistoso entre os sindicatos que representam os participantes, em todas as suas unidades nacionais, no que tange a necessidade de negociações de acordos de convenção coletivas e acordos específicos, prezando pelo cumprimento das cláusulas estabelecidas.

A Companhia mantém uma relação de respeito aos papéis das partes, reconhecendo a importância para os funcionários de se preservar o bom nível deste relacionamento. Esta atitude ajuda na construção de acordos possíveis e evolutivos, satisfatórios a todos os envolvidos.

Os empregados da Companhia não entraram em greve nos últimos 3 anos.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Em reunião de 16 de março de 2017, O Conselho decidiu adotar uma política para eleição de membros da Diretoria, válida a partir da presente data, consistente no seguinte:

(i) Não deverá ser eleito para ocupar o cargo de Diretor Presidente quem já tiver completado 62 (sessenta e dois) anos de idade na data da eleição; e

(ii) Não deverá ser eleito para ocupar os demais cargos na Diretoria quem já tiver completado 60 (sessenta) anos de idade na data da eleição.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Constellation Investimentos e Participações Ltda.					
06.182.127/0001-55	Brasileira-SP	Não	Não	25/03/2020	
Não					
30.090.381	5,207%	0	0,000%	30.090.381	5,207%
ITAÚ UNIBANCO S.A					
60.701.190/0001-04	Brasil-SP	Não	Não	17/11/2020	
Não					
29.133.709	5,041%	0	0,000%	29.133.709	5,041%
Laércio José de Lucena Cosentino					
032.737.678-39	BRASILEIRA-SP	Não	Não	19/02/2018	
Não					
6.376.005	1,103%	0	0,000%	6.376.005	1,103%
HG SENTA PUA FIA					
08.613.315/0001-16	BRASILEIRA-SP	Não	Não	15/04/2020	
Não					
144.000	0,025%	0	0,000%	144.000	0,025%
LC EH Participações e Empreendimentos S/A					
02.986.755/0001-32	BRASILEIRA-SP	Não	Não	08/11/2010	
Não					
80.282.970	13,892%	0	0,000%	80.282.970	13,892%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OUTROS					
421.728.926	72,974%	0	0,000%	421.728.926	72,974%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 20/05/2020					
10.157.190	1,758%	0	0,000%	10.157.190	1,758%
TOTAL					
577.913.181	100,000%	0	0,000%	577.913.181	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
HG SENTA PUA FIA				**08.613.315/0001-16**	
Laércio José de Lucena Cosentino					
032.737.678-39	BRASILEIRA-SP	Não	Não	19/02/2018	
Não					
2.785.041	99,840	0	0,000	2.785.041	99,840
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino					
306.743.308-46	Brasileiro-SP	Não	Não	30/01/2008	
Não					
4.355	0,160	0	0,000	4.355	0,160
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
2.789.396	100,000	0	0,000	2.789.396	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
LC EH Participações e Empreendimentos S/A				**02.986.755/0001-32**	
Ernesto Mário Haberkorn					
029.258.698-15	BRASILEIRA-SP	Não	Não	08/02/2018	
Não					
109.019	19,962	92.351	16,910	201.370	36,873
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Laércio José de Lucena Cosentino					
032.737.678-39	BRASILEIRA-SP	Não	Não	19/02/2018	
Não					
344.745	63,126	0	0,000	344.745	63,126
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
453.764	83,089	92.351	16,910	546.115	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	16.546
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	235
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1.019

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	480.228.410	83,097%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	480.228.410	83,097%

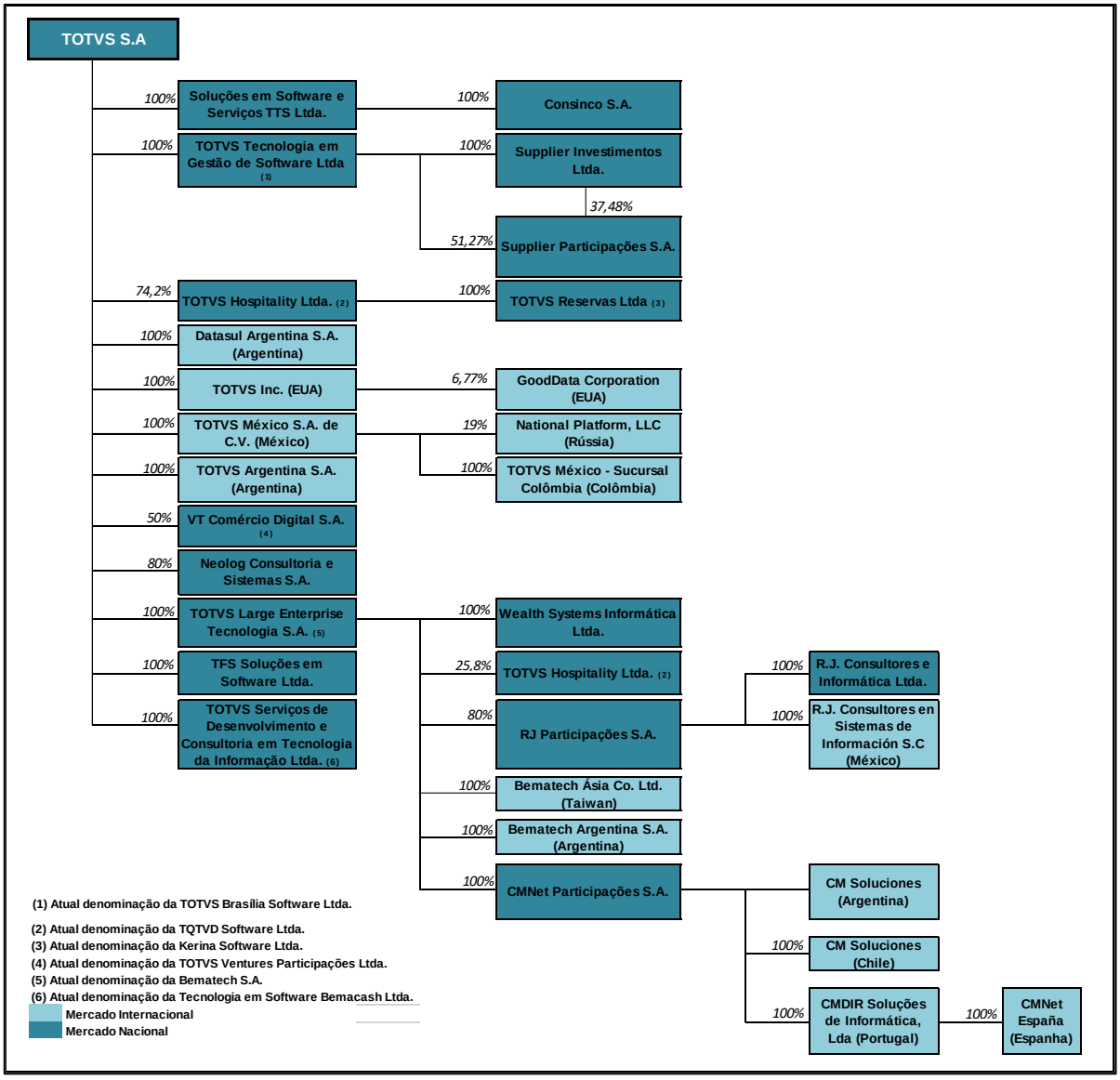
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Acionistas

TOTVS S.A	
100,000%	
13,892%	LC EH Participações e Empreendimentos S/A (*)
5,207%	Constellation Investimentos e Participações Ltda.
5,041%	Itaú Unibanco S.A
1,103%	Laércio José de Lucena Cosentino
0,025%	HG Senta Pua Fia (*)
1,758%	Ações em Tesouraria
72,974%	Outros *(free float)*

(*) Laércio José de Lucena Cosentino e Ernesto Haberkon detêm participação no fundo HG Senta Pua Fia e LC EH Participações e Empreendimentos S/A.

Grupo Econômico (Organograma da Companhia em 29 de maio de 2020)



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

A Administração não tem conhecimento de existência de acordo entre os acionistas da Companhia.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Não se aplica, haja vista que não há grupo de controle na Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

a. Evento

Alienação da totalidade da participação da Companhia na Bematech Hardware Ltda.

b. principais condições do negócio

Alienação pelo montante de R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação.

c. sociedades envolvidas

TOTVS S.A., Bematech S.A. e Bematech Hardware Ltda.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não houve efeito relevante no quadro acionário da Companhia resultante da operação.

e. quadro societário antes e depois da operação

vide item 15.8

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não Aplicável

15.7 - Principais Operações Societárias

a. Evento

Alienação da totalidade da participação da Companhia na Bematech International Corporation (“BIC”)

b. principais condições do negócio

Alienação pelo montante de USD 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares), sujeito a determinados ajustes, conforme termos do SPA (Stock Purchase Agreement - “SPA”)

c. sociedades envolvidas

TOTVS S.A., Bematech S.A. e Bematech International Corporation.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não houve efeito relevante no quadro acionário da Companhia resultante da operação.

e. quadro societário antes e depois da operação

vide item 15.8

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não Aplicável

15.7 - Principais Operações Societárias

a. Evento

Alienação da totalidade da participação da Companhia na CIASHOP S.A.

b. principais condições do negócio

Alienação pelo montante de R$21.175.000,00 (vinte e um milhões cento e setenta e cinco mil reais), sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação.

c. sociedades envolvidas

TOTVS S.A., CIASHOP S.A.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não houve efeito relevante no quadro acionário da Companhia resultante da operação.

e. quadro societário antes e depois da operação

vide item 15.8

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não Aplicável

15.7 - Principais Operações Societárias

a. Evento

Aquisição pela TOTVS Tecnologia em Software de Gestão Ltda. de 88,8% do Capital da SUPPLIER PARTICIPAÇÕES S.A., detentora da totalidade das ações da SUPPLIER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A.

b. principais condições do negócio

Aquisição pelo montante R$455,2 milhões (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões e duzentos mil reais), sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação. Adicionalmente, também está previsto o pagamento de preço de compra complementar condicionado ao atingimento de metas estabelecidas para a SUPPLIER relativas aos exercícios de 2020 e 2021.

c. sociedades envolvidas

TOTVS S.A., TOTVS Tecnologia em Software de Gestão Ltda., SUPPLIER PARTICIPAÇÕES S.A., SUPPLIER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não houve efeito relevante no quadro acionário da Companhia resultante da operação.

e. quadro societário antes e depois da operação

A operação foi finalizada durante o exercício social corrente, em 30/04/20. Vide quadro do item 15.4.

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não Aplicável

15.7 - Principais Operações Societárias

a. Evento

Aquisição pela Soluções em Software e Serviços TTS Ltda. (“TTS”) de ações que representam 100% do capital social da CONSINCO S.A. (“CONSINCO”)

b. principais condições do negócio

Aquisição pelo montante de R$197 milhões (cento e noventa e sete milhões de reais) aos vendedores na data de fechamento da transação. Adicionalmente, o Contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar de até R$55 milhões (cinquenta e cinco milhões de reais) sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a CONSINCO relativas aos exercícios de 2020 e 2021 e ao cumprimento de outras condições.

c. sociedades envolvidas

TOTVS S.A., Soluções em Software e Serviços TTS Ltda., CONSINCO S.A.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não houve efeito relevante no quadro acionário da Companhia resultante da operação.

e. quadro societário antes e depois da operação

A operação foi finalizada durante o exercício social corrente, em 30/01/20. Vide quadro do item 15.4

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não Aplicável

15.7 - Principais Operações Societárias

a. Evento

Aquisição pela TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. (“TOTVS Large”) de quotas que representam 100% do capital social da WEALTH SYSTEMS INFORMÁTICA LTDA. (“WEALTH SYSTEMS”)

b. principais condições do negócio

Aquisição pelo montante de R$27,0 milhões (vinte e sete milhões), sujeito a ajustes, dos quais R$16,7 milhões (dezesseis milhões e setecentos mil reais) pagos à vista aos vendedores e R$10,3 milhões (dez milhões e trezentos mil reais) a serem pagos em fevereiro de 2021. Adicionalmente, também está previsto o pagamento de preço de compra complementar variável conforme o atingimento de metas estabelecidas para a WEALTH SYSTEMS no exercício de 2023.

c. sociedades envolvidas

TOTVS S.A., TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A., WEALTH SYSTEMS INFORMÁTICA LTDA.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não houve efeito relevante no quadro acionário da Companhia resultante da operação.

e. quadro societário antes e depois da operação

A operação foi realizada em 08/04/20. Vide quadro do item 15.4.

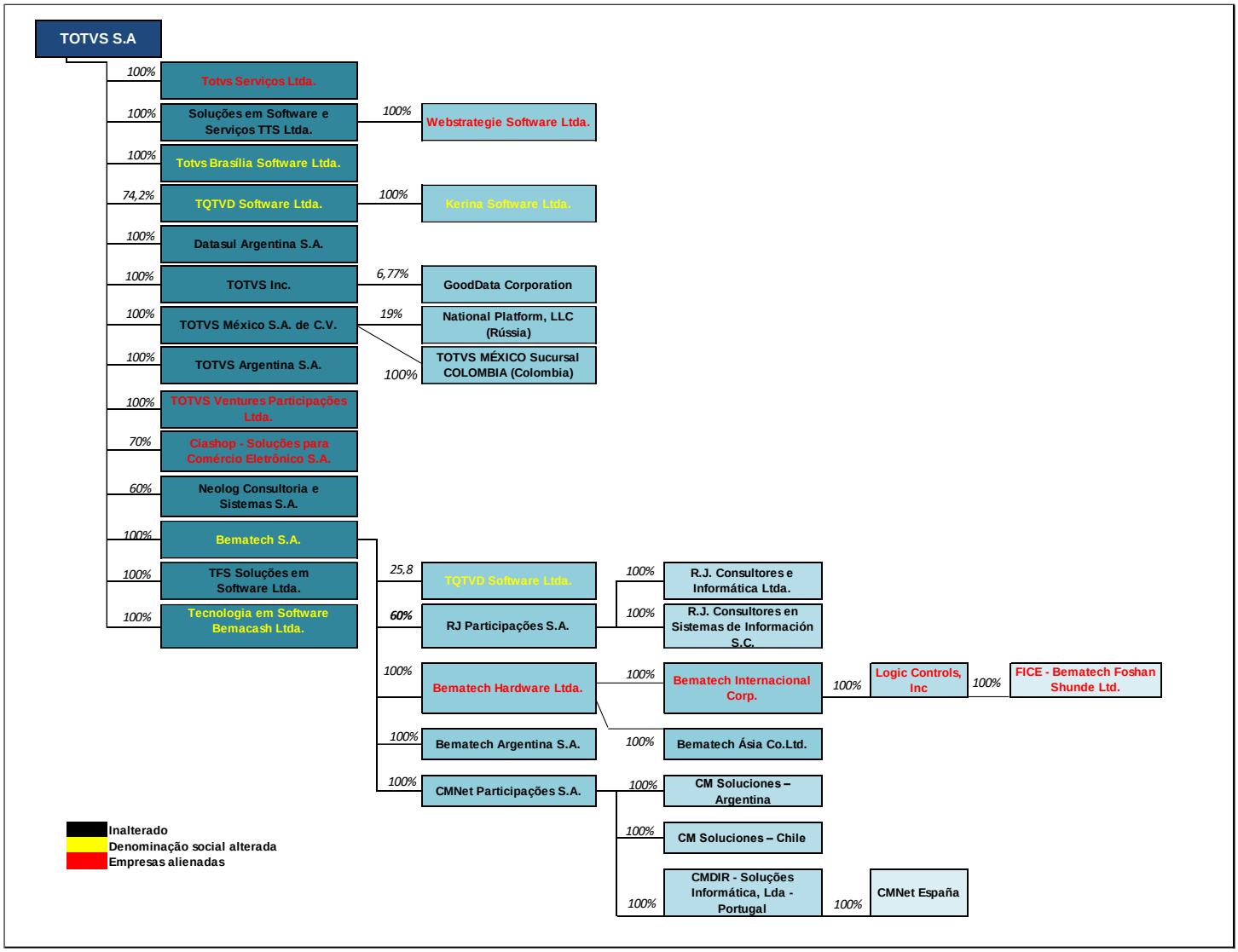
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não Aplicável

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

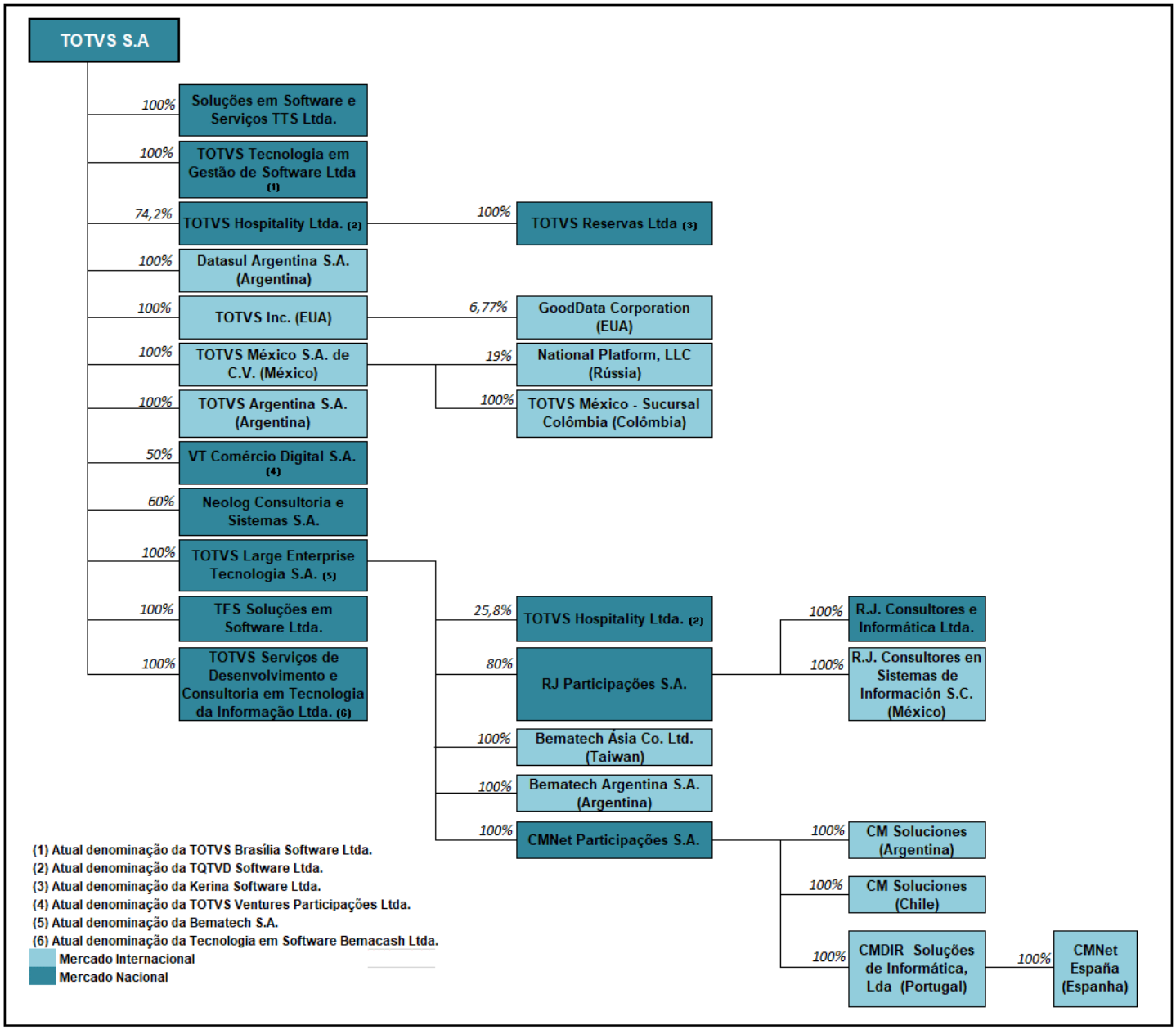
Em complemento ao item 15.7, apresentamos abaixo o organograma da empresa em 31/12/2018 e 31/12/2019 afim de apresentar as movimentações societárias ocorridas durante o exercício de 2019.

- **Organograma da Companhia em 31/12/2018:**



15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

- **Organograma da Companhia em 31/12/2019:**



16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são sempre realizadas com a observância da Lei das Sociedades por Ações e das melhores práticas de governança corporativa, sendo contratadas em preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou a quaisquer outras partes. Além disso, as operações realizadas pela Companhia, inclusive aquelas contratadas com partes relacionadas, são sempre amparadas pelas devidas análises prévias de suas condições e do estrito interesse da TOTVS em sua realização. Nesse sentido, a Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos em relação às condições praticadas no mercado, bem como as particularidades de cada operação (tais como prazos, valores, atendimento a padrões de qualidade etc.). Participam das referidas negociações indivíduos sem interesses pessoais nas matérias negociadas.

A Companhia possui ainda uma política de partes relacionadas com todos os procedimentos, princípios e metodologia de aprovação de transações com partes relacionadas e administração de situações de potencial conflito de interesses. Essa política foi revisada e aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2019, tornada pública em 20 de março de 2019, e está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, em www.ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos.

Dentre os principais pontos dessa política, destacam-se os seguintes:

- Cada pessoa chave da Administração ou com influência significativa deve preencher anualmente um questionário destinado à coleta de informações sobre as partes a ela relacionadas, de acordo com as definições de referida política, e sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenha ciência, cabendo-lhe informar os membros próximos da família e administradores de suas entidades relacionadas, se for o caso.

- A área de Compliance da TOTVS manterá um cadastro atualizado com a identificação do pessoal-chave da Administração, ou com influência significativa, bem como as partes relacionadas, que deverá ser consultado pelos responsáveis por transações antes da sua conclusão, para verificar se a respectiva transação pode ser uma transação com parte relacionada.

- O pessoal-chave da Administração da Companhia ou com influência significativa será instruído, e periodicamente orientado, sobre a obrigação de informar à Diretoria de Riscos e Compliance sobre qualquer potencial transação da Companhia com parte relacionada de que tenha conhecimento.

- Qualquer transação que, eventualmente, possa se enquadrar como uma transação com parte relacionada deve ser reportada à área de Compliance, responsável por emitir parecer, em conjunto com o Departamento Jurídico, para determinar se a transação de fato constitui uma Transação com Parte Relacionada submetida aos procedimentos de referida política.

- As referidas transações devem ser instruídas com as informações necessárias à sua análise, além de evidências e opinião do gestor responsável pela condução da transação de que (a) há motivos claramente demonstráveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a transação com a parte Relacionada, e (b) a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a, ou por um, terceiro não relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, tendo em conta ainda o seu custo de monitoramento pela Companhia.

- Toda transação com parte relacionada deve ser submetida à aprovação do Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da TOTVS. Para tanto, a transação deve ser previamente submetida ao Comitê de Auditoria da TOTVS, instruída por parecer da área de Compliance e do Departamento Jurídico, responsável por avaliar se as diretrizes de referida política foram observadas na instrução do processo sobre a transação em análise.

- As transações com partes relacionadas devem ser celebradas por escrito, especificando-se suas principais características e condições, tais como preço, prazos, garantias, condições de rescisão, responsabilidade pelo recolhimento de tributos e obtenções de licenças, entre outras. Dentre essas características também deverá constar expressamente a possibilidade de resilição, pela Companhia de qualquer transação com parte relacionada que seja de trato sucessivo, em condições equivalentes àquelas disponíveis nos contratos com partes não relacionadas.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

- Os membros do Conselho de Administração ou o Conselho de Administração, assim como o Comitê de Auditoria e seus membros, a seu critério, terão acesso a todos os documentos relacionados às transações com partes relacionadas, incluindo quaisquer pareceres ou opiniões técnicas que tenham recebido.

- O Conselho de Administração deve definir o conteúdo e o formato das informações consideradas necessárias para sua deliberação a respeito de uma transação com parte relacionada, as quais serão distribuídas juntamente com a convocação da reunião em que a transação será submetida à análise.

- O Conselho de Administração poderá aprovar a transação com parte relacionada caso conclua, de boa-fé, que a transação é equitativa e de interesse da Companhia, bem como, a seu critério, condicionar a aprovação da referida transação às alterações que julgar necessárias para que a mesma ocorra de maneira equitativa e no interesse da Companhia.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
VIP VII Empreendimentos e Participações S.A.	21/10/2013	245.440.998,27	R$185.550.282,87	-	02/03/2027	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a VIP VII - Empreedimentos e Participações Ltda. "VIP VII", na qual Laércio José de Lucena Cosentino detinha diretamente 48,392% e, indiretamente, 41,964% de participação e Marcelo Eduardo Sant´Anna Cosentino detinha diretamente, 0,254% do capital da referida parte relacionada. No dia 04 de dezembro de 2019, o contrato de aluguel da sede da Companhia deixou de configurar como parte relacionada, visto que a VIP VII – Empreendimentos e Participações S.A. teve sua composição societária alterada e não pertence mais a acionistas e administradores da TOTVS.						
Objeto contrato	Locação de imóvel comercial na modalidade built to suit (construído sob medida) para a nova sede social da Companhia na cidade de São Paulo, localizado na Avenida Braz Leme, 1000.						
Garantia e seguros	Fiança prestada por TOTVS Serviços Ltda. Obrigação da Companhia de contratar seguro contra riscos de fogo, vendaval, inundação, raio, explosão referente ao prédio, seus pertences e acessórios, pelo valor equivalente a 96 vezes o aluguel mensal.						
Rescisão ou extinção	Caso a Companhia rescinda o contrato antes do prazo de 10 anos, será aplicada uma multa correspondente a 70% dos alugueis remanescentes.						
Natureza e razão para a operação	Locação da sede social da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	01/06/2016	4.771.200,00	4.024.967,28	1.883.192,64	31/03/2023	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda. ("VIP IV"), detida, indiretamente, por Laércio José de Lucena Cosentino, titular de 39,5% do capital da VIP IV.						
Objeto contrato	Contrato de Locação Comercial do imóvel localizado na Av. Braz Leme, n.º 1793, São Paulo/SP. O reajuste do contrato é anual de acordo com a variação do IGP-M no período.						
Garantia e seguros	N/A quanto à garantia. Obrigação da Companhia de contratar seguro contra incêndio para os imóveis, pelo valor atualizado do imóvel.						
Rescisão ou extinção	No caso de infração contratual, multa correspondente ao valor mensal de três aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Locação do datacenter da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Inovalli Administração de Obras, Engenharia e Empreendimentos Imboliários Ltda.	31/12/2019	182.543,19	-	50.199,38	Indeterminado.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A Inovalli figura como cliente TOTVS e possui o produto "FLUIG 100 USUARIOS" e aluguel de Cloud. Laercio José de Lucena Cosentino possui 27,5% do capital social da Inovalli.						
Objeto contrato	Concepção, desenvolvimento, memorial descritivo e a implantação do projeto de interiores da nova sede da TOTVS em São Paulo. Para o acompanhamento e execução da implantação será cobrado 5% sobre todos os serviços e produtos comprados e executados na implantação da nova sede.						
Garantia e seguros	N/A.						
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.						
Natureza e razão para a operação	N/A.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BRASSCOM ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	31/12/2019	248.213,00	R$0	248.213,00	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Laércio José de Lucena Cosentino figura como conselheiro da BRASSCOM.						
Objeto contrato	Contribuição Associativa anual.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Laércio José de Lucena Cosentino figura como conselheiro da BRASSCOM.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Ciashop - Soluções para Comércio Eletrônico S.A.	01/07/2019	160.976,22	-	112.683,35	31/07/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A TOTVS S.A. possuia 70% de participação na Ciashop - Soluções para comércio eletrônico S.A. e os 30% restantes eram detidos pelos acionistas minoritários Maurício José Trezub e Kleber Martins Albertini. Em 14 de junho de 2019, a Superintendência Geral do CADE aprovou, sem restrições, a alienação para a VTEX da totalidade da participação detida até então pela Companhia no capital social da Ciashop S.A, o que representava 70,47% do capital social da CIASHOP.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Custo de taxa de licenciamento até 31/07/2019 quando a empresa fazia parte do grupo.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

O Conselho de Administração da TOTVS S.A. estabeleceu por meio da política mencionada no item 16.1, diretrizes e procedimentos para assegurar que transações entre partes relacionadas e a TOTVS ou suas controladas sejam realizadas no melhor interesse da TOTVS ou de suas controladas, conforme o caso, e sejam fundamentadas em princípios de transparência e comutatividade. Da mesma forma, a política visa a prevenir e administrar situações de potencial conflito de interesses quando da realização de transações envolvendo partes relacionadas.

Para garantir que os mecanismos de proteção definidos na política quanto a conflito de interesses sejam acionados, a política prevê a possibilidade de reporte por qualquer pessoa que tenha conhecimento de situação que possa se enquadrar como uma Transação com Parte Relacionada, cabendo à área de Compliance, em conjunto com o Departamento Jurídico, emitir parecer para determinar se a transação de fato constitui uma Transação com Parte Relacionada submetida aos procedimentos da política.

Além disso, nas situações nas quais as transações com partes relacionadas necessitem de aprovação, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se for solicitada, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Na análise, o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria devem considerar os seguintes fatores: (a) Se há motivos claramente demonstráveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a Transação com a Parte Relacionada; (b) Se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a, ou por um, terceiro não relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, levando-se em conta o custo de monitoramento da transação pela Companhia; (c) Os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver; (d) Se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado; (e) A metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação; e (f) A extensão do interesse da parte relacionada na transação, considerando o montante da transação, a situação financeira da parte relacionada, a natureza direta ou indireta do interesse da parte relacionada na transação e a natureza contínua ou não da transação, além de outros aspectos que considere relevantes.

No processo de aprovação de Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria deverão analisar as seguintes informações, além de outras que julguem relevantes para a análise da transação especifica: (a) Os termos da transação; (b) O interesse da parte relacionada e o impacto da aprovação da transação em sua dedicação para com a TOTVS; (c) O objetivo e oportunidade da transação; (d) Se a Companhia é parte na transação e, se não, a natureza de sua participação; (e) Se a transação envolver a venda de um ativo, a descrição do ativo, incluindo data de aquisição e valor contábil ou custo atribuído; (f) Informações sobre as potenciais contrapartes na transação; (g) O montante financeiro aproximado da transação, bem como o valor do interesse da parte relacionada; (h) Descrição de eventuais provisões ou limitações impostas à Companhia como resultado da celebração da transação; (i) Se a transação envolve algum risco reputacional para a Companhia; e (j) Qualquer outra informação que possa ser relevante para os acionistas e investidores, diante das circunstâncias da transação específica.

Na locação da sede da Companhia, o processo de análise e seleção do imóvel foi realizado por meio de uma consultoria independente. Além disso, a consultoria também conduziu o processo de negociação financeira das alternativas. O Comitê de Remuneração e Gente e o Comitê de Auditoria da Companhia revisaram tanto os estudos realizados pela consultoria, quanto as cláusulas contratuais de proteção da TOTVS, na hipótese de não cumprimento do cronograma de execução da obra e/ou das especificações técnicas, e recomendaram a aprovação da transação pelo Conselho de Administração.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas a este item.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
27/04/2020	1.382.508.564,43		577.913.181	0	577.913.181
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
27/04/2020	1.382.508.564,43		577.913.181	0	577.913.181
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
27/04/2020	1.382.508.564,43		577.913.181	0	577.913.181
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
28/05/2019	1.382.508.564,43		192.637.727	0	192.637.727
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
28/05/2019	1.382.508.564,43		192.637.727	0	192.637.727
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
28/05/2019	1.382.508.564,43		192.637.727	0	192.637.727
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
16/05/2019	2.500.000.000,00		0	0	0
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
05/04/2018	1.041.228.564,43		165.637.727	0	165.637.727
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
05/04/2018	1.041.228.564,43		165.637.727	0	165.637.727
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
05/04/2018	1.041.228.564,43		165.637.727	0	165.637.727

Tipo de capital	Capital Autorizado				
20/04/2017	1.300.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/04/2017	Conselho de Administração	20/04/2017	448.466.498,84	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

05/04/2018	Conselho de Administração	05/04/2018	51.387.796,01	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

22/05/2019	Conselho de Administração	28/05/2019	341.280.000,00	Subscrição pública	27.000.000	0	27.000.000	32,78776665	12,64	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Aprovar o pre- o de R$39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos) para a emiss«o, pela Companhia, de cada a- «o ordin§ria no contexto da Oferta (ñPre- o por A- «oò), o qual foi fixado ap· s a conclus«o do procedimento de coleta de inten- »es de investimento realizado exclusivamente junto a investidores institucionais (ñProcedimento de Bookbuildingò), tendo como par©metro: (i) a cota- «o das a- »es ordin§rias de emiss«o da Companhia na B3 S.A. ï Brasil, Bolsa, Balc«o (ñB3ò); e (ii) as indica- »es de interesse em fun- «o da qualidade e quantidade da demanda (por volume e pre- o) pelas a- »es. Nos termos do artigo 170, par§grafo 1Ü inciso III, da Lei n.Ü6.404, de 15 de dezembro de 1976 (ñLei das Sociedades por A- »esò), a escolha do crit®rio para determina- «o do Pre- o por A- «o ®justificada por ter sido aferido por meio da realiza- «o do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, n«o promovendo a dilui- «o injustificada dos acionistas da Companhia.

Determinar que, do Pre- o por A- «o de R$39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos): (i) R$12,64 (doze reais e sessenta e quatro centavos) sejam destinados ao capital social, totalizando o montante de R$341.280.000,00 (trezentos e quarenta e um milh»es, duzentos e oitenta mil reais); e (ii) o saldo, de R$26,86 (vinte e seis reais e oitenta e seis centavos) por a- «o, seja destinado ¨ forma- «o de reserva de capital, na forma do disposto na al²nea áaôdo ? 1Ü do Art. 182 da Lei das Sociedades por A- »es, totalizando o montante de R$725.220.000,00 (setecentos e vinte e cinco milh»es, duzentos e vinte mil reais).

Forma de integralização

Integralizadas à vista no ato de susbcrição em moeda corrente nacional (R$).

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
27/04/2020	192.637.727	0	192.637.727	577.913.181	0	577.913.181

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital social.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Em complemento ao item 17.3

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020, foi aprovado o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para três ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social. Para fins de esclarecimento, para cada ação ordinária de sua titularidade o acionista receberá, em função do desdobramento, mais duas ações da mesma espécie, ficando, ao final, com três ações ordinárias da Companhia (1:3). Como consequência, o número de ações ordinárias em que se divide o capital da Companhia passou de 192.637.727 para 577.913.181.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	As ações garantem aos seus titulares direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, de acordo com o Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações ordinárias direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações ordinárias, na proporção de suas participações no capital social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Vide item 18.12 deste Formulário
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.12 deste Formulário
Outras características relevantes	A TOTVS está listada no “Novo Mercado”, o mais avançado nível de governança corporativa das empresas listadas na BM&FBOVESPA, e adota práticas que excedem as exigências da legislação com referência à governança corporativa e aos direitos dos acionistas, conforme regras do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Limite de Voto

Não há regras no Estatuto Social que limitem ou restrinjam o direito de voto dos acionistas da Companhia. No capítulo VII, do Estatuto Social da Companhia, estão dispostas as regras que dispõem acerca da realização de oferta pública de aquisição de ações na hipótese de alienação do controle acionário, aquisição de participação relevante, cancelamento do registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado.

Ofertas

A seguir são transcritos os artigos do Estatuto Social da Companhia com previsão de eventos relacionados à obrigação de realização de Oferta Pública:

Artigo 42 - A Alienação do Controle (conforme definido no Parágrafo 1º do Artigo 42 do Estatuto Social) da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição ("OPA") das ações de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante (conforme definido no Parágrafo 1º abaixo).

Parágrafo 1º - Para fins do Estatuto Social, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados: "**Acionista Controlador**" - significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia. "**Acionista Controlador Alienante**" - significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia. "**Ações de Controle**" - significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia. "**Adquirente**" significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere valores mobiliários que venham a resultar na Alienação de Controle da Companhia. "**Alienação de Controle da Companhia**" - significa a transferência a terceiro, a título oneroso, de Ações de Controle, de valores mobiliários conversíveis em ações com direito a voto, cessão de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia que venham a resultar na aquisição do Poder de Controle por parte do Adquirente. "**Grupo de Acionistas**" significa o grupo de pessoas: **(i)** vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou **(ii)** entre os quais haja relação de controle; ou **(iii)** sob controle comum. "**Poder de Controle**" significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. "**Valor Econômico**" - significa o valor da Companhia e de suas ações que vierem a ser determinados por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Parágrafo 2º – Caso a aquisição do controle também sujeite o Adquirente do Controle à obrigação de realizar a OPA exigida pelo Artigo 43 do Estatuto Social, o preço de aquisição na OPA será o maior entre os preços determinados em conformidade com o Artigo 42 e o Artigo 43, Parágrafo 2° do Estatuto Social da Companhia.

Artigo 43 - Qualquer acionista ou pessoa, que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma OPA da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da B3 e os termos do Artigo 43 do Estatuto Social.

Parágrafo 1º - A OPA deverá ser: **(i)** dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; **(ii)** efetivada em leilão a ser realizado na B3; **(iii)** lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social; e **(iv)** paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre **(i)** 125% (cento e vinte e cinco por cento) da cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 12 (doze) meses anterior à realização da OPA em qualquer bolsa

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

de valores em que as ações da Companhia forem negociadas; **(ii)** 125% (cento e vinte e cinco por cento) do preço unitário mais alto pago pelo acionista ou pessoa, a qualquer tempo, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia; **(iii)** o Valor Econômico apurado em laudo de avaliação.

Parágrafo 3º - Acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, poderão solicitar a elaboração de novo laudo de avaliação, preparado nos mesmos moldes daquele referido no item **(iii)** do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, mas por instituição diversa. **(I)** Caso o novo laudo apure preço por ação inferior àquele calculado na forma do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, o preço maior prevalecerá e os acionistas que solicitaram a elaboração do laudo deverão arcar integralmente com o seu custo, de forma proporcional à participação dos mesmos no capital social da Companhia. **(II)** Na hipótese de o laudo previsto neste Parágrafo apurar preço por ação superior àquele obtido na forma do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, o acionista ou pessoa poderá: **(1)** desistir da OPA, obrigando-se a alienar o excesso de participação no prazo de três meses contados da aquisição, devendo os custos com a elaboração do novo laudo ser integralmente assumidos pelos acionistas que solicitaram a sua elaboração, de forma proporcional à participação dos mesmos no capital social da Companhia; **(2)** realizar a OPA pelo preço por ação indicado no novo laudo, devendo os custos com a elaboração do mesmo ser assumidos pela Companhia.

Parágrafo 4º - Na hipótese de revisão do preço da OPA, na forma prevista no Parágrafo 3º do Artigo 43 do Estatuto Social, e desde que não haja desistência do acionista ou pessoa, o leilão será iniciado pelo novo preço, devendo ser publicado fato relevante informando sobre a revisão do preço e a manutenção ou desistência da OPA.

Parágrafo 5º - Na revisão do preço da OPA adotar-se-á o seguinte procedimento:

(i) o pedido de elaboração de novo laudo de avaliação do preço por ação da Companhia com base no Valor Econômico, devidamente fundamentado e acompanhado de elementos de convicção que demonstrem a falha ou imprecisão no emprego da metodologia de cálculo ou no critério de avaliação adotado, deverá ser formulado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da divulgação do valor da oferta pública, e suspenderá o curso do processo de registro ou, se já concedido este, o prazo do edital da OPA, adiando o respectivo leilão, devendo o acionista ou pessoa providenciar a publicação de fato relevante dando notícia do adiamento e da data designada para a realização da reunião do Conselho de Administração que deliberará sobre a escolha de empresa especializada que elaborará o laudo;

(ii) caso o Conselho de Administração delibere pela não realização de nova avaliação da Companhia, será retomado o curso do processo de registro, ou da própria OPA pelo prazo remanescente, conforme o caso, devendo o acionista ou pessoa providenciar, nesta última hipótese, a publicação de fato relevante, com a nova data de realização do leilão;

(iii) caso o laudo de avaliação venha a apurar valor igual ou inferior ao valor da OPA obtido na forma do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, será retomado o curso do processo de registro, ou da própria OPA pelo prazo remanescente, conforme o caso, devendo o acionista ou pessoa providenciar, nesta última hipótese, a publicação de fato relevante, com a nova data de realização do leilão;

(iv) caso o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor da OPA obtido na forma do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, o acionista ou pessoa deverá publicar, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da apresentação do laudo, fato relevante informando se mantém a OPA ou dela desiste, esclarecendo, na primeira hipótese, que será retomado o curso do processo de registro, ou da própria OPA pelo prazo remanescente, conforme o caso, devendo o acionista ou pessoa providenciar, nesta última hipótese, a publicação de fato relevante, com a nova data de realização do leilão e o novo preço;

(v) o prazo de 15 (quinze) dias referido no inciso (i) do Parágrafo 5º somente começará a correr após a entrega do laudo de avaliação original à CVM, ou após a sua disponibilização na forma do item (viii) do Parágrafo 5º do Artigo 43 do Estatuto Social, se esta ocorrer antes, devendo o acionista ou pessoa publicar fato relevante, dando notícia de tal entrega;

(vi) a reunião do Conselho de Administração que deliberar pela realização de nova avaliação deverá nomear o responsável pela elaboração do laudo, aprovar a sua remuneração, estabelecer prazo não superior a 30 (trinta) dias para o término dos serviços e determinar que o laudo seja encaminhado à Companhia, na pessoa de seu

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Diretor de Relações com Investidores, à bolsa de valores em que deva realizar-se o leilão e à CVM, além de ser encaminhado também ao endereço eletrônico desta última, no formato específico indicado pela CVM;

(vii) a instituição responsável pela elaboração do laudo de avaliação deverá ainda, na mesma data da entrega do laudo à CVM, comunicar à instituição intermediária que atuar na OPA, conforme previsto no Artigo 4º, IV da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002 ("Instrução CVM 361"), o resultado da avaliação, para que esta e o acionista ou pessoa adotem as providências cabíveis, dentre aquelas previstas nos incisos (iii) e (iv) do Parágrafo 5º do Artigo 43 do Estatuto Social;

(viii) o laudo de avaliação de que trata este Parágrafo 5º ficará disponível nos mesmos lugares, e no mesmo formato, do laudo de avaliação de que trata o Artigo 8 da Instrução CVM 361;

(ix) a ata da reunião do Conselho de Administração a que se refere este Parágrafo 5º indicará, necessariamente, o nome dos acionistas que solicitaram a realização de nova avaliação, para efeito de eventual aplicação do disposto no Parágrafo 3º, (I) e (II.2) do Artigo 43 do Estatuto Social.

Parágrafo 6º - A realização da OPA mencionada no caput do Artigo 43 do Estatuto Social não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 7º - O acionista ou pessoa estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 8º - Na hipótese do acionista ou pessoa não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos **(i)** para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou **(ii)** para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, ou com as obrigações previstas no Artigo 52 do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o acionista ou pessoa não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista ou pessoa que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do acionista ou pessoa por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo 9º - Qualquer acionista ou pessoa que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, estará igualmente obrigado a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos sobre ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste Artigo.

Parágrafo 10 - As obrigações constantes do Artigo 254-A da Lei de Sociedade por Ações e do Artigo 42 do Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo acionista ou pessoa das obrigações constantes do Artigo 43 do Estatuto Social, ressalvado o disposto nos Artigos 50 e 51 do Estatuto Social.

Parágrafo 11 - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência: **(i)** de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 (sessenta) dias contados do evento relevante; **(ii)** da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; **(iii)** da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; ou **(iv)** da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Parágrafo 12 - Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no caput do Artigo 43 do Estatuto Social, não serão computados os acréscimos involuntários

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo 13 - Caso a regulamentação da CVM, aplicável à OPA prevista neste Artigo, determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste Artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo 14 - A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste Artigo ou a exclusão do Artigo 43 do Estatuto Social obrigará os acionistas que tiverem votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembleia Geral a realizar a OPA prevista neste Artigo, observado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 10 do Estatuto Social.

Artigo 44 - A oferta pública de aquisição de ações, a ser realizada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, deverá ser realizada por preço justo, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 45 - A saída voluntária do Novo Mercado poderá ocorrer (i) independentemente da realização de oferta pública de aquisição de ações, na hipótese de dispensa aprovada pela Assembleia Geral da Companhia, na forma do art. 12, desse Estatuto Social, ou (ii) inexistindo tal dispensa, se precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos:

(i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida no Artigo 4º- A da Lei nº 6.404/76; e
(ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

Parágrafo 1º - Para os fins do art. 45, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da oferta pública de aquisição de ações, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de companhia aberta para cancelamento de registro.

Parágrafo 2º - Caso atingido o quórum mencionado no parágrafo acima: (i) os aceitantes da oferta pública de aquisição de ações não poderão ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação editada pela CVM aplicável as ofertas públicas de aquisição de ações, e (ii) o ofertante ficará obrigado a adquirir ações em circulação remanescentes pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final da oferta pública de aquisição de ações, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital e da regulamentação em vigor, o que deverá ocorrer, em no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

Artigo 46 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 45 acima.

Parágrafo 1º - A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo 2º - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Parágrafo 3º - Na oferta pública de aquisição de ações para fins do disposto neste artigo, serão observados os procedimentos para oferta pública de cancelamento de registro.

Artigo 47 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a B3 determinar que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no caput do Artigo 47 do Estatuto Social não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia.

Parágrafo 2º - O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no caput e no Parágrafo 1º do Artigo 47 do Estatuto Social deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela B3 para esse fim, o que for menor.

Artigo 48 - A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, nos termos do artigo 45 do Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

Parágrafo 2º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Parágrafo 3º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo 4º - Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.
Artigo 49 - O laudo de avaliação da Companhia para fins de determinação do preço justo e/ou Valor Econômico, conforme o caso, deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou dos Acionistas Controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8 da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo 8.

Parágrafo Único - Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição das ações, conforme o caso, ressalvado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 43 do Estatuto Social.

Artigo 50 - É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 51 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da OPA prevista neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista,

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a OPA até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Artigo 52 - Qualquer acionista ou pessoa que tenha subscrito e/ou adquirido ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 8% (oito por cento) do capital social da Companhia e que deseje realizar uma nova aquisição de ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, estará obrigado a, previamente a cada nova aquisição, comunicar por escrito à Companhia, sua intenção de adquirir outras ações de emissão da Companhia, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data prevista para a realização da nova aquisição de ações, observados sempre os termos da legislação vigente, da regulamentação da CVM e os regulamentos da B3 aplicáveis.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação.

Não há cláusulas estatutárias suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social **31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.208.652.156	39,40	28,27	R$ por Unidade	34,14
30/06/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.114.712.160	45,28	38,50	R$ por Unidade	41,72
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.040.235.370	58,00	43,70	R$ por Unidade	51,67
31/12/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.272.515.020	68,70	56,21	R$ por Unidade	62,39

Exercício social **31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	879.869.170	29,84	23,75	R$ por Unidade	26,54
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	709.732.443	31,14	23,80	R$ por Unidade	27,30
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	858.553.101	32,06	26,50	R$ por Unidade	29,23
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	779.167.786	33,65	28,75	R$ por Unidade	30,75

Exercício social **31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	762.716.038	28,63	23,59	R$ por Unidade	26,29
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	706.247.636	31,68	27,50	R$ por Unidade	29,37
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	560.837.243	32,30	28,73	R$ por Unidade	30,87
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	916.579.836	34,65	29,56	R$ por Unidade	31,68

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Emissão de Debêntures Simples - TOTVS
Data de emissão	15/09/2017
Data de vencimento	15/09/2020
Quantidade (Unidades)	200.000
Valor total (Reais)	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	202.973.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definido no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, e depois de decorridos 90 dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A TOTVS poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures, que será endereçada a todos os debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os debenturistas, para aceitar ou não resgate antecipado das debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica
Outras características relevantes	Aquisição Facultativa: A emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, adquirir debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3, da Lei das Sociedades por Ações e as restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476. As debêntures adquiridas pela emissora poderão ser canceladas, ser novamente colocadas no mercado ou permanecer na tesouraria da Emissora, devendo tal fato, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; Demais características das debêntures, da emissão e da Oferta: as demais características das debêntures, da emissão e da oferta encontram-se descritas na escritura de emissão, na RCA e nos demais documentos a elas pertinentes.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures Simples - TOTVS
Data de emissão	22/04/2020
Data de vencimento	22/04/2021
Quantidade (Unidades)	200.000
Valor total (Reais)	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definido no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539” e “Investidores Qualificados”) e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, salvo na hipótese de exercício de garantia firme de colocação das Debêntures pelos Coordenadores no momento da subscrição, nos termos do artigo 13, inciso II, da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Sem prejuízo do disposto nesta cláusula, as disposições do artigo 13 da Instrução CVM 476 encontram-se, nesta data, suspensas em razão da Deliberação CVM nº 849, de 31 de março de 2020 (“Deliberação CVM 849”), quando, alternativa ou cumulativamente, (a) o adquirente for investidor profissional; e (b) tratar-se de valor mobiliário emitido por companhia registrada na CVM.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A TOTVS poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, em uma ou mais vezes, assegurando a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures de que forem titulares (“Oferta de Resgate Antecipado”), de acordo com os termos e condições previstos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica.
Outras características relevantes	Resgate Antecipado Facultativo: Emissora poderá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir de 22 de julho de 2020, inclusive, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data da Primeira Integralização até a data de seu efetivo pagamento (“Saldo Devedor”), acrescido ainda de prêmio de resgate flat incidente sobre o Saldo Devedor correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento) (“Resgate Antecipado Facultativo”). Observação: Conforme Comunicado ao Mercado ("Resgate antecipado de debêntures simples não conversíveis em ações") divulgado em 05 de agosto de 2020, as debêntures foram resgatadas antecipadamente.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	3

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Brasil. Especificamente as ações da Companhia são negociadas na B3– Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código (*ticker*) “TOTS3”, na categoria de maior nível de governança corporativa, o “Novo Mercado”.

As debêntures emitidas pela Companhia são negociadas na B3 e CETIP sob os códigos de negociação TOTS11 e TOTS12.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Inexistem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Inexistem títulos emitidos no exterior

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

1ª Emissão de Debêntures

Em 15 de setembro de 2017, a Companhia emitiu 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, sob regime de garantia firme de colocação, com valor nominal unitário de R$1 mil, no valor total de R$200 milhões e vencimento final em 15 de setembro de 2020. A partir da data de emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 105% do CDI. Para mais informações sobre a emissão de debêntures, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

2ª Emissão de Debêntures

Em 22 de abril de 2020, a Companhia emitiu 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, sob regime de garantia firme de colocação, com valor nominal unitário de R$1 mil, no valor total de R$200 milhões, e vencimento final em 22 de abril de 2021. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 100% do CDI acrescida de sobretaxa (spread) equivalente a 2,65% (dois inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento). Para maiores informações sobre a emissão de debêntures, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

Oferta Restrita de Ações

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 9 de maio de 2019, foi aprovada a realização de oferta pública de distribuição primária com esforços restritos de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de maio de 2019, foi aprovada a fixação do preço por ação no valor de R$39,50 ("Preço por Ação"), perfazendo o montante total de R$1.066.500.000,00.

Foi determinado que, do Preço por Ação de R$39,50: (i) R$12,64 seriam destinados ao capital social, totalizando o montante de R$341.280.000,00; e (ii) o saldo, de R$26,86 por ação, seria destinado à formação de reserva de capital, na forma do disposto no artigo 182, parágrafo 1º, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações, totalizando o montante de R$725.220.000,00.

Em razão do aumento do capital social, no contexto da Oferta, mediante a emissão de 27.000.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia ("Ações"), número este que inclui as Ações Adicionais (conforme definido abaixo), o capital social passou de R$1.041.228.564,43, dividido em 165.637.727 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R$1.382.508.564,43, dividido em 192.637.727 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal

Oferta

A Oferta foi realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM 476, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários atualmente em vigor ("Código ANBIMA") e demais disposições legais aplicáveis, incluindo o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ("Regulamento do Novo Mercado") e o Ofício Circular 087/2014 DP, emitido pela B3 em 28 de novembro de 2014 ("Ofício Circular B3 087/2014 DP"), sob a coordenação de Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan", e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), nos termos do contrato

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

de distribuição da Oferta, celebrado entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta ("Contrato de Distribuição") ("Oferta").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, foram realizados esforços de colocação das ações no exterior, por BTG Pactual US Capital LLC, Morgan Stanley & Co. LLC e J.P. Morgan Securities LLC ("Agentes de Colocação Internacional"), nos termos do "*Placement Facilitation Agreement*", celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"), para Investidores Estrangeiros (conforme definido no Fato Relevante da Oferta).

Não foi admitida e não houve distribuição parcial no âmbito da Oferta.

Ações Adicionais

A quantidade de ações inicialmente ofertadas foi, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em 7.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais"). As Ações Adicionais foram objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Exclusão do Direito de Preferência e Concessão do Direito de Prioridade

No âmbito da Oferta, a emissão das ações (considerando as Ações Adicionais) pela Companhia é realizada com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 9º do estatuto social da Companhia, e tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social.

Nos termos do artigo 9º A da Instrução CVM 476, de forma a assegurar a participação dos atuais acionistas da Companhia na Oferta, foi concedida prioridade aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia (a) ao final do dia 9 de maio de 2019, após o fechamento do mercado ("Primeira Data de Corte"), conforme posição de custódia (i) na Central Depositária de Ativos da B3 ("Central Depositária"), e (ii) na Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia ("Instituição Escrituradora") ("Acionistas"); e (b) ao final do dia 17 de maio de 2019, após o fechamento do mercado ("Segunda Data de Corte"), conforme posição de custódia (i) na Central Depositária; e (ii) na Instituição Escrituradora, observado o Limite de Subscrição Proporcional e desde que permanecessem titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia na Segunda Data de Corte, para subscrição de até a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais) a serem colocadas por meio da Oferta, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia na Segunda Data de Corte, de acordo com os termos e o procedimento previsto no Fato Relevante da Oferta ("Oferta Prioritária").

Preço por Ação

O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, tendo como parâmetro: (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3; e (ii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) pelas Ações, coletadas junto a Investidores Institucionais ("Procedimento de *Bookbuilding*"), e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

O Preço por Ação não é indicativo de preços que prevalecerão no mercado após a conclusão da Oferta.

Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta e a cotação das ações ordinárias de

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

emissão da Companhia na B3, e, portanto, não promovendo a diluição injustificada dos acionistas da Companhia.

Foram consideradas no Procedimento de *Bookbuilding* as demandas dos investidores de acordo com o plano de distribuição previamente acordado entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, e que estivessem de acordo com os objetivos da Companhia na realização da Oferta.

Os Acionistas que participaram exclusivamente da Oferta Prioritária não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação.

No âmbito da Oferta Institucional, não foi aceita a participação de Investidores Institucionais, nos termos do artigo 55 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM n.º 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada, Pessoas Vinculadas, no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais). Como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), foi vedada a colocação de ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta Institucional, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderia promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400, para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas, desde que tais terceiros (i) não sejam Pessoas Vinculadas, e (ii) se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400.

Nos termos da Instrução da CVM n.º 530, de 22 de novembro de 2012, fica vedada a subscrição de ações por investidores que tenham realizado vendas a descoberto de ações ordinárias de emissão da Companhia na data de fixação do Preço por Ação e nos cinco pregões que a antecederam, sendo todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e intenções de investimento de tais investidores automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados devolvidos pelo Agente de Custódia ou pelos Coordenadores da Oferta, conforme o caso, sem juros, correção monetária ou reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados da data de divulgação do cancelamento. São consideradas vendas a descoberto aquelas realizadas por investidores que não sejam titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, ou cuja titularidade resulte de empréstimo ou outro contrato de efeito equivalente. Ademais, são consideradas operações de um mesmo investidor as vendas a descoberto e as aquisições de ações ordinárias de emissão da Companhia realizadas em seu próprio nome ou por meio de qualquer veículo cuja decisão de investimento esteja sujeita à sua influência. Fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor não serão considerados um único investidor para efeito do disposto neste parágrafo, desde que as operações estejam enquadradas nas respectivas políticas de investimento de cada fundo. A vedação prevista neste parágrafo não se aplica nos seguintes casos: (i) operações realizadas por pessoas jurídicas no exercício da atividade de formador de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme definida na norma específica; e (ii) operações posteriormente cobertas por aquisição em mercado da quantidade total de ações ordinárias de emissão da Companhia correspondente à posição a descoberto até, no máximo, dois pregões antes da data de fixação do Preço por Ação.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Oferta Institucional

Após o atendimento do Direito de Prioridade, no âmbito da Oferta Prioritária, as ações (considerando as Ações Adicionais remanescentes foram destinadas à colocação pública junto a (i) investidores profissionais, conforme definidos pelo artigo 9º-A da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio ("Investidores Profissionais"), limitados a, no máximo, 75 Investidores Profissionais e a subscrição de ações limitada a, no máximo, 50 Investidores Profissionais, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476; e (iii) Investidores Estrangeiros (os Investidores Profissionais e os Investidores Estrangeiros, em conjunto, "Investidores Institucionais"), por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional ("Oferta Institucional").

Apresentamos abaixo as seguintes informações relacionadas à Oferta:

Custos da Oferta

As comissões e as despesas da Oferta, incluindo despesas com advogados, consultores, auditores e publicidade, serão pagas exclusivamente pela Companhia.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta:

Custos	Custo Total (R$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta(1)	Custo por Ação (R$)	% em Relação ao Preço por Ação(1)
Comissões da Oferta	**21.330.000,00**	**21.330.000,00**	**0,79**	**2,00%**
Comissão de Coordenação	3.199.500,00	3.199.500,00	0,12	0,30%
Comissão de Colocação	9.598.500,00	9.598.500,00	0,36	0,90%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	3.199.500,00	3.199.500,00	0,12	0,30%
Comissão de Incentivo	5.332.500,00	5.332.500,00	0,20	0,50%
Despesas da Oferta(2)	**7.795.791,45**	**7.795.791,45**	**0,29**	**0,73%**
Tributos e Outras Retenções	2.278.190,37	2.278.190,37	0,08	0,21%
Registro da Oferta pela ANBIMA(3)	43.011,95	43.011,95	0,00	0,00%
Custos da B3	436.989,13	436.989,13	0,02	0,04%
Advogados e Consultores	2.087.600,00	2.087.600,00	0,08	0,20%
Auditor Independente	1.450.000,00	1.450.000,00	0,05	0,14%
Outros(4)	1.500.000,00	1.500.000,00	0,06	0,14%
Total de Comissões e Despesas da Oferta	**29.125.791,45**	**29.125.791,45**	**1,08**	**2,73%**

(1) Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.
(2) Despesas estimadas.
(3) A Oferta será objeto de registro pela ANBIMA, conforme artigo 1º, parágrafo 3º do Código ANBIMA.
(4) Custos com apresentações de *roadshow* e outros.

Além da remuneração prevista acima, nenhuma outra será contratada ou paga aos Coordenadores da Oferta, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

1ª Emissão de Debêntures

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
Os recursos captados com a 1° emissão pública de debênture foram integralmente utilizados para capital de giro, investimentos no âmbito do objeto social da Emissora e/ou pré-pagamento de dívidas.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta de aplicação.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios
Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta de aplicação.

2ª Emissão de Debêntures

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
Os recursos captados com a 2° emissão pública de debêntures serão integralmente utilizados para liquidação programada de R$200,0 milhões correspondente às debêntures da 1ª (primeira) emissão da Companhia, que vencerão em 15 de setembro de 2020, e em preparação para o pagamento de R$455,2 milhões pela aquisição de ações correspondentes a 88,8% do capital social da SUPPLIER PARTICIPAÇÕES S.A.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios
Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

Oferta Restrita de Ações

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
Considerando-se o Preço por Ação, os recursos líquidos provenientes da Oferta, após a dedução das comissões e das despesas, são de R$1.037 milhões. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, vide seção “Custos da Oferta” acima.

Pretendemos investir a totalidade dos recursos líquidos obtidos por meio da Oferta em potenciais aquisições de empresas que possam contribuir para a execução da nossa estratégia de fortalecimento do core business e de expansão para novos mercados, sendo que quaisquer recursos líquidos remanescentes serão utilizados para reforço de capital da Companhia.

Nosso pipeline de potenciais alvos de aquisição (com mais de dez *targets* mapeados) é constantemente atualizado tendo em vista o dinamismo do mercado de tecnologia da informação. Os alvos são avaliados conforme o encaixe com a estratégia da Companhia, disponibilidade do ativo para negociação e estimativa de valor condizente com os patamares praticados pelo mercado, sendo, nesta data, o valor estimado por operação na faixa entre R$25 milhões a R$800 milhões. Para mais detalhes sobre as nossas estratégias de aquisição, ver item ”7.1. Descrição das Atividades Principais do Emissor e suas Controladas” deste Formulário de Referência.

Nesta data, ainda não há uma posição definida sobre quais empresas serão adquiridas pela Companhia e nem quanto tempo tais potenciais negociações levarão para serem finalizadas.

A destinação dos recursos da Oferta será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a Companhia atua, bem como pelas oportunidades de investimento que forem identificadas pela Companhia, além de outros fatores que não se pode antecipar. Enquanto os investimentos acima descritos não forem realizados, no curso regular dos negócios da Companhia, os recursos captados na Oferta poderão ser investidos em aplicações financeiras que a administração da Companhia acredita estarem dentro da sua política de investimento, visando a preservação do capital e investimentos da Companhia com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha, que poderá incluir os Coordenadores.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

A destinação dos recursos acima descrita é baseada em análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Mudanças nas condições de mercado e do momento da destinação dos recursos podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização, visando ao melhor interesse da Companhia. A aplicação dos recursos captados com a Oferta depende de vários fatores que a Companhia não pode garantir que venham a se concretizar, dentre os quais, o comportamento do mercado em que a Companhia atua, a habilidade de dar continuidade às atividades regulares da Companhia, desenvolver novos projetos.

Caso os recursos provenientes da Oferta não sejam suficientes para custear a Destinação de Recursos acima descrita, a Companhia poderá buscar recursos adicionais, inclusive por meio de instituições financeiras, mediante a contratação de empréstimos ou financiamentos diretos, realização de oferta de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados local e internacional ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública de ações de emissão da Companhia. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Companhia em decorrência da Oferta na situação patrimonial da Companhia, vide no item 18.12 em "Capitalização”.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Inexistem ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Complemento ao item 18.1 - reembolso de capital

O direito de reembolso é previsto nos seguintes casos:

Liquidação da Companhia
No caso de liquidação da Companhia, os acionistas têm o direito de receber os montantes relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia. Titulares de ações ordinárias têm o direito de participar de futuros aumentos de capital na Companhia, na proporção de suas participações no capital social, mas não estão obrigados a subscrever ações nestes aumentos de capital.

Direito de Recesso
Qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se da mesma, mediante o reembolso do valor de suas ações com base no valor patrimonial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de recesso poderá ser exercido, dentre outras, nos seguintes eventos:

- cisão da Companhia (observado o disposto abaixo);
- redução do dividendo obrigatório da Companhia;
- mudança do objeto social da Companhia;
- fusão ou incorporação da Companhia em outra sociedade; e
- participação da Companhia em um grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece, ainda, que a cisão da Companhia ensejará direito de recesso nos casos em que ela ocasionar:

- a mudança do objeto, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do objeto social da Companhia.
- a redução do dividendo obrigatório da Companhia; ou
- a participação da Companhia em um grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações.

Nos casos de fusão ou incorporação da Companhia ou, ainda, na participação em grupo de sociedades, os acionistas da Companhia não terão direito de recesso caso suas ações (i) tenham liquidez, ou seja, integrem o índice geral da Bovespa ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM, e (ii) tenham dispersão, de forma que o acionista controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob controle comum detenham menos da metade das ações da espécie ou classe objeto do direito de retirada.

O direito de recesso deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contado da publicação da ata da Assembleia Geral que deliberar a matéria que der ensejo a tal direito. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de recesso nos 10 dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entender que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco a sua estabilidade financeira.

No caso do exercício do direito de recesso, os acionistas terão direito a receber o valor contábil de suas ações, com base no último balanço aprovado pela Assembleia Geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar levantamento de balanço especial levantado em data não anterior a 60 dias antes da deliberação, para avaliação do valor de suas ações. Neste caso, a Companhia deve pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por seus acionistas e o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.

Complemento ao item 18.1 - condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Direito a dividendos: Como a Companhia participa do segmento do Novo Mercado e, portanto, só possui uma espécie de ação (ordinária), o único modo de alteração do dividendo mínimo obrigatório, mencionado no item 18.1(a), é por meio de alteração do próprio Estatuto da Companhia, com a convocação de Assembleia Geral Extraordinária nos termos do artigo 135 da Lei das Sociedades por Ações. O quórum para a aprovação da matéria apreciada em Assembleia Geral Extraordinária será definido nos moldes do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, sendo necessária a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, metade das ações. É importante

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

mencionar, que a redução do dividendo obrigatório é hipótese que pode desencadear o exercício do direito de retirada pelo acionista dissidente, como versa o artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações.

Direito de voto: Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto em todas as deliberações da Assembleia Geral de acionistas. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações sem direito a voto ou com direito de voto restrito.

Direito de reembolso: De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as ações podem ser resgatadas mediante determinação dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, devendo ser aprovado por acionistas que representem, no mínimo, a metade das ações atingidas.

Complemento ao item 18.1 - direito a participação em oferta pública por alienação de controle

Em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, ainda que por meio de operações sucessivas, esta deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações ("OPA") dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do alienante do Controle; (iv) no caso de aquisição de ações da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% do seu capital social, por qualquer acionista, direito de alienação das suas ações por um preço não inferior ao maior valor entre: (a) 125% da cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 12 meses anterior à realização da OPA em qualquer bolsa de valores em que as ações da Companhia forem negociadas; (b) 125% do preço unitário mais alto pago pelo Acionista Adquirente, a qualquer tempo, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia; (c) o valor econômico apurado em laudo de avaliação, na forma prevista no Estatuto Social. Poderá, ainda, ser solicitada a revisão do preço da OPA, por acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo, 10% do capital social, nos termos estabelecidos pelo Estatuto Social da Companhia. Estão excluídos destas obrigações os acionistas que na data da publicação do Anúncio de Início já sejam titulares de 20% ou mais do total de ações da Companhia e seus sucessores, aplicando-se exclusivamente aos investidores que adquiriram ações e se tornaram acionistas da Companhia após a data da eficácia da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado. O percentual de 20% aqui explicitado não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% do total das ações de sua emissão em decorrência (1) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 dias contados do evento relevante; (2) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (3) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; ou (4) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas. Finalmente, para fins do cálculo do percentual de 20% do total de ações de emissão da Companhia, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações; (v) se qualquer investidor vier a se tornar titular de 20% ou mais do capital social da Companhia em razão da aquisição de Ações no âmbito da Oferta, os demais acionistas terão o direito de alienação de suas ações a tal investidor em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada de acordo com o disposto no item (iv) acima, ressalvado, no entanto, que o procedimento da Oferta não terá qualquer limitação à capacidade de um investidor adquirir Ações que o tornem titular de 20% ou mais do capital social da Companhia.

Complemento aos itens 18.9 e 18.10 – Oferta restrita de Ações

Capitalização

A tabela a seguir apresenta os empréstimos e financiamentos, debentures e obrigações por aquisição de investimentos consolidados (circulantes e não circulantes) da Companhia, seu patrimônio líquido e a capitalização, indicando:

- a situação real em 31 de março de 2019;

- a posição ajustada para considerar os recursos líquidos estimados, após a dedução das comissões e das despesas, no montante de R$1.037.374 mil a serem recebidos pela Companhia em função da Oferta.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Para mais informações, vide itens "3. Informações Financeiras Selecionadas", "10. Comentários dos Diretores" e "18. Valores Mobiliários" deste Formulário de Referência.

As informações abaixo, referentes à coluna "Real", foram extraídas das informações trimestrais consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019. O investidor deve ler a tabela abaixo em conjunto com os itens "3. Informações Financeiras Selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" deste Formulário de Referência, bem como com nossas informações trimestrais consolidadas.

	Em 31 de março de 2019	
	Efetivo em 31 de março de 2019	**Ajustado Pós Oferta Base[2]**
	(em R$ milhares)	
Empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos (circulante)	314.345	314.345
Empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos (não circulante)	420.349	420.349
Dívida bruta[1]	**734.694**	**734.694**
Total do patrimônio líquido	**1.307.010**	**2.344.384**
Capitalização Total[3]	**2.041.704**	**3.079.078**

(1) Dívida bruta corresponde a empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos circulante e não circulante.
(2) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta, no valor de R$1.037.374 mil, com base no Preço por Ação, e após a dedução das comissões e das despesas devidas no âmbito da Oferta no montante de RR29.126 mil.
(3) Capitalização total corresponde à soma total da dívida bruta e do patrimônio líquido nas datas indicadas.

Exceto pelo descrito acima, não houve mudanças relevantes na capitalização da Companhia desde 31 de março de 2019.

Diluição

Os Acionistas que optarem por não participar da Oferta ou exercerem seu Direito de Prioridade subscrevendo quantidade de Ações inferior ao seu Limite de Subscrição Proporcional, bem como os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento.

Em 31 de março de 2019, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$1.307.010.000,00 e o valor patrimonial por ação ordinária de emissão da Companhia correspondia, na mesma data, a R$7,99. Esse valor patrimonial representa o valor contábil total de nosso patrimônio líquido dividido pelo número total de ações ordinárias de emissão da Companhia em 31 de março de 2019, excluindo ações em tesouraria, que é o mesmo na data do Fato Relevante da Oferta.

Após considerarmos a colocação das Ações, pelo Preço por Ação e após a dedução das comissões e das despesas estimadas da Oferta, o patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2019 seria de R$ 2.344 milhões, representando um valor de R$12,30 por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de emissão da Companhia para os acionistas existentes de R$4,31 e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de emissão da Companhia para novos investidores e Acionistas que subscreverem Ações no âmbito da Oferta de 68,87%. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação ordinária de emissão da Companhia imediatamente após a Oferta. Para mais informação sobre as comissões de distribuição e das despesas da Oferta, ver “Custos da Oferta” acima.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2019 e considerando os impactos da realização da Oferta:

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

	Após a Oferta
	(em R$, exceto percentagens)
Preço por Ação	39,50
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de março de 2019[1]	7,99
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2019 ajustado para refletir a Oferta[1]	12,30
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 31 de março de 2019 para os atuais acionistas	4,31
Diluição do valor patrimonial contábil por ação dos novos investidores[2]	27,20
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta[3]	**68,87%**

(1) Valor patrimonial contábil por ação, sem considerar as ações em tesouraria.
(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.
(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*.

Planos de Outorga de Opções de Compra de Ações
A Companhia possui atualmente dois planos de remuneração baseados em ações em vigor: o segundo plano, aprovado em assembleia geral extraordinária realizada pela Companhia em 29 de novembro de 2012 ("Plano 2"), e o terceiro plano, aprovado em assembleia geral extraordinária realizada pela Companhia em 15 de dezembro de 2015 ("Plano 3", em conjunto com o Plano 2, "Planos").

Plano 2

No âmbito do Plano 2, os administradores e funcionários da Companhia e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto que sejam membros do Comitê Executivo da Companhia, ocupem funções de Diretores ou Gestores Executivos ou sejam funcionários da Companhia e de suas Controladas que, a critério do nosso Conselho de Administração, tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação ou retenção seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia são elegíveis a participar do Plano 2.

O Plano 2 é administrado por nosso Conselho de Administração, que tem competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano 2, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais do plano.

A quantidade total de ações destinadas ao Plano 2 não poderia ultrapassar, na data de aprovação do plano, a 2,5% do capital social da Companhia no prazo de quatro anos (contados da data de aprovação do Plano 2 pela assembleia geral da companhia). Na data do Fato Relevante da Oferta, a quantidade de opções em aberto correspondia a 88.087. Cada opção corresponderá a uma ação ordinária de emissão da Companhia. Atualmente existem vigentes opções vigentes da 12ª, 13ª e 14ª outorgas dentro do Plano 2.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

	Após a Oferta[1]
	(Em R$, exceto percentagens)
Quantidade de ações oriundas da 12ª outorga	73.225
Preço de exercício das opções do da 12ª outorga	35,60
Quantidade de ações oriundas da 13ª outorga	1.686
Preço de exercício das opções do da 13ª outorga	0,00
Quantidade de ações oriundas da 14ª outorga	13.176
Preço de exercício das opções do da 14ª outorga	35,60
Quantidade de ações em aberto após o período *vesting* âmbito do Plano 2	88.087
Preço por Ação	39,50
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2019[3]	7,99
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2019 ajustado pela Oferta e as ações oriundas do Plano 2	12,31
Aumento do valor patrimonial contábil por ação para os atuais acionistas considerando a Oferta[1][2] e as ações do Plano 2	4,32
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os Investidores Institucionais e os Acionistas que adquirirem Ações no âmbito da Oferta[4]	27,19
Diluição percentual para os Investidores Institucionais e os Acionistas que adquirirem Ações no âmbito da Oferta[5]	68,84%

(1) Valor patrimonial contábil por ação, sem considerar as ações em tesouraria.

(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Plano 3

O Plano 3 é de ações restritas (*restricted stock*), deste modo serão utilizadas ações mantidas em tesouraria ou que venham a ser adquiridas pela Companhia para tal fim, observada a regulamentação aplicável. Portanto, não há diluição dos investidores institucionais da Oferta ou Acionistas em relação ao Plano 3.

Para mais informações sobre os Planos, vide item "13. Remuneração dos Administradores" do nosso Formulário de Referência.

Prêmio de Não Conversão das Debêntures de 2008

Em 19 de agosto de 2008, os acionistas aprovaram captação de R$200,0 milhões por meio da emissão de até 100.000 (units), representadas por certificados de depósitos de valores mobiliários, compostos por duas séries de debêntures da primeira emissão privada da Companhia, não destacáveis, sendo uma debênture conversível da primeira série e uma debênture conversível da segunda série. O valor total de principal e juros foram integralmente pagos em 2016.

O prêmio de não conversão das debêntures da primeira série é corrigido pelo IPC-A, acrescido de 8,0% ao ano, enquanto que o da segunda série é corrigido pela TJLP acrescida de 5,0% ao ano.

O prêmio de não conversão será pago até 19 de agosto de 2019. O prêmio de não conversão poderá ser pago em ações ordinárias de emissão da Companhia ou em espécie, a exclusivo critério dos debenturistas, sendo considerado para tal finalidade o preço médio ponderado por volume da ação da Companhia negociada nos 30 pregões na B3 anteriores à data de pagamento.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

A tabela a seguir ilustra a diluição decorrente do Prêmio de Não Conversão, que poderá resultar em diluição adicional para os acionistas existentes e novos investidores, conforme tabela abaixo:

	Após a Oferta[1]
	(Em R$, exceto porcentagens)
Preço de conversão do prêmio de não conversão em 31 de março de 2019	36,34
Saldo do prêmio de não conversão em 31 de março de 2019	75.891.000
Número de Ações após a Oferta, excluindo ações em tesouraria	190.652.376
Número de Ações a serem emitidas em decorrência da conversão da totalidade do prêmio de não conversão	2.088.360
Preço por Ação	39,50
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2019[3]	7,99
Valor patrimonial por Ação em 31 de março de 2019, ajustado pela Oferta[1] e considerando conversão da totalidade do prêmio de não conversão	12,56
Aumento do valor patrimonial contábil por ação para os atuais acionistas considerando a Oferta e a conversão da totalidade do prêmio de não conversão	4,57
Aumento do valor patrimonial contábil por ação para novos investidores e os Acionistas que subscreverem Ações no âmbito da Oferta[4]	26,94
Diluição percentual para novos investidores e os Acionistas que subscreverem Ações no âmbito da Oferta[5]	68,21%

(1) Valor patrimonial contábil por ação, sem considerar as ações em tesouraria.
(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.
(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Para mais informações sobre o prêmio de não conversão das debêntures de 2008, vide item "10.1(f)" deste Formulário de Referência.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

Nos últimos cinco anos, realizamos os seguintes aumentos de capital:

Data	**Natureza da operação**	**Quantidade de Ações**	**Valor por ação**
			(R$)
03/09/2015	Incorporação	2.170.656	R$38,00

Para mais informações sobre os aumentos de capital realizados pela Companhia, vide item "17.2. Aumentos do Capital Social", deste Formulário de Referência.

Para mais informações sobre a Oferta, ver Fato Relevante da Oferta divulgado nos websites da CVM, da B3 e do RI da Companhia.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta de aplicação.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta de aplicação.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
06/03/2020	09/03/2020 à 03/08/2020	875.978.627,78	Ordinária		9.000.000	1,854360	5.100.900	18,56	R$ por Unidade	56,676666
Objetivo: Aquisição de ações pela Companhia para fazer frente ao Plano de Incentivo e Retenção baseado em Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2015 e alterado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de abril de 2018, podendo ainda ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente. Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: BTG Pactual Corretora de Valores S.A. (BTG Pactual CTVM S.A.), inscrita no CNPJ sob o nº 43.815.158/0001-22, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar (parte), CEP 04538-133, e ITAÚ Corretora de Valores S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, CEP 04538-132. As quantidades de ações aqui demonstradas consideram o desdobramento de ações aprovado em AGOE de 27/04/20. Observação: Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de agosto de 2020 foi aprovado o encerramento do Programa de Recompra de Ações da Companhia, conforme aprovado em reunião de seu Conselho de Administração e divulgado no Fato Relevante datado de 6 de março de 2020 (“Programa de Recompra”).										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Exercício social 31/12/2019

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	2.186.091	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	233.972	33,72
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.952.119	
Relação valores mobiliários em circulação	1,013363%	

Exercício social 31/12/2018

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	2.231.967	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	45.876	27,84
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	2.186.091	
Relação valores mobiliários em circulação	1,319803%	

Exercício social 31/12/2017

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	2.292.775	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	60.808	30,10

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	2.231.967
Relação valores mobiliários em circulação	1,347499%

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) envolvendo a evolução das cotações das ações emitidas, inclusive no que diz respeito a operações associadas a instrumentos tais como "*Total Equity Return Swap*", ou operações assemelhadas.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**08/11/2019**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Aplica-se ao Grupo TOTVS (Matriz, Unidades Próprias, Filiais e Empresas Subsidiárias), devendo ser observada por seus acionistas Controladores, diretores, membros do conselho de administração, Conselheiros Fiscais e membros de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, pelas Controladas e Coligadas da Companhia, e por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição no Controlador, nas Controladas ou nas Coligadas da Companhia, tenha ou possa vir a ter acesso à Informação Relevante. Estarão igualmente sujeitas ao disposto na Política de Negociação as pessoas expressamente indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores, a seu exclusivo critério, incluindo empregados e colaboradores e outros acionistas da Companhia e/ou de suas Controladas ou Coligadas, que tenham ou possam vir a ter acesso à Informação Relevante, estarão igualmente sujeitas ao disposto na Política de Negociação.

Principais características e locais de consulta

O objetivo da Política de Negociação é orientar e estabelecer as regras para a negociação com valores mobiliários de emissão da TOTVS S.A (“Companhia”) e de derivativos neles referenciados, a serem observadas pelas Pessoas Vinculadas, nos termos da legislação vigente e da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, em especial a Instrução CVM nº 358/2002 (“Instrução CVM nº 358/2002”), e em observância ao disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social da Companhia, no Código de Conduta e na Política de Divulgação da Companhia. Está disponível (i) no website de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.totvs.com.br); e (ii) no website da CVM (www.cmv.gov.br).

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Nos termos da Instrução CVM nº 358/2002 e da Política de Negociação, é vedada a negociação, direta ou indiretamente, de Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas e as pessoas ligadas a eles nos seguintes casos:
(i) antes da divulgação ao mercado de Informação Relevante ocorrida nos negócios da Companhia que seja de seu conhecimento;
(ii) nos períodos em que, por força de comunicação do Diretor de Relações com Investidores, que não estará obrigado a justificá-la, haja determinação de vedação à negociação (ainda que não ocorra a referida comunicação, as Pessoas Vinculadas e suas Pessoas Ligadas permanecem sujeitas às vedações impostas pela presente Política de Negociação, caso tenham ciência de Informação Relevante ainda não divulgada). Nesta hipótese, a determinação do Diretor de Relações com Investidores deverá ser mantida em sigilo pelas Pessoas Vinculadas;
(iii) sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da TOTVS pela própria Companhia, suas Controladas, Coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgado mandato para o mesmo fim;
(iv) sempre que existir a intenção de promover a incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária relevante;
(v) no contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários, nos limites do artigo 48 da Instrução CVM nº 400/2003, até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição, com Valores Mobiliários de emissão da Companhia; e
(vi) no período de 15 dias corridos que antecederem a divulgação e/ou publicação, quando for o caso, das informações trimestrais (ITR) ou das demonstrações financeiras padronizadas anuais da Companhia (DFP). Tal restrição deixará de prevalecer quando tais divulgações e/ou publicações forem realizadas.

Além dessas situações, é vedada a negociação, direta ou indiretamente, de Valores Mobiliários pelos administradores e Pessoas Ligadas a eles que se afastem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão que configurar Informação Relevante, estendendo-se por prazo de seis meses após o seu afastamento.

Nas hipóteses previstas nos itens (i) e (iv) mesmo após a divulgação da Informação Relevante, continuará prevalecendo a proibição de negociação, caso esta possa - a juízo da Companhia - interferir nas condições dos negócios com Valores Mobiliários, de maneira a resultar prejuízo na própria Companhia ou a seus acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pelo Diretor de Relações com Investidores.

A proibição referida no item (iii) acima aplica-se às operações com ações da Companhia realizadas por Pessoa Vinculadas, exclusivamente nas datas em que a própria Companhia negocie ou informe às Corretoras Credenciadas que negociará com ações de emissão da Companhia. Para esse efeito, as Corretoras Credenciadas estão instruídas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia a não registrarem operações em tais datas.

As Corretoras Credenciadas também devem ser instruídas pela Companhia a não registrarem operações nos 15 (quinze) dias anteriores à divulgação ou publicação das informações periódicas ou demonstrações financeiras referidas no item (vii) acima.

Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário da Companhia, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da divulgação de fato relevante, o Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão.

Caso, após a aprovação de programa de recompra, advenha fato que se enquadre em qualquer das três hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com ações de sua própria emissão at

20.2 - Outras Informações Relevantes

As normas da Política de Negociação aplicam-se também nos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se deem para o seu benefício direto e/ou indireto, mediante a utilização, por exemplo, de: (i) o cônjuge; (ii) qualquer dependente; e (iv) as sociedades controladas pelos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros dos órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia.

O Diretor de Relações com Investidores poderá, a qualquer tempo, solicitar às Corretoras Credenciadas o histórico de negociação das Pessoas Vinculadas com Valores Mobiliários, a fim de averiguar eventuais violações a esta Política de Negociação.

As Pessoas Vinculadas devem zelar para que as regras desta Política de Negociação também sejam cumpridas e observadas por qualquer pessoa que esteja sob sua influência, incluindo Controladas, Coligadas, fundos de investimento exclusivos ou cujas decisões de negociação do administrador possam ser por elas diretamente influenciadas, bem como pelas pessoas ligadas a elas.

As vedações previstas nos itens da Política de Negociação não se aplicarão às Pessoas Vinculadas nem à própria Companhia nas seguintes hipóteses: (i) exceto no tocante à vedação prevista no item (vi), que permanece neste caso, às operações com ações em tesouraria, por meio de negociação privada, vinculadas ao exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, ou quando se tratar de outorga de ações a Administradores, empregados ou prestadores de serviços como parte de remuneração previamente aprovada em Assembleia Geral; (ii) às negociações realizadas por fundos de investimento não exclusivos e cujas decisões não possam ser influenciadas pelas Pessoas Vinculadas; ou (iii) quando as operações com Valores Mobiliários forem realizadas de acordo com Planos Individuais de Investimento, desde que observados todos os requisitos lá descritos.

Sem prejuízo das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente, a serem aplicadas pelas autoridades competentes em caso de violação dos termos e procedimentos estabelecidos nesta Política de Negociação, as Pessoas Vinculadas que descumprirem qualquer disposição da Política de Negociação obrigam-se a ressarcir a Companhia e/ou as outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou as outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento, podendo ainda a Companhia, a seu exclusivo critério, adotar quaisquer medidas corretivas e/ou disciplinares sancionatórias frente aos infratores.

As disposições da presente Política de Negociação não suprimem a responsabilidade, decorrente de prescrições legais e regulamentares, imputada a terceiros não diretamente ligados à Companhia e que tenham conhecimento de Informação Relevante e venham a negociar com Valores Mobiliários.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Companhia possui uma Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo ("Política de Divulgação"), aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2019.

O objetivo da Política de Divulgação é estabelecer as regras que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas, no que tange à divulgação de Informações Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas pela Companhia ao público e ao mercado em geral.

Para fins da Política de Divulgação, entende-se por:

- "Pessoas Vinculadas": a Companhia, seus Controladores, Administradores, Conselheiros Fiscais, membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, as Controladas e Coligadas da Companhia, e quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição no Controlador, nas Controladas ou nas Coligadas, tenha ou possa vir a ter acesso a Ato ou Fato Relevante. Também serão consideradas Pessoas Vinculadas, para fins da Política de Divulgação, as demais pessoas expressamente indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores, a seu exclusivo critério, incluindo empregados, colaboradores ou outros acionistas da Companhia e/ou de suas Controladas ou Coligadas, que tenham ou possam vir a ter acesso a Ato ou Fato Relevante.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia analisar as situações concretas que venham a surgir no curso das operações da Companhia, considerando sempre a sua materialidade, especificidade setorial, concretude ou importância estratégica, a fim de verificar se tais situações constituem ou não Ato ou Fato Relevante.

Ademais, a Companhia dispõe de um controle e gestão de identidades para gerenciar o acesso às informações relevantes contidas em seus sistemas de gestão, plataformas de colaboração de documentos e conteúdos e comunidades internas, com objetivo de evitar o acesso a informações relevantes por pessoas não vinculadas.

As Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público. Devem, ainda, zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

As Pessoas Vinculadas não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados à Informação Relevante com aqueles que tenham necessidade de conhecer a Informação Relevante.

Caso qualquer Pessoa Vinculada verifique que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público escapou ao controle da Companhia ou verifique que um Ato ou Fato Relevante que ainda não tenha sido divulgado, possa ter gerado oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, deverão comunicar tais fatos imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

Para mais detalhes sobre a Política de Divulgação, vide item 21.2 abaixo.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação tem por objetivo estabelecer as regras a serem observadas no que tange à divulgação de Informações Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes ainda não divulgadas pela Companhia ao público e ao mercado em geral. A presente Política de Divulgação foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358/2002. Deverão realizar o treinamento da Política de Divulgação, seguido de uma avaliação (para aprovação deve-se obter 80% de acerto), e assinar virtualmente o Termo de Adesão à Política de Divulgação, tornando-se Pessoas Vinculadas para os fins aqui previstos.

As obrigações previstas na Política alcançam e devem ser cumpridas por: (i) Administradores, acionistas controladores, Conselheiros Fiscais, membros integrantes de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposição estatutária; (ii) empregados e executivos com acesso a informação relevante da Companhia; (iii) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, em suas controladoras, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas tenham conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia; e (iv) pelas Pessoas Ligadas às abrangidas nos itens (i) a (iii).

São responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, além daquelas previstas em lei ou determinadas pela CVM, pelo Estatuto Social ou pelo Conselho de Administração da Companhia:

(i) divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante;

(ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores, assim como ao público investidor em geral.

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio (i) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias do Valor Econômico (www.valor.com.br/fatosrelevantes); (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (http://ri.totvs.com.br); (iii) do sistema de envio de Informações Periódicas e Eventuais da CVM (Sistema IPE); e (iv) da página na rede mundial de computadores das Bolsas de Valores na quais os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação.

Não obstante a divulgação de Informação Relevante pelos canais de comunicação mencionados, qualquer Informação Relevante poderá ser também publicada nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, às Bolsas de Valores e a outras entidades, conforme aplicável.

Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, a Informação Relevante será divulgada simultaneamente à CVM, às Bolsas de Valores e ao público investidor em geral.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relações com Investidores, de forma a garantir sua imediata divulgação, ou diretamente à CVM, se o Diretor de Relações com Investidores permanecer inerte ao dever de comunicar.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia analisar as situações concretas que venham a surgir no curso das operações da Companhia, considerando sempre a sua materialidade, especificidade setorial, concretude ou importância estratégica, a fim de verificar se tais situações constituem ou não Ato ou Fato Relevante.

A Informação Relevante deverá ser, sempre que possível, divulgada antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores, porém, preferencialmente, após o encerramento dos negócios onde os Valores Mobiliários sejam negociados. Caso as Bolsas de Valores não estejam operando simultaneamente, a divulgação será feita observando o horário de funcionamento da Bolsa de Valores localizadas no Brasil na qual Companhia esteja primariamente listada.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

A Companhia poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Sempre que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público escape ao controle da Companhia ou, na situação em que uma Informação Relevante ainda não tenha sido divulgada, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao mercado em geral.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

Todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens anteriores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

A Companhia poderá optar por submeter à apreciação da CVM a questão acerca da divulgação de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.